

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	7
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	11
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	14
1.5 Principais clientes	53
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	54
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	68
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	69
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	70
1.10 Informações de sociedade de economia mista	71
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	72
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	73
1.13 Acordos de acionistas	74
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	76
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	77
1.16 Outras informações relevantes	78
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	93
2.2 Resultados operacional e financeiro	110
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	113
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	114
2.5 Medições não contábeis	116
2.6 Eventos subsequentes as DFs	120
2.7 Destinação de resultados	121
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	123
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	124
2.10 Planos de negócios	125
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	127
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	128
3.2 Acompanhamento das projeções	130

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	131
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	151
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	153
4.4 Processos não sigilosos relevantes	158
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	163
4.6 Processos sigilosos relevantes	164
4.7 Outras contingências relevantes	165
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	166
5.2 Descrição dos controles internos	169
5.3 Programa de integridade	172
5.4 Alterações significativas	174
5.5 Outras informações relevantes	175
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	176
6.3 Distribuição de capital	181
6.4 Participação em sociedades	182
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	185
6.6 Outras informações relevantes	186
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	187
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	193
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	194
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	198
7.4 Composição dos comitês	215
7.5 Relações familiares	229
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	230
7.7 Acordos/seguros de administradores	231
7.8 Outras informações relevantes	232
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	234

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	238
8.3 Remuneração variável	242
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	243
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	249
8.6 Outorga de opções de compra de ações	250
8.7 Opções em aberto	251
8.8 Opções exercidas e ações entregues	252
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	253
8.10 Outorga de ações	254
8.11 Ações entregues	256
8.12 Precificação das ações/opções	257
8.13 Participações detidas por órgão	258
8.14 Planos de previdência	259
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	260
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	261
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	262
8.18 Remuneração - Outras funções	264
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	265
8.20 Outras informações relevantes	266
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	268
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	270
9.4 Outras informações relevantes	271
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	272
10.1 Descrição dos recursos humanos	273
10.2 Alterações relevantes	276
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	277
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	280
10.5 Outras informações relevantes	284
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	285

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	286
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	287
11.3 Outras informações relevantes	288
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	289
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	291
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	292
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	302
12.5 Mercados de negociação no Brasil	303
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	304
12.7 Títulos emitidos no exterior	305
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	306
12.9 Outras informações relevantes	307
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	308
13.1 Declaração do diretor presidente	309
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	310
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	311

1.1 Histórico do emissor

1.1. Histórico do emissor

Nossa Companhia foi constituída com o objetivo de criar um complexo educacional brasileiro, focado no ensino superior e caracterizado por aliar qualidade pedagógica para nossos estudantes com resultados financeiros para nossos acionistas. Este objetivo se mostrou viável a partir da experiência significativa de um grupo de gestores que, de um lado, possuem vocação para o setor educacional e, de outro lado, agregam experiência no gerenciamento de empresas, incluindo processos de planejamento e reestruturação.

Essa combinação de vocação e experiência, aliada ao forte espírito empreendedor de nossos integrantes, fez com que nossos acionistas fundadores, antes mesmo da nossa criação formal, dessem início à jornada do grupo em 2003, quando foi feita a aquisição da Minas Gerais Educação S/A., mantenedora do Centro Universitário UNA ("UNA"), na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tradicional instituição de ensino superior da capital mineira.

Em 2006, nossos acionistas fundadores também se tornaram os únicos associados da Associação Educacional do Litoral Santista – AELIS, mantenedora do Centro Universitário Monte Serrat ("Unimonte"), instituição criada na década de 70, na cidade de Santos, litoral do Estado de São Paulo. Ao ingressar na Unimonte nossos fundadores foram capazes de realizar uma reestruturação administrativa, financeira, acadêmica, de imagem e de pessoas, com foco na gestão integrada (sobretudo no âmbito financeiro e de pessoas) e esforços intensos de integração acadêmica com a UNA, proporcionando ganhos significativos em qualidade de ensino. A Associação Educacional do Litoral Santista – AELIS foi convertida, na forma da Lei, em sociedade anônima, hoje denominada Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A., da qual a Companhia hoje detém 100% do capital social. A IES mantida pela Unimonte teve sua denominação alterada em 2018 para Centro Universitário São Judas Tadeu – Campus Unimonte, passando a estar completamente integrada à Universidade São Judas Tadeu.

No início de 2009, nossa controlada então denominada Instituto Mineiro de Educação e Cultura UniBH S.A. ("IMEC") adquiriu os direitos sobre a manutenção do Centro Universitário de Belo Horizonte ("UniBH"), da FUNDAC-BH. O UniBH é uma das instituições mais tradicionais da capital mineira. Fundado em 1964, tornou-se uma referência no ensino, pesquisa e extensão na região. Seguindo os exemplos de reestruturação da UNA e Unimonte, promovemos uma ampla e significativa reestruturação do UniBH, que se encontrava em delicada situação financeira. Em setembro de 2018 foi aprovada a alteração do nome empresarial do IMEC, que passou a ser denominado IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S/A. Desde sua aquisição o UniBH já contava com um curso de Medicina. Em 2016 conseguimos aprovar um aumento de vagas, levando referido curso a contar com 160 vagas anuais autorizadas, comportando, assim, quando de sua maturidade, 360 alunos de Medicina.

No segundo semestre de 2009, após um acordo em uma disputa societária envolvendo nossos acionistas fundadores e os então acionistas minoritários das nossas controladas UNA e Unimonte, nossos acionistas fundadores detentores da maioria do capital dessas sociedades conferiram suas participações à Companhia. A partir de então, passamos a ser detentores de 62,75% do capital social de tais controladas. Os demais 37,25% do capital social das controladas permaneceram sob titularidade de outra sociedade pertencente aos antigos acionistas minoritários até 20 de dezembro de 2012, quando adquirimos participação societária residual minoritária em todas as controladas, passando a deter 100,0% do capital social da UNA, UniBH e Unimonte.

Em abril de 2012, admitimos como sócio, através de um aumento de capital, o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, que passou a deter, em operações sequenciais à época, 28,54% do nosso capital social.

Em março de 2013, em um movimento de verticalização de nossos negócios na cidade de São Paulo, adquirimos inicialmente 58,0% das ações da BR Educação Executiva S.A. ("BR Educação") e o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, conferiu ao nosso capital os demais 42,0% das ações de emissão da BR Educação, com o que passamos a deter 100,0% das ações desta companhia. A BR Educação era titular de 50,0% do capital social da HSM do Brasil S.A. e da HSM Educação S.A., empresas focadas na educação continuada, principalmente para a área corporativa, sendo os demais 50,0% detidos, à época, pelas sociedades RBS Participações S.A. e RBS Mídia, Digital e Participações S.A., com as quais foi assinado um acordo de acionistas.

No primeiro semestre de 2013, como forma de otimizar a gestão do grupo, iniciamos uma reestruturação com o objetivo de segregar os ativos imobiliários anteriormente detidos por nossas controladas em duas sociedades detidas integralmente por nossos acionistas fundadores.

Em 24 de outubro de 2013, a CVM deferiu o nosso pedido de registro de emissor na categoria "A", bem como o nosso pedido de registro de nossa oferta pública de ações. Na ocasião, contávamos com 49 mil alunos distribuídos em 17 campi em 3 Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

1.1 Histórico do emissor

Em 10 de abril de 2014, assinamos o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, através do qual nossa subsidiária integral Brasil Educação S/A (nova denominação da Minas Gerais Educação S.A.) adquiriu 100% do capital social da sociedade mantenedora da Universidade São Judas Tadeu, sediada na capital do Estado de São Paulo. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 18 de junho de 2014.

Em abril de 2014, o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações vendeu parte de sua participação no mercado e parte ao Península Fundo de Investimento em Participações, zerando completamente sua posição acionária em nosso capital em maio de 2015.

Em 17 de dezembro de 2014, celebramos Instrumento Particular de Compra e Venda de Participação Acionária, Distrato do Acordo de Investimento e do Acordo de Acionistas, Transação e Outras Avenças através do qual a BR Educação Executiva S.A. ("BREE"), nossa subsidiária integral, adquiriu a totalidade das ações das HSM, com o que as HSM se tornaram subsidiárias integrais da BREE. Dessa forma, nós passamos a deter, indiretamente, 100% das ações das HSM, sendo encerrados consequentemente os acordos de acionistas das HSM, até então vigentes.

Em 18 de dezembro de 2015, assinamos o Instrumento Particular de Investimento, Reestruturação da SOCIESC e outras Avenças, através do qual a PGP Educação S.A. ("PGP"), nossa subsidiária integral, assumiu a titularidade de todos os direitos sobre a Sociedade Educacional de Santa Catarina ("SOCIESC"), sediada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. Fundada em 1959, quando da criação da Escola Técnica Tupy, a SOCIESC é uma das maiores referências de ensino de qualidade na Região Sul do país. A partir do ano 2000, expandiu fortemente suas atividades, para atuação em diversas modalidades de ensino (do Ensino Fundamental à Pós- Graduação), com unidades presenciais em 5 cidades de Santa Catarina (Joinville, Florianópolis, Blumenau, São Bento do Sul e Balneário Camboriú) e na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Desde julho de 2017 nossa estratégia de expansão orgânica abriu mais duas unidades no Estado de Santa Catarina, nas cidades de Itajaí e Jaraguá do Sul. Recentemente, com a aprovação da aquisição do Unicuritiba, passamos a utilizar exclusivamente essa nova marca adquirida na cidade de Curitiba, pelo que a Sociesc deixou de atuar no Estado do Paraná, concentrando suas atividades em Santa Catarina.

Em 04 de março de 2016, aprovamos a formação de uma sociedade, em joint venture, com o tradicional grupo Le Cordon Bleu, denominada "Le Cordon Bleu Anima Educação Ltda." ("LCB Anima"), através da qual a Companhia e o grupo Le Cordon Bleu detêm participação de 50% cada. Fundada em 1895 e construída em mais de um século de tradição e excelência, a rede Le Cordon Bleu está comprometida com a inovação e as melhores práticas de Gastronomia, Hospitalidade e Gestão através de uma rede internacional, com presença em mais de 20 países, contando com excelência em ensino, aprendizagem e pesquisa, realizados em conjunto com o desenvolvimento de produtos e serviços de altíssimo padrão de qualidade. No mês de maio de 2018 foi inaugurado o "Instituto de Artes Culinárias Le Cordon Bleu São Paulo".

Em 28 de junho de 2016 assinamos o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa subsidiária integral PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., celebrou um negócio jurídico que resultou na titularidade de todas as quotas e direitos da FACEB Educação Ltda., mantenedora da Faculdade Alis de Bom Despacho e da Faculdade de Educação de Bom Despacho, sediadas na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais. Até então com aproximadamente 4,3 mil alunos distribuídos em um portfólio de cursos diversificado e de alto valor agregado, incluindo Direito, Engenharias, Arquitetura, Medicina Veterinária e Agronomia, a Alis Educacional S.A. já era referência na região em que atuava e reconhecida pelo seu compromisso com a inovação e com a qualidade de ensino. Dentro da nossa estratégia de expansão, as mantidas Alis Educacional S.A. passaram a ser denominadas UNA. Em 3 de maio de 2017, seu projeto de excelência possibilitou à Faculdade UNA de Bom Despacho ("UNA Bom Despacho") o credenciamento como Centro Universitário UNA de Bom Despacho. A UNA Bom Despacho abriu em 2017 uma nova unidade na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais e no ano de 2018 uma nova unidade na cidade de Jataí, no Estado de Goiás, ampliando o alcance da marca UNA para além do Estado de Minas Gerais. Em 2019 uma nova unidade da UNA foi aberta no Estado de Goiás, na cidade de Itumbiara.

Em 12 de agosto de 2016, assinamos o Instrumento Particular de Compromisso de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa controlada HSM do Brasil S/A passou a ser titular da totalidade de quotas e direitos da sociedade GKT Treinamento Consultoria e Editora Ltda., cujo nome fantasia é "Academia de Estratégia" — ACAD". A ACAD tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e tem por objeto social a prestação de serviços de treinamento em geral, incluindo desenvolvimento gerencial e profissional, capacitação executiva e desenvolvimento estratégico, consultoria educacional, organização, produção e promoção de eventos e edição de livros. A ACAD já foi incorporada na HSM do Brasil S.A. com integral consolidação das atividades.

Em 3 de outubro de 2016 assinamos o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa subsidiária integral PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., celebrou um negócio jurídico que resultou na titularidade de todas as quotas e direitos da Politécnico Participações Ltda (nova denominação da Eurolatino Participações Ltda) e Instituto Politécnico de Ensino Ltda., mantenedores da Faculdade Politécnica de Uberlândia e da Faculdade Politécnica de Goiás, sediadas nas cidades de Uberlândia e Catalão, Estados de Minas Gerais e Goiás,

1.1 Histórico do emissor

respectivamente. Então com aproximadamente 2,3 mil alunos matriculados, distribuídos em 14 cursos de graduação presencial, são incluídos neste portfólio 4 cursos de Engenharia, Direito, Administração, Ciências Contábeis, entre outros. Seguindo nossa estratégia de marcas regionais e expansão, as faculdades oriundas dessa aquisição se tornaram Faculdades UNA.

Em 01 de novembro de 2017, a BR Educação, nossa subsidiária integral, foi cindida, com versão total de seu patrimônio para a HSM do Brasil S.A. e PGP. Em virtude da cisão, a HSM do Brasil S.A. e a PGP, até então nossas controladas indiretas, passaram a ser nossas subsidiárias integrais. A cisão total da BR Educação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, de forma a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração, na PGP, das atividades educacionais, em especial cursos, e a concentração, na HSM do Brasil S.A., das atividades relacionadas a eventos corporativos, criação e alienação de conteúdo, edição e produção de conteúdo relacionado à educação corporativa.

Em 01 de dezembro de 2017, o Instituto Politécnico de Ensino Ltda. incorporou a Politécnico Participações Ltda. Desta forma, a PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., nossa subsidiária integral, passou a ser a titular de 100% do capital social do Instituto Politécnico de Ensino Ltda. A incorporação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, controladas pela Companhia, com vistas a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração de atividades no Instituto Politécnico de Ensino Ltda.

Em 2018, a SOCIESC foi transformada, na forma da Lei, em sociedade anônima, hoje denominada Sociedade de Educação Superior e Cultura – SOCIESC S/A, da qual a PGP Educação S/A detém, na presente data, 100% do capital social.

Em 01 de janeiro de 2018, a HSM do Brasil S/A incorporou a ACAD. A incorporação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, com vistas a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração de atividades na nossa controlada HSM do Brasil S/A. Todas as operações acima listadas visam assegurar a expansão das atividades do Grupo no âmbito educacional.

Em 22 de fevereiro de 2018, os acionistas aprovaram a alteração do nome empresarial da até então “GAEC Educação S.A.” para “ÂNIMA HOLDING S.A.”, vez que a Companhia é conhecida no mercado por “Ânima” e, também, com vistas a retratar sua atividade principal.

Em 18 de julho de 2018, foi celebrado o Instrumento Particular de Cessão de Direitos sobre a Manutenção de Instituição de Ensino Superior e outras Avenças, por meio do qual a PGP, firmou negócio jurídico que resultou na titularidade da manutenção e dos direitos da Faculdade Jangada, sediada na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina. A transação representou um importante passo em nosso plano de expansão em Santa Catarina. No início de 2018, a SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA - SOCIESC S.A. (“SOCIESC” ou “UniSociesc”) iniciou suas atividades em Jaraguá do Sul, cidade que está a menos de 50Km de Joinville, onde se encontra sua principal operação. Seguindo nossa estratégia de expansão, a Faculdade Jangada passou a ser denominada Faculdade SOCIESC de Jaraguá do Sul.

Em mais um importante passo para nosso plano de crescimento na região do oeste de Minas Gerais e Goiás, reforçando nossa atuação na cidade de Catalão, Estado de Goiás, foi celebrado, em 01 de agosto de 2018, o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual a Brasil Educação S.A., nossa subsidiária integral, passou a ser titular da totalidade das quotas da CESUC Educação SS Ltda. (“CESUC”), mantenedora do Centro de Ensino Superior de Catalão, e da Sociedade Catalana de Educação Ltda, mantenedora da Faculdade de Ensino Superior de Catalão e da Faculdade de Tecnologia de Catalão – FATECA. O CESUC é a principal instituição de Ensino Superior de Catalão e contava então com aproximadamente 2,5 mil alunos matriculados, distribuídos em 9 cursos de graduação presencial, incluídos neste portfólio cursos de Engenharia, Direito, Administração, Ciências Contábeis, Psicologia entre outros. A integração do CESUC com a UNA possibilita a captura de sinergias, compartilhamento de melhores práticas e novos investimentos, buscando sempre melhorar continuamente a qualidade do ensino por meio da integração e valorização das comunidades acadêmicas e dos times de gestão. Mantendo nossa estratégia de expansão, a CESUC teve sua denominação alterada para UNA Catalão.

Ainda no final de 2018, foi celebrado o Instrumento Particular de Transferência de Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, por meio do qual a Brasil Educação S.A., passou a ser titular da manutenção e dos direitos da Faculdade Divinópolis (FACED), sediada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais. Fundada em 1969, a FACED é uma das principais instituições de Ensino Superior de Divinópolis, com aproximadamente 800 alunos e 5 cursos de graduação (administração, direito, ciências contábeis, moda e psicologia). A transação acelerou o processo de crescimento orgânico, da UNA na cidade, fortalecendo nossa posição competitiva na cidade com relevante incremento na oferta de vagas.

Em 14 de fevereiro de 2019, o Península Fundo de Investimento em Participações (“Península FIP”), desvinculou-se do acordo de acionista celebrado em 23 de setembro de 2014 com os acionistas originais (o “Acordo de Acionistas com o Península FIP”).

1.1 Histórico do emissor

Em agosto de 2019 celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S.A., um negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda. e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda. – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutenção das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em 5 unidades, sendo um centro universitário localizado na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia, quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim e Tucano) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contavam com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. A Companhia acredita que a transação apresenta alto potencial de criação de valor a seus acionistas, especialmente em relação à taxa interna de retorno do investimento, representando um passo muito importante em sua estratégia de expansão, com a primeira operação na região Nordeste, e um portfólio que inclui dois cursos de Medicina: um curso já autorizado com 126 vagas anuais, em seu terceiro ano de funcionamento e um curso autorizado em fevereiro de 2020, com início de funcionamento no segundo semestre de 2020, com 50 vagas. Desta forma, esta Transação marca a entrada estratégica da Companhia na Região Nordeste e também o fortalecimento da vertical de Saúde do Grupo Ânima, que vem sendo implementada por uma equipe especializada, de dedicação exclusiva e com vasta experiência na implantação e autorização de mais de 50 cursos de Medicina no Brasil, em IES Privadas e Públicas ao longo dos últimos anos.

Em novembro de 2019, se deu a assinatura do Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato, entre elas a aprovação pelo CADE ocorrida em fevereiro de 2020, e do MEC. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Como resultado da transação, caso exerça a opção objeto do referido Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, a Companhia potencializará sua posição como uma das instituições mais relevantes no mercado de ensino superior brasileiro de alta qualidade, assumindo, com as marcas UniSociesc e UNISUL, posição de liderança no Estado de Santa Catarina, um dos maiores mercados do Brasil, e com alto atributo de excelência acadêmica e garantindo presença em 7 das 11 maiores praças deste Estado. A UNISUL possuía 1,3 mil alunos de Medicina. Na transação, foi estabelecida uma data de corte de todas as contingências e dívidas, na data do fechamento, sendo que tudo o que ocorrer com fato gerador anterior ao fechamento é de responsabilidade da vendedora. Como garantia pelas contingências passadas, foi negociada a compensação de eventuais créditos, inclusive dos aluguéis dos imóveis onde estão instalados os campi das IES UNISUL, já que permaneceram no domínio dos vendedores, com aluguel para nós. A operação já está bem estabelecida, não indicando necessidade de CAPEX adicional relevante. Além da UNISUL ser reconhecidamente uma marca de forte reputação e entre as líderes da região, se exercida a opção, a Companhia aumenta de forma relevante seu número de vagas de medicina, em regiões prósperas do país e cidades com elevado potencial de aumento de vagas, se e quando o marco regulatório permitir, fortalecendo ainda mais a “vertical da saúde”. O perfil institucional da UNISUL se encaixa perfeitamente com a estratégia da Companhia: marcas locais fortes e de referência em qualidade acadêmica em seus respectivos mercados.

Em dezembro de 2019 foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., um negócio jurídico que resultou na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possuía cerca de 5.200 estudantes. O crescimento da base de alunos associado as sinergias acadêmicas e administrativas nos fazem estimar as sinergias dessa operação em R\$ 29,2 milhões/ano em 2025. Na transação, foi estabelecida uma data de corte de todas as contingências e dívidas, na data do fechamento, sendo que tudo o que ocorrer com fato gerador anterior ao fechamento é de responsabilidade dos vendedores. Como garantia pelas contingências passadas, foi negociada a compensação dos aluguéis dos imóveis onde está instalado o campus da UNICURITIBA, já que permaneceram no domínio dos vendedores, com aluguel para nós. A operação já está bem estabelecida, não indicando necessidade de CAPEX adicional relevante. Com esta união, a Companhia visa potencializar todas as características que tornaram o UNICURITIBA uma das instituições de ensino superior mais destacadas no país e, ao mesmo tempo, abrir novos horizontes de crescimento e amadurecimento. Portanto, a expectativa é que o UNICURITIBA possa atuar de maneira ainda mais estratégica em frentes diversas, como o aprimoramento da experiência e aprendizado dos seus alunos, a consolidação do portfólio de cursos em linha com as necessidades do mercado, e a maior adaptação à evolução do mundo e das nuances do universo do trabalho. Para a Companhia, a integração com o UNICURITIBA intensifica os recentes movimentos promovidos no Sul do País, na busca por ampliar a oferta de educação de qualidade a um número cada vez maior de brasileiros.

Em maio de 2020, adquirimos 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da FASEH, que possui cerca de 1.034 estudantes na cidade de Vespasiano, região metropolitana de Minas Gerais. A Faseh possui um curso de medicina, autorizado em 2003, que atualmente conta com 100 vagas, sendo considerado entre os melhores do país, com conceito de

1.1 Histórico do emissor

curso nota máxima, ou seja 5, resultados de vistoria do Ministério da Educação realizada em 2018, destacando-se pela intensa utilização de tecnologia e equipamentos de ponta. Além da Medicina, a IES conta com os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Direito, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, estando sua reputação principalmente estabelecida na área da saúde. Para a Companhia, a integração da FASEH representa o fortalecimento da vertical de saúde, Inspirali, somando um curso de Medicina nota máxima do MEC, adicionando também diferencial estratégico na área da saúde e possível expansão do portfólio, como alavanca de valor incremental.

Em julho de 2020, assinamos uma opção de compra, por meio da subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A. (“INSEGNARE”) com todos os sócios do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A. que resultou na aquisição do controle da Sociedade, detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG – UniFG. Responsável pela formação de 3.800 alunos, o UniFG desenvolve o ensino, pesquisa e extensão por meio de 25 cursos de Graduação - em áreas do conhecimento como Saúde, em especial Medicina, com 50 vagas anuais autorizadas na sede e um novo curso, aprovado em 2022, na cidade de Brumado, também com 50 vagas anuais, além dos cursos de Direito e Engenharia, e de Pós-Graduação, incluindo um Mestrado em Direito (o 1º no interior do Norte e Nordeste do País).

As transações mencionadas acima, realizadas em 2020, não estiveram sujeitas à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sendo os resultados das adquiridas já consolidados em nossos resultados a partir dos meses em que realizadas.

Em 18 de novembro de 2020, a Dysgu Educacional Ltda., subsidiária da Companhia, celebrou um Contrato de Compra e Venda de Participação Societária e Outras Avenças e demais instrumentos conexos, visando a aquisição do controle societário da MEDROOM, empresa de base tecnológica (startup) líder no Brasil no desenvolvimento de soluções em tecnologias imersivas (Realidade Virtual – RV e Realidade Aumentada - RA) para educação médica. O novo hub oferecerá, para as startups, programas de desenvolvimento de negócios que incluem conexão com grandes empresas, mentoria, espaço de trabalho, programas da SingularityU Brazil, acesso à rede global da Singularity University e a programas específicos realizados internamente com startups e grandes corporações.

Em novembro de 2020, foi celebrado um contrato de aquisição dos ativos e operações do Grupo Laureate no Brasil (“Transação”), com total alinhamento com nosso posicionamento de alta qualidade, com a tradição e origem de nossas marcas e gozam de sólida reputação em seus respectivos mercados. A operação foi condicionada à aprovação pelo CADE.

Em 21 de janeiro de 2021, após 10 meses atuando sob co-gestão, exercemos em o direito de aquisição da titularidade da manutenção sobre a UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA – UNISUL. Com o fechamento da transação, a Universidade UNISUL passou a ser mantida pela Ânima Educação.

Em 30 de abril de 2021 adquirimos 100% das cotas do CENTRO EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO SUPERIOR LTDA - CEFOS (“CEFOS”), mantenedora das FACULDADE DE DIREITO MILTON CAMPOS e FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO MILTON CAMPOS. As Faculdades Milton Campos (as Faculdades) são instituições particulares de ensino superior, localizadas em área nobre da região metropolitana de Belo Horizonte-MG. Criada em 1972 por iniciativa de duas dezenas de juristas, professores da UFMG, advogados e outros profissionais liberais, a Faculdade de Direito nasceu com o objetivo de instituir em Minas Gerais um curso de Direito que oferecesse ensino jurídico de alta qualidade e desse aos alunos condições de refletir sobre o exercício profissional e contribuir para seu aperfeiçoamento. As Faculdades possuem 3 cursos autorizados, sendo destaque o curso de Direito, que possui 801 alunos (do total de 1.082 alunos da IES). Autorizado em 1975 e com 374 vagas anuais autorizadas, o curso é considerado entre os melhores do país, com conceito de curso nota máxima (5), de acordo com o Ministério da Educação, sendo o primeiro colocado na aprovação da OAB em Minas Gerais e o 5º no Brasil entre as instituições privadas, diferenciando-se pela alta qualidade do ensino e do corpo docente.

Em 12 de maio de 2021 a aquisição de todos os ativos brasileiros do Grupo Laureate foi aprovada, sem restrições, pela Superintendência Geral do CADE, tendo referida decisão transitado em julgado e, portanto, se tornado definitiva, nesta data. Conforme pactuado, superada a condição suspensiva da aprovação pelo CADE, o fechamento final da transação com a integração das atividades dos ativos brasileiros da Laureate que se tornaram de titularidade do grupo Ânima Educação aconteceu no dia 28 de maio de 2021, o mesmo ocorrendo com os ativos que transferidos, na mesma data, pela Ânima Educação ao fundo Farallon.

A atuação em geografias complementares e relevantes é mais uma das características desta operação. A aquisição nos permitiu expandir a presença em mercados que correspondem atualmente a 75% do total de matrículas no ensino superior brasileiro. Além disso, a Companhia passou a contar com novas vagas de Medicina em cidades importantes do País, o que tornou a Companhia um grupo educacional ainda mais destacado nesse segmento no país, como a segunda maior representante do país em número de alunos e vagas de medicina, e a de melhores indicadores do MEC, entre todas as

1.1 Histórico do emissor

grandes empresas desse segmento. As marcas diferenciadas, em localização privilegiada e complementar, a significativa ampliação da atuação no segmento da educação médica, somadas a um amplo leque de sinergias potenciais, tornaram essa operação uma oportunidade única de ampliação de nosso propósito, escala e impacto na sociedade.

Em 7 de julho de 2021 celebramos um contrato que resultou na aquisição de parte das ações ordinárias e preferenciais da Gama Academy ("Gama Academy"), uma plataforma digital para formação de habilidades tecnológicas, com uma opção de aquisição de controle até o final de 2025. A Gama Academy é uma Edtech, fundada que seleciona e capacita profissionais na área de tecnologia. É uma referência nacional na capacitação de habilidades digitais e obteve resultados expressivos nos últimos anos, tendo formado e/ ou treinado mais de 30 mil alunos e atendido mais de 650 empresas, com um crescimento de receita superior a 300% em 2020. A Gama Academy atende clientes B2C e B2B ajudando a selecionar candidatos e/ou desenvolver colaboradores com habilidades, que incluem programação, design, marketing, vendas e soft skills. A chegada da Gama Academy foi pensada como o embrião de uma nova vertical de ensino de tecnologia, alavancando a oferta de habilidades digitais para os próprios alunos do Ecossistema Ânima e empresas parceiras além do lançamento de um novo portfólio de cursos regulados no contexto do lifelong learning.

Em 29 de junho de 2021, anunciamos a celebração de contratos de alienação para a Bahema Educação S.A. ("Bahema"), das Escolas Internacionais de Florianópolis e de Blumenau ("Els"), do Colégio Tupy ("COT") em Joinville, além de um compromisso de sublocação de espaços nos campi das Instituições de Ensino Superior ("IES") da Companhia, para abertura de escolas da Bahema.

Em 29 de novembro de 2021, anunciamos um grande passo para a nossa vertical de medicina, a Inspirali, com a criação de uma aliança estratégica, por meio de um Acordo de Investimentos e Outras Avenças ("Acordo de Investimentos") com a DNA Capital Consultoria Ltda. e fundos de investimentos em participações sob sua gestão ("DNA Capital"), que resultou em um investimento de R\$1,0 bilhão, em 31 de março de 2022, na INSPIRALI S.A. ("Inspirali"), subsidiária da Ânima Educação, e a uma participação correspondente da DNA Capital na Inspirali equivalente a 25,0% de seu capital social total e votante. A DNA Capital foi fundada em 2013 com o objetivo de empoderar companhias líderes em saúde, conectando, acelerando e otimizando empresas que estão criando o futuro do setor. É um dos maiores investidor em *healthcare* da América Latina e um dos mais reputados da indústria. A aliança estratégica com a DNA Capital permite uma conexão entre academia e o *healthcare*, promovendo a integração entre os desafios da vida real e suas soluções a partir das práticas da saúde e parceiros. Além de contribuir para a experiência e empregabilidade dos estudantes, potencializar o lifelong learning e aceleração da expansão, colocando a Inspirali na vanguarda do mercado de educação médica. Desta forma, criando muito valor de longo prazo para nossos *stakeholders*.

No dia 30 de novembro de 2021, assinamos, por meio da controlada, Inspirali Educação S.A. ("Inspirali"), um CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA E OUTRAS AVENÇAS e demais instrumentos conexos ("Contratos"), em que celebramos uma transação, que resultou na aquisição imediata do controle do IBCMED SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO S.A. ("IBCMED"), uma plataforma digital para a formação de pós-graduação de profissionais de saúde, além de uma opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade até o final de 2026. O IBCMED foi fundado em 2015, com objetivo de capacitar profissionais da área médica através de cursos de pós-graduação *lato sensu* e já é uma referência nacional na educação médica continuada e obteve resultados expressivos nos últimos anos, contando com uma rede de mais de 5 mil médicos que já participaram de seus cursos.

Em 8 fevereiro de 2022 a Ânima Educação e a Telefônica Brasil firmaram um contrato de investimento para a constituição de uma joint-venture na área de educação, a Vivae, que têm por intuito operacionalizar uma plataforma digital de educação com cursos livres de capacitação, em plataforma digital, com foco em educação continuada e empregabilidade em áreas como, por exemplo, Tecnologia, Gestão, Negócios e Turismo.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Somos uma das maiores organizações educacionais privadas de ensino superior do país, tanto em termos de receita como em número de estudantes matriculados, de acordo com a Hoper Educação.

Em 31 de dezembro de 2022, apresentamos uma base média de aproximadamente 395 mil estudantes matriculados em cursos presenciais e à distância de graduação, pós-graduação, extensão e ensino básico e técnico, em diversos *campi* localizados nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco.

Nesses mais de 20 anos de experiência no setor de ensino superior brasileiro, contamos com uma rede de 18 instituições de ensino superior e em mais de 600 polos de apoio por todo o território nacional. Nossas instituições: UNA, Anhembí Morumbi, UniSociesc, UNIFACS, Milton Campos, São Judas, UNP, UNIBH, UniRitter, AGES, UniFG-BA, FADERGS, UNICURITIBA, FPB, Unisul, FASEH, UNIFG-PE e IBMR. Além de contar com a Inspirali que reúne todos os cursos de medicina do nosso Ecossistema.

Integradas ao Ecossistema Ânima estão as verticais especialistas em suas áreas, como HSM, HSM University, Ebradi (Escola Brasileira de Direito), Le Cordon Bleu (SP), SingularityU Brazil, Inspirali, BSP, Cedepe, Gama Academy e Learning Village, primeiro hub de inovação e educação da América Latina, e o Instituto Ânima.

MISSÃO

Construir uma rede nacional de instituições de educação fundamentada e comprometida com a qualidade, inovação e avaliação do processo de aprendizagem e integrada à cultura regional.

VISÃO

Transformar o país pela educação, sendo referência em práticas inovadoras de aprendizagem e gestão, respeitando a pluralidade, a valorização das pessoas e o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

VALORES

Comprometimento, cooperação, reconhecimento, respeito, transparência e inovação.

PRINCÍPIOS

- TRANSFORMAÇÃO – transformar o país pela educação é o que nos move.
- O ALUNO – o aluno é o centro da escola e o professor é a sua grande inspiração.
- TECNOLOGIA – a tecnologia é um dos pilares do nosso projeto de transformação do país.
- CONFIANÇA – confiamos em nossas escolas e nossos filhos estudam nelas.
- INTERAÇÃO – em uma escola, até as paredes educam. A educação está em cada interação.
- LÍDERES – nossos líderes são empreendedores.
- FUTURO – o resultado não é um fim, mas o meio para se construir o futuro.
- A ÂNIMA – a Ânima é da Ânima.
- LIBERDADE E LEALDADE – entregamos o que prometemos com liberdade na discussão e lealdade na execução.

A coragem e confiança no futuro sempre nos marcaram desde a nossa fundação e estiveram presentes em momentos de grande turbulência nesses últimos anos, como a crise financeira de 2008, as mudanças significativas do FIES (2014) e a pandemia iniciada em 2020. Na realidade, as mudanças do ambiente se tornaram propulsores para nos reinventarmos e alcançarmos grandes realizações, como a aquisição do UNIBH em 2009, o projeto de expansão orgânica (Q2A) em 2016 e a aquisição transformacional que realizamos em junho de 2021 (aquisição dos ativos do Grupo Laureate Brasil), concretizando a formação do maior Ecossistema de Educação Superior de Qualidade do Brasil. Essa nova Companhia é a tangibilização de uma grande conquista, fundamentada em um elevado senso de responsabilidade na realização do nosso propósito, que é a construção de um País melhor, transformado por uma proposta de educação de qualidade.

Nossa instituição tem como princípio preservar e fomentar a interação entre professores e estudantes, respeitando a autonomia e características de seus docentes, em equilíbrio com os ganhos de escala e de qualidade auferidos com a padronização de diretrizes curriculares, processos e sistemas. Nosso modelo acadêmico, que começou a ser implantado desde 2008, é fundamentado em uma metodologia educacional própria que contempla forte interdisciplinaridade, com foco no desenvolvimento de competências, além de uma organização curricular modular, na qual são estabelecidas linhas de formação com indicação dos elementos básicos de progressão do estudante no curso. O modelo de currículo modular proporciona grande flexibilidade para a gestão acadêmica, e acreditamos resultar em qualidade superior de ensino, evidenciada pelos rankings e resultados de avaliações divulgados pelo MEC anualmente.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Entendemos que o setor de educação no Brasil apresenta grande potencial de crescimento e consolidação por diversas razões, dentre as quais destacamos:

- (i) crescimento populacional, bem como do mercado de trabalho;
- (ii) aumento da renda familiar;
- (iii) aumento da demanda por mão de obra qualificada;
- (iv) recente e crescente oferta de crédito educacional pelo setor privado;
- (iv) fragmentação do setor, que está em meio a um processo de consolidação.

Como resultado da excelência acadêmica que vem sendo implementada, em 2018, a Ânima foi reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) como o melhor centro universitário privado de Santa Catarina (UniSociesc) e a segunda melhor de São Paulo (Universidade de São Judas Tadeu). No mesmo ano, a Ânima também foi reconhecida pelo MEC como o melhor Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH) e o segundo melhor de Bahia (UNIAGES).

Possuímos um posicionamento diferenciado quando comparado às outras empresas de educação, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz em capacidade de conciliar escala com oferta de ensino de alta qualidade.

Ao longo do ano de 2022 seguimos empenhados na continuidade das integrações das instituições adquiridas em 2021, como todas as 10 marcas das unidades que foram adquiridas do Grupo Laureate Brasil, a Unisul, a Milton Campos, a Gama Academy e o IBCMED. Atentos às oportunidades de M&A, fomos disciplinados e resilientes, realizando movimentos de expansão de nossa proposta, por meio da aquisição de instituições de ensino com marcas fortes e tradicionais, de alta reputação, alinhadas com nosso posicionamento, e com potencial de ganhos significativos de margem, consolidando a oportunidade de edificar nossas estratégias de crescimento com verticais de ensino abrangendo não somente a graduação, mas também relacionadas a toda a vida de nossos alunos.

Em 2014, a Ânima Educação se estruturou para participar do Programa Mais Médicos (PMM), tendo tido sucesso nos certames de 2014 e 2017 e em 2019, instituiu a vertical de Medicina, denominada Inspirali. O programa Mais Médicos é parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de levar médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidade Básicas de Saúde (UBS), além da oferta de novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais. Os últimos movimentos de M&A realizados pela Ânima Educação também aumentam a exposição da Inspirali, que passou a ser a marca dos cursos de medicina da Ânima Educação.

A Inspirali, é conduzida por uma equipe, que há mais de 10 anos assessorou 54 Instituições de Ensino Superior dentre as quais 19 Universidades, 17 Centros Universitários e 18 Faculdades na elaboração de seus projetos político-pedagógicos para implantação e/ou reestruturação de cursos de Medicina.

Como resultado deste esforço a companhia venceu a concorrências (como nas cidades de Cubatão no Estado de São Paulo, e na cidade de Tucuruí, Estado do Pará). A Inspirali modernizou a proposta acadêmica dos Cursos de Medicina da companhia e mapeou instituições de ensino de medicina em todo o território Brasil com perfil compatível com o da Ânima Educação, contribuindo assim para o pipeline de fusões e aquisições, como foram os casos das Faculdades Agés de Medicina em 2019; da Faseh. UniFG e Unisul em 2020; e da UAM, UNP e UNIFACS em 2021. Atualmente, a Ânima Educação conta com 12 mil alunos matriculados em em nossos cursos de Medicina, com o potencial de atingir cerca de 15 mil alunos quando alcançar a maturidade, majoritariamente localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país, as mais privilegiadas. Para informações sobre número de vagas e amadurecimento de vagas campus a campus e ano a ano, acesse nossa [planilha interativa no site de RI](#).

A Inspirali, em linha com a tendência do setor, foca também em desenvolver soluções que agreguem valor a todo o ciclo de vida de nosso aluno: admissão, escola médica, residência médica e ao seu “*lifelong learning*”.

Em 2022 a Inspirali firmou uma aliança estratégica com a DNA Capital para um importante passo para seguirmos criando valor para os principais *stakeholders*: alunos, equipe e acionistas diante da oportunidade de conexão entre academia e o setor de saúde, promovendo a integração entre os desafios da vida real e suas soluções a partir das práticas da saúde e parceiros - além de contribuir para a experiência e empregabilidade dos estudantes, potencializar o *lifelong learning* e manter nossa firme rota de expansão, colocando a Inspirali numa posição de vanguarda – com um diferenciado ecossistema do mercado de educação médica inserido no setor de saúde.

Nosso portfólio inclui a HSM, que acreditamos ser uma das mais renomadas instituições de educação corporativa no Brasil. Acreditamos ser líderes em termos de participantes no mercado de organização de grandes eventos de gestão empresarial,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

com público médio anual de oito a nove mil participantes, que, em sua maioria, são altos executivos de grandes empresas. Os eventos organizados pela HSM no Brasil têm por objetivo estimular a discussão de temas de vanguarda de gestão global, e contam com a participação de conferencistas mundialmente reconhecidos, como Yuval Noah Harari, Michael Phelps e Peter Diamands.

A HSM, fundada há mais de 30 anos, também se destaca por oferecer soluções educacionais como Cursos In Company, que integram metodologia e acompanhamento diferenciados para atender às necessidades das empresas no desenvolvimento de seus colaboradores e líderes. Adicionalmente, a HSM é responsável pela Revista HSM Management, além do HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão.

Em 2016, a Ânima lançou a Escola Brasileira de Direito (EBRADI), instituição que oferece cursos de Pós-Graduação 100% on-line, além de cursos preparatórios para o exame da OAB (também oferecido integralmente à distância).

Nossos cursos possuem como patronos os principais nomes do direito brasileiro, como Ives Gandra, Humberto Theodoro Junior, Pedro Paulo Teixeira Manus, dentre outros.

Em maio de 2018, foi inaugurado um relevante projeto da Ânima Educação: a Le Cordon Bleu São Paulo. Formada a partir de uma joint venture com a Le Cordon Bleu Paris, a Ânima trouxe para a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a principal rede de escolas de culinária e hospitalidade do mundo, com 35 institutos em 20 países. A Le Cordon Bleu Paris combina inovação e criatividade com tradição através de seus certificados e diplomas. A instituição, agora também paulistana, está dedicada a fornecer o mais alto nível de instrução culinária e de hospitalidade através de programas de nível mundial.

Desde 2016, iniciamos um processo de evolução digital, quando adotamos a metodologia *Lean* para resolução de problemas relacionados aos serviços acadêmicos e financeiros prestados aos nossos alunos. Rapidamente aprendemos que tecnologia seria um meio fundamental para o atingimento de nossos resultados, mas que exigiria muito mais de nossos esforços de transformação.

Então, em 2018, demos início a uma nova fase: Transformação digital. Muito além de encontrar soluções baseadas em tecnologia, estamos mudando nossa forma de interagir e trabalhar. Nossas decisões precisavam ter o aluno no centro e ser orientadas por dados. Tecnologia não poderia mais ser um departamento, mas uma competência das áreas de negócios. Com essas referências demos um novo sentido para a nossa jornada e potencializamos nossa contribuição para transformar o país pela educação.

Contamos com *squads*, distribuídas em times multidisciplinares com competência e autonomia para desenvolver produtos e serviços conectados a um fluxo de valor orientado pela centralidade no aluno. Como base, as *squads* trabalham com foco em gerar impacto de negócio e garantir valor para todos os stakeholders. O desafio é contínuo com ciclos de entregas mais curtos e experimentação, aprendizado e adaptação como premissas essenciais.

Em 2019 ampliamos nossa atuação a partir de parceria estabelecida, por meio da HSM, com a Singularity University (SU) para trazer a renomada universidade do Vale do Silício para o Brasil, e na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a criação da SingularityU Brazil, para oferta de programas dentro das empresas, com projetos de estratégia, aceleração de inovação e liderança. No mesmo ano, criamos também a HSM University, braço da HSM para promover cursos de especialização à distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

A Ânima se destacou em 2019 entre as 150 empresas mais inovadoras do Brasil, de acordo com o Valor Inovação Brasil (julho de 2019), se posicionando em terceiro lugar no ranking do setor de serviços. Ainda em 2019 a Ânima figurou no Anuário Época Negócios 360º Melhores Empresas do Brasil como a melhor companhia do setor de educação no quesito Governança Corporativa, e a segunda melhor na dimensão de Visão de Futuro. Especificamente sobre o departamento de Relações com Investidores, a companhia foi eleita por ter o Melhor Programa de RI assim como Melhor Executivo de RI dentre as companhias small cap, pelo IR Magazine Brazil Awards 2019. A Companhia foi eleita pela CNN a empresa mais notável na categoria educação no ano de 2020. Em maio de 2021 recebemos o reconhecimento da revista Exame de melhor ESG (referente a práticas ambientais, sociais e de governança) no segmento Educação na premiação "Melhores ESG". Em 2021 e 2022 fomos premiados pela Institutional Investor Magazine nas categorias no setor de Educação (Melhor CEO, Melhor CFO, Melhor Profissional de RI, Melhor Time de RI, Melhor Programa de RI, Melhor Evento Investidor/Analista (Virtual), Melhor ESG, Gerenciamento de Crise durante a Covid-19) e sempre ocupando os primeiros lugares do ranking. Em 2021 fomos escolhidos como o Melhor Departamento Financeiro no setor Educação e em 2022 como Melhor Departamento de Compliance no Finance & Law Summit Awards.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Movimentos recentes de expansão, somados à base de ativos de medicina em maturação resultarão em um aumento significativo dos resultados operacionais, a execução do processo de integração desses novos projetos tem sido bem-sucedida.

A tabela abaixo apresenta nossos principais indicadores financeiros e operacionais.

R\$ milhões (exceto em %)	2022	2021	Δ2022/ 2021
Receita Líquida	3.563,2	2.650,8	34,4%
Lucro Bruto	2.275,3	1.660,3	37,0%
<i>Margem Bruta</i>	63,9%	62,6%	1,2pp
Resultado Operacional	1.465,9	1.103,6	32,8%
<i>Margem Operacional</i>	41,1%	41,6%	-0,5pp
EBITDA Ajustado	1.073,0	802,7	33,7%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	30,1%	30,3%	-0,2pp
Lucro Líquido Ajustado ¹	250,6	111,8	124,1%
<i>Margem Líquida Ajustada</i>	7,0%	4,2%	2,8pp
Geração de Caixa Operacional	1.075,6	702,4	53,1%
Geração de Caixa Livre ex. Desinvestimentos	604,7	466,9	29,5%

Indicadores Operacionais	2022	2021	Δ2022/ 2021
Base de Alunos Total ²	395.344	391.787	0,9%
Base de Alunos Ensino Acadêmico ²	333.971	321.021	4,0%
Ticket Médio Ânima Core (R\$/mês)	777	720	8,0%
Ticket Médio Ensino Digital (R\$/mês)	187	204	-8,5%
Ticket Médio Inspirali (R\$/mês)	8.129	7.350	10,6%
Evasão Graduação Presencial ²	-3,5%	-5,9%	-2,4pp

¹ A conciliação com o Lucro Líquido contábil é demonstrada na sessão "LUCRO E MARGEM LÍQUIDOS" do Release de Resultados de 2022, na página 24.

² Final do período.

Partindo de uma operação inicial em 2003 com cerca de 3,8 mil estudantes matriculados, apresentamos um crescimento sólido e constante de nossos resultados nos últimos 20 anos, tanto por crescimento orgânico, quanto por aquisições. A nossa receita líquida consolidada passou de R\$2650,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 3.563,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um crescimento de 34,4%. No último ano, o nosso EBITDA Ajustado apresentou crescimento de 33,7%.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. Produtos e Serviços Comercializados

Atualmente, organizamos nossas atividades em três segmentos operacionais, quais sejam:

Ensino Acadêmico:

- **Ânima Core:**

Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.

- **Inspirali:**

Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.

Lifelong Learning

Atividade atrelada à prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos in *company*, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como nos exercícios sociais encerrados em 2021 e 2020, as nossas receitas foram compostas (i) pelo recebimento de mensalidades decorrentes da prestação de serviços educacionais relativos ao ensino superior, prestados em nossos campi e (ii) pelos valores relativos aos serviços educacionais de educação executiva continuada.

Para maiores informações sobre os nossos serviços prestados e sobre nossas unidades de ensino e instalações, vide nessa Seção 1 deste Formulário de Referência.

b. Receita Proveniente do Segmento e sua Participação na Receita Líquida da Companhia.

Na tabela abaixo a nossa receita líquida para últimos três exercícios sociais:

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	
	Receita líquida (R\$ milhões)	Participação na receita líquida (%)
Segmento de Ânima Core	2.291,1	64,3%
Segmento Lifelong Learning	187,3	5,2%
Segmento Inspirali Educação Médica	1.084,8	30,5%
Total	3.563,2	100,0%

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	
	Receita líquida (R\$ milhões)	Participação na receita líquida (%)
Segmento de Ânima Core	1.823,1	68,8%
Segmento Lifelong Learning	148,6	5,6%
Segmento Inspirali	679,1	25,6%
Total	2.650,8	100,0%

c. Lucro ou Prejuízo Resultante do Segmento e sua Participação no Lucro Líquido da Companhia.

Indicamos na tabela abaixo o nosso lucro líquido em cada um desses segmentos para os últimos três exercícios sociais:

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhões)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido
Segmento de Ânima Core	(102,7)	(900,8)%
Segmento Lifelong Learning	34,0	298,2%
Segmento Inspirali	414,7	3.637,7%
Parcela não alocada ⁽¹⁾	(334,6)	(2.935,1)%
Total	11,4	100,0%

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhões)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido
Segmento de Ânima Core	(194,3)	239,0%
Segmento Lifelong Learning	(1,5)	1,8%

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Segmento Inspirali	265,4	(326,4)%
Parcela não alocada ⁽¹⁾	(150,9)	185,6%
Total	(81,3)	100,0%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os serviços educacionais ofertados pelas instituições que integram a Ânima Educação vão da Educação Básica à Pós-Graduação, passando pela graduação (tecnológica, bacharelado e licenciatura), pós-graduação *lato sensu* (Especialização) e *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), cursos de idiomas, cursos e programas de extensão e educação executiva, nas modalidades presencial e digital, além de projetos de consultoria a empresas e órgãos públicos, em diferentes áreas de atuação. Todos os produtos e serviços ofertados aos alunos estão organizados em uma perspectiva da aprendizagem ao longo da vida (*Life Long Learning*) e compõem de forma integrada o Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A).

A – Características do processo de produção:

1. Cursos Presenciais

A modalidade de ensino presencial é ofertada pela Ânima em todos os seus segmentos de atuação (ensino básico, graduação, pós-graduação e cursos livres). Os cursos presenciais mesclam diferentes metodologias de ensino a fim de assegurar que o processo de aprendizagem se dê de forma autônoma, individualizada e efetiva. Mesmo na modalidade presencial, a tecnologia está presente em todas as práticas acadêmicas, mediante a utilização de modernas plataformas de aprendizagem, dentre elas merecem destaque:

- (i) **Ulife - Sala de Aula Virtual** (ambiente digital de aprendizagem da respectiva unidade curricular, que favorece o desenvolvimento de atividades síncronas e assíncronas e a interação professor-aluno e entre alunos).
- (ii) **Adapti Ingressante** (com programa de nivelamento e reforço dos conteúdos do ensino básico essenciais à compreensão e permanência do ingressante no ensino superior);
- (iii) **Vida & Carreira** (componente curricular para ingressantes e plataforma digital com a finalidade de assegurar o desenvolvimento das competências atitudinais e comportamentais do discente durante toda a jornada, além de promover o desenvolvimento de um projeto de inovação cidadã e a conexão com o mundo de trabalho);
- (iv) **Ebradi OAB 100%** (programa de verificação e acompanhamento da aprendizagem, exclusivo para os concluintes do curso de Direito, voltado à empregabilidade através da preparação do futuro egresso para o exame da Ordem dos Advogados do Brasil e para concursos públicos).

As práticas educacionais adotadas pela Ânima estão em constante e ininterrupto processo de revisão e atualização, a fim de assegurar que a vivência prática da profissão e o desenvolvimento das competências pessoais e profissionais necessárias ao perfil do egresso pretendido ocorram, efetivamente, do primeiro ao último dia do curso. Esse movimento de repensar o modo e a forma como ensinamos e aprendemos tem como marco o ano de 2008, momento no qual a Ânima definiu sua opção pelo regime modular para estruturação de seus currículos.

A modularização deu oportunidade a construção de matrizes curriculares inovadoras, interdisciplinares e flexíveis, possibilitando a utilização de modernos recursos tecnológicos no, até então, tradicional ambiente universitário, além de assegurar eficiente gestão financeira e melhor alocação dos recursos da Companhia.

Por meio de um rigoroso processo de qualidade, que vai da concepção acadêmica dos cursos à gestão da oferta semestral de turmas e disciplinas, concebemos um modelo próprio de gestão que, além de atender a todos os requisitos legais e institucionais, assegura diferenciada qualidade acadêmica, ranqueando nossos cursos de graduação nas melhores posições, segundo dados oficiais do Ministério da Educação. A expertise do modelo de gestão concebido pela Ânima está na conciliação entre qualidade acadêmica e eficiência operacional.

A evolução de nossos indicadores e crescimento exponencial das operações da Companhia ao longo dos 16 anos nos instigou a buscar, constantemente, a melhoria dos nossos produtos e o aprimoramento dos processos acadêmicos. Imbuídos na missão de transformar o país pela educação iniciamos, em 2015, o projeto de convergência curricular, entendendo ser esse o primeiro esforço para a concepção de um modelo acadêmico robusto, escalável e gerenciável. A primeira etapa do projeto, dedicada à uniformização das matrizes curriculares para as IES Ânima, foi concluída no primeiro semestre de 2016, apresentando ganhos acadêmicos e operacionais, já apurados, muito consistentes.

Em outubro de 2016, a Companhia redesenhou sua estrutura organizacional e, dentre outras mudanças, instituiu a Vice-Presidência Acadêmica, que incorporava a estrutura da anterior Diretoria Acadêmica, tendo como escopo principal assegurar a evolução constante do modelo acadêmico e a criação do Ecossistema Ânima de Aprendizagem ("E2A"), com implementação de um piloto em agosto de 2017.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em 2019, a Vice-Presidência Acadêmica, liderada pela professora Denise Campos, ganhou o reforço de um time engajado de colaboradores, incorporando a Diretoria de Integração Curricular, com os coordenadores responsáveis pelas áreas de conhecimento (Arquitetura e Urbanismo & Design, Ciência Médicas, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Arte & Comunicação, Ciências Humanas, Tecnologia da Informação & Computação, Ciências Jurídicas, Engenharias, Gestão & Negócios, Turismo & Hospitalidade), a Diretoria de Estratégia e Planejamento, a Diretoria de Projetos para o Sucesso do Aluno e a Diretoria de Personalização, a fim de assegurar sinergia entre o projeto acadêmico e o plano de negócio da empresa, e o desafio de traduzir, interna e externamente, o que seria o Índice de Qualidade Ânima, a IQA, nosso DNA de qualidade acadêmica.

O E2A surge em um momento em que a Companhia reflete sobre suas práticas e redefine seu escopo de atuação, renovando seu compromisso de maximizar os resultados acadêmicos já alcançados, sem perder o foco na eficiência operacional e no fortalecimento da governança. Projetado para representar um modelo de educação contemporizado com a sociedade do século 21, assumindo como vocação ser um projeto acadêmico diferenciado.

O E2A tem como diferencial a formação por competências, como forma de garantir a empregabilidade dos egressos. Novas formas acadêmicas de se planejar e organizar os currículos foram criadas e algumas premissas se tornaram pilares para a sustentação das escolhas acadêmicas que o regem, dentre elas a formação por competências, a interdisciplinaridade, a empregabilidade, o docente, o ambiente digital e a avaliação processual, como metacognição.

O currículo dos cursos ofertados pela Ânima é organizado em Unidades Curriculares, de forma integrada, em níveis de ambiência, que levam em consideração, sobretudo, as competências a serem desenvolvidas. Rompe-se com a ideia de currículo pautado na “distribuição de disciplinas em grades” em que o conhecimento é “prisoneiro” de pontos de vista singulares, definitivos, estanques, incomunicados e passa-se a considerar a Unidade Curricular organizada por competências como a unidade mínima do currículo, trabalhando temas que superam as tradicionais barreiras disciplinares, com a atuação de pelo menos dois professores que trabalham de forma integrada no planejamento das aulas, atividades, desempenhos e avaliações.

Todas as experiências que se vivenciam dentro e fora da Instituição de Ensino, e que se constituem como instrumentos viabilizadores da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão passaram, desde 2019, a integrar o currículo. Os projetos e atividades de extensão compõem 10% da carga horária dos cursos, cumprindo a Resolução no. 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, mas principalmente, promovendo a aplicação dos conhecimentos em projetos que promovem a relação da Universidade com as demandas da sociedade. Estes projetos são também instrumentos para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, novas experimentações e desenvolvimento de novas competências, o que permite ofertar ao estudante um autônomo, personalizado, sólido e crítico processo de formação.

A mudança proposta está assentada em dois pilares: i) emprego da tecnologia a serviço da aprendizagem; ii) currículo pensado e organizado a partir das necessidades do aluno do século 21. Ao disponibilizar um projeto de formação para o estudante em qualquer tempo e onde quer que ele esteja, a antiga sala de aula, marcada pelo excesso de aulas expositivas, se transmuta em um espaço contemporâneo, híbrido, entendido como a sala de aula ampliada, voltado ao desenvolvimento de competências e habilidades mediante a realização de práticas, experimentações, problematizações, vivências e demonstrações de desempenho. Além de preparar o aluno para a vivência profissional, as salas de aulas ampliadas geram o senso de comunidade, a sociabilidade, convivência, coletivismo e o senso de pertencimento.

No currículo dos cursos, é ofertado para os alunos ingressantes o Programa de Vida & Carreira que tem o objetivo de fazer a conexão do projeto de vida do aluno, o projeto de formação proposto pelo E2A e a realidade do mundo do trabalho. No primeiro semestre o projeto de formação é apresentado ao aluno, que faz uma avaliação das suas competências socioemocionais e pode escolher cursar trilhas para o autodesenvolvimento. Com o auxílio dos professores tutores, os alunos refletem sobre o projeto de vida e a cada Unidade Curricular cursada, é conferida uma certificação das competências profissionais e socioemocionais e esta informação passa a integrar o currículo profissional do aluno, que vai sendo construído na Plataforma ao longo da formação. A Plataforma também oferece vagas de estágios e oportunidades de trabalho. Ao clicar na vaga desejada, o aluno recebe um score, resultado da comparação entre as competências exigidas pela vaga e as competências que possui. Desta forma, o programa contribui para o discente no que se refere à autogestão da carreira, indicando também as competências que ainda precisará desenvolver.

Com a concepção e implementação do E2A, a Ânima Educação avança mais no objetivo de criar um marco institucional para o que almeja como um indicador de sua qualidade. O Índice de Ânima de Qualidade – IAQ – será obtido pelos resultados de seus processos de Avaliação Interna (AI) somados aos de sua Avaliação Externa (AE) (avaliações in loco em processos de Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento, bem como ENADE) e também aos Índices de Conclusão de Curso (ICC) que, por sua vez, serão somados aos resultados obtidos em pesquisas que apontem onde estão nossos egressos (Empregabilidade e Carreira – EC). A representação dessa equação da qualidade seria: $AI + AE + ICC + EC = IAQ$. Para a obtenção desse indicador, temos envidado nossos esforços, pois fomos o primeiro grupo

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

educacional brasileiro a adotar o modelo de formação por competência em escala, assumindo a dianteira da inovação no ensino superior, e gerando *benchmarking* para várias outras escolas do país.

Aulas híbridas

Desde 2018, a Ânima Educação iniciou uma jornada de atualização de seus sistemas para viabilizar a flexibilização e personalização da aprendizagem de modo que a mediação pelo presencial ou digital, quando a legislação assim permitir, seja uma escolha do aluno, atendendo suas preferências e necessidades. A recente alteração regulatória por meio da Portaria MEC Nº 2117/2019, que aumenta o limite da oferta digital nos cursos presenciais de 20% (vinte por cento) para 40% (quarenta por cento), vai ao encontro da tendência de maior flexibilização no formato de aprendizagem, em linha com este posicionamento estratégico da Companhia.

Estudos recentes revelam que a educação híbrida, ao combinar metodologias e tecnologias, envolvendo a interação entre atividades educativas presenciais e online, potencializa a construção de aprendizagens significativas. Esta abordagem se apresenta como uma premissa do ecossistema de aprendizagem Ânima, tanto na modalidade de ensino presencial ou a distância.

O ambiente virtual de aprendizagem – AVA é utilizado para estudo dos materiais didáticos e interação entre alunos e professor tutor para discussão dos conteúdos e esclarecimento de dúvidas. Os encontros presenciais são destinados ao desenvolvimento de atividades de aplicação de conhecimentos, discussão, sínteses, atividades de avaliação e auto avaliação da aprendizagem, realização de exercícios, dentre outras, conforme características de cada área de conhecimento e sempre levando-se em conta o uso de metodologias ativas de ensino-aprendizagem. O modelo híbrido mais adotado nas aulas é o da sala de aula invertida (*flipped classroom*),

Material Didático

Cuidadosamente selecionado pelos professores-referência da Ânima, o material didático das disciplinas híbridas é constituído pela combinação dos conteúdos curados das nossas bibliotecas digitais combinando diversos tipos de objetos de aprendizagem, tais como: vídeos, podcasts, animações, infográficos interativos e conteúdo *online*, produzidos por uma equipe de designers educacionais e gráficos. O material é organizado sob a forma de atividades que se conectam de forma fluida ao material e às atividades dos encontros presenciais/síncronos. Sob a coordenação da área de Curadoria & Aprendizagem Digital da Ânima, o planejamento da curadoria e organização dos conteúdos dos materiais se estruturam a partir do plano de ensino, em conformidade com as ementas, bibliografias (básica e complementar) e perfil do egresso constantes no Projeto Pedagógico do Curso.

A relação do aluno com os conteúdos ocorre por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), com a mediação de um professor, que também disponibiliza materiais complementares para ampliação e aprofundamento dos estudos.

Além do material didático, os alunos utilizam as bibliotecas virtuais parceiras à Ânima, tais como: a Biblioteca Digital, Minha Biblioteca, Ebsco, Senac, dentre outras fontes. Essas bibliotecas referenciam e apoiam o processo ensino-aprendizagem com diversos recursos interativos e dinâmicos, possibilitando o acesso a informações atualizadas e legitimadas por selos editoriais de referência como: Manole, Contexto, InterSaberes, Casa do Psicólogo, Papirus, Ática, Scipione, Educus, Cia das Letras, Jaypee Brothers, Aleph, Rideel, Lexicon, Callis, Interciência, Digital Page, ArtMed, Artes médicas, Bookman, Penso, McGraw-Hill); Grupo Gen (Ed. LTC, Forense, Método, Atlas, Guanabara Koogan, Roca); e Saraiva.

As bibliotecas virtuais estão disponíveis, gratuitamente para toda a comunidade Ânima e de forma ilimitada.

2. Cursos na modalidade a Distância – EAD

No segundo semestre de 2010, foi criado o Instituto Una de Educação a Distância, constituído com o objetivo de conduzir a concepção, a produção, a difusão, a gestão e a avaliação dos projetos em EaD. Em julho de 2014, foi publicada a portaria do MEC de credenciamento do Centro Universitário Una para oferta de cursos a distância, atualmente com 27 cursos de licenciatura, bacharelado e educação tecnológica, bem como de pós-graduação *lato sensu*, distribuídos em 22 polos de atendimento presencial nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

A oferta de cursos à distância, pela Ânima, aumentou substancialmente em 2016, com o portfólio do Centro Universitário SOCIESC, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, nessa modalidade de ensino. O Centro Universitário SOCIESC, naquele ano, dispunha de 15 (quinze) cursos de graduação na modalidade a distância, distribuídos em seus 22 (vinte e dois) Polos de Atendimento Presencial nos Estados do Paraná e Santa Catarina, já credenciados pelo MEC.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em 2017, o Centro Universitário Una de Bom Despacho foi credenciado para oferta de Educação a Distância, tendo iniciado a oferta de graduação EaD. Atualmente ele conta com 15 (quinze) cursos de graduação a distância, distribuídos em seus 20 (vinte) Polos de Atendimento Presencial nos Estados de Minas Gerais e Goiás. No mesmo ano, o Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH foi credenciado para oferta de cursos de graduação a distância. O Centro Universitário São Judas Tadeu – CSJT foi credenciado em 2018, ofertando 19 (dezenove) cursos de graduação a distância em 9 (nove) Polos de Atendimento Presencial para EaD no Estado de São Paulo. A Universidade São Judas Tadeu também está credenciada para oferta de cursos de graduação a distância, desde 2019.

Em 2020 a Universidade São Judas Tadeu lançou um novo produto digital “São Judas Live”. Esse produto faz uso intensivo de tecnologia, promovendo aulas síncronas, nas quais o docente atua com os alunos em um ambiente virtual utilizando ambientes simulado de prática, bibliotecas e laboratórios digitais. Além do ambiente digital, sempre que desejar, o aluno pode utilizar os espaços de estudos do campus e participar das atividades acadêmicas promovidas pela escola. Inicialmente, foi ofertado um portfólio na São Judas, em três áreas do conhecimento: Gestão & Negócios, Ciências Humanas e Educação e TI & Comunicação. Em 2021, esse produto foi expandido para as marcas: Una Live, Sociesc Live e Ages Live com a ampliação do portfólio para 73 cursos distribuídos em 10 áreas do conhecimento.

Ainda em 2021, a Ânima incorpora o portfólio EAD dos cursos 100% Digitais, ofertando mais de 70 cursos de graduação e 170 cursos de pós-graduação nas áreas do conhecimento: Arquitetura e Urbanismo & Design, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Agrárias & Meio Ambiente, Ciências Humanas, Ciências Jurídicas, Comunicação & Artes, Engenharias, Gestão & Negócios, TI & Computação e Turismo & Hospitalidade, nas instituições: Anhembí-Morumbi, UNP, FPB, UNIFG-PE, UNIFACS, UNIRITTER, IBMR, FADERGS e UNISUL.

Os cursos 100% digital, tem como concepção um processo educativo realizado com base na aprendizagem colaborativa e significativa mediada por educadores-tutores proporcionando uma relação de aprendizagem que supere as dimensões de espaço/ tempo e que desenvolva as competências necessárias para a formação dos futuros profissionais.

Os conteúdos das disciplinas foram estruturados por unidades de estudos, tendo como valores essenciais a autonomia do estudante e o exercício constante de articulação entre teoria e prática, currículo e vida profissional, mediada por ferramentas tecnológicas como laboratórios de simulação, vídeos interativos e por educadores-tutores.

Os diferenciais da escolha de curso para essa modalidade:

- Interação mediada por educadores-tutores da área de formação;
- Materiais assíncronos (referenciais e complementares);
- Laboratórios de simulação de atividades práticas e vídeos 360;
- Acesso a milhares de títulos de livros por meio das bibliotecas digitais;
- Apoio dos polos presencial com laboratórios de informática e acesso wi-fi para realização das atividades, e
- Autonomia para organização dos estudos.

Em 2022 os cursos desta modalidade passaram também a serem organizados em Unidades Curriculares Digitais, seguindo as premissas de integração do currículo e do ensino por competências presentes no Ecossistema Anima de Aprendizagem.

Todas as Unidades Curriculares oferecidas contam com acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – ULIFE, acessível a qualquer dispositivo móvel.

A Ânima adota uma abordagem híbrida de educação combinando situações de aprendizagem com a utilização de recursos tecnológicos digitais em momentos presenciais e virtuais. Mesmo os estudantes que optaram por realizar o curso 100% digital, tem à sua disposição uma programação de atividades acadêmicas, científicas e culturais das quais pode participar, além da possibilidade de utilização dos espaços de convivência e laboratórios para estudo sempre que desejar. Além destes diferenciais, o modelo incorpora momentos de interação síncrona com os professores. O conecta traz situações problemas, com base no material de estudo. O Talk mobiliza as competências desenvolvidas na Unidade Curricular Digital para situações reais e práticas da carreira escolhida. Por fim, a Plenária sistematiza e sintetiza os conhecimentos desenvolvidos na Unidade Curricular Digital.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em coerência com os avanços das discussões sobre hibridez em Educação, a Ânima adotou seu próprio modelo de educação híbrida vendo nele uma forma inovar, de concretizar a integração curricular e de possibilitar experiências de aprendizagem mais personalizadas aos estudantes.

De acordo com Moran (2015) há três dimensões importantes do currículo para a inovação na educação híbrida: ênfase no projeto de vida dos alunos; ênfase em valores e competências amplas; integração de tempos, espaços, metodologias, tecnologias em equilíbrio com aprendizagens individuais e grupais. (MORAN, 2015, p.29). Estes princípios orientam o projeto de educação híbrida da Ânima e pautam os projetos pedagógicos dos cursos.

Os cursos Live

Os cursos Live se constituem em um modo de estudar totalmente digital em que há uso intensivo de tecnologia, com acesso a ambientes simulados de prática, bibliotecas e laboratórios digitais. Os alunos podem estudar de forma totalmente digital, ou grande parte dos estudos por meio digital, por meio de aulas síncronas, conduzidas pelo professor. Estas aulas são também gravadas e disponibilizadas no Ulife para que o aluno possa acompanhar em qualquer tempo.

São cursos voltados àqueles estudantes que possuem afinidade com tecnologias, almejam maior flexibilidade quando ao tempo e o lugar em que realizarão seus estudos, mas não abrem mão de uma formação sólida com a presença de professores e interação com os seus pares.

Destacam-se alguns diferenciais destes cursos:

- Ensino Humanizado e aulas com professores reais ao vivo
- Aprendizado através de estudos de caso agregando teoria e prática
- O aluno pode vivenciar sua profissão na prática através de estágios e atividades em laboratórios virtuais de última geração
- Avaliação ocorre no AVA em formato 100% digital
- Conexão com o mundo do trabalho através da plataforma Vida & Carreira

Seguindo-se os princípios da educação híbrida, além de bibliotecas digitais, os estudantes podem realizar atividades experimentais nos laboratórios de simulação digitais da Anima, podem frequentar o campus para estudar, usufruir dos espaços de convivência e participar dos eventos realizados e são incentivados a isso.

As aulas são síncronas e ocorrem sistematicamente em todos os dias da semana, são gravadas e disponibilizadas juntamente com os demais materiais da unidade curricular na sala de aula virtual do Ulife.

Metodologia

Na Ânima, o processo ensino-aprendizagem se orienta pelo uso de metodologias ativas, valorizando, portanto, a colaboração, a interação, a congruência entre atividades teóricas e práticas desafiadoras, envolvendo situações diversificadas que favorecem a aplicação do conhecimento em situações reais ou simuladas envolvendo a futura profissão, assim como o uso de estratégias diversificadas de engajamento dos estudantes com o apoio intensivo de tecnologias e recursos e objetos digitais de aprendizagem.

Os docentes dos cursos participam de espaços de formação permanente para atuarem no currículo e desenvolverem competências de literacia digital. Além disso, são mestres e doutores com conhecimento profundo nas temáticas da sua docência.

Em cada unidade curricular, o processo ensino-aprendizagem é conduzido por dois professores que trabalham de forma integrada no Ulife sala virtual, que é a plataforma digital da Ânima para o desenvolvimento das aulas. Na sala de aula virtual do Ulife, além de um material produzido exclusivamente para as unidades curriculares dos cursos Live, os estudantes e professores contam com diversas ferramentas e recursos de aprendizagem e de comunicação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os conteúdos de estudo são produzidos a partir de um trabalho cuidadoso de curadoria realizado e organizado por um professor especialista e posteriormente é transformado em um material dialógico e interativo pelas equipes da área de Aprendizagem Digital, com a inserção de diversos recursos como *motion videos*, infográficos, podcasts, recursos gamificados, etc., com vistas a promover a melhor experiência de aprendizagem aos estudantes.

Os alunos estudam o material e outros que são disponibilizados pelos professores da Unidade Curricular, em grupo e individualmente, de formas síncrona e assíncrona. Na sala de aula virtual estudantes e professores contam ainda com diversas ferramentas de comunicação assíncrona.

3. Nivelamento ADAPTI

Os ingressantes dos cursos de graduação (bacharelados, tecnólogos e licenciaturas) das IES da Ânima tem a oportunidade de passar pelo programa de Nivelamento, atividade complementar que tem como finalidade desenvolver as habilidades básicas de raciocínio lógico (Matemática) e de interpretação de texto (Língua Portuguesa) bem como reciclar habilidades e conceitos do Ensino Médio, cujos conhecimentos são importantes para seu bom aproveitamento acadêmico.

O Nivelamento é realizado com a utilização do Adapti, uma plataforma de atividade adaptativa individual, que propõe atividades diferentes para cada aluno a partir dos índices de acerto e erro às tarefas de aprendizagem.

O Programa Adapti ocorre a partir de uma avaliação prévia do aluno (processo seletivo/vestibular), propondo-se missões de acordo com as habilidades necessárias para que cada discente possa ter um melhor rendimento no curso escolhido. Para cada missão são disponibilizados conteúdos diferentes.

Para alunos ingressantes pelo ENEM, por transferência ou por obtenção de novo título, o próprio sistema indica questões para medir o nível de conhecimento e, a partir das respostas, designa missões para aprimorar o conhecimento desses alunos.

A plataforma objetiva ainda, identificar as potencialidades e dificuldades dos alunos por meio de relatórios e diagnóstico de desempenho detalhados. Essa mensuração é utilizada para traçar um mapa de conteúdos do Ensino Médio, com as necessidades de reciclagem, cruzando as disciplinas, de modo que consiga avançar simultaneamente em cada uma delas. Pode-se verificar ainda, que, alunos que cursam integralmente o programa, têm 20 vezes mais chances de serem aprovados nas disciplinas regulares de seu curso de escolha.

Com base na plataforma Adapti Ingressante, a instituição busca aperfeiçoar seu ciclo pedagógico, acompanhando o desenvolvimento acadêmico do aluno. A IES, ao aliar educação e tecnologia, procura identificar e trabalhar de forma específica as necessidades de cada discente. Como consequência, há a melhora significativa da qualidade de ensino, contribuindo com a constante busca da excelência acadêmica.

4. Pós-Graduação

A educação continuada possui relevante destaque no Projeto Acadêmico e no Plano de Negócios das Instituições de Ensino Ânima, ao longo dos seus 17 anos de atuação no mercado educacional brasileiro.

Até 2013, os cursos de especialização eram ofertados exclusivamente na modalidade presencial, nos campi das IES Ânima. Em 2014, com o Credenciamento do Centro Universitário Una para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, iniciou-se a oferta dos cursos de pós-graduação EaD pela Una. Em 2016, foi definida a expansão na pós-graduação EaD e, mediante parceria celebrada entre a Una e a EBRADI, elaborou-se um portfólio inovador e de diferenciada qualidade técnica na área do Direito, com o lançamento de seis cursos de especialização online, nas seguintes áreas: Advocacia Tributária; Advocacia do Direito Negocial Imobiliário; Direito Penal e Processo Penal Aplicados; Advocacia Trabalhista; Advocacia Cível e Advocacia Empresarial. A concepção do projeto acadêmico para os referidos cursos contou com a participação direta de renomados juristas do país, a saber: Ives Gandra Martins; Flávio Tartuce; Guilherme De Souza Nucci; Pedro Paulo Teixeira Manus; Humberto Theodoro Júnior e Marcus Elidius Michelli de Almeida.

Ainda em 2016, em uma ação sinérgica à implementação do Ecossistema Ânima de Aprendizagem, foi definido o novo desenho curricular dos cursos de pós-graduação lato sensu. O modelo em questão é fruto de um denso processo de pesquisa mercadológica desenvolvido entre setembro de 2015 e outubro de 2016 que, dentre outros objetivos, buscou:

- (i) Mapear as principais competências profissionais e comportamentais pretendidas pelo mercado para os egressos de cada uma das grandes áreas de atuação profissional;

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- (ii) Conhecer as melhores práticas educacionais, nacionais e internacionais, no campo da pós-graduação lato sensu;
- (iii) Definir o perfil de egresso pretendido pela Ânima para os seus cursos de especialização e assegurar a lapidação do discente no decorrer do curso;
- (iv) Conceber produtos atrativos e de reconhecida qualidade acadêmica, a fim de ampliar a participação da Companhia no referido segmento, em todas as suas praças de atuação;
- (v) Majorar a taxa de conversão dos egressos dos cursos de graduação, assegurando a permanência do aluno nas IES, através dos programas de educação continuada.

O novo design curricular testado, inicialmente, em um projeto piloto na área da Gestão e ampliado, a partir do 1º semestre de 2017, para todas as grandes áreas do conhecimento, foi estruturado a partir das seguintes premissas acadêmicas:

- (i) Concepção de módulo comum por área do conhecimento, com duração de 120 horas, assegurando que todos os conteúdos ministrados no decorrer do curso guardem íntima relação com a área de atuação do futuro egresso;
- (ii) Inclusão da disciplina “Autoconhecimento e Autodesenvolvimento Pessoal e Profissional” na matriz curricular de todos os cursos de pós-graduação lato sensu. O conteúdo em questão foi desenvolvido em parceria com Grupo DMRH e com a Cia de Talentos que, juntas, somam mais de 50 anos de atuação no mercado brasileiro e em vários países da América Latina dedicados à atração, recrutamento, seleção e desenvolvimento de jovens profissionais;
- (iii) Utilização, por todos os discentes dos cursos de especialização, do inventário de personalidade FACET5. A ferramenta, fundamentada na Big 5 Theory, é um recurso mundialmente empregado em seleção, treinamento e desenvolvimento de Recursos Humanos, que permite o entendimento de como as pessoas diferem em termos de comportamento, motivação, atitudes e aspirações;
- (iv) Construção, pelo aluno, do seu próprio PDI – Plano de Desenvolvimento Individual, visando o desenvolvimento dos gaps identificados durante sua jornada de autoconhecimento;
- (v) Disponibilização, pelo Grupo DMRH, do menu de opções de desenvolvimento para as competências avaliadas no FACET5, a saber: a) Liderança; b) Comunicação; c) Relacionamento Interpessoal; d) Análise e Tomada de Decisão; e) Iniciativa e Empenho; f) Planejamento e Organização;
- (vi) Introdução da disciplina Negociação, em formato de skills para o trabalho, no módulo comum da pós-graduação, propiciando ao aluno a capacidade de dominar os saberes e as competências necessárias à sua atuação profissional nos processos de negociação e tomada de decisões estratégicas voltadas ao negócio em que atua;
- (vii) Parceria com a HSM, referência nacional em conhecimento de Gestão, dando oportunidade a todos os alunos a vivência de diferentes experiências através da utilização das várias plataformas e da participação nos eventos promovidos pela HSM;
- (viii) Inclusão da “Experiência Internacional” na matriz curricular dos cursos de Gestão. Diferentemente do “módulo internacional”, comumente ofertado por outras IES, a ‘experiência internacional’ concebida pela Ânima Educação assegurará a participação de todos os alunos efetivamente matriculados no curso, assegurando o enriquecimento do currículo e da vivência profissional do discente;
- (ix) Assessoria de carreira no decorrer e após a conclusão do curso de especialização, visando a empregabilidade dos alunos;
- (x) Obediência aos requisitos legais exigidos para a expedição do certificado de conclusão do curso de pós-graduação lato sensu na área pretendida pelo aluno, com especial atenção à regulamentação própria a cargo dos Conselhos de Classe.

Dentre outras motivações, objetivou-se, quando da concepção do novo projeto de educação continuada, estabelecer condições efetivas para ampliar a participação da Universidade São Judas Tadeu no mercado de especialização da cidade São Paulo, Estado de São Paulo. Com o novo portfólio, implementado no 2º semestre de 2016, a USJT apresentou

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

crescimento de 60,84% em sua base de alunos da pós-graduação, se comparado ao resultado obtido no 1º semestre de 2016.

Na edição de 2017 do “Guia do MBA” publicada pelo Jornal o Estado de São Paulo, o Centro Universitário Una se destaca dentre as IES da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, pelo grande número de cursos recomendados. Do total dos 51 cursos indicados na capital mineira, 14 são ofertados pela Una, a saber: MBA em Auditoria em Saúde e Gestão da Qualidade; MBA em Gestão Estratégica de Projetos; MBA em Gestão de Qualidade; MBA em Logística; MBA em Gestão de Vendas e Relacionamento com o Cliente; MBA em Coaching: Life, Executive e Business Coaching; MBA em Gestão Estratégica de Pessoas; MBA em Liderança Estratégica e Gestão de Equipes de Alta Performance; MBA em Gestão Estratégica da Comunicação Organizacional; MBA em Gestão Estratégica de Finanças Corporativas; MBA em Gestão Tributária; MBA em Mercado Financeiro com ênfase em Banking; MBA em Controladoria e Auditoria; MBA em Gestão Estratégica de Negócios.

O projeto acadêmico inovador, financeiramente acessível e direcionado para o desenvolvimento das competências técnicas, gerenciais e comportamentais dos seus alunos credenciam a Ânima Educação para ampliar sua participação no mercado de pós-graduação *latu sensu*, sendo essa a meta a ser perseguida.

Em 2018, reportando para a Vice-Presidência de Educação Continuada, foi constituída a Diretoria de Pós-Graduação *Lato Sensu*, com o objetivo de estruturar os processos e sistemas da Companhia para uma atuação mais eficiente e relevante em toda a vida adulta e profissional dos nossos alunos. Consequentemente, tornando a Ânima Educação um dos players mais relevantes no *lifelong learning* em todo o território Brasileiro.

Em 2020 foi concebido e implementado um projeto de pós-graduação *latu sensu* disruptivo, com catálogo de cursos em todas as áreas do conhecimento, conectado ao Ecossistema Ânima de Aprendizagem. Neste projeto, as disciplinas foram substituídas por *nanodegrees*, que podem ser ofertados de forma individual ou compondo cursos de pós-graduação *latu sensu*. Cada *nanodegree* está voltado para o desenvolvimento de competências específicas que visam atender às exigentes demandas do mundo do trabalho, proporcionando uma experiência integrada ao estudante.

O design curricular dos cursos de pós-graduação *latu sensu* contempla momento de estudos assíncronos e experiências digitais síncronas, mobilizando *hard* e *soft skills* e com os professores, *experts* e com os demais alunos, criando uma rede nacional de relacionamento profissional.

Conectado ao mundo do trabalho, os cursos oferecem certificações intermediárias a cada *nanodegree* concluído com aprovação, potencializando o currículo do estudante e oportunizando um desenvolvimento profissional progressivo.

Em 2021, o catálogo foi expandido para 82 (oitenta e dois) cursos com duração de 12 meses. Também em 2021 foram lançados 32 (trinta e dois) cursos com tempo de integralização de seis meses, permitindo a expansão e flexibilidade de oferta. Nos cursos de duração de 6 meses os alunos selecionam as experiências que desejam cursar, de acordo com suas necessidades profissionais e também de seus interesses pessoais. Dentre as experiências expandimos a oferta de experiências desenvolvidas em parceria com empresas (ensino dual) e experiências da cultura internacional, as quais possibilitam aos alunos vivências e discussões em temas globais, ministradas em outro idioma.

5. Educação Executiva Continuada

Tanto as modalidades presenciais, como a virtual, são usadas como metodologia para prestação de nossos serviços de educação executiva continuada.

As atividades de educação executiva continuada são planejadas anualmente e seu processo inclui a escolha de temas de interesse do mercado executivo e a identificação de palestrantes especializados, como autores de *best-sellers* na área de gestão, além da prospecção e identificação de mercados regionais com demanda para os nossos eventos. A identificação dos temas a serem abordados e dos locais de realização dos nossos eventos, dá-se por meio da análise do nosso público-alvo.

6. O Projeto de Inovação da Ânima

A Ânima tem como um dos seus pilares estratégicos a “Qualidade e Inovação Acadêmica”, e por isto tem tradição em propor e implementar inovações acadêmicas e pedagógicas em suas Instituições de Ensino Superior. Suas escolas foram as primeiras no Brasil a adotar o ensino modular em todos os seus cursos, o que garantiu uma engenharia de currículo inteligente e equilibrou a equação qualidade de ensino, escala e eficiência operacional.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Posteriormente, mais um passo inovador foi dado, ao propor a inserção da interdisciplinaridade na matriz curricular de todos os cursos de suas Instituições, o que, por consequência, vem criando um espírito empreendedor e inovativo nos nossos estudantes e professores. Isto se refletiu no fato de que nossos alunos e professores estão sendo premiados em diversos concursos de inovação. Como exemplo, somos bicampeões do prêmio Santander de inovação (2013 e 2014), e há seis anos temos premiado as melhores iniciativas de inovação em sala de aula. Assim, está no DNA acadêmico da Ânima buscar, inovar e aprimorar seus processos de ensino e aprendizagem.

Em 2016, a Ânima Educação resolveu mais uma vez desenhar um projeto de educação que estivesse à frente de seu tempo. Observando os mais relevantes debates sobre educação inovadora no Brasil e no mundo, bem como algumas iniciativas que aconteciam dentro de suas próprias escolas, desenhamos um conceito de educação que se materializará em uma revolução em três esferas, no conteúdo, no método e na gestão. Buscamos mudar o que ensinamos, como ensinamos e como nossas escolas estão estruturadas para isto. Para materializar esse conceito, definimos o nosso Plano Estratégico de Inovação ao qual demos o nome de Ecossistema Ânima de Aprendizagem que consiste em um ambiente equilibrado, totalmente voltado para aprimorar o processo de aprendizagem e que conecte os diferentes stakeholders da educação – alunos, professores, familiares, funcionários e outros. Assim, seus quatro pilares são: Projeto de Vida, Itinerário Formativo Flexível, Novo Docente e Ambiência Digital, os quais estão harmonicamente construídos de forma que todos levarão o aluno a aprender mais, o professor a ensinar melhor e a escola a fazer mais sentido e oferecer produtos e serviços que atendam à formação de um cidadão do século 21.

O Ecossistema Ânima de Aprendizagem adotou, em 2020, um currículo integrado e por competências. Está alinhado aos conceitos educacionais do século XXI que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem. As habilidades são a chave essencial para iniciar uma prática profissional para enfrentar problemas da vida real. Para que isso aconteça, o currículo da Ânima é projetado para ter alunos de diferentes cursos e matrículas na mesma classe, organizados em níveis de ambiência. O Core Curriculum é adotado por grandes universidades em todo o mundo e tratam assuntos que dizem respeito ao nível do ensino e proporcionam uma visão global da realidade. Nestas Unidades alunos de diversos cursos compartilham a mesma sala. As Unidades Curriculares de área tratam de temas comuns à uma área de conhecimento e os alunos de diversos cursos da mesma área compartilham o ambiente, o que proporciona mais riqueza nas discussões e no trabalho colaborativo. Já as Unidades de Curriculares Específicas apresentam temas e desafios específicos da carreira escolhida. De uma forma Geral, as unidades curriculares não possuem pré-requisitos, desenvolvendo competências e abordando todo o conteúdo necessário para desenvolvê-lo, o que permite a convivência de alunos de diferentes semestres de ingresso, permitindo o desenvolvimento de networking e a aprendizagem por pares, contribuindo também para uma melhor eficiência operacional.

A Ânima, em seu Plano Estratégico de Inovação, adota um caminho radicalmente diferente das escolas que operam com números expressivos de alunos pois, ao invés de empacotar e padronizar conteúdos e despersonalizar o professor, ela oferta uma formação personalizada, mesmo em escala. Para além disso, ela cria renovados papéis da atuação docente (tutor e mentor), adotando metodologias de aprendizado ativo, e que, por conseguinte, geram mais significado para professores e alunos, e propondo a construção de novos espaços (reais e virtuais) de criação e socialização de conhecimento. A transformação proposta pela Ânima dá novo significado à relação entre as pessoas – professores, estudantes, funcionários, familiares, comunidade e mercado – mas também à relação entre esses entes e o conhecimento. Portanto, o projeto Ânima caminha para a construção de um ambiente, real, virtual ou híbrido, que aprimore o processo de ensino e aprendizagem.

Em suma, propomos inovações nos processos de aprendizagem através de novos tipos de relacionamento alunos/professores/escolas, criando a possibilidade de o estudante construir um itinerário formativo flexível e personalizado, estruturado com base em seu projeto de Vida & Carreira (resultante de quem ele é, do que ele quer e de nossa proposta de formação), ancorado por um professor que passa a atuar muito mais como tutor e mentor deste estudante do que como mero curador/criador/transmissor de conteúdo. Nossa revolução educacional ainda se estrutura na criação de espaços de experimentação, de inovações, de socialização de conhecimento e da conexão de múltiplas plataformas.

O Plano Estratégico de Inovação - Ecossistema Ânima de Aprendizagem:

Projeto de Vida & Carreira:

Oferece ao estudante a possibilidade de construir um projeto de futuro, acadêmico e pessoal, em que ele possa desenvolver habilidades cognitivas (aprender conteúdos), mas também habilidades comportamentais, o que auxilia na personalização da trajetória do estudante.

Materialmente, buscamos desenvolver um conjunto de atividades presenciais e virtuais que darão conta da construção do projeto de vida do estudante, possibilitando a flexibilização e personalização de seu itinerário formativo, e permitindo que os estudantes estejam melhor preparados para atuar no mundo do trabalho.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O componente curricular Vida & Carreira é ofertado em um ambiente híbrido, composto da sala de aula onde acontece o encontro dos alunos ingressantes com o tutor e uma plataforma desenvolvida em conjunto com um fornecedor parceiro. Por meio da Plataforma Vida & Carreira os estudantes fazem um *assessment*, preenchem o questionário diagnóstico de ingresso e elaboram os currículos profissionais. A medida em que são aprovados nas Unidades Curriculares, os estudantes recebem uma certificação e a competência é atualizada automaticamente em seu currículo. A partir do segundo semestre do curso, os alunos contam com o auxílio de mentores, estudantes veteranos, professores e profissionais, por meio do aplicativo Ulife Mentoria, que também está sendo desenvolvido por um fornecedor parceiro.

Flexibilização e Personalização do Percorso Formativo:

Oferece ao estudante a possibilidade de ele realizar uma trajetória acadêmica que esteja em alinhamento com seu próprio Projeto de Vida, isto é, que ele possa construir um caminho de formação que, por um lado, atenda às exigências acadêmicas específicas do exercício de uma atividade/profissão, mas ao mesmo tempo reflita seus desejos profissionais futuros.

Operacionalmente, as equipes acadêmica e de tecnologia da informação da Ânima farão uma reengenharia de currículos, bem como adequação dos sistemas, para darem conta dessa transformação. Ao final, queremos que o aluno possa, junto a seus tutores/mentores, construir uma trajetória acadêmica e profissional que tenha real significado e seja ancorada em Unidades Curriculares (obrigatórias por áreas de conhecimento), e Projetos de Extensão de seu interesse (que façam sentido na formação, mas que resultem de escolhas tutoradas) e Unidades Curriculares Personalizáveis (aquelas que dão o tom personalista à formação). Esta flexibilização permite exercitar o conceito de autonomia de escolha do estudante, que somada ao direcionamento do Projeto de Vida & Carreira, formará um aluno mais completo e mais realizado.

Ânima Lab:

O espaço é um centro de inovação voltado à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo. É ainda um centro de treinamento e capacitação de pessoas, um lugar de convívio e troca de conhecimentos. No Ânima Lab, alunos, professores e comunidade podem desenvolver produtos e projetos, contando com suporte de profissionais com experiências em startups. O Ânima Lab surgiu de uma extensiva pesquisa feita pela instituição junto às escolas mais inovadoras do Brasil e do mundo. Diante dessas pesquisas, descobrimos que além de ter um bom currículo, bons professores mentores e tecnologias disponíveis, precisávamos mudar as metodologias de aprendizagem e, os espaços disponíveis. Assim, o Ânima Lab é um grande espaço de aprendizagem, uma sala de aula ampliada e diferenciada.

Ânima Hub – Empreendedorismo de base tecnológica

Alinhado com o terceiro princípio da Anima – “a tecnologia é um dos pilares do nosso projeto de transformação do país”, foi criado o Anima Hub, uma rede de laboratórios temáticos com o objetivo de catalisar e fomentar oportunidades de inovação e empreendedorismo de base tecnológica nas áreas do conhecimento do Ecossistema Anima. Estudantes das 10 áreas do conhecimento, organizados em *squads*, desenvolvem soluções tecnológicas em parceria com estudantes e professores da área de tecnologia. Em 2022 o Anima Hub apresenta 100 squads nas várias instituições que compõe o Ecossistema, organizadas em 37 laboratórios temáticos.

Ânima Nest - Núcleo de Desenvolvimento de Startups dos estudantes da Ânima

Junto ao Laboratório de Experimentação Docente foi criado um espaço para desenvolvimento dos projetos inovadores propostos por estudantes das escolas da Ânima, o qual chamamos de Ânima Nest (Núcleo de Desenvolvimento de Startups dos Estudantes da Ânima). Acreditamos que o contato frequente entre professores e alunos inovadores, intermediados pela equipe de inovação da Ânima, possa acelerar projetos inovadores e fomentar novas ideias para utilização em nossas salas de aula ou na sociedade. O Ânima Nest é o programa de pré-aceleração de startups conduzido pela equipe do Ânima Lab. Essa iniciativa tem como objetivo fomentar atividades de inovação e empreendedorismo no âmbito educacional, incentivando a comunidade acadêmica a se engajar em ações inovadoras.

O Ânima Nest seleciona projetos que serão desenvolvidos pelas suas equipes com o apoio de uma programação intensa de cursos e oficinas durante oito semanas. As atividades foram elaboradas com o intuito de desenvolver o modelo de negócio de cada projeto. Além da programação presencial, o programa prevê o apoio do aplicativo Ânima Nest Academy, que possui textos e vídeos como material de suporte às atividades presenciais e fonte de estudo para os participantes. As equipes selecionadas também terão direito ao uso dos espaços de *coworking* do Ânima Lab sem nenhum custo.

Instituto Ânima de Inovação, Pesquisa e Cultura:

Criado com o objetivo de expandir as atividades do anterior Instituto UNA de Responsabilidade Social, fundado em 2005, e à expertise histórica em pesquisa, tecnologia e inovação da UniSociesc. Assim, o Instituto Ânima, sem fins lucrativos tem

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

por finalidade o fomento, estímulo e desenvolvimento de atividades ligadas à cultura, às artes, ao turismo, ao desenvolvimento social e sustentável, à ciência e à educação do nível básico ao superior. Além disso, é seu papel promover e executar atividades e pesquisas de caráter científico e tecnológico, inclusive em parcerias com instituições públicas ou privadas e órgãos de fomento como o FINEP, MCTI, CNPq, FAPEMIG, FAPESC, BNDES e BID. Atualmente, o instituto conta com vários projetos distribuídos nas áreas de Projetos Culturais, Sociais e de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica.

Ulife - Plataforma de relacionamento virtual:

Não há como discutir educação inovadora ou educação do século 21 sem pensar nos relacionamentos virtuais e ambientes digitais. Assim, a construção de uma plataforma de relacionamento virtual é imprescindível ao processo de inovação da Ânima. Batizado de Ulife (Sua Vida e Vida Universitária), uma plataforma digital para conectar estudantes, professores, conteúdos e espaços de aprendizagem para a melhoria do processo de aprendizagem. Desenvolver e implantar uma plataforma digital para dispositivos móveis de relacionamento aluno-aluno, aluno-professor e aluno-escola é parte estratégica da construção da ambiência digital da Ânima. Queremos saber quem é este nosso aluno, o que ele sabe, o que faz e o que quer fazer, ao mesmo tempo que queremos conectá-lo a possíveis tutores e mentores e dar a ele o conteúdo que lhe for pertinente. Queremos, com a plataforma, materializar o nosso entendimento de que uma vida de sucesso é uma vida equilibrada entre quatro aspectos: o conhecimento formal, o conhecimento informal, a experiência de vida e a experiência profissional. Também, pretendemos desenvolver e implantar um algoritmo de recomendação que permita indicar, a partir do perfil do aluno, do seu projeto de vida e das recomendações de seu professor-mentor, conteúdos formais e informais, produtos e serviços que façam sentido àquele estudante. Por fim, vamos incorporar o máximo de tecnologias que facilitem o aprendizado de maneira adaptativa, permitindo direcionamento de conteúdo de forma personalizada para o aluno.

Formação Docente:

Mudança significativa em uma escola ou na educação de maneira geral não prescinde da ação docente. Assim, o aprimoramento do ensinar e do aprender e das formas como isto acontece dependerá, sobremaneira, da formação e do engajamento dos docentes, assim como de sua disponibilidade para assumir novos e renovados papéis. Nesse sentido, temos o SALA MAIS, o programa de formação e capacitação docente da Ânima, com o objetivo de engajar os professores em sua formação contínua e permanente. Um programa que inspire e faça sentido para eles de modo a que se sintam empoderados e no papel de agentes de mudança.

O programa possui duas perspectivas: uma de formação, voltada para a investigação de temas relevantes para o trabalho docente considerando o Ecossistema Ânima de Aprendizagem, e outra de capacitação, voltada para o enriquecimento do repertório metodológico, tecnológico e criativo dos docentes. Juntas, contribuem para a ampliação do horizonte de conhecimento de professores universitários quanto aos aspectos relacionados ao ofício de ser professor no ensino superior, suas implicações e desafios, e às ferramentas que podem ser utilizadas para que o trabalho seja construído de forma a fazer sentido, tanto para professores quanto para alunos, no reforço contínuo da sala de aula como espaço de interações humanas.

O programa tem os seguintes objetivos:

- Envolver toda a comunidade Ânima em reflexões sobre os cursos de graduação (propostas, tendências, interfaces e especificidades).
- Formar e capacitar professores para a transformação da sala de aula em um espaço de interações, experiências significativas e protagonismo dos estudantes.
- Investigar temas relevantes para o trabalho docente, de modo a fortalecer o Ecossistema Ânima de Aprendizagem e a permitir que cheguem efetivamente às salas de aula.
- Enriquecer o repertório metodológico e tecnológico dos professores universitários Ânima.
- Tratar não apenas de aspectos gerais de formação e capacitação docente, mas também de aspectos específicos de cada área do conhecimento, por meio, sobretudo, do compartilhamento de experiências.
- Promover a socialização de práticas pedagógicas inovadoras no ensino de graduação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Integrar os docentes de todas as IES Ânima em eventos de interação, trocas de experiências e divulgação de trabalhos de investigação (pesquisa-ação) sobre o trabalho docente e a sala de aula.

Dentre os programas de Formação contínua está o Simpósio Docente, evento que marca o início do semestre, momento em que toda a comunidade acadêmica se reúne para celebrar os resultados alcançados e as perspectivas futuras, além de ser um momento de reflexão do fazer docente. Em fevereiro de 2021 foi convidado como palestrante o Prof. José Moran e em agosto de 2021 o Dr. Fritjof Capra. Ao todo foram 7.602 participantes do Simpósio Docente em 2021. No primeiro semestre de 2022 o convidado foi o escritor Mia Couto que promoveu uma reflexão sobre a educação e as questões relacionadas ao meio ambiente. Já no segundo semestre de 2022, o professor Eduardo Giannetti trouxe reflexões sobre a educação superior no Brasil no atual cenário político, econômico e mundial em um debate mediado pela jornalista Natuza Nery.

O SALA MAIS é organizado para que o docente tenha possibilidade de formação e capacitação contínua durante o semestre. O Sala+ em 2021 foi oferecido para todos os docentes das escolas já integradas e as recentes escolas em integração. O programa ofertou trilhas de formação para organização do trabalho pedagógico em ambientes físicos presenciais e digitais. Para acolhimento e recepção dos docentes, esta edição foi conduzida não apenas durante o início de cada semestre letivo, com a proposta de uma formação em ambiente híbrido, mas também ao longo dos meses de setembro a novembro de 2021. Participaram das formações 6.731 pessoas ao longo de 2021. As temáticas discutidas e aprofundadas no Sala+ levam em consideração o momento de concretização do Ecossistema Ânima de Aprendizagem. Em 2022, buscando a consolidação do E2A, foram ofertadas aos quase 8 mil professores do ecossistema trilhas de aprendizagem que abordaram a organização do trabalho pedagógico em ambientes digitais e presenciais. No segundo semestre o tema foi o desenvolvimento de competências nos currículos integrados e os desempenhos complexos na avaliação A3, com mais de 10 mil participações nas oficinas. Em agosto também foi realizado o encontro E2A, que contou com a participação dos coordenadores acadêmicos de todo o ecossistema, onde foram discutidas as bases conceituais do E2A e contou com a plenária do professor Howard Gardner, professor pesquisador de cognição e educação na Escola de Educação da Universidade de Harvard.

O horário coletivo é um programa de formação de professores em jornada de tempo integral e parcial. Conta com a participação de lideranças do Ecossistema como diretores, coordenadores de grande área, gestores e equipe das áreas do conhecimento da Diretoria de Integração Curricular. Por meio de encontros virtuais semanais, são conduzidas temáticas para reflexões sobre os projetos conduzidos nas escolas, assim como a discussão da implementação exitosa do Currículo Integrado. Participaram, em 2021, 735 educadores do Ecossistema Ânima no horário coletivo.

“Transformar o país pela Educação”, a missão Ânima, tem grande parte de sua sustentação na contínua formação dos docentes e, também, de outros profissionais. Um ecossistema de aprendizagem requer um ecossistema de formação continuada. Por isso, a formação tem várias vertentes e formatos. A Ânima se coloca em um grande desafio: manter currículos atualizados, parte de um ecossistema em que as partes componentes estão conectadas e constroem um sentido compartilhado que propicia aos alunos várias experiências e atenção ao aprofundamento dos conceitos, ao incentivo à atitude investigativa, à inovação e à criação como base para desempenhos de compreensão.

Novos espaços de socialização de conhecimento:

A escola é, em si mesma, um espaço de criação, disseminação e socialização do conhecimento. Porém, as escolas se ancoraram muito no modelo de sala de aula tradicional como único espaço de aprendizagem, calcado em um sistema que fomentava a disciplina, a obediência, o foco no professor detentor do conhecimento e a uma hierarquia acadêmica.

Acreditamos, contudo, a escola deve ser um espaço que garanta o desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural; assim deve ser pensado como um espaço de trabalho colaborativo, integrado, multidisciplinar, compartilhado por estudantes, educadores, gestores e comunidades locais.

Neste sentido, ambientes de aprendizagem deixam de ser ambientes isolados em sua especialidade para serem espaços mais diversificados, que proporcionem mais possibilidades de aprendizado, interações afetivas do estudante com o seu meio acadêmico, favorecendo seu crescimento pessoal, a harmonia no relacionamento social, desenvolvimento do seu processo formativo e o compartilhamento de conhecimento.

Pilar do projeto de transformação, portanto, é a construção e reforma de espaços que permitam a utilização de novas metodologias de aprendizagem que diminuam a fragmentação de conhecimentos e as fronteiras entre professores, além de promover maior integração de saberes dando sentido ao desenvolvimento de competências profissionais e a novas formas de socialização do conhecimento.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Recriar o lócus do conhecimento e retirar o protagonismo da sala de aula, em conjunto com demais eixos descritos nos itens anteriores, serão capazes de transformar a escola em um local mais direcionado para a construção de conhecimentos e habilidades “na experiência” e “sobre a experiência” como uma forma de aprendizagem necessária para atuação dos alunos no século 21.

8. O Portfólio da Ânima

Nas Instituições de Ensino Superior da Ânima Educação são ofertados inúmeros cursos nos diferentes níveis, da Educação Básica à Pós-Graduação, sendo cursos técnicos profissionalizantes de nível médio regulares; cursos de graduação (de graduação tecnológica, de licenciatura e de bacharelado); cursos de pós-graduação lato sensu e cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado). Este portfólio é organizado no catálogo de cursos Ânima, para que gestores possam definir a oferta no *campus*, considerando as informações acerca da região onde está localizado. A oferta, por *campus*, é disponibilizada no site de cada Instituição de Ensino.

9 - Corpo docente e serviços de apoio acadêmico

Titulação Docente em 31 de dezembro de 2022								
	Especialização		Mestrado		Doutorado		Total QTD	
Marcas e Município	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
AGES_Irece	11	61.1%	5	27.8%	2	11.1%	18	100.0%
AGES_Jacobina	51	56.0%	30	33.0%	10	11.0%	91	100.0%
AGES_Lagarto	6	54.5%	5	45.5%	0	0.0%	11	100.0%
AGES_Paripiranga	24	28.2%	46	54.1%	15	17.6%	85	100.0%
AGES_Senhor do Bonfim	20	62.5%	11	34.4%	1	3.1%	32	100.0%
AGES_Tucano	8	50.0%	8	50.0%	0	0.0%	16	100.0%
FADERGS_Porto Alegre	24	31.6%	42	55.3%	10	13.2%	76	100.0%
FASEH_Vespasiano	78	54.9%	37	26.1%	27	19.0%	142	100.0%
FPB_Joao Pessoa	47	44.3%	46	43.4%	13	12.3%	106	100.0%
IBMR_Rio de Janeiro	73	34.1%	91	42.5%	50	23.4%	214	100.0%
MILTON CAMPOS_Nova Lima	6	5.6%	51	47.2%	51	47.2%	108	100.0%
SÃO JUDAS_Cubatao	16	32.0%	15	30.0%	19	38.0%	50	100.0%
SÃO JUDAS_Guarulhos	3	3.1%	60	61.9%	34	35.1%	97	100.0%
SÃO JUDAS_Santos	28	19.4%	78	54.2%	38	26.4%	144	100.0%
SÃO JUDAS_Sao Bernardo do Campo	2	2.0%	56	56.0%	42	42.0%	100	100.0%
SÃO JUDAS_Sao Paulo	20	2.5%	398	50.4%	372	47.1%	790	100.0%
UAM_Piracicaba	42	40.0%	25	23.8%	38	36.2%	105	100.0%
UAM_Sao Jose dos Campos	40	40.4%	28	28.3%	31	31.3%	99	100.0%
UAM_Sao Paulo	176	23.8%	316	42.8%	247	33.4%	739	100.0%
UNA_Belo Horizonte	92	15.6%	326	55.2%	173	29.3%	591	100.0%
UNA_Betim	11	25.6%	23	53.5%	9	20.9%	43	100.0%
UNA_Bom Despacho	46	33.1%	61	43.9%	32	23.0%	139	100.0%
UNA_Catalao	30	40.0%	38	50.7%	7	9.3%	75	100.0%
UNA_Conselheiro Lafaiete	8	20.5%	25	64.1%	6	15.4%	39	100.0%
UNA_Contagem	12	8.6%	75	54.0%	52	37.4%	139	100.0%
UNA_Divinopolis	22	23.7%	53	57.0%	18	19.4%	93	100.0%
UNA_Itabira	13	22.4%	34	58.6%	11	19.0%	58	100.0%
UNA_Itumbiara	17	45.9%	12	32.4%	8	21.6%	37	100.0%
UNA_Jatai	10	22.2%	25	55.6%	10	22.2%	45	100.0%
UNA_Pouso Alegre	18	16.4%	63	57.3%	29	26.4%	110	100.0%
UNA_Sete Lagoas	21	33.9%	32	51.6%	9	14.5%	62	100.0%
UNA_Uberlândia	21	26.3%	32	40.0%	27	33.8%	80	100.0%
UNIBH_Belo Horizonte	179	36.9%	169	34.8%	137	28.2%	485	100.0%
UNICURITIBA_Curitiba	18	8.3%	109	50.0%	91	41.7%	218	100.0%
UNIFACS_Salvador	301	45.5%	235	35.6%	125	18.9%	661	100.0%
UNIFACS_Santo Antonio de Jesus	4	80.0%	1	20.0%	0	0.0%	5	100.0%
UNIFACS_Sao Paulo	0	0.0%	2	100.0%	0	0.0%	2	100.0%
UNIFG(BA)_Brumado	6	50.0%	3	25.0%	3	25.0%	12	100.0%
UNIFG(BA)_Guanambi	77	50.0%	57	37.0%	20	13.0%	154	100.0%
UNIFG(PE)_Jaboatão dos Guararapes	63	42.9%	69	46.9%	15	10.2%	147	100.0%
UNIFG(PE)_Recife	10	58.8%	6	35.3%	1	5.9%	17	100.0%
UNIRITTER_Canoas	4	10.5%	23	60.5%	11	28.9%	38	100.0%
UNIRITTER_Porto Alegre	38	15.7%	139	57.4%	65	26.9%	242	100.0%
UNISOCIESC_Blumenau	27	27.0%	47	47.0%	26	26.0%	100	100.0%
UNISOCIESC_Jaraguá do Sul	33	37.5%	36	40.9%	19	21.6%	88	100.0%
UNISOCIESC_Joinville	39	18.7%	129	61.7%	41	19.6%	209	100.0%
UNISOCIESC_Sao Bento do Sul	12	38.7%	15	48.4%	4	12.9%	31	100.0%
UNISUL_Araranguá	6	66.7%	2	22.2%	1	11.1%	9	100.0%
UNISUL_Balneário Camboriú	6	17.6%	23	67.6%	5	14.7%	34	100.0%
UNISUL_Braco do Norte	5	62.5%	3	37.5%	0	0.0%	8	100.0%
UNISUL_Florianópolis	20	10.9%	95	51.9%	68	37.2%	183	100.0%
UNISUL_Icara	6	60.0%	4	40.0%	0	0.0%	10	100.0%
UNISUL_Itajaí	5	11.4%	29	65.9%	10	22.7%	44	100.0%
UNISUL_Palhoça	193	46.2%	121	28.9%	104	24.9%	418	100.0%
UNISUL_Tubarão	129	38.6%	129	38.6%	76	22.8%	334	100.0%
UNP_Caico	12	75.0%	4	25.0%	0	0.0%	16	100.0%
UNP_Currais Novo	1	25.0%	2	50.0%	1	25.0%	4	100.0%
UNP_Limoeiro do Norte	10	76.9%	2	15.4%	1	7.7%	13	100.0%
UNP_Mossoró	56	60.2%	33	35.5%	4	4.3%	93	100.0%
UNP_Natal	198	44.3%	166	37.1%	83	18.6%	447	100.0%
UNP_Pau dos Ferros	9	75.0%	3	25.0%	0	0.0%	12	100.0%
Total	2463	28.7%	3803	44.4%	2302	26.9%	8568	100.0%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

10 . Portfólio de ações acadêmicas – COVID-19

A Ânima possui oito princípios norteadores e a tecnologia é um dos pilares do projeto de transformação do país pela educação. Entende-se a tecnologia como um importante elemento do Ecossistema, capaz de potencializar as salas de aula. No Ecossistema Ânima de Aprendizagem, espaços virtual e físico estão interconectados para fornecer uma experiência híbrida de aprendizagem ao estudante, em um processo formativo baseado na integração total de conteúdos digitais e vivências presenciais.

Desse modo, tendo a hibridez como um de seus princípios educacionais, todas as disciplinas e unidades curriculares presenciais possuem salas virtuais na plataforma Ulife, que são utilizadas de diferentes formas por professores e estudantes, seja como apoio aos estudos realizados na sala de aula física, por meio da disponibilização de materiais complementares e de fontes de pesquisa como bibliotecas digitais e bases de dados, - seja como extensão da sala de aula física, em que a configuração das aulas conecta momentos de interação, colaboração e envolvimento com o uso de tecnologias digitais e da plataforma.

Desde as primeiras experiências com o ensino híbrido, as escolas que integram a Ânima vêm evoluindo para diferentes níveis de presencialidade com apoio de tecnologias digitais, sustentadas pelo projeto acadêmico que forma o Ecossistema Ânima de Aprendizagem.

Migração das aulas para o ambiente digital

Diante da ameaça de Pandemia provocada pelo Corona vírus e do eminente avanço para o território nacional, a Vice-Presidência Acadêmica, juntamente com o Comitê de Prevenção e Cuidados, se antecipou ao planejamento de ações que assegurassem a continuidade das aulas para todos os estudantes das escolas da Ânima, num esforço conjunto de transposição das aulas presenciais para a plataforma ULife. Assim, de 13 a 19 de março, todas as escolas que integram a Ânima: Universidade São Judas (11 unidades em SP), Centro Universitário UNA (19 unidades em MG e GO), UniBH (1 unidade em MG), UniSociesc (10 unidades em BA e SE), Uniages (6 unidades na BA e SE), Unicuritiba (1 unidade no PR) e Unisul (6 unidades em SC) passaram a desenvolver suas aulas em ambiente digital, por meio da plataforma.

Cientes e convictos de que esta transposição deveria, a exemplo das aulas presenciais, primar pela excelência do ensino com o uso de metodologias ativas de aprendizagem, e promover uma ambiência acolhedora e engajadora de estudantes e professores, a Vice-Presidência Acadêmica desenvolveu um plano de ação estruturado nos seguintes componentes:

Formação Docente

A formação continuada de professores é uma política da Ânima que se consolida nas ações do Programa de Formação Docente SALA MAIS e seu planejamento se orienta nas necessidades mapeadas no contexto das práticas docentes, nas inovações na área da Educação, nas competências docentes para trabalho com os currículos integrados.

No cenário educacional das nossas escolas neste contexto de isolamento social, em que a docência se realiza em ambientes digitais, surgiu a necessidade e a oportunidade de potencializar o uso de recursos tecnológicos e combiná-los com as metodologias ativas de ensino-aprendizagem para fomentar aulas inovadoras, engajadoras e disruptivas. Desse modo, numa ação articulada entre o Programa de Formação Docente e a equipe da Aprendizagem Digital, estruturou-se as seguintes ações formativas de letramento digital e de apoio didático-pedagógico às aulas, para os professores:

- Tutoriais com orientações para a transição das aulas presenciais para o ambiente digital.
- Plantões de orientação e apoio ao uso de recursos e metodologias no ambiente digital
- Oficinas de Metodologias Inov-Ativas de Ensino-Aprendizagem em ambiente digital

A título de exemplo, algumas oficinas ofertadas desde o início das aulas no ambiente digital: Ferramentas educacionais: “Zoom e Poll Everywhere”; - “Possibilidades de uso do Podcast como recurso de ensino-aprendizagem”; - “Funcionalidades e recursos digitais para produção de conteúdo no ensino digital”; - “TBL no Ambiente Virtual”; - “Metodologias criativas para produção de conteúdo interativo”; - “Sala invertida no ambiente virtual”; - “Pesquisa e uso das Bibliotecas Digitais e Plataforma EBSCO”. Também foram ofertadas as oficinas da Google for Education Partner.

O desenvolvimento de oficinas também inclui aquelas orientadas para áreas específicas de conhecimento e que contribuem para viabilizar atividades práticas e aplicadas com o uso de recursos digitais. Alguns exemplos são: “Simulações Físicas com Interactive Physics”; - “Práticas experimentais de Ciências da Saúde em laboratório Virtual”; - “Sistema NX – Siemens – Projetos e Fabricação Digital”; - “Laboratório de Práticas Integrado 2A com simulações do PHET”.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Comunidade colaborativa: Grupo de Apoio Pedagógico & Inovação em Sala de Aula

Foi criado um grupo na rede interna Workplace, para troca de experiências, compartilhamento de boas práticas e iniciativas dos professores, dos vídeos das oficinas já realizadas, dos tutoriais e materiais de apoio às aulas, bem como divulgação dos plantões de apoio e da agenda de oficinas, dentre outros.

Acessibilidade

Para assegurar a participação, com equidade, dos estudantes com dificuldade de acesso ao ambiente digital, ao material e às aulas síncronas, a VPA tem apoiado os professores com orientações para o acolhimento e desenvolvimento de estratégias mais inclusivas, que promovam o engajamento sem a dependência direta dos recursos digitais.

A disponibilização de aulas síncronas off-line, a comunicação com o estudante via representantes de sala, por e-mail ou whatsapp, a elaboração de roteiros de estudo e pesquisa, são algumas das estratégias constantes destas orientações. Também foram disponibilizados Chromebooks para os estudantes que não possuem computador adequado para acesso às aulas e firmados acordos com as operadoras de telefonia, para aumento da quantidade de dados ofertada para os nossos estudantes.

Bem-estar e Saúde Mental

A Companhia ampliou os programas de Bem-estar e qualidade de vida e atenção à saúde mental. Para apoiar os estudantes no período de isolamento social, estão sendo desenvolvidas diversas iniciativas voltadas à promoção da saúde mental e o do bem-estar, tais como: aulas de Yoga, Meditação, Atenção Plena e introdução à filosofia do Aikidô.

Para assegurar a acessibilidade aos recursos do ambiente digital, foi realizado o mapeamento de todos os estudantes com necessidades educacionais específicas decorrentes de deficiência e posterior alinhamento junto aos núcleos de atendimento psicopedagógico no intuito de fornecer o suporte à equidade no processo de ensino aprendizagem.

Especificamente no que se refere ao estudante surdo, os intérpretes de Libras, acompanham e fazem a interpretação das aulas síncronas no ambiente digital e fornecem apoio aos estudos nas atividades assíncronas.

Extensão

A Coordenação de Extensão se mobilizou para apoiar a comunidade, incluindo estímulo a ações relacionadas diretamente ao combate à pandemia. Foi elaborado um edital permanente, em que alunos e professores podem propor iniciativas e projetos de extensão. Alguns projetos iniciaram ainda no primeiro semestre de 2020 realizados como, por exemplo, a produção de insumos para máscaras de proteção de profissionais da saúde, as "Face Shields", com equipamentos e profissionais de nossos espaços *maker*, os Ânima Labs, e a organização da área da saúde para promoção de saúde integral por meio digital, entre outras oportunidades voltadas à formação cidadã. Além disso, os projetos de extensão vigentes foram migrados para a ambiência digital, garantindo permanência dos professores e alunos nas ações pré-existentes.

Pesquisa

O programa de iniciação científica está oferecendo oficinas de apoio para estudantes e professores, sobre construção de currículo lattes, metodologia científica, dentre outras. Os encontros de abril do Journal Club serão destinados à discussão de questões sobre saúde mental no isolamento; aprendizagem significativa no isolamento; idosos no Brasil e isolamento frente ao COVID-19. Também foi publicado o Edital Ânima Pesquisa & Extensão para o desenvolvimento de estudos, ações e estratégias no enfrentamento ao COVID em todas as áreas do conhecimento.

A Diretoria de Pesquisa Ânima, o Programa de Mestrado em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas e o Instituto Ânima estão desenvolvendo ações direcionadas a idosos, famílias e cuidadores. Os professores do *stricto sensu* também estão preparando conteúdos para ampla divulgação. Também está em fase de elaboração um livro com narrativas sobre as experiências e vivências dos estudantes neste período de isolamento social, contemplando também a realização de ações sociais de impacto.

Internacionalização

A área forneceu apoio personalizado aos estudantes alocados no exterior, em atividades de intercâmbio, que retomaram os estudos nas escolas do Grupo Ânima assim que retornaram ao Brasil. Além disso, mantém o apoio aos estudantes que optaram por dar continuidade às atividades no exterior, com apoio e orientação individual.

Também são ofertados *nanodegrees* internacionais no formato digital sobre os seguintes temas: Global Warming and Sustainability, International Negotiation, Social Media for Career Development, Principles of Finance, Business and Product Design, Yoga, Mental Health and High Performance, International Career.

Em parceria com a Carnegie Mellon University, os estudantes das Instituições Ânima passaram a ter acesso a um curso de Inglês digital personalizado. Esta plataforma faz uso de alta tecnologia de reconhecimento de voz, sendo acessível via

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

computador, tablet ou celular. Cada aluno tem uma experiência personalizada de aprendizado, dentro do seu próprio ritmo e desempenho. No atual contexto, reforçamos a comunicação deste curso para a comunidade acadêmica.

A volta ao campus

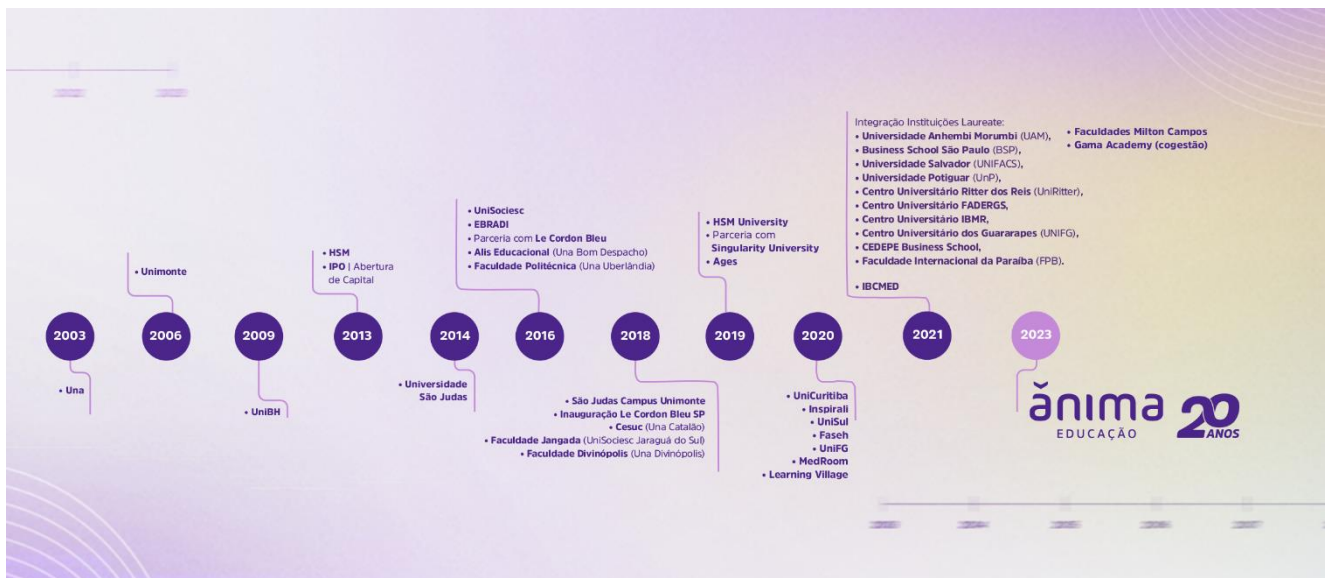
As ações desenvolvidas durante o período da pandemia, apontaram caminhos para uma sala de aula ainda mais híbrida, com a utilização intensiva dos recursos tecnológicos para a oferta de uma educação de qualidade. Em 2022, com a volta das atividades presenciais no *campus*, os gestores de área e coordenadores passaram a incorporar várias destas ações nos projetos pedagógicos de cursos, como o desenvolvimento de projetos de extensão híbridos em comunidades de aprendizagem regionais ou nacionais, oferta de cursos de extensão internacionais com a participação de alunos e professores de Universidades parceiras e a rotação por estações. O uso da tecnologia no contexto educacional também tem sido objeto de reflexão no Sala Mais, preparando continuamente os professores para a hibrididade e os desafios do cenário educacional atual.

b. Características do processo de distribuição

A prestação de nossos Serviços Educacionais ocorre por meio das nossas instituições de ensino superior - presentes nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco – bem como pela nossa subsidiária dedicada à educação executiva continuada (HSM), pela nossa subsidiária dedicada à vertical de Direito (EBRADI - Escola Brasileira de Direito), a Gama Academy, pela *joint venture* promovida com a Le Cordon Bleu Paris, que está dedicada ao ensino da culinária e hospitalidade (Le Cordon Bleu São Paulo) e pela Inspirali, dedicada ao ensino de Medicina.

Além disso, em 2019 ampliamos nossa atuação a partir de parceria estabelecida, por meio da HSM, com a Singularity University (SU) para trazer a renomada universidade do Vale do Silício para o Brasil, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a criação da SingularityU Brazil, para oferta de programas dentro das empresas, com projetos de estratégia, aceleração de inovação e liderança. No mesmo ano, criamos também a HSM University, braço da HSM para promover cursos de especialização a distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

Em ordem cronológica, a trajetória de evolução da Ânima Educação em seus 20 anos, por meio de suas marcas e instituições pode ser vista a seguir:



INSTITUIÇÕES DE ENSINO E MARCAS/SUBSIDIÁRIAS LIGADAS À ÂNIMA EDUCAÇÃO

>> Una

A Ânima Educação adquiriu o Centro Universitário Una no ano de 2003, sendo a primeira instituição integrante da organização. Com quase 60 anos de história, a Una é reconhecida em Minas Gerais e Goiás pela qualidade de seu

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ensino, comprovada pelos indicadores de qualidade do Ministério da Educação (MEC), e está presente nesses estados por meio de 19 unidades localizadas em pontos estratégicos de 14 cidades.

A Una está entre os melhores centros universitários privados do país e 2º melhor Centro Universitário de Belo Horizonte, segundo o MEC, de acordo com a avaliação do IGC (Índice Geral de Cursos), o principal indicador nacional de qualidade do ensino superior no Brasil, divulgado em dezembro de 2019. É uma posição que reforça o compromisso com a sólida formação profissional e humana de seus estudantes.

A Una conta com mais de 50 cursos de Graduação e Pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. Ressalta-se o grande salto que a Una deu nos últimos cinco anos, adquirindo diversas unidades, visando seu plano de expansão com foco em elevar a educação superior nas cidades onde se instala. Adicionalmente, é a única instituição de ensino do Brasil a figurar desde 2011 no ranking das 100 Melhores Empresas para Trabalhar, segundo avaliação feita pelo Instituto GPTW (Great Place to Work)/Revista Época, e também com diversos cursos de graduação ranqueados entre os melhores do país no Guia da Faculdade (antigo Guia do Estudante), do Jornal o Estado de São Paulo e pela *startup edtech* Quero Educação, sendo 231 estrelas conquistadas na edição de 2019 do Guia da Faculdade. Mais informações e detalhes em www.una.br.

>> UniBH

Considerado o melhor centro universitário privado da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais após a divulgação do IGC (Índice Geral de Cursos), em dezembro de 2019 pelo Ministério da Educação (MEC – ENADE 2018), o UniBH é uma das mais tradicionais instituições de ensino da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com mais de 50 anos de atuação na cidade. Integrante da Ânima Educação desde 2009, é uma escola aberta e próxima da comunidade. Referência quando o assunto é qualidade acadêmica e extensão universitária, a instituição oferece projetos inovadores que integram ensino, pesquisa e extensão, aliados a uma estrutura física completa e moderna.

Consciente de seu papel social, o UniBH estabelece parcerias com a comunidade e desenvolve ações que beneficiam especialmente a população carente, com mais de mil atendimentos mensais prestados gratuitamente, além de importantes projetos ligados à sustentabilidade.

Em seu estruturado e moderno Campus Burity, no bairro Estoril, na capital mineira, o UniBH oferece mais de 50 cursos de Graduação, nas modalidades Bacharelado, Licenciatura e Graduação Tecnológica, além de dezenas de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e, também, diversos cursos de extensão.

A instituição investe constantemente no avanço tecnológico para contribuir ainda mais para o desenvolvimento cultural e acadêmico dos alunos. E isso o fez assumir uma posição de destaque no setor educacional, o que se reflete na qualidade da formação pessoal e profissional de quem passa pela instituição. Mais do que isso, o UniBH também aparece, desde 2014, na lista das 100 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil pelo Instituto GPTW (Great Place to Work)/Revista Época, o que reforça também os cuidados da instituição com suas pessoas. Mais informações e detalhes em www.unibh.br.

>> Centro Universitário São Judas – Campus Unimonte

Desde 2006, ano no qual a Unimonte passou a integrar nossos negócios, passamos a atuar na região da Baixada Santista, no Estado de São Paulo. A Unimonte possui quase 50 anos de história na região.

Em 2014 recebeu pela primeira vez o selo de Melhores Empresas para Trabalhar, do Instituto GTPW (Great Place to Work)/Revista Época. Foi a primeira instituição de ensino da região a conquistar tal reconhecimento e a única da Baixada Santista a figurar na lista.

Em abril de 2018, após realizarmos pesquisas e descobirmos a força que a marca São Judas tinha na Baixada Santista, tomamos a decisão de evoluir com a marca da Unimonte para Centro Universitário São Judas – Campus Unimonte. Foi uma oportunidade de levar para a Baixada Santista a qualidade da segunda melhor Universidade privada do Estado, segundo dados do MEC (ENADE 2018), sem que os alunos tenham que se deslocar até a capital.

O Centro Universitário São Judas - Campus Unimonte figura como o melhor de toda a Baixada Santista e o 9º no Estado de São Paulo, segundo o MEC, de acordo com a avaliação do IGC (Índice Geral de Cursos), o principal indicador nacional de qualidade do ensino superior no Brasil, divulgado em dezembro de 2019. Mais informações e detalhes em www.unimonte.br.

>> Universidade São Judas Tadeu

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Fundada em 1971 e integrante da Ânima Educação desde 2014, a Universidade São Judas é uma instituição reconhecida no mercado universitário em razão de sua solidez acadêmica comprovada por diversos indicadores. Resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2018 apontaram que a instituição manteve o Índice Geral de Cursos (IGC) o nível 4, conquistando o posto de segunda melhor universidade privada da cidade de São Paulo. A nota da São Judas cresceu de 3 em 2017 para 4 em 2018, de acordo com a divulgação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Com esse índice, permanece no grupo de excelência do Ministério da Educação.

Adicionalmente, a Universidade São Judas está entre as instituições de ensino que mais aprovam na OAB (sendo o 5º lugar na OAB São Paulo), é dona do selo OAB Recomenda e figura também entre as 10 instituições que mais formam CEO's no Brasil.

Com mais de 40 cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Graduação Tecnológica), Pós-graduação e MBA, além de cursos de Mestrado e Doutorado, nos últimos anos a Universidade São Judas ampliou sua presença na cidade de São Paulo e em regiões do Estado, tendo atualmente 10 unidades na Capital e no Estado de São Paulo, das quais 2 – Butantã e Mooca - que já existiam em 2014 quando a adquirimos, 3 – Paulista, Santo Amaro e Jabaquara – foram abertas em 2018 e 5 – Santana, Vila Leopoldina, Guarulhos, São Bernardo do Campo e e Cubatão (onde tem um curso de Medicina), abertas em 2019. Mais informações e detalhes em www.usjt.br.

>> UniSociesc

A UniSociesc, instituição que é referência em qualidade e relacionamento com o mercado na região Sul do Brasil passou a integrar nossos negócios em 2016. Possui sua origem ligada a Escola Técnica Tupy, criada em 1959 por Hans Dieter Schmidt, presidente da Fundação Tupy S/A.

É uma das maiores instituições de ensino do Sul do país, com 11 campi localizados nas cidades de Balneário Camboriú, Blumenau, Curitiba, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville e São Bento do Sul, todas no Estado de Santa Catarina.

Com professores experientes e ampla diversidade de cursos, há mais de meio século a UniSociesc se dedica a formar profissionais e transformar pessoas por meio de conhecimentos e vivências que desenvolvem competências, talentos e carreiras.

Tamanha dedicação à oferta de uma educação de qualidade, premissa de todas as instituições que integram a Ânima Educação, fizeram com que a UniSociesc conquistasse, em dezembro de 2019, a nota máxima no Índice Geral de Cursos (IGC), especificamente na cidade de Santa Catarina, após divulgação dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Ministério da Educação (MEC). Com IGC Contínuo de 4,20 (o que coloca a instituição na faixa 5), a UniSociesc da Capital conseguiu o melhor resultado entre todas as instituições de Santa Catarina, registrando ainda o 15º melhor índice contínuo do país. Mais informações e detalhes em www.unisociesc.com.br.

>> AGES

O Centro Universitário AGES é a instituição de ensino superior mais recente a fazer parte da Ânima Educação, em agosto de 2019, marcando a entrada da organização no Nordeste do País. Reúne 26 cursos de Graduação e é dona de resultados acadêmicos consistentes. Desenvolve suas atividades em sete unidades acadêmicas, sendo 1 Centro Universitário e 6 Faculdades, localizados nas cidades baianas de Paripiranga, Jacobina, Senhor do Bonfim, Tucano e Irecê, além de Lagarto, em Sergipe.

A AGES é reconhecida por um projeto acadêmico baseado no uso intensivo de metodologias ativas já consolidadas, na humanização das relações de aprendizagem, bem como no rigor com a prática acadêmica. O cuidado da instituição para a oferta de uma educação de qualidade é comprovada pelos mais recentes indicadores de qualidade do MEC, divulgados em dezembro de 2019. Os dados do Índice Geral de Cursos (IGC) revelaram que a AGES ostenta a posição de 2º Melhor Centro Universitário da Bahia e o 6º de todo o Nordeste. Mais informações e detalhes em www.faculdadeages.com.br.

>> UniFG

O Centro Universitário UniFG foi fundado em 2002 em Guanambi, cidade localizada no sertão produtivo do sudoeste baiano. Iniciando sua trajetória como Faculdade Guanambi, foi alçada à categoria de Centro Universitário em 2017, com nota máxima pelo MEC.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A UniFG oferece mais de 30 cursos de graduação nas mais diversas áreas do conhecimento. Possui, também, um programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito, o primeiro programa de Mestrado em Direito das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Com sua estrutura, a UniFG atende a mais de 6 mil alunos, oriundos de mais de 50 municípios. Além disso, possui uma ampla rede de serviços prestados à comunidade local, através do Centro de Atendimento à Comunidade, Clínica Veterinária, Fazenda Universitária e Clínica Universitária, que reúne serviços na área de psicologia, medicina, nutrição, farmácia, fisioterapia e estética.

>> Faseh

A FASEH é uma instituição particular de ensino superior, localizada no vetor norte, área em expansão da RMBH, a 5 minutos do aeroporto internacional Tancredo Neves, em Confins. A localização estratégica, no caminho entre o terminal aéreo e a capital, permite acesso fácil, de fora do Estado e do exterior, à faculdade que é voltada para a internacionalização com parcerias com instituições de ensino e pesquisa de fora do país.

Com autorização para funcionamento desde 2001, a Faculdade da Saúde e Ecologia Humana procura cumprir seu papel para com a sociedade, contribuindo para a inserção e acesso da população ao ensino superior, ofertando cursos de graduação e pós-graduação, além de serviços às comunidades da região em que está sediada e da capital.

>> UNIRITTER

A UniRitter é uma das mais conceituadas e inovadoras instituições de ensino superior de Porto Alegre e Região Metropolitana da Capital. Com 50 anos de mercado, tem mais de 60 cursos de graduação presenciais e semipresenciais, além de ofertar cerca de 40 especializações em seus *campi*. A instituição, que valoriza o perfil inquieto de seus alunos e tem como missão expandir a experiência acadêmica aliada à responsabilidade socioambiental, formando pessoas para transformar o mundo, também conta com uma Clínica Escola de Saúde e um Hospital Veterinário para práticas acadêmicas. Recentemente, a UniRitter recebeu a pontuação máxima (nota 5) do Ministério da Educação (MEC) em relação à avaliação de credenciamento institucional.

>> FADERGS

Com mais de 15 anos de atividades, o Centro Universitário FADERGS tem como missão levar a educação de qualidade para um número cada vez maior de pessoas. Voltada à empregabilidade e à cultura empreendedora, a instituição recebeu nota máxima (5) na avaliação de Recredenciamento Institucional realizada pelo Ministério da Educação (MEC).

Localizado na região central de Porto Alegre, o Centro Universitário facilita o acesso ao Ensino Superior em mais de 50 opções de cursos de graduação presenciais e semipresenciais entre as atividades acadêmicas. Recentemente, a FADERGS recebeu a pontuação máxima (nota 5) do Ministério da Educação (MEC) em relação à avaliação de Recredenciamento Institucional, além de ser reconhecida com IGC 4 também pelo MEC quanto à qualidade de ensino.

>> IBMR

É uma das mais conceituadas e inovadoras instituições de ensino superior do Rio de Janeiro. Com mais de 52 anos de tradição no mercado, tem mais de 50 cursos de graduação presenciais e semipresenciais. Além de ofertar mais de 70 especializações na Pós-graduação. Nossa missão é expandir a experiência acadêmica aliada à responsabilidade socioambiental, formando pessoas para transformar o mundo.

>> UNP

A UNIVERSIDADE POTIGUAR – UnP, mantida pela Sociedade Potiguar de Educação e Cultura – APEC, tem sede em Natal e integra o Sistema Federal de Ensino.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Fundada em 1981 sob a denominação de Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – UNIPEC recebeu o credenciamento como UNIVERSIDADE em 1996 (D.O.U. 20/12/1996), sendo, até o presente, a única universidade privada atuando no Rio Grande do Norte.

A UnP, em seu Estatuto, se apresenta como “instituição pluridisciplinar formadora de quadros profissionais de nível superior, promotora da pesquisa e da extensão, sob a forma de uma comunidade inspirada nas liberdades fundamentais”.

Como formadora de profissionais, a UnP tem firme compromisso com a cidadania, consubstanciada nos valores éticos, sociais, culturais e profissionais. E esse compromisso direciona o desenvolvimento e a prática de seu projeto institucional e dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece. A UnP, acreditando na força transformadora da ciência e nas avançadas tecnologias para a realização das potencialidades humanas, assumiu um compromisso social com o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte e da Região:

pela disseminação de conhecimentos e tecnologias;

pela promoção do ensino, da pesquisa e da extensão;

pela prestação de serviços à comunidade;

pela qualidade do atendimento a demandas dos setores públicos e privados;

e na formação de pessoas para o exercício dos direitos e deveres da cidadania.

>> FPB

A FPB está há mais de 10 anos no mercado paraibano? Saiba mais sobre sua história: A Faculdade Internacional da Paraíba (FPB), tem como missão “Contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado da Paraíba, mediante a preparação de profissionais com sólida formação humanística e técnico-científica, conscientes do seu papel social e comprometidos com o exercício da cidadania plena”. Atualmente, a FPB, oferta 35 cursos entre graduação tradicional e tecnológica, + de 50 cursos de pós-graduação lato sensu. Além de oferecer cinco cursos semi-presenciais, cursos de extensão. A estrutura acadêmica da FPB divide-se em seis escolas distintas: Escola de Direito, Escola de Negócios, Escola de Ciências da Saúde e Educação, Escola de Engenharia e Tecnologia, Escola de Turismo e Hospitalidade e Escola de Comunicação.

Além disso, desenvolve importantes projetos que promovem a prática estudantil, através dos seguintes setores: Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), com o Escritório-Modelo e o 5º Juizado Especial Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), ambos instalados no campus da faculdade, Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF). Como também o Centro de Conciliação e Mediação (CCM), com simulações e a participação dos alunos na resolução de conflitos reais e o Observatório de Violências, projeto implantado pelo curso de Serviço Social e Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH).

Na FPB, os alunos estão mais próximos do mercado de trabalho. Participam de palestras profissionalizantes e podem inserir os currículos nos principais bancos de estágios do estado, com o apoio do Global Office – Internacionalidade e Empregabilidade, setor que também abriga o primeiro polo do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) instalado em instituição de ensino superior na Paraíba.

>> UNIFACS

Fundada em 1972 com o nome de Escola de Administração de Empresas da Bahia, a UNIFACS se tornou Faculdade Salvador (FACS), em 1980. Em 1997 foi credenciada como universidade junto ao Ministério da Educação, com conceito máximo. Única universidade privada da Bahia em 2017 foi reconhecida com nota máxima.

Reconhecida pela tradição, qualidade acadêmica, internacionalidade, empregabilidade e compromisso com o desenvolvimento regional, a UNIFACS oferece um ensino para além do espaço da universidade, tendo como princípio o atendimento às demandas da sociedade como uma das prioridades institucionais.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A UNIFACS oferece cursos de graduação nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, e cursos de Pós-graduação lato (especializações e MBA's) e stricto sensu (mestrados e doutorados), além do desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão à comunidade. A instituição também oferece cursos de formação profissional e de idiomas. A instituição já formou mais de 55 mil estudantes e conquistou o reconhecimento sólido que a ratifica como a melhor universidade privada da Bahia.

>> UNIFG-PE

Com atuação em Pernambuco desde 2001, a Faculdade dos Guararapes se transformou em centro universitário em 2016 e desde então se chama UNIFG. Credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) por conta da excelência do ensino oferecido e integrante da Ânima Educacional, a instituição tem como inspiração o tripé “prática, próxima e plural”. Isso por conta da aplicabilidade da prática às aulas e projetos, proximidade com o aluno e respeito e valorização das diferenças.

O centro universitário disponibiliza infraestrutura moderna e laboratórios, além de equipe de profissionais habilitados. Oferece cursos de graduação, pós-graduação e técnicos. Além do campus Piedade, em Jaboatão dos Guararapes, a UNIFG conta com uma unidade no bairro da Boa Vista, em Recife.

É a primeira instituição privada de ensino superior de Pernambuco a contar com posto avançado do Sebrae para desenvolver empreendedorismo com os alunos e ainda atender a comunidade. Na área de responsabilidade social, oferece serviços gratuitos ao público na área de Saúde e Direito, por meio do UNIFG Comunidade.

>> UAM

Inovar requer ousadia e coragem, mas acima de tudo sabedoria. É preciso valorizar as experiências adquiridas no passado, perceber todas as nuances da realidade que o presente coloca e, finalmente, estar atento às mudanças e às oportunidades que o futuro reserva.

Em 1970, a Anhembi Morumbi nascia como a primeira faculdade do Brasil a oferecer curso superior na área de Turismo. Naquela época, muitos não entendiam a amplitude do segmento de Turismo, nem mesmo sua importância para a economia do País. Conceitos como potencial turístico e hospitalidade foram introduzidos. E o mais importante: foi iniciado um processo efetivo de qualificação profissional, cada dia mais valorizado pelo mercado de trabalho.

Desde então, o pioneirismo marca a história da Anhembi Morumbi, determinando mudanças profundas também nos rumos do ensino superior brasileiro. São muitos os exemplos de cursos inéditos lançados pela Instituição, entre eles, Gastronomia, Quiropraxia, Design Digital e Aviação Civil – áreas nas quais se tornou referência de ensino.

>> Unicuritiba

O UNICURITIBA surgiu há sete décadas, a partir da visão do professor Milton Vianna, um dos nomes mais representativos da história do Direito e da educação paranaense. Com início de sua trajetória como Faculdade de Direito de Curitiba (FDC), foi fundada com pioneirismo pela Associação de Ensino Novo Ateneu, ofertando o primeiro curso particular de Direito no Paraná.

O UNICURITIBA reúne diversas opções de cursos de graduação e especialização, além de Mestrado e Doutorado em Direito. Possui cerca de cinco mil estudantes e um campus imponente, localizado em uma região estratégica de Curitiba. É uma instituição reconhecida por ter, entre outros diferenciais, um dos melhores cursos de Direito do País (com selo de qualidade OAB Recomenda em todas as suas edições), além de ser referência na área de Relações Internacionais.

>> Unisul

Por meio de uma parceria de co-gestão que utiliza o Ecossistema Ânima de Aprendizagem, nossos serviços e *know how* educacionais, a Unisul destaca-se no ranking das melhores universidades de Santa Catarina, com mais de 140 cursos bem estruturados nos campi de Tubarão, Florianópolis, Pedra Branca (Palhoça), Araranguá, Içara, Braço do Norte e na UnisulVirtual. Mantém intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa de quatro continentes e suas atividades de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

extensão se desenvolvem em infraestruturas singulares, como o maior complexo aquático do País, localizado no campus da Pedra Branca.

Vários de seus cursos estão entre os melhores do Sul do Brasil, a exemplo da Medicina, em 2016 avaliado com nota máxima (5) pelo MEC.

Com 101 cursos de graduação, 114 de especialização, 5 de mestrados e 4 de doutorados, a Unisul caracteriza-se como uma instituição empreendedora e de espírito inovador, com forte atuação no desenvolvimento de Santa Catarina, ao longo dos seus 56 anos. Foi a primeira Universidade a participar do planejamento pioneiro do Estado em 1973.

>> INSPIRALI

A Inspirali é o resultado de décadas do trabalho realizado pelas escolas médicas da Ânima, em cada um dos seus polos de atuação, sempre buscando tornar realidade nosso princípio fundamental: “transformar o Brasil por meio da educação”.

Como instituição educacional, seu propósito é compartilhar o ensino de medicina e saúde, conhecimento gerado individualmente por todas as suas unidades diariamente, transformando-o em metodologias e práticas de ensino e aprendizagem de efetividade comprovadas, alinhadas aos padrões metodológicos mundiais e, sobretudo, que traduzam as necessidades de nossos alunos e seus pacientes.

>> HSM

Desde sua fundação, em 1987, a HSM acompanha o que há de mais inovador em gestão, trabalhando ao lado das lideranças de negócios para alcançar sua missão de transformar o país por meio do desenvolvimento de líderes e organizações. A marca passou a fazer parte da Ânima em 2013.

A HSM é uma plataforma de conhecimento, que faz a ponte entre o cenário global e a realidade brasileira, construindo redes colaborativas que impactam o desempenho das empresas e de suas equipes, e colocando as vozes mais importantes do mundo atual dos negócios em contato com executivos e gestores nacionais.

Esse diálogo constante acontece nos eventos, nos programas customizados de educação executiva para médias e grandes empresas e no conteúdo distribuído pelas mais diversas e atuais plataformas de mídia. Mais informações e detalhes em www.hsm.com.br.

>> EBRADI (Escola Brasileira de Direito)

Fundada no final de 2016 pela Ânima Educação, em parceria com profissionais atuantes neste mercado há mais de 16 anos, a EBRADI (Escola Brasileira de Direito) oferece ensino de altíssima qualidade a distância, que engaja alunos com aulas voltadas à prática da advocacia, oferecendo base de conhecimento completa para atuação na área de especialização de preferência. Nasceu para se tornar referência em ensino digital na área jurídica.

O portfólio é sustentado por serviços exclusivos, conteúdo de alta qualidade e tecnologia que permeiam uma metodologia própria e inovadora, que unem a comodidade do aprendizado a distância com o acompanhamento especializado. Além de reunir grandes nomes do Direito e os melhores professores da área, a EBRADI oferece cursos pautados no ensino adaptativo e colaborativo, especialmente desenhados para elevar o padrão de empregabilidade e transformar a vida dos alunos. Mais informações e detalhes em www.ebradi.com.br.

>> Le Cordon Bleu

A Le Cordon Bleu é uma escola de gastronomia líder mundial, que faz parte da história e possui uma rica herança acumulada ao longo de mais de 120 anos. Hoje, o Le Cordon Bleu está presente em 20 países, com 35 escolas internacionais e tem a Ânima Educação como um de seus parceiros estratégicos. Por meio do vínculo entre ambas, em maio de 2018 foi inaugurada na cidade de São Paulo a primeira escola da rede no Brasil: o Instituto de Artes Culinárias Le Cordon Bleu São Paulo.

A proposta da Ânima e do Le Cordon Bleu é que a abertura da escola em São Paulo promova o intercâmbio de alunos de outras cidades do país para que, depois de formados, eles levem todo conhecimento do Instituto para sua cidade

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de origem. Assim, esses estudantes irão fomentar a mudança tanto no mercado quanto em suas respectivas cidades. Em longo prazo, a ideia é fazer com que esse intercâmbio possa contribuir para o crescimento da gastronomia brasileira, mais um passo importante para transformar o país pela educação. Mais informações e detalhes em <https://www.cordonbleu.edu/sao-paulo/home/pt-br>.

>> SingularityU Brazil

A instituição nasceu de uma parceria estratégica entre a Ânima Educação, por meio da HSM, e a Singularity University (SU), renomada universidade do Vale do Silício, nos Estados Unidos.

O objetivo é entregar versões locais dos programas transformadores da SU para empresários e executivos brasileiros. Localizada em São Paulo, a SingularityU Brazil visa ajudar as corporações brasileiras e líderes a entender melhor o impacto de tecnologias exponenciais, antecipar tendências e prepará-los para agir. Através de modelos e ferramentas de estratégias, liderança e inovação, a SingularityU Brazil ajudará as empresas a se reinventarem para navegar melhor pelo futuro.

A SU iniciou suas atividades no Brasil em abril de 2018, com o SingularityU Brazil Summit, em parceria com a HSM. Este evento, permitiu que se iniciasse um projeto que tem o potencial de contribuir para uma das transformações mais revolucionárias de nosso país. Mais informações e detalhes em www.singularityubrazil.com.

>> HSM University

A HSM criou a HSM University. A marca chegou ao ecossistema Ânima em 2019. O objetivo é oferecer cursos de especialização a distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

A HSM University dispõe de cursos livres e de pós-graduação voltados para o aprimoramento das competências mais requisitadas pelo mercado de trabalho. Os módulos são compostos por treinamento de habilidades que farão a diferença quando colocadas em prática. Todas elas se baseiam em conceito e ferramentas extraídos dos grandes pensadores da gestão do país e do mundo. Mais informações e detalhes em www.hsmuniversity.com.br.

>> Gama Academy

A Gama Academy é uma Edtech, fundada por Guilherme Junqueira em 2016, que seleciona e capacita profissionais na área de tecnologia. A Gama Academy é uma referência nacional na capacitação de habilidades digitais e obteve resultados expressivos nos últimos anos, tendo formado e/ ou treinado mais de 30 mil alunos e atendido mais de 650 empresas, com um crescimento de receita superior a 300% em 2020.

Por meio da sua plataforma educacional de qualidade (NPS de 93), que já conta com mais de 270 mil profissionais, o objetivo é formar habilidades para diminuir o gap crescente de talentos na área de tecnologia. A Gama Academy atende clientes B2C e B2B ajudando a selecionar candidatos e/ou desenvolver colaboradores com habilidades, que incluem programação, design, marketing, vendas e soft skills.

>> Instituto Ânima

Além de suas instituições de ensino superior e marcas subsidiárias, a Ânima também possui um instituto: o Instituto Ânima. É uma entidade sem fins lucrativos, que atua em projetos em diversas áreas do conhecimento, desenvolvendo iniciativas como: projetos de integração entre as instituições Ânima; projetos sociais, culturais e de PD&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação); captação de recursos; desenvolvimento e licenciamento; e gestão de startups.

O Instituto Ânima nasceu a partir de movimentos derivados da atuação de duas escolas que fazem parte da Ânima Educação. Em 2005, o Centro Universitário Una criou o Instituto Una de Responsabilidade Social, a fim de dar suporte às pesquisas e às atividades culturais e de extensão da instituição. Depois, este somou seus esforços com o histórico social de pesquisa, tecnologia e inovação da UniSociesc, no sul do País, gerando, a partir desta integração, o que hoje é o Instituto Ânima.

O objetivo é o fomento, o estímulo e o desenvolvimento de atividades ligadas à cultura, às artes, ao turismo, ao desenvolvimento social e sustentável, à ciência e à educação do nível básico ao superior. Além disso, é papel do Instituto Ânima promover e executar atividades e pesquisas de caráter científico e tecnológico, inclusive em parcerias com instituições públicas ou privadas e órgãos de fomento como FINEP, MCTI, CNPq, FAPEMIG, FAPESC, BNDES e BID, entre outros. Mais informações e detalhes em www.nossoinstitutoanima.com.br.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

CAMPI

Em abril de 2023, possuíamos 78 unidades de ensino superior, distribuídos em 54 cidades. A grande maioria dos nossos campi funciona em imóveis alugados e conta com a infraestrutura adequada para a prestação de serviços de educação, incluindo bibliotecas, laboratórios de informática, laboratórios específicos adequados aos cursos ofertados, auditórios, espaços voltados à inovação e empreendedorismo, entre outros. Ao inaugurar ou adquirir novos campi, normalmente construímos ou reformamos as instalações existentes a fim de adequá-las aos nossos padrões, visando garantir a qualidade e características de nossa marca.

Processos

Possuímos processos profissionais de captação, fidelização e retenção de alunos em nossas instituições de ensino. Todos os nossos processos são estruturados de forma a apresentarem atribuições claramente definidas para os nossos colaboradores. O andamento dos mesmos é metodicamente controlado por meio de indicadores de desempenho previamente definidos. Nosso método de gestão busca obter níveis elevados de eficiência operacional e padronização de procedimentos, de modo a facilitar a replicação e controle de nossas IES.

Captação

A área comercial, responsável pelos processos de captação, tem atuação nacional e é dividida em gerências responsáveis por acompanhar:

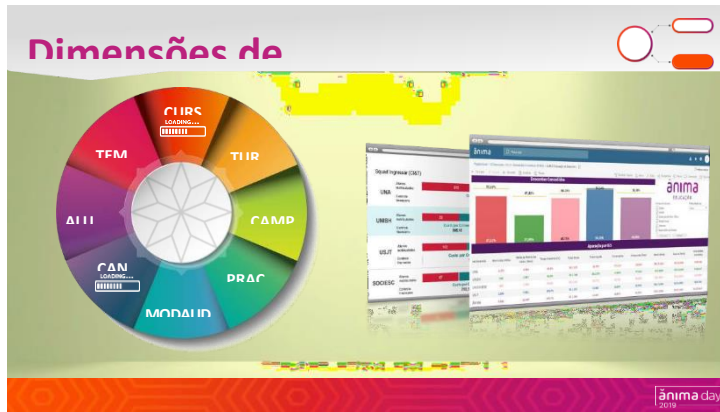
- Gerência de Central de Atendimento ao Candidato: área de atendimento presencial criada nos campi para captar e atender exclusivamente aos postulantes a uma vaga nas instituições do grupo. A área conta com assessores que são responsáveis pelo acompanhamento de cada candidato desde a sua inscrição até a matrícula e colaboradores no atendimento telefônico.

O assessor tem um relacionamento mais personalizado com nossos candidatos. Além disso, contamos com a ferramenta Sales Force, com o conceito *omnichannel*. Assim conseguimos medir e aprimorar toda a jornada do nosso candidato.

- Gerência de Relacionamento com Escolas e Empresas: canal de vendas com foco em promover as marcas da Ânima Educação nas Escolas de Ensino Médio, bem como em empresas de médio e grande porte
- Gerência de Processos Seletivos: departamento estruturado para organizar todos os processos seletivos (vestibulares) das instituições, além de realizar as análises de disciplinas convalidadas para os alunos oriundos de outras instituições que desejam transferir seus cursos para uma das instituições da Ânima Educação.
- Gerência de produtos: responsável pela definição de portfólio de ofertas e análises de concorrentes, dados do censo INEP, benchmarks no Brasil e Exterior, além de outras ferramentas de inteligência competitiva para melhor definição das estratégias de portfólio e produtos, maximizando a participação no mercado e posicionamento das marcas.
- Gerência de precificação:
- Gerência de Planejamento Comercial: responsável por orquestrar o planejamento da captação de novos alunos, definindo metas diárias para o funil de ingresso alinhadas às expectativas financeiras da companhia, além de promover o controle da performance de cada etapa e canal de captação.

Possuímos uma área de Pricing que define a estratégia de preços da Ânima, que está alinhada com seu posicionamento de qualidade e baseada no gerenciamento de dados, considerando a maximização de receita e margem. Com base nos estudos desde 2019, conseguimos analisar muitos aspectos dos dados do perfil do aluno e definir uma estratégia de preços personalizada. Obtemos e analisamos detalhes como renda do aluno, antiga escola e endereço. Com isso, todas essas informações são consideradas na composição do preço sugerido ao aluno, além da demanda e localização do curso para maximizar nossa receita.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Os processos de captação se dividem em:

(i) Vestibular: O processo seletivo de captação de novos alunos para cursos de graduação intitulado Vestibular acontece de maneira presencial ou online, sendo o segundo a partir de dezembro de 2019, sendo utilizados quatro tipos de mecanismos:

- a. Vestibular Tradicional: Processo seletivo realizado em uma data estabelecida pelas instituições de ensino, normalmente durante os finais de semana. Apenas para o curso de Medicina existe uma segunda etapa desse mesmo processo, com uma segunda prova.
- b. ENEM: Candidatos podem utilizar sua nota no ENEM para ingressar na IES. Para mais informações sobre o ENEM, ver o item 7.5 deste Formulário de Referência:
- c. Vestibular ~~Agenda~~ Agenda online: Buscando a comodidade do candidato, desenvolvemos um aplicativo que possibilita a realização da prova online seguindo todas as exigências necessárias para apuração do resultado e veracidade das informações dos candidatos.

(ii) PROUNI: Disponibilizamos vagas aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular que tenham sido beneficiados por bolsas integrais e com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, no âmbito do Programa Universidade para Todos – PROUNI. O PROUNI conta com um sistema semestral de seleção, informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo, de acordo com as especificações do MEC. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

(iii) Outras Captações: Além das formas de ingresso de nossos alunos acima descritas, Vestibular e PROUNI, seguem abaixo outras formas de ingresso de alunos por nós adotadas:

- a) Obtenção de novo título: Processo seletivo utilizado por graduados que desejam iniciar um novo curso de graduação;
- b) Retorno: Processo utilizado por alunos que trancaram sua matrícula e desejam retomar seus estudos;
- c) Transferência Externa: Processo onde alunos de IES concorrentes solicitam transferência de sua matrícula para uma das nossas IES;
- d) Transferência Interna: Processo utilizado por nossos alunos que solicitam trocar de curso dentro de uma mesma IES;

(iv) Pós Graduação: Processo utilizado para, a partir da análise dos currículos dos estudantes e por meio de entrevista pessoal, englobar os ingressos nos cursos de Lato Sensu (Especializações e MBA's) e Stricto Sensu (Mestrados).

(v) Extensão: Processo adotado para os ingressos, a partir da efetivação da matrícula do estudante, em todos os cursos de extensão, que são aqueles com carga horária variada e não contemplados nos itens anteriores.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Operacionalização da Captação

Em cada um dos processos de captação, o fluxo de candidatos foi amplamente estudado e algumas fases/etapas definidas em uma sequência de ocorrências.

Na figura abaixo, para fins exemplificativos, seguem o encadeamento das etapas do processo seletivo de Vestibular:



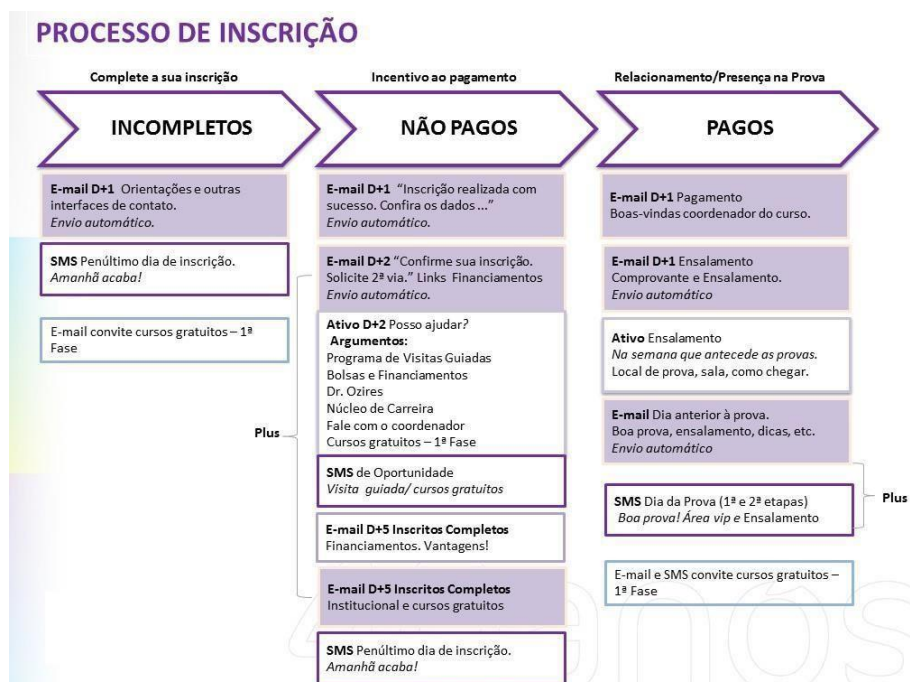
As etapas estão encadeadas em um processo que denominamos de Régua de Relacionamento ou de Captação, dependendo de sua finalidade.

O fluxo normal que deve ser percorrido pelo candidato entre o início de sua inscrição e a sua matrícula/início das aulas, está representado no gráfico acima pela cor laranja. As perdas em cada etapa, chamadas de quebras, estão representadas pela cor vermelha. Cada um dos motivos de quebra é acompanhado durante todo o processo seletivo, buscando sempre aumentar o volume de alunos que completam todo o fluxo.

Para cada processo em nossa Companhia, uma Régua de Relacionamento ou de Captação é implementada, tendo para cada uma de suas fases, uma meta, um conjunto de ferramentas de interação com os candidatos e indicadores de performance específicos.

Exemplo da configuração de uma Régua de Relacionamento ou de Captação:

Na Régua de Captação do processo seletivo de Vestibular, a comunicação direta com o potencial aluno é feita por meio de SMS, E-mails, Call Center, WhatsApp e convites personalizados para visitas aos campi das IES, eventos relacionados à carreira, à vida acadêmica e às opções de financiamento estudantil por nós oferecidos em cada IES. O uso de cada uma dessas ferramentas é definido dentro de períodos de tempo específicos, que são calculados a partir da data de início da inscrição do candidato no Vestibular.



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Todas as Réguas de Relacionamento ou de Captação são automatizadas por um sistema de automação de marketing que controla as interações com os candidatos, permitindo que indicadores de desempenho sejam calculados e que a gestão dos números das nossas IES seja realizada com máxima eficiência.

Marketing

As inscrições nos processos seletivos são incentivadas por campanhas publicitárias e ações de relacionamento, conforme abaixo descritas.

Campanhas Publicitárias

Temos uma Diretoria de Comunicação centralizada, responsável pela criação das campanhas, definição dos planos de mídia e toda a estratégia de Comunicação. Cada uma das nossas IES ainda possui um profissional de Marketing e Comunicação, responsáveis pela apresentação de suas marcas, produtos e diferenciais em seus mercados. Essa parceria entre equipe Holding e equipe das instituições tem a finalidade de garantir uma forte identidade local, e ao mesmo tempo manter nossos ganhos de operação em escala em cada um dos mercados, nos quais atuamos.

Acreditamos que o uso de ferramentas de comunicação diferenciadas tem marcado os trabalhos de comunicação das nossas IES. Por exemplo, o uso de redes sociais, eventos abertos à comunidade e a busca pela aplicação de inovações e criatividade nos processos são possíveis diferenciais reconhecidos e mensurados em nossas IES.

Relacionamento

Como ferramentas de relacionamento com nossos alunos, diversificamos os canais de acesso, buscando aumentar a percepção de valor da nossa prestação de serviços. Todos os canais de atendimento são formatados com a finalidade de promover a fidelização do aluno, na busca de maximizar sua permanência na instituição e oferecer uma experiência cada vez melhor. Nesse sentido, os principais canais de relacionamento utilizados são:

- a. Atendimento presencial especializado –Atendimentos especializados de acordo com suas necessidades. Para assuntos acadêmicos, o aluno conta com uma estrutura de atendimento integrada à coordenação do seu curso. Para questões financeiras e de financiamentos o aluno tem o suporte da CAF (Central de Atendimento Financeiro) e, neste ambiente ele conta com consultoria sobre questões como faturamento, negociações, financiamentos públicos e privados
- b. Autoatendimento – Os alunos utilizam espaços de autosserviço para efetuar pagamentos, entregar documentos e realizar solicitações digitais, tendo ainda uma linha direta com nossos canais telefônicos de relacionamento.
- c. Chat Virtual, chatbot e SAC 2.0: Canais de atendimento virtual, onde funcionários tiram dúvidas e auxiliam os alunos na resolução de problemas. Dentre esses canais, temos o chatbot, sistema de comunicação automatizado, que esclarece dúvidas rápidas dos nossos alunos. Ele está presente no Ulife, sistema online do aluno, e também na FAQ que estimulamos os alunos a acessarem para tirarem suas principais dúvidas, inclusive quando não estamos com o atendimento telefônico em horário de funcionamento.
- d. Ulife: Plataforma única onde o aluno acessa sua jornada universitária. Neste ambiente, o aluno realiza a abertura de protocolos e consulta o status das solicitações de documentos, requerimentos e declarações, bem como esclarece dúvidas sobre sua vida acadêmica e financeira.
- e. Renegociação Online de Débitos: Todos os alunos conseguem negociar seus débitos pelo whatsapp de sua IES. Os alunos são atendidos por uma equipe especializada que está preparada para tratar cada caso de forma personalizada.
- f. Central de Relacionamento com aluno: Equipe que realiza o atendimento dos alunos de nossas instituições através do telefone divulgado de cada escola. O funcionamento é de segunda a sexta-feira, de 8h às 20h.
- g. Eventos Motivacionais e de Reconhecimento: Utilizamos eventos, prêmios e outras políticas de interação com os estudantes como forma de reter nossos alunos.
- h. Núcleo de Relacionamento: Núcleo de atendentes que trabalham com grupo de alunos. Cada atendente é responsável pelo acompanhamento da vida acadêmica e financeira do aluno, interagindo com o mesmo durante o semestre na busca de auxiliá-lo na máxima utilização dos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

serviços oferecidos pela IES. O Núcleo de Relacionamento é responsável pelo combate direto à evasão escolar, por meio da utilização do MPE (Modelo Preditivo de Evasão) e contato direto com o aluno.

- i. Implantação do Salesforce como plataforma que eleva o patamar no gerenciamento do relacionamento *omnichannel* com nossos alunos por ser a principal ferramenta do gênero em todo o mundo.

Combate à Evasão

Metodologia de Combate à Evasão

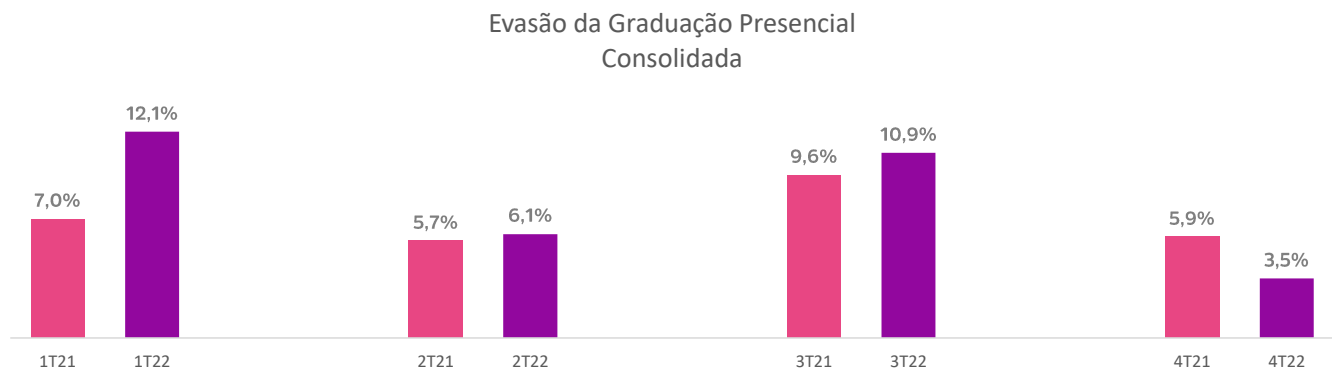
Desenvolvemos um Preditivo de Evasão, baseado em variáveis e em um algoritmo próprio, que busca antecipar possíveis casos de evasão. Por meio do preditivo de evasão, conseguimos vincular uma taxa de risco de evasão para cada aluno, priorizando assim os contatos com aqueles que apresentam maior tendência a deixar as nossas IES. O desenvolvimento contínuo dos sistemas que melhoram a qualidade dos serviços relacionados a experiência do nosso aluno, dentro e fora da sala de aula, contribuem diretamente para a redução das taxas de evasão. A longo de 2022, uma reestruturação interna dos processos e maior estabilização da integração de nossos sistemas, permitiram reverter o aumento da evasão que vinha ocorrendo nos primeiros 9 meses do ano, e finalizamos o 4T22 com uma queda significativa em relação ao 4T21. Nossa estratégia de retenção sofreu um processo de regionalização e maior personalização no fluxo de retenção, que resultou em um atendimento mais próximo de nossos alunos, melhorando nosso entendimento da base e possibilitando uma atuação mais precisa para evitar a evasão.

Taxas de Evasão das nossas IES

Classificamos a nossa taxa de evasão em duas modalidades:

- a. Evasão Durante: ocorre ao longo do semestre letivo, no período correspondente ao intervalo entre o primeiro e último dia letivo, e que se materializa por meio de trancamento do curso, cancelamento do curso, e transferência de IES; e
- b. Evasão de Virada: ocorre no período entre o término oficial do semestre letivo, e o último dia disponibilizado para a rematrícula dos alunos e que se materializa por meio do abandono do curso de alunos que não solicitam formalmente sua saída e ou que não se matriculam para o próximo semestre.

Considerando os efeitos da crise mundial provocada pela pandemia da Covid-19, nossas iniciativas vêm tendo como resultados bons resultados nas taxas de evasão, como podemos identificar nos últimos trimestres.



c. Características dos mercados de atuação, em especial

i. Participação em cada um dos mercados; e

ii. Condições de competição nos mercados.

(i) Visão Geral do Setor de Ensino Superior no Brasil

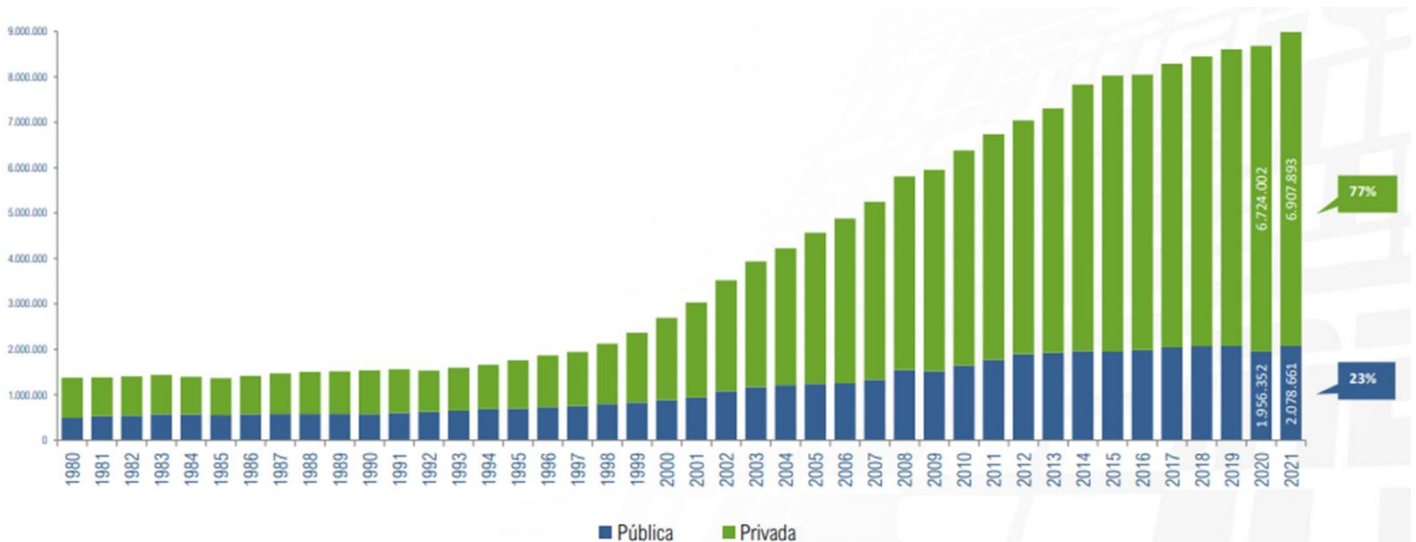
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O Brasil representa o quarto maior mercado de ensino superior do mundo e o maior mercado de ensino superior da América Latina¹ com 8.987.120 estudantes matriculados, segundo dados do Censo de Educação Superior².

O setor de ensino no Brasil é altamente relevante para a economia do País, devido, principalmente, ao tamanho de nossa população de 213,0 milhões de habitantes em 2022³. De acordo com os resultados do Censo Escolar da Educação Básica⁴, em 2022, o Brasil apresentou um total de 47,3 milhões de matrículas na Educação Básica, incluindo todas as categorias de ensino dentre educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e EJA, educação de jovens e adultos e educação especial. Deste total, 26,5 milhões de matrículas correspondem ao ensino fundamental, 7,8 milhões ao ensino médio. O ensino superior, por sua vez, apresentou um total de 8,9 milhões de matrículas em 2021.

Segundo o INEP, em 2021, as IES privadas têm participação de 77% no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 23%. Em relação a 2020, o número de matrículas na rede pública foi 6,3% maior, enquanto a rede privada no mesmo período registrou crescimento de 2,7%. Quando se comparam os anos de 2010 e 2021, observa-se um aumento no número de matrículas de 45,9% na rede privada e de 26,5% na rede pública.

¹ The World Bank Group, Databank - Education Statistics, 2019. ² Inep, Sinopse Estatística da Educação Superior 2021. Brasília: Inep, 2022. ³ Governo Brasileiro, Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/08/populacao-brasileira-chega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-estima-ibge>. ⁴ Censo Escolar 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard> Acesso em 28/03/2022/



Fonte: Notas Estatísticas Censo Educação Superior 2021 – INEP 2022

Um dos principais fatores que impulsionou esse crescimento foi a mudança na regulamentação do setor na década de 1990. Anteriormente a 1996, o setor de educação superior no Brasil enfrentava restrições regulatórias que dificultavam a expansão da oferta de ensino superior por instituições privadas, apesar da insuficiência dos investimentos públicos nos diversos níveis do setor. A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1996, diversas medidas foram lançadas para incentivar o investimento privado no setor de educação superior brasileiro. Dentre as principais iniciativas adotadas incluem-se a flexibilização das restrições regulatórias para a abertura de cursos e instituições e a regulamentação da lei que permitiu que instituições de ensino superior fossem constituídas como empresas com fins lucrativos.

Atualmente, ao contrário do segmento de ensino básico, o ensino superior brasileiro é dominado por instituições privadas (77% do total de matrículas), capazes de suprir a demanda por cursos superiores não atendida pelas instituições públicas. Enquanto as instituições de ensino superior públicas são direcionadas para servir como centros de excelência e pesquisa, com padrões de admissão extremamente competitivos e capacidade de expansão limitada, as instituições de ensino superior privadas voltam sua atenção para as exigências profissionais impostas pelo mercado de trabalho e desenvolvem programas flexíveis para atender às necessidades dos trabalhadores.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Acreditamos que existe um grande mercado potencial de alunos para o ensino superior no Brasil. Segundo PNAD, em 2019, eram 46,7 milhões de pessoas que haviam concluído o ensino médio ou ingressado no superior sem o concluir e que não estavam frequentando uma graduação (Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD 2019)

(ii) Alavancas de crescimento no setor

O setor de ensino no Brasil possui 5 alavancas de crescimento:

1. Crescimento do ensino à distância ("EAD") que aumenta consideravelmente o público-alvo das empresas de ensino;
2. A oferta de alternativas atrativas de financiamento (PROUNI e FIES) e financiamento privado;
3. Expansão do segmento de trabalhadores que cursam o ensino superior;
4. Fragmentação do mercado que oferece oportunidades de crescimento por aquisição;
5. Retorno da economia e redução do desemprego que facilitam o acesso a mais oportunidades de escolarização devido ao aumento de renda livre.

(iii) Ensino a Distância

O ensino a distância surge como opção para aumentar a penetração do ensino superior no Brasil, em virtude de sua mensalidade mais baixa, o que aumenta substancialmente o número de pessoas com poder aquisitivo para frequentar esses programas.

O Ensino a Distância foi a modalidade que mais cresceu do mercado de ensino superior, a uma taxa de crescimento anual (CAGR) de 16,8% no período de 2010 a 2021 (contra -1,7% da modalidade presencial); chegando a 3,7 milhões alunos matriculados em cursos de ensino superior à distância no país em 2021.

Evolução matrículas de graduação superior por modalidade de ensino



(iv) Aumento de alternativas de financiamento para estudantes

O aumento das alternativas de financiamento aos alunos combinado ao crescimento do número de instituições e cursos de educação superior destinados à população de classes média e baixa podem ser vistos como oportunidades para o crescimento do número de matrículas do ensino superior no Brasil.

Visando incentivar a educação no país, algumas das alternativas de financiamento criam incentivos fiscais e financeiros para as instituições de ensino que tenham alunos matriculados que sejam beneficiados por determinados programas do governo.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Com acesso a esses financiamentos, a população de classes média e baixa, que historicamente não tinha acesso ao ensino superior, foi a maior responsável pelo aumento no número de alunos matriculados, sendo representados, na sua maioria, por adultos trabalhadores em busca de melhores salários e oportunidades de emprego.

Programa Universidade para Todos (“PROUNI”)

O PROUNI foi criado em 2005 e dá isenção de certos tributos federais para as receitas decorrentes de cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior que concedem uma determinada quantidade de bolsas de estudo aos alunos de baixa renda dos seus cursos de graduação e cursos relacionados. Ao fornecer isenções fiscais a instituições com fins lucrativos, o PROUNI também desempenhou o importante papel de estimular o crescimento e o investimento privado no setor de educação superior, possibilitando que as instituições com fins lucrativos oferecessem cursos a preços competitivos comparados àqueles praticados por instituições filantrópicas e sem fins lucrativos.

Em 13 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa da RFB nº 1.394 (“IN 1.394”) que revoga a Instrução Normativa da RFB nº 456, de 05 de outubro de 2004 (“IN 456”). A IN 1.394 estabelece a forma de cálculo da isenção a ser usufruída pelas IES no âmbito do PROUNI, atrelando o benefício fiscal à proporção da ocupação efetiva das bolsas concedidas (“POEB”).

Para maiores informações a respeito das alterações introduzidas pela IN 1.394 e seus potenciais impactos em nossas demonstrações financeiras, ver o item 1.6 deste Formulário de Referência.

Programa de Financiamento Estudantil (“FIES”)

O FIES foi criado em 1999 e oferece financiamento de até 100% das mensalidades junto às instituições de ensino superior privadas que participam do programa e que receberam uma boa classificação junto ao MEC.

Até o momento, quase 3 milhões de alunos participaram do programa nos últimos dez anos, e cada vez mais instituições de ensino superior são cobertas por este modelo de financiamento no Brasil. No período de 2010 a 2018 foram concedidos 2,65 milhões de financiamentos com recursos do FIES, dos quais aproximadamente 733 mil concedidos no ano de 2014. Em 2019 tivemos 85 mil novos financiamentos concedidos. Desde 2005, o FIES também oferece financiamento a alunos que recebem bolsas de estudo parciais do PROUNI no valor de 50% de seus custos de educação superior.

O crescimento subsidiado pelo FIES foi interrompido em dezembro de 2014 com a publicação das Portarias 22 e 23, onde foram impostas pelo governo federal, restrições nas relações financeiras com as instituições e restrições de desempenho acadêmico para os novos candidatos ao FIES. Em contrapartida, a partir de 2018 o Governo Federal criou novas modalidades de FIES, possibilitando ao aluno contratar o FIES também através de instituições financeiras privadas.

Em 2019, o MEC disponibilizou 100 mil vagas para 2020. Em janeiro de 2020 o MEC anunciou a desvinculação do P-Fies do FIES, o qual terá início como programa independente no segundo semestre de 2021. Em 2022 o MEC disponibilizou mais de 100 mil vagas para o primeiro ano do Plano Trienal (2022 a 2023) Para mais informações acerca do PROUNI e FIES, vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

(v) Expansão do segmento formado por trabalhadores que estudam

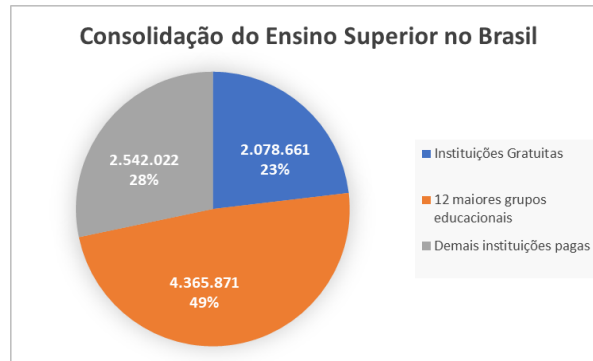
A perspectiva de ascensão profissional e o aumento salarial significativo para os trabalhadores com diploma superior são dois fatores centrais, mais ainda se associados à expansão do setor de ensino superior brasileiro. De acordo com pesquisas do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo - SEMESP, o Brasil é um dos países onde o fato de o indivíduo de possuir um diploma superior exerce uma das maiores diferenças salariais no mundo, aumentando em média 284% a renda daqueles que o detém.

O Brasil possui 8,9 milhões de alunos matriculados em instituições de ensino superior, sendo cerca de 23% deles em instituições públicas. Esperamos que o número de matrículas em instituições de ensino superior no Brasil continue a crescer em consequência de determinados fatores, tais como: (i) a perspectiva de ascensão profissional; (ii) o aumento significativo na renda individual daqueles que detém um diploma de ensino superior; (iii) a demanda substancial por trabalhadores qualificados não atendida e em expansão; e (iv) a crescente disponibilidade de alternativas educacionais para a população de classes média e baixa, em função do apoio contínuo do Governo Federal ao ensino superior privado e, especificamente, do investimento privado no ensino superior.

(vi) Consolidação do setor

A partir da análise dos dados do Censo da Educação Superior de 2021, nota-se que as 12 maiores instituições privadas (responsáveis por 49,0% do total de matriculados) apresentavam, aproximadamente 4,36 milhões de alunos matriculados, ao passo que as outras instituições privadas (responsáveis por 28,0% do total de alunos matriculados) respondiam por aproximadamente 2,54 milhões de alunos matriculados.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Essa alta fragmentação proporciona oportunidades de (i) ganhos de participação de mercado; e (ii) consolidação adicional por meio de operações de fusão e aquisição. Embora se tenha observado uma aceleração significativa do processo de consolidação no setor desde 2007 em decorrência das ofertas públicas iniciais de ações (“IPOs”) observadas no setor e do aumento do interesse de empresas estrangeiras, o setor de educação brasileiro ainda se encontra bastante fragmentado.

De acordo com a Consultoria Hoper (Hoper, Análise Setorial do Ensino Superior Privado, junho de 2019), a tendência para o futuro é de forte profissionalização da gestão das IES, busca por fontes de receita alternativas, aproveitamento do novo bônus demográfico (3ª idade) e detalhamento nos estudos de mercado cada vez mais profissionalizados e detalhados para encontrar as microrregiões com melhores possibilidades de captação de alunos. Ainda conforme a Consultoria Hoper, no novo cenário, “a gestão precisa estar preparada para esta nova realidade, pois toda a configuração de mercado, local ou regional, está cada vez mais complexa, exigindo mais agilidade e dinamismo estratégico”.

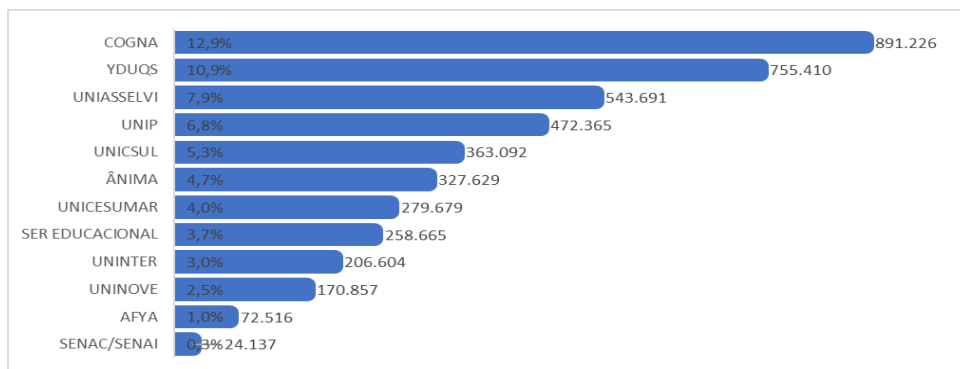
(vii) Concorrência

O setor de ensino superior no Brasil é muito fragmentado e com concorrentes em todas as localidades. Acreditamos que os fatores que influenciam a concorrência no mercado de ensino superior incluem preço, experiência educacional, tradição da instituição, corpo docente, instalações, localização e variedade de cursos, entre outros fatores. Ainda assim, e devido à fragmentação do setor, enfrentamos diferentes níveis de concorrência, dependendo da localização de nossas unidades.

De acordo com o MEC, em 2021 haviam 2.261 instituições pagas e 313 gratuitas de ensino superior no Brasil. Concorremos diretamente com instituições de ensino superior com e sem fins lucrativos e com alternativas ao ensino superior. As instituições privadas menores, normalmente com apenas uma unidade, têm menor capacidade de atrair e manter administração e corpo docente experientes. Têm também recursos limitados para abrir novas unidades, desenvolver e prestar serviços de educação de qualidade e montar cursos de interesse dos alunos.

Participação de mercado da Companhia

O gráfico abaixo mostra o número total de estudantes, e *market share*, nos 12 maiores grupos de instituições privadas com fins lucrativos de ensino superior no Brasil.



Inep, Sinopse Estatística da Educação Superior 2021. Brasília: Inep, 2022.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

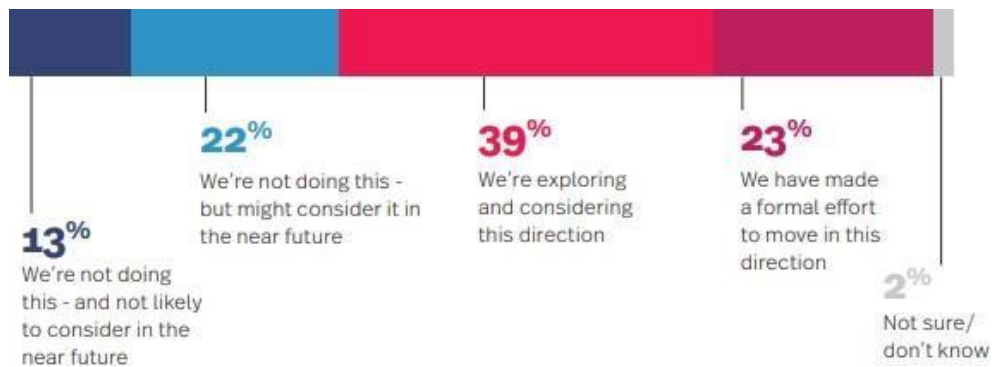
(viii) Novas tendências no Ensino Superior – Qualidade para além de indicadores educacionais

Como dito anteriormente, há diferenças inerentes ao papel das instituições públicas e privadas no Brasil, a saber, que o conjunto das primeiras se dedica majoritariamente a pesquisa e as segundas, preocupam-se principalmente com a alocação dos estudantes no mercado de trabalho.

Nesse caso, ao longo dos anos, a percepção dos alunos tem se estendido à observância de aspectos que vão além da qualidade de ensino das instituições de ensino superior, atestadas por meio dos indicadores educacionais do MEC/Inep. Ou seja, os instrumentos auferidores de qualidade, como o exame ENADE e o índice IDD, ou os indicadores que referenciam cursos e universidades como o CPC (Conceito Ponderado de Curso), IGC (Índice Geral de Cursos) e CI (Conceito Institucional), deixaram de ser suficientes na leitura de quem deseja ingressar no ensino superior privado no Brasil. Para esse público, é também indicador de qualidade a adequada inserção dos alunos egressos das instituições, em especial privadas, no mercado de trabalho. E por adequada entende-se: em sua respectiva área de atuação, com boa remuneração, e munidos do ferramental adequado para a execução de suas atividades.

Segundo pesquisa realizada pela Northwestern University (*Northwestern University. Center of the Future of Higher Education and Talent Strategy. EDUCATIONAL CREDENTIALS COME OF AGE. A Survey on the Use and Value of Educational Credentials in Hiring, 2018*), que contou com 750 líderes de gestão de pessoas em empresas de todos os setores e portes, contratações baseadas em competências/habilidades estão começando a ganhar interesse significativo, tendo a maioria dos líderes declarado já estar priorizando, ou pretender priorizar, habilidades na contratação. Isso destaca a importância de garantir uma aprendizagem voltada para o desenvolvimento de competências.

Gráfico 1 - Grau das estruturas de contratação baseadas em habilidade

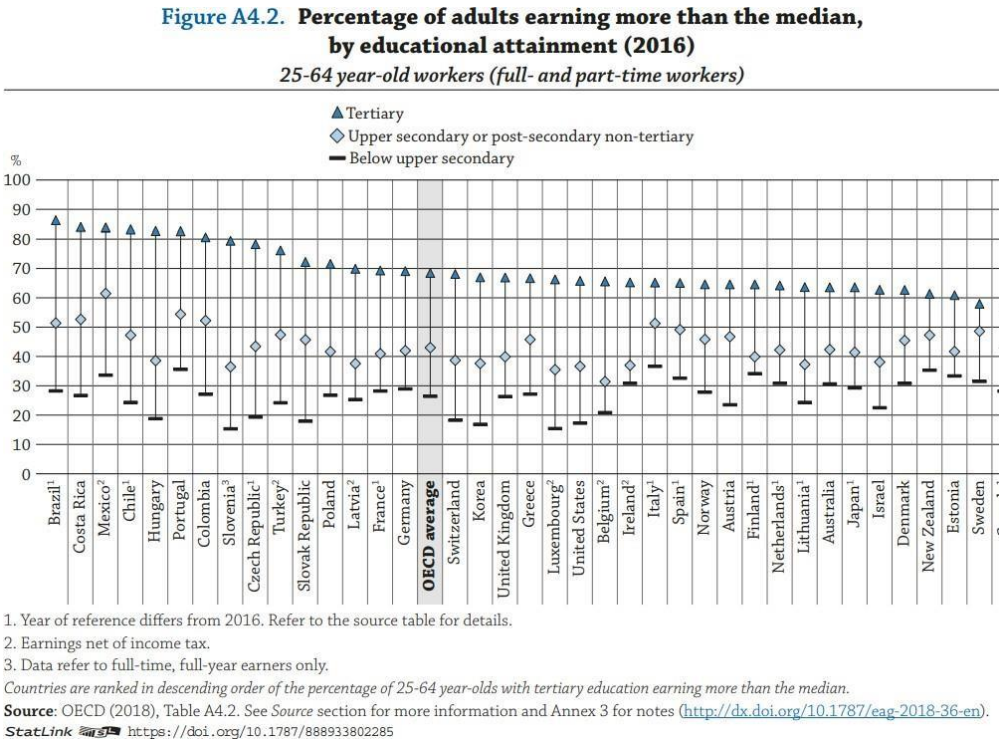


Fonte: Northwestern University, 2018.

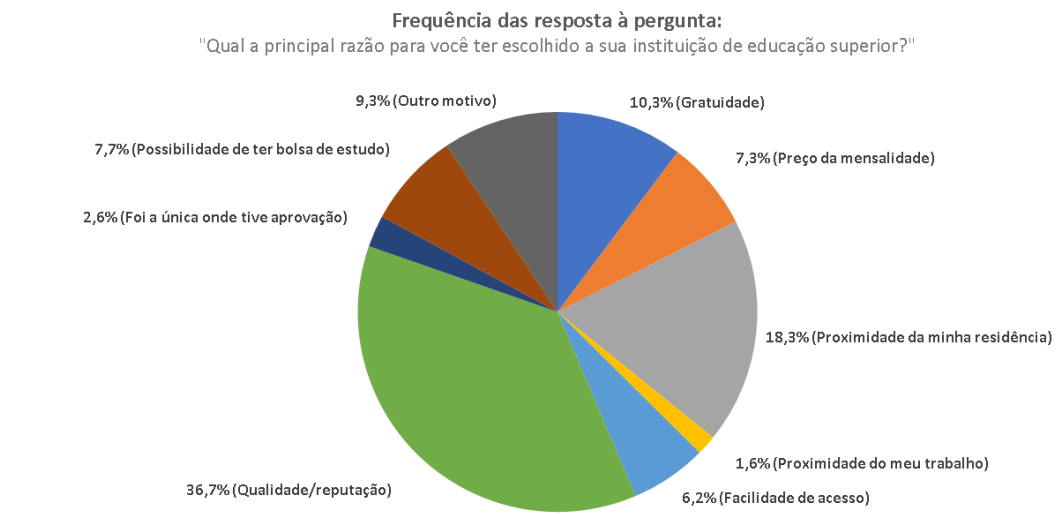
Tendo isso em vista, ainda que os cursos de certificação 'non-degree' (e.g.: MOOCS), tenham crescido de maneira significativa e se apresentado com o propósito de desenvolver competências pontualmente, estes tipicamente têm servido apenas como uma suplementação – e não uma substituição – aos diplomas tradicionais de graduação.

Sendo ainda procurado pelas empresas, o diploma no Brasil apresenta retorno financeiro significativo para os estudantes do ensino superior. Segundo pesquisa realizada pela OCDE (*OCDE - 2018, Table A4.2. <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2018-36-en> - dados da CDE*), dentre os 40 países avaliados, o Brasil apresenta o maior prêmio salarial em razão da conclusão do ensino superior. De acordo com o indicador, aproximadamente 90% dos estudantes que concluem o ensino superior tem remuneração superior à mediana, contra aproximadamente 30% daqueles que não fizeram mais que o ensino médio e aproximadamente 51% daqueles que concluíram o ensino médio mas não fizeram superior.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



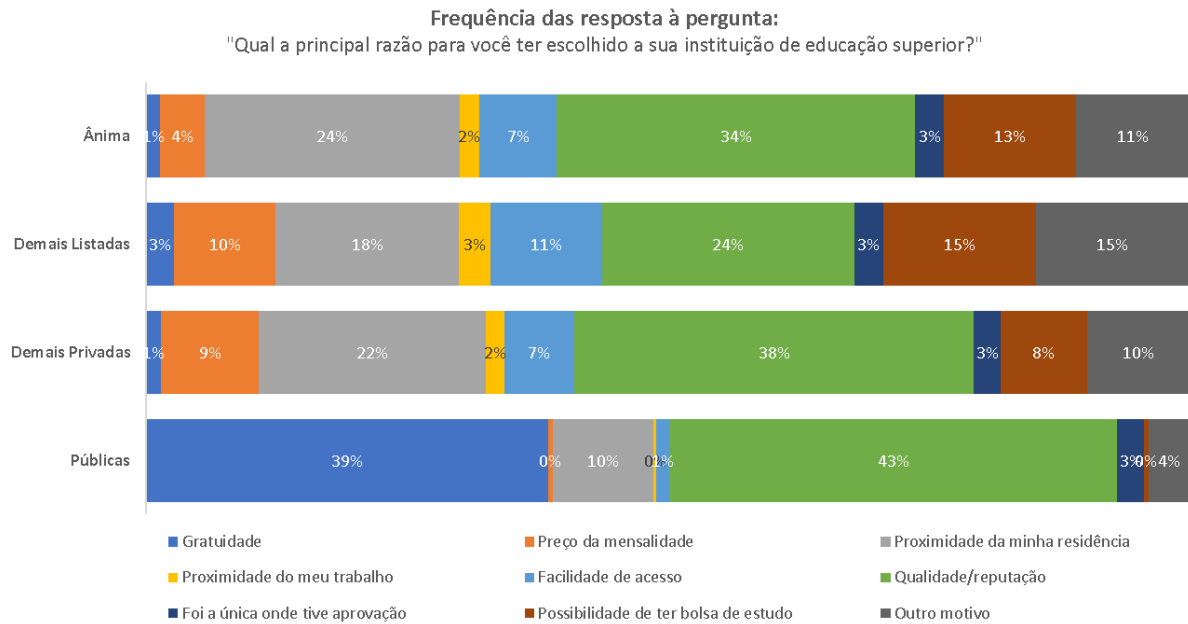
Destacada a atratividade do ensino superior no Brasil e o histórico de crescimento da demanda por cursos de graduação, espera-se ainda haver potencial de expansão do segmento. De acordo com Education at a Glance 2019 (OCDE, Education at a Glance 2019: Brazil, 2019) , as taxas de acesso ao ensino superior no Brasil ainda são baixas se comparadas aos demais países da OCDE, 15% contra 22%. O que denota um potencial de crescimento do mercado na ordem de 40%.



A percepção de valor no Ensino Superior pelos estudantes se traduz em uma procura por IES que ofereça programas e cursos com maior qualidade, beneficiando instituições capazes de agregar reconhecimento, tradição e qualidade no ensino às suas marcas. A análise das respostas ao questionário do ENADE (Inep, ENADE, 2019. Brasília: 2020.) demonstra que os fatores ligados à qualidade são os principais determinantes indicados por 36,7% dos estudantes na escolha por uma instituição de ensino.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Ao olhar para a Ânima, em comparação com as demais instituições, percebe-se a qualidade como principal diferencial de escolha. 34% dos estudantes de nossas instituições apontaram “Qualidade/Reputação” como principal fator de escolha, contra 24% das demais listadas e 43% em relação às IES públicas.



Além dos estudantes e dos empregadores, o Governo Brasileiro também tem demonstrado seu alinhamento em relação ao tema da qualidade no ensino. A qualidade do ensino brasileiro figura entre as principais diretrizes estabelecidas pelo MEC para os próximos 10 anos no âmbito da educação no País. Além disso, a diretriz estabelece o aumento da cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (“ENADE”), o que indica maior preocupação com a supervisão das instituições de ensino.

Isto demonstra que o Governo tem sido mais ativo na supervisão do ensino no Brasil. Para o oferecimento do FIES, passou-se a exigir que o CPC seja acima de 3 (numa escala que vai de 1 a 5), sob risco de determinar o congelamento de novas matrículas em cursos com CPC constantemente igual ou abaixo de 2.

Principais Concorrentes

O setor da Educação Superior no Brasil é altamente fragmentado, e apresenta concorrência em todas as localidades. Os fatores destacados como influenciadores da concorrência são, entre outros, o preço, a experiência de uma instituição, tradição e reputação, professores, locais e a oferta de cursos.

De acordo com o INEP, em 2021, havia 2.574 instituições de ensino privado de nível superior no Brasil. Não obstante, nos últimos anos observou-se um forte movimento de consolidação no setor, com grandes grupos educacionais como Ânima, Kroton/Anhanguera, Estácio de Sá, UNIP, SER, entre outras.

Acreditamos que, à exceção de algumas poucas marcas de nicho, como a Fundação Getúlio Vargas, os estudantes brasileiros associam qualidade às marcas tradicionais com forte histórico na região onde vivem, sendo estas muitas vezes sinônimos de seriedade e ensino de qualidade.

Dessa forma, considerando o posicionamento que ocupa no mercado, acreditamos que as nossas IES (USJT, UNP, UNISUL, UNISOCIESC, UNIRITTER, UNIFG-PE, UNIFG-BA, UNIFACS, UNICURITIBA, UNI-BH, UNA, UAM, MILTON CAMPOS, IBMR, FTT, FPB, FASEH, FADERGS e AGES.) competem principalmente com instituições de ensino tradicionais, com marcas de boa reputação e qualidade em seus mercados.

Abaixo, mapeamos nossos principais concorrentes presenciais e semipresenciais nas principais praças de atuação:

Região Nordeste:

FPB - João Pessoa – PB: UNIPÊ, UNIESP e UNINASSAU.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

UNIFACS - Salvador – BA: ESTÁCIO, UNIJORGE, FTC e UNIME.

UNIFACS - Feira de Santana – BA: FTC, FAT, FAESF/UNEF e ESTÁCIO.

UNIFG-BA - Guanambi – BA: FIP GUANAMBI e FACULDADE PITÁGORAS DE GUANAMBI / UNOPAR.

AGES - Paripiranga – BA: UNIDOM - DOM LUIS DE ORLEANS E BRAGANÇA, UNOPAR e ESTÁCIO.

UNIFG-PE - Recife – PE: UNIBRA, UNINASSAU, ESTÁCIO e CATÓLICA.

UNP - Natal – RN: UNP, UNINASSAU, ESTÁCIO e UNI-RN.

UNP - Mossoró - RN: UNP, UNINASSAU, FACULDADE CATÓLICA DO RN e FACENE/RN.

Sudeste:

UNA, FASEH, MILTON CAMPOS E UNIBH – Belo Horizonte - MG: PUC MINAS, PITÁGORAS, ESTÁCIO, NEWTON PAIVA e FUMEC.

IBMR – Rio de Janeiro – RJ: ESTÁCIO, UVA, UNISUAM e UNOPAR.

UAM e USJT - São Paulo – SP: UNINOVE, UNIP, FMU e UNICSUL.

Sul:

FADERGS E UNIRITTER – Porto Alegre/Canoas – RS: PUCRS, UNISINOS, ESTÁCIO, ATITUS (IMED) e SENAC.

UNICURITIBA – Curitiba – PR: PUCPR, UP, UTP e FAE.

UNISOCIESC – Blumenau – SC: CET BLUMENAU, SENAC e UNIASSELVI.

UNISOCIESC – Joinville – SC: UNIVILLE, CATÓLICA e ANHANGUERA.

UNISUL - Tubarão/Criciúma - SC: SENAC - TUBARÃO, UNESC e ESUCRI.

UNISUL - Florianópolis/São José - SC: ESTÁCIO, ANHANGUERA DE SÃO JOSÉ, FACULDADE CESUC e UNIVALI.

Centro-oeste:

UNA - Catalão - GO: IMEPAC e UNICALDAS.

Considerando os dados do Censo divulgado pelo INEP em 2021, as nossas IES no mercado da Microrregião de Belo Horizonte detinham 24,2% do total de alunos matriculados em cursos presenciais dentre as instituições privadas. Em Catalão, 18,7%. Em São Paulo, o market share é de 12,1% considerando a São Judas e a UAM. Na cidade do Rio de Janeiro são 7,5%. Em Santa Catarina, na região de Florianópolis, nossa participação de mercado foi de 35,4%; na região de Joinville, 29,3%; região de Blumenau, 21%; e sul de SC, 32,3%. Em Porto Alegre – RS, o market share é de 27,7% considerando as duas marcas (UniRitter e FADERGS). Já em João Pessoa e região, na Paraíba, detínhamos 10,5% do mercado. Em Natal, no Rio Grande do Norte, detínhamos 48% do mercado, e Mossoró, 34%, Em Pernambuco, nas cidades de Recife e Jaboatão, temos 9,7% de Market share. Salvador, na Bahia, temos 22,5% do mercado e em Feira de Santana, 12,6%.

(ix) Medicina

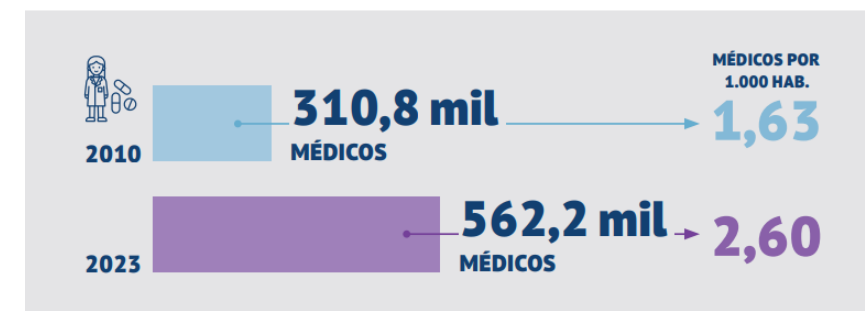
Dada a estrutura regulatória nacional, a expansão de assentos médicos depende principalmente de atributos de qualidade e da necessidade de médicos adicionais em determinada região. O número de assentos médicos permaneceu praticamente inalterado entre 2005 e 2012, mas aumentou em um ritmo mais rápido a partir desse período para mitigar a escassez de médicos no país.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O número de médicos no ano de 2023 chegou em 562.206 mil e a razão destes por habitantes foi de 2,60, superando a projeção do CFM/Cremesp que era de 2,31 para o ano referido. O crescimento de médicos entre 2010 e 2023 foi de 80,9% no período, enquanto a população brasileira aumentou em 12,8%.

Evolução do número de médicos e da taxa de médicos por 1.000 habitantes, de 2010 a 2023

| Brasil, 2023

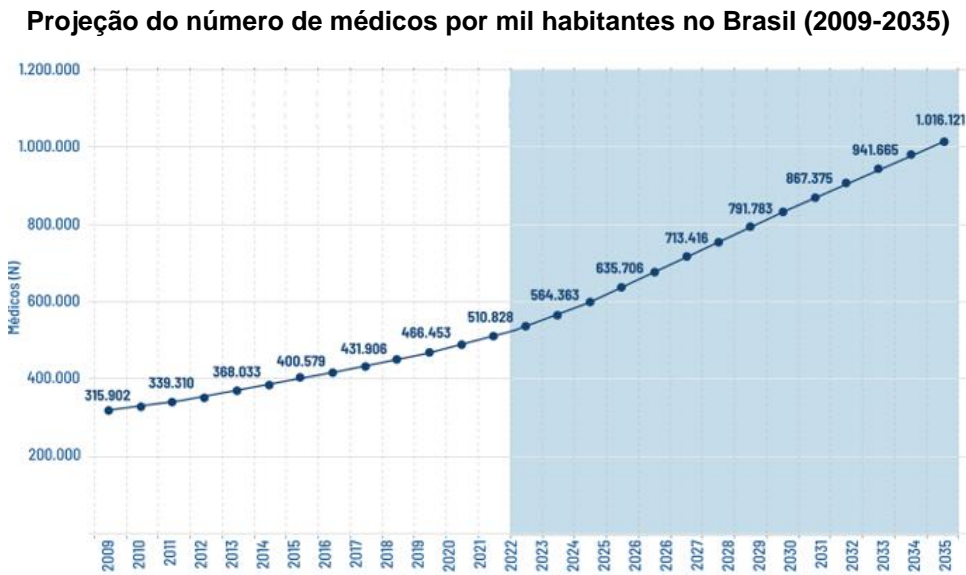


Fonte: Fonte: Scheffer M. et al., Demografia Médica no Brasil 2023

Nos últimos cinco anos, o “Mais Médicos” aumentou a oferta de vagas médicas. De 2013 a 2018, criou cerca de 13 mil vagas em escolas médicas de todo o país, o que contribuiu para o aumento das matrículas em escolas privadas de medicina. Após avaliação recente das cadeiras médicas atuais oferecidas em comparação com o planejado em 2013, o número de cadeiras foi mantido constante em 36.700 pelo MEC desde abril de 2018.

De 2010 a 2021, as matrículas em escolas médicas privadas aumentaram em 26.856, representando um CAGR de 13,05%.

De acordo com a Demografia Médica, o número de médicos no Brasil aumentou de 310.844 para 562.206 de 2010 a 2023, representando um aumento de 80,8%. Com essa demanda, a oferta de novos profissionais de saúde deve continuar crescendo para acompanhar o aumento da demanda por serviços de saúde públicos e privados. Também é relevante pontuar que existe a expectativa de que existam 1.000.000 de médicos em 2025.



Fonte: Scheffer M. et al., Demografia Médica no Brasil 2023

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(x) Modelos Híbridos

O modelo híbrido de ensino é a metodologia que combina aprendizado síncrono e assíncrono, em modelos que mesclam momentos em que o aluno estuda sozinho, de maneira assíncrona, com outros em que a aprendizagem ocorre de forma síncrona, seja presencial ou online, valorizando a interação entre pares e entre aluno e professor.

Com a pandemia do COVID-19 e subsequentes políticas de isolamento, alunos do ensino superior deixaram de frequentar fisicamente as escolas e as mesmas tiveram que movimentar-se para disponibilizar o ensino à distância. Esse movimento exigiu uma série de esforços tecnológicos que ajudam a acelerar a digitalização do ensino.

Ante o aparente sucesso das políticas de ensino a distância das instituições de ensino, o modelo híbrido torna-se uma forte tendência para o futuro, unindo a praticidade de assistir aulas e realizar tarefas em casa à experiência diferenciada do ensino presencial.

(xi) Lifelong Learning

Em um mundo globalizado e cada vez mais rápido, o *lifelong learning* – a prática de seguir estudando ao longo da vida, ganha cada vez mais importância e grandes instituições de ensino têm se movimentado para atender tal demanda crescente, fornecendo, por exemplo, cursos online.

Os avanços tecnológicos desempenham um papel essencial para tornar o *lifelong learning* mais acessível. Graças à popularização dos smartphones, mais pessoas possuem acesso a conteúdo educacional através de aplicativos, vídeos etc. além da possibilidade de se inscrever e frequentar cursos pelos dispositivos.

Na linha dos já mencionados avanços tecnológicos, as inovações trazem consigo novas habilidades a cada momento, que são sempre diferenciais em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. A possibilidade de providenciar cursos para alunos ao longo da vida cria um movimento que tende a se fortalecer cada vez mais no Brasil.

d. Eventual sazonalidade:

No segmento de Ensino, quando não há novas aquisições ou abertura de novos campi, a receita do 1º semestre tende a ser maior do que a do 2º semestre do exercício social.

Isso se deve ao fato de que no meio no segundo semestre de cada ano letivo, com início no mês de julho há menor matrícula de novos alunos, em razão da quase inexistência de estudantes recém-formados no ensino médio nesse período. Exemplificativamente, em 2022 nas nossas instituições o vestibular do segundo semestre letivo representou, em média, 37% em do número de alunos inscritos no vestibular do primeiro semestre letivo. Tal efeito é parcialmente compensado pelo aumento da desistência de alunos no primeiro semestre letivo, de modo que não há variação relevante de receita da Companhia no segmento Ensino Acadêmico.

A receitas auferidas pelo segmento “Lifelong Learning”, composto pela hsm, hsmU, EBRADI e os cursos de pós graduação lato sensu, o qual respondeu por 5,3% da receita líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (5,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021), é impactada pela realização de eventos e seminários da HSM, só sendo reconhecidas quando o evento ocorre. Uma vez que a programação de eventos varia a cada ano e os eventos são concentrados ao longo de um curto período de tempo, a receita da HSM está sujeita a um elevado grau de sazonalidade. Em novembro de cada ano, a HSM organiza um evento de grande escala que é responsável por parcela relevante da receita líquida do exercício neste segmento.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Ânima e suas subsidiárias mantém uma ampla rede de relacionamento com empresas parceiras que ajudam a suprir necessidades diárias da operação através do fornecimento de bens e serviços para todas as suas unidades. Atualmente, existem processos estabelecidos para a busca e desenvolvimento dos fornecedores, que passa por avaliações técnicas, financeiras e de conformidade que ajudam no processo de seleção e na manutenção de parcerias de longo prazo. O Grupo vem consolidando a atuação de seu Departamento de Suprimentos que, juntamente com as áreas de negócio, tem atuado de maneira presente no processo de revisão, avaliação e aproximação de seus parceiros de mercado, sempre focando em

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

inovação, qualidade dos bens/serviços adquiridos e na otimização na alocação de recursos. Pela extensa rede de cursos oferecidos pela Ânima, a companhia conta com uma cadeia de suprimentos diversa, composta principalmente por empresas provedoras dos seguintes bens e serviços:

- Tecnologia (*hardwares*, *softwares* e soluções integradas)
- Serviços terceirizados (limpeza, manutenção, controle de acesso, entre outros)
- Equipamentos e Materiais para cursos em geral (incluindo, equipamentos e insumos para laboratórios, hospitais e clínicas)
- Adequações civis (obras e retrofits)
- Marketing e publicidade
- Serviços profissionais

1.5 Principais clientes

a. Montante Total de Receitas Provenientes do Cliente.

Não há cliente ou grupo de clientes que seja responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total, tendo em vista que a nossa receita provém primordialmente do pagamento da mensalidade pelos nossos estudantes.

b. Segmentos Operacionais Afetados pelas Receitas Provenientes do Cliente.

Não há cliente ou grupo de clientes que seja responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total, tendo em vista que a nossa receita provém primordialmente do pagamento da mensalidade pelos nossos estudantes.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. Necessidade de Autorizações Governamentais para o Exercício das Atividades e Histórico de Relação com a Administração Pública para obtenção de tais Autorizações.

O setor de educação superior no Brasil está sujeito a extensa regulamentação governamental (vide a seguir os órgãos regulatórios, consultivos, comissões e institutos), a qual tem por objetivo assegurar a qualidade dos projetos pedagógicos, do corpo docente e da infraestrutura das instituições de ensino, inclusive mediante controle para a abertura de novas unidades de ensino e novos cursos. Ao longo de nossa história, fomos adquirindo conhecimento e experiência necessários sobre a legislação e o processo regulatório brasileiro do setor.

Os processos que envolvem a avaliação de uma Instituição de Ensino Superior (“IES”) e, de seus cursos, representam uma oportunidade para que esta possa aprimorar sua condição como fornecedora de serviços educacionais. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento e credenciamento de IES, têm prazos limitados e pré-definidos, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

A Constituição Federal, ao definir educação como direito de todos os brasileiros e um dever do Estado e da família, confere ao poder público, o dever de garantir a todos os cidadãos brasileiros o acesso ao ensino fundamental obrigatório. Nesse sentido, o sistema de ensino brasileiro é organizado segundo um regime de cooperação entre os diferentes entes federativos, atribuindo à União competência de: (i) organizar o sistema federal de ensino (instituições públicas federais e instituições privadas de ensino superior); (ii) acompanhar a manutenção e fornecer recursos adicionais, se necessário, para superação de deficiências de instituições federais de educação pública; exercer função normativa, redistributiva e supletiva em matéria educacional; e (iii) oferecer suporte financeiro e técnico a Estados, Distrito Federal e Municípios, a fim de garantir iguais oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino. Aos Estados e ao Distrito Federal compete oferecer, regulamentar e fiscalizar o ensino fundamental e médio, ao passo que aos municípios cabe prioritariamente oferecer, regulamentar e fiscalizar a educação infantil e os demais níveis da educação básica, incluindo o ensino fundamental e médio.

Educação Básica

Em relação à educação básica, vale pontuar que os Estados e Municípios são responsáveis por regular o ensino infantil, o ensino fundamental e médio, respeitando as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (“CNE”). Os Secretários Estaduais de Educação são assistidos pelos Conselhos Estaduais de Educação e são os principais órgãos reguladores do ensino fundamental e médio. Os Secretários Municipais de Educação são assistidos pelos Conselhos Municipais de Educação e são os principais órgãos reguladores da educação pré-escolar.

Educação Superior

Por ser a regulamentação e a supervisão do ensino superior privadamente competência da União, cabe a essa, por meio do Ministério da Educação (“MEC”), normatizar o Ensino Superior, estabelecendo normas gerais para a graduação e pós-graduação. Além disso, a União deve supervisionar avaliação cursos, instituições e alunos, ordenando processos de autorização, reconhecimento, credenciamento, credenciamento e suas respectivas renovações.

No que tange ao Ensino Superior, os órgãos responsáveis pela regulação, avaliação e supervisão das IES e dos cursos ofertados pelas instituições são o MEC, CNE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (“INEP”) e Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (“CONAES”).

O MEC é a autoridade máxima de Ensino Superior no sistema federal de ensino a quem compete, entre outras atividades: (i) homologar deliberações do CNE em pedidos de credenciamento e credenciamento de IES; (ii) homologar os instrumentos de avaliação; (iii) homologar os pareceres e propostas de atos normativos; (iv) expedir normas e instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos; e (v) exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior por intermédio de suas Secretarias.

O CNE é um órgão colegiado, vinculado ao MEC, e constituído pela Câmara de Educação Básica e Câmara de Educação Superior e Conselho Pleno. Compete ao CNE, entre outras atividades: (i) exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao MEC; (ii) deliberar sobre pedidos de credenciamento, credenciamento e credenciamento de IES e autorização de oferta de cursos vinculadas a credenciamentos; (iii) propor diretrizes e deliberar sobre a elaboração dos instrumentos de avaliação para credenciamento e credenciamento de instituições a serem elaborados pelo INEP; (iv) recomendar providências às Secretarias, como por exemplo a celebração de protocolo de compromisso quando não satisfeito o padrão de qualidade específico para credenciamento e credenciamento de IES; e (iv) analisar e propor ao Ministério da Educação questões relativas à aplicação da legislação da educação superior.

Já o INEP é uma autarquia federal, vinculado ao MEC, a quem compete principalmente: (i) conceber, planejar, coordenar e operacionalizar as ações destinadas à avaliação de IES, de cursos de graduação e de escolas de governo e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE; (ii) conceber, planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar os indicadores referentes à educação superior decorrentes de exames e insumos provenientes de bases de dados oficiais; (iii)

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

conceber, planejar, avaliar e atualizar os indicadores dos instrumentos de avaliação externa *in loco*; E (iv) presidir a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação – CTA.

A CONAES é o órgão que coordena e supervisiona o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (“SINAES”), vinculado ao MEC, a qual compete, entre outros, (i) estabelecer diretrizes para organização das comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes; (ii) formular propostas para o desenvolvimento das IES, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação; e (iii) submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos cujos estudantes realizarão o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (“Enade”).

Organização das Instituições de Ensino Superior (“IES”)

As IES privadas devem ser mantidas por pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, que deverá controlar, administrar e manter os recursos necessários para atender às necessidades da instituição mantida. Neste sentido, as IES privadas podem ser qualificadas como:

- **privadas com fins lucrativos** criadas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas privadas;
- **comunitárias**, nos termos da Lei nº 12.881/2013, constituídas na forma de associação ou fundação, que atendam, dentre outros requisitos, a participação de representantes dos docentes, estudantes e técnicos administrativos em seu órgãos colegiados acadêmicos deliberativos; - **confessionais**, instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideológica;
- **instituições de ensino superior privadas sem fins lucrativos**, podendo ser beneficentes e não beneficentes.

Nossas IES são Instituições de Ensino Superior Privadas Com Fins Lucrativos.

Em relação à organização acadêmica, de acordo com a Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, as IES se classificam em:

Faculdade - organização acadêmica inicial das instituições de educação superior. Faculdades são instituições não universitárias de educação superior, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob a mesma direção e regimento comum, com a finalidade de formarem profissionais, podendo ministrar os cursos deste nível e nas diversas modalidades, desde que credenciadas pelo poder competente;

Centro universitário - dotado de autonomia para a criação de cursos e vagas na sede, pode solicitar credenciamento de campus fora de sede no âmbito do Estado, está obrigado a manter um terço de mestres ou doutores e um quinto do corpo docente em tempo integral. Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar;

Universidade - dotada de autonomia, pode solicitar o credenciamento de campus fora de sede no âmbito do Estado e está obrigada a manter um terço de mestres ou doutores e um terço do corpo docente em tempo integral. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. São instituições que se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia - instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Para efeitos regulatórios, equiparam-se a universidade federal;

Centro Federal de Educação Tecnológica - constitui modalidade de instituições especializadas de educação profissional, nos termos da legislação própria. Para efeitos regulatórios, equiparam-se a centro universitário.

Credenciamento de IES, Autorização e Reconhecimento de Cursos

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) reforça a questão da avaliação e busca integrar em um único sistema a avaliação de cursos, para efeito de reconhecimento e renovação de reconhecimento, a avaliação da IES para efeito de credenciamento e a avaliação dos estudantes, por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

O SINAES tem como principais objetivos: a formação de um conceito global com base na articulação das avaliações propostas e a articulação da avaliação com a regulação.

Essa avaliação é de natureza formativa, voltada para a atribuição de juízos de valor e mérito, buscando aumentar a qualidade e, conseqüentemente, a capacidade e emancipação da IES.

A regulação tem funções de supervisão, fiscalização, decisões concretas como autorizações, credenciamento, recredenciamento, reconhecimento, renovação de reconhecimento e outras próprias do Estado.

A Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação ("LDB"), em seu art. 46, determinou que os reconhecimentos de Cursos e Credenciamento de Instituições de Ensino teriam prazos limitados. Todos os cursos estão sujeitos à renovação do reconhecimento e todas as IES estão sujeitas ao recredenciamento, através de um processo permanente de avaliação.

Inicialmente, as IES são credenciadas como faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as conseqüentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico da instituição já credenciada como faculdade, em funcionamento regular, com padrão satisfatório de qualidade e cumprimento de requisitos específicos, tais como titulação mínima e regime de trabalho do corpo docente.

De acordo com a LDB, podem ser ofertados os seguintes cursos superiores:

Cursos Sequenciais - abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas próprias instituições de ensino;

Cursos de Graduação - abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

Cursos de Pós-graduação - incluem programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das próprias instituições de ensino;

Cursos de Extensão - abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos, em cada caso, pelas instituições de ensino.

As Faculdades dependem da autorização do MEC para solicitar a abertura de cursos, mesmo após o seu credenciamento. Para tal solicitação, o MEC analisa documentos relativos ao projeto pedagógico do curso, número de vagas, corpo docente e outras informações acadêmicas relevantes.

Os Instrumentos de Avaliação, elaborados pelo INEP, subsidiam os autos autorizativos de cursos. Para a autorização dos cursos de graduação, a avaliação é baseada em três dimensões: (i) organização didático pedagógica; (ii) corpo docente e tutorial; e (iii) infraestrutura.

Já as Universidades e os Centros Universitários, dentro de sua autonomia, não dependem de autorização do MEC para criar cursos na cidade onde localiza sua sede. Deve-se nestes casos, apenas informar ao MEC a respeito dos cursos que oferecem para fins de registro, avaliação e reconhecimento posterior. Contudo, a criação de cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, sejam por faculdades, universidades ou centros universitários, deve ser solicitada ao MEC e está sujeita ao parecer das corporações de classe das profissões referidas.

Todos os cursos, sejam oferecidos por faculdade, centro universitário ou universidade, devem ser reconhecidos para que os diplomas dos estudantes tenham validação nacional. O pedido de reconhecimento deve ser solicitado quando decorridos entre 50% e 75% da carga horária total do curso e deve incluir informações sobre o projeto pedagógico, o número de estudantes, dados do corpo docente, períodos de oferta e outras informações acadêmicas e institucionais relevantes.

As IES já credenciadas para oferta de cursos de graduação perante o MEC não necessitam de autorização específica para ofertar cursos de pós-graduação *latu sensu* - denominados cursos de especialização, de acordo com a Resolução n.º 1, de 6 de abril de 2018 e artigo 29 do Decreto nº 9.235/2017. De todo modo, devem informar à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC os cursos criados por atos próprios, no prazo de sessenta dias, contado da data do ato de criação do curso.

Atualmente a Ânima Educação oferta, aproximadamente, 156 cursos de Pós-graduação *latu sensu*, nas modalidades presencial e EAD, distribuídos entre os vários municípios onde o Grupo atua.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Já com relação aos cursos de pós-graduação stricto sensu – mestrado e doutorado, a avaliação é feita a cada quatro anos, pela CAPES e sujeita à aprovação do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (“CTC-ES”) e do CNE. Os cursos são recomendados/reconhecidos segundo características, perspectivas e quesitos considerados prioritários na avaliação dos programas de pós-graduação pertencentes a cada área de avaliação da CAPES.

A Ânima Educação oferece, atualmente: pela USJT/SP - 4 (quatro) cursos de Mestrado: Arquitetura e Urbanismo, Ciências do Envelhecimento, Educação Física e Engenharia Civil e 2 (dois) cursos de Doutorado em Educação Física e Arquitetura e Urbanismo; pela UNISUL/SC - 5 (cinco) cursos de Mestrado: Administração, Ciências Ambientais, Ciências da Linguagem, Ciências da Saúde e Educação e 4 (quatro) cursos de doutorados: Administração, Ciências da Linguagem, Ciências da Saúde e Educação; pela UniCuritiba/PR - 1 (um) curso de mestrado em Direito e 1 (um) Doutorado em Direito; pela UniRitter, 1 (um curso) de mestrado em Direito; pela UAM, quatro curso de Mestrado : Comunicação, Design, Engenharia Biomédica e Hospitalidade e dois cursos de Doutorado: Comunicação, Design, Engenharia Biomédica e Hospitalidade ; pela UniFG, um curso de Mestrado em Direitos Humanos; pela Milton Campos, um curso de Mestrado em Direito; pela Unifacs, quatro cursos de Mestrado: Direito, Governança e Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional e Urbano, Administração, Sistemas e Computação e dois cursos de Doutorado: Desenvolvimento Regional e Urbano e Engenharia Química ; e pela UnP, quatro cursos de Mestrado: Administração (Acadêmico), Administração (Profissional), Biotecnologia e Psicologia Organizacional e do Trabalho e dois cursos de Doutorado: Biotecnologia e Administração.

Educação a Distância - EaD

Com relação à educação a distância (“EaD”), a modalidade na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou momentos distintos, as diversas possibilidades proporcionadas pela EaD à sociedade sugerem às instituições educacionais um movimento de adequação a essa tendência como condição de permanência e consolidação no cenário educacional.

A EaD, na perspectiva da legislação da Educação Superior no Brasil, é regulamentada pelo art. 80 da LDB, pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, Portaria Normativa MEC nº 11, de 20 de junho de 2017, pela Portaria Normativa do MEC nº 23, de 17 de dezembro 2017 e demais normas vigentes aplicáveis.

A EaD é aplicável às instituições de ensino, públicas ou privadas, e pode ser oferecido nos seguintes níveis e como parte dos seguintes métodos educacionais: (i) ensino fundamental e médio, desde que seja usado apenas para complementar os processos de aprendizado ou em situações de emergência;

(ii) educação para jovens e adultos, de acordo com critérios legais específicos; (iii) educação especial, de acordo com critérios legais específicos; (iv) educação profissional e técnica de nível médio; e (v) ensino superior, abrangendo graduação, programas de mestrado, especializações e estudos de doutorado.

Somente instituições de ensino credenciadas podem oferecer cursos e programas na modalidade a distância, sendo que compete ao MEC promover os atos de credenciamento das instituições de Ensino Superior.

Os cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico) e pós-graduação podem ser oferecidos usando métodos de ensino a distância sempre que uma IES for regularmente credenciada no MEC para esse fim. O pedido seguirá, inicialmente, procedimento específico para credenciamento, autorização e reconhecimento de educação a distância, transitando perante os órgãos próprios do MEC.

O credenciamento poderá ser renovado mediante novo processo. A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até 24 meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada, nesse período, a transferência dos cursos e da instituição para outra mantenedora. Caso a implementação dos cursos autorizados não ocorra nesse prazo, os atos de credenciamento e autorização de cursos poderão ser tornados sem efeito.

No caso do Ensino Superior, as Universidades e os Centros Universitários credenciados para oferta de educação superior à distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, mediante comunicação ao MEC, sendo que os cursos ou programas criados somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição. Já as Faculdades, deverão solicitar ao MEC autorização para abertura de cursos e programas de educação superior à distância.

Os cursos de pós-graduação ofertados na modalidade à distância estão, atualmente, disciplinados pela Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de dezembro de 2017 (stricto sensu), pela Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, pela Portaria Normativa n.º 23, de 21 de dezembro de 2017, pela Resolução CNE/CES n.º 1, de 6 de abril de 2018 e pela Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018 (lato sensu).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

As instituições que oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (especialização) deverão ser obrigatoriamente credenciadas pela União (MEC) e obedecer às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos em questão.

Embora o ensino a distância seja definido pela ausência de contato direto entre alunos e professores, há atividades que devem ser realizadas no local, como por exemplo as atividades de extensão. Dessa forma, as instituições de ensino a distância devem fornecer a infraestrutura necessária para que os alunos realizem essas atividades, utilizando a sede da instituição de ensino ou unidades de apoio menores em todo o país. As unidades de apoio ao ensino a distância não estão mais sujeitas a avaliação no local e não precisam obter autorização prévia do MEC para serem instaladas ou operadas. Nos termos da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, essas unidades podem ser criadas por decisão unilateral da própria instituição.

Os programas de *stricto sensu* (mestrado e doutorado) a distância estarão sujeitos às exigências de recomendação e de renovação previstas em legislação específica. Atualmente, a Portaria CAPES nº 90/2019 dispõe sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade de educação a distância, e indica que os títulos de mestres e de doutores obtidos nos programas a distância avaliados positivamente pela CAPES, reconhecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CNE/CES, e homologados pelo Ministro da Educação, terão validade nacional. Para que as IES estejam aptas a oferecer programas de pós-graduação *stricto sensu* a distância, deverão atender certos requisitos – dentre eles (i) ter índice Geral de Cursos (IGC) igual ou superior a 4 (quatro) e (ii) ser credenciadas junto ao MEC para a oferta de cursos a distância.

Atualmente, não existe uma regulamentação educacional que proíba a oferta de cursos a distância.

Na perspectiva da regulação, cabe destacar que a avaliação dos cursos de EaD é realizada da mesma forma que a avaliação dos cursos presenciais. Sendo identificada qualquer irregularidade ou descumprimento de condições originalmente estabelecidas, o órgão competente pode instaurar processo administrativo e, conforme o caso, penalidades, tais como a suspensão temporária da oferta de cursos, a redução das vagas autorizadas e até o credenciamento da IES.

Também é importante ressaltar que, recentemente, a Portaria Normativa MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, alterou o limite máximo de horas de ensino a distância em cursos presenciais, de 20% para 40% da carga horária total do curso. O curso que adotar essa alternativa metodológica ainda será considerado presencial, mas será possível oferecer horas de EaD que devem ser amplamente informadas aos alunos matriculados no curso. Este limite não se aplica aos cursos de Medicina.

Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o SINAES, que tem por objetivo avaliar as instituições de ensino superior, os cursos de graduação e o desempenho acadêmico dos alunos. Os esforços de monitoramento e coordenação do SINAES são realizados pela CONAES. O principal objetivo desse sistema de avaliação é oferecer ao estudante um referencial que permita aferir a qualidade dos cursos disponíveis, bem como oportunizar que as IES adotem mecanismos para melhorar a qualidade do ensino superior que ministram e, conseqüentemente, o do Brasil. De acordo com as normas vigentes, os resultados dessas avaliações são representados em uma escala de 5 (cinco) níveis que são levados em consideração para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como de credenciamento e credenciamento de instituições:

- os valores 4 (quatro) e 5 (cinco) expressam condições acima das satisfatórias – muito bom e excelente, respectivamente;
- o valor 3 (três) expressa condições satisfatórias; e
- os valores 1 (um) e 2 (dois) expressam condições insatisfatórias.

Em caso de resultado insatisfatório, será celebrado um termo de compromisso entre a instituição e o MEC, contendo, entre outras disposições: (i) o diagnóstico das condições insatisfatórias; (ii) as providências a serem tomadas para corrigir as condições insatisfatórias; e (iii) os prazos e metas para recuperação.

O não cumprimento, total ou parcial, das condições previstas no termo de compromisso pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, as quais podem variar de uma simples advertência até a cassação do credenciamento ou credenciamento da instituição e da autorização de funcionamento de seus cursos.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Os resultados da avaliação de IES e seus cursos são colocados à disposição do público pelo MEC.

Avaliação externa de Instituições de Ensino Superior

As avaliações externas de instituições de ensino superior são realizadas pelo INEP nas seguintes situações: quando a instituição solicita seu primeiro credenciamento, quando o ato de credenciamento está vencendo e solicita-se o credenciamento; ou quando a IES recebe conceito inferior a 3 no Índice Geral de Cursos - IGC, que corresponde a um somatório dos conceitos avaliativos preliminares obtidos em todos os cursos superiores (de graduação e pós-graduação) da instituição em questão.

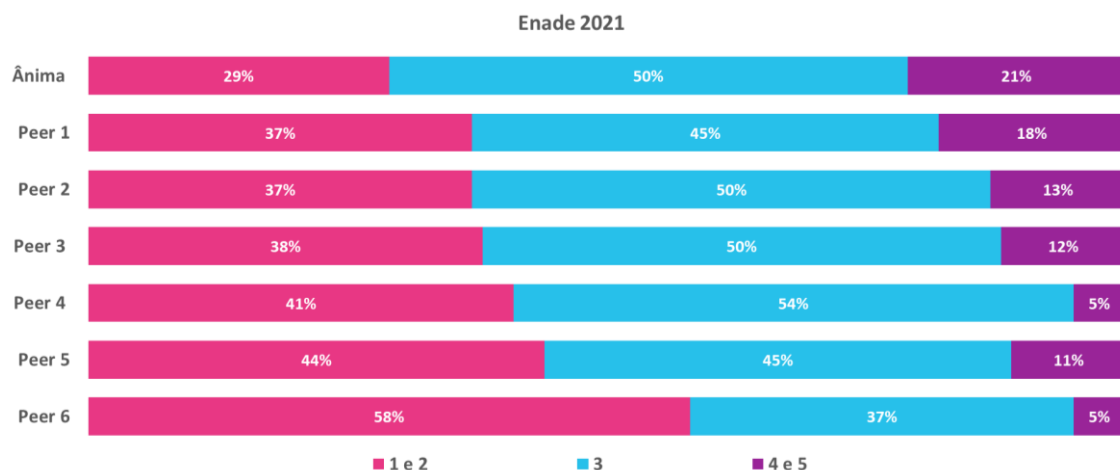
De acordo com a Lei do SINAES nº10.861, de 14 de abril de 2004 e com a Portaria Normativa MEC nº 1.382 de 31 de outubro de 2017, as IES são avaliadas com base nos seguintes eixos: EIXO 1: Planejamento e avaliação institucional; EIXO 2: Desenvolvimento institucional; EIXO 3: Políticas acadêmicas; EIXO 4: Políticas de Gestão; e EIXO 5: Infraestrutura.

A avaliação externa *in loco* institucional realizada pelo INEP considerará, no mínimo, as dez dimensões avaliativas inseridas nos eixos indicados, e resultará no Conceito Institucional (“CI”). A avaliação externa *in loco* do curso, por sua vez, considerará as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as dimensões relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica, e resultará no Conceito de Curso (“CC”).

Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante (ENADE)

A avaliação externa do desempenho acadêmico do aluno é conduzida pelo Inep. O aluno submete-se ao ENADE, o qual tem como objetivo verificar os conhecimentos, as habilidades e as competências adquiridas durante o curso, e se referem às questões/situações gerais e às específicas da formação profissional. Os estudantes concluintes dos cursos de Bacharelado que tenham integralizado mais de 80% (oitenta por cento) da carga horária mínima do curso e estudantes concluintes dos Cursos Superiores de Tecnologia que tiverem integralizado mais de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária mínima do currículo submetem-se ao ENADE a cada três anos de acordo com o ciclo avaliativo de cada área. O primeiro ENADE ocorreu em 2004, quando foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e substituiu o Exame Nacional de Cursos - Provão, aplicado a estudantes matriculados apenas na última série de cada curso no período de 1996 a 2003.

A nota geral de cada turma de estudantes é calculada com base na média ponderada de todos os estudantes de um determinado curso que se submeteram ao exame. O Inep avalia o desvio padrão da evolução do aluno em cada curso a fim de compará-lo com os padrões nacionais.



CPC – Conceito Preliminar de Curso, e IGC – Índice Geral de Curso e IDD – Índice de Diferença de Desempenho

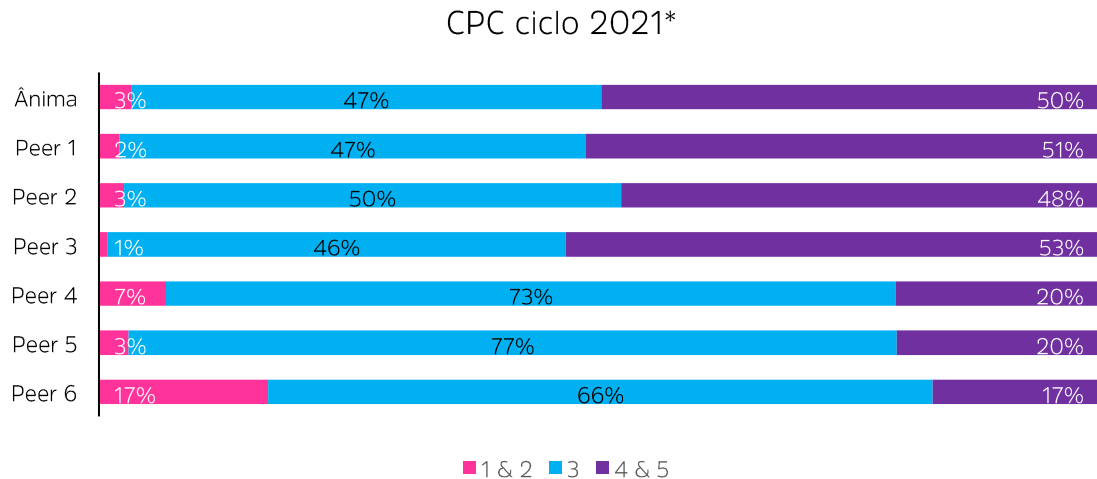
O Conceito Preliminar de Curso (“CPC”) é um indicador avaliativo criado pelo MEC para permitir uma avaliação provisória dos cursos de graduação enquanto a avaliação definitiva não é concluída.

O Conceito Preliminar de Curso combina diversas medidas supostamente relativas à qualidade do curso: infraestrutura e instalações físicas, recursos didático-pedagógicos, titulação do corpo docente, regime de trabalho do corpo docente, o desempenho obtido pelos estudantes no ENADE e o IDD (Índice de Diferença de Desempenho), que mensura a diferença

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

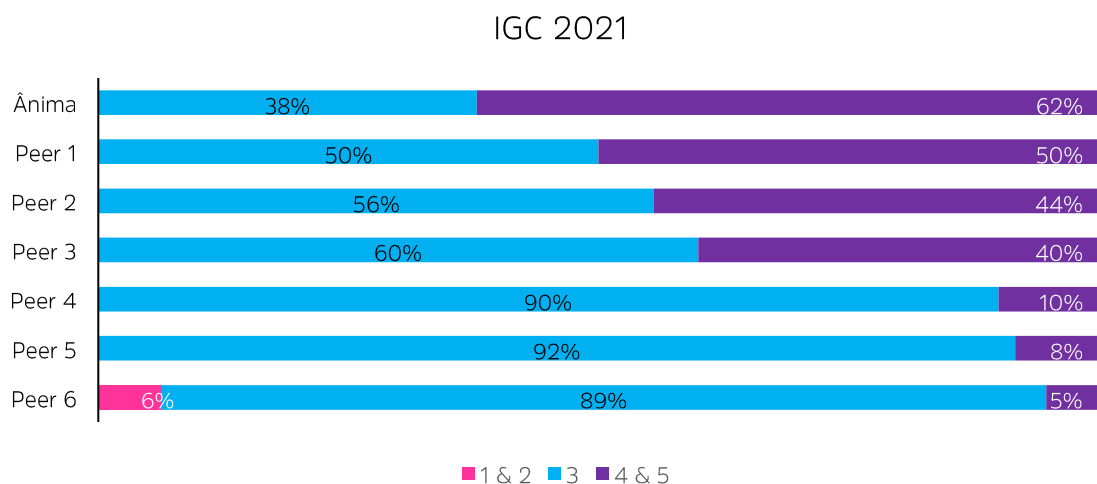
de desempenho do aluno ingressante, no ENEM, e o aluno concluinte, no ENADE, com o propósito de tentar quantificar a contribuição da IES ao aprendizado do aluno .

O CPC também é organizado em uma escala de 1 (um) a 5 (cinco). As IES com cursos que obtiverem CPC insatisfatório (1 e 2) necessariamente terão sua visita *in loco* antecipada, enquanto aquelas que obtiverem conceitos satisfatório, muito bom ou excelente (3, 4 ou 5) poderão escolher se receberão a visita ou não. O Conceito Preliminar de Curso é divulgado anualmente, junto com os resultados do ENADE.



* Ciclo 2021 composto pelos ciclos avaliativos do ENADE de 2021, 2019 e 2018.

O Índice Geral de Cursos ("IGC") é um indicador de avaliação da qualidade da instituição e considera os cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*. Resulta da média ponderada das notas dos cursos e é recalculado anualmente. O IGC também varia de valor de 1 (um) a 5 (cinco), e pode ser utilizado como subsídio nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições e também, levando em consideração no processo de autorização de novos cursos: instituições com IGCs menores que 3, por exemplo, podem ter seus pedidos de novos cursos rejeitados pelo MEC. No ano de 2020, devido a pandemia da Covid-19, não houve "medição" do indicador.



*Como não houve indicador em 2020 por conta da pandemia, a comparação é feita com 2019. O índice de 2019 é proformado com as unidades atuais da Ânima para melhor comparabilidade. O IGC já considera os três ciclos avaliativos do ENADE em sua nota e a comparação com o indicador imediatamente anterior é válida.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)

O IDD é um indicador de avaliação que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no ENADE e no Enem, como medida proxy (aproximação) das suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado.

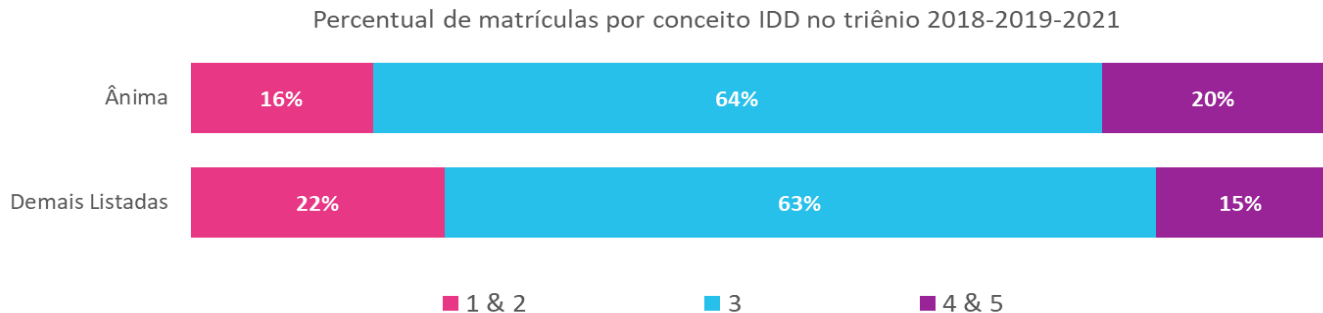
Para que um curso tenha o IDD calculado, é preciso que ele atenda às seguintes condições:

- (i) Possuir no mínimo 2 (dois) estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem no período entre o ano de ingresso no curso avaliado e os 3 (três) anos anteriores;
- (ii) Atingir 20% (vinte por cento) do total de estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem.

Desde 2014, o cálculo do IDD ocorre para cada indivíduo que tenha participado do Enade e do Enem, recuperando-se os resultados do mesmo estudante nos dois exames a partir do número do CPF.

Assim como o CPC e o IGC, o IDD varia de valor de 1 (um) a 5 (cinco).

No último resultado publicado pelo INEP em 2020, os resultados do IDD para o triênio 2017- 2019 demonstram que nossas IES possuem o maior percentual de alunos com conceitos superiores (4 e 5), e o menor percentual com conceitos 1 e 2.



Transferência de Manutenção

As instituições de ensino superior privadas devem ser mantidas por pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, que deverá controlar, administrar e manter os recursos necessários para atender às necessidades da Instituição mantida. Nos termos do artigo 35 do Decreto nº 9.235/2017 e Portaria Normativa MEC nº 23/2017, a alteração da manutenção ocorre sempre que houver uma alteração de mantenedora da IES, com mudança de CNPJ, bem como a alteração de controle societário ou do negócio jurídico que altera o poder decisório sobre a mantenedora. Embora não dependa mais da aprovação do MEC, a alteração na manutenção deverá ser informada ao órgão, no prazo de 60 (sessenta) dias após a conclusão da transação. A nova entidade mantenedora deve atender às exigências necessárias para credenciamento de uma IES e oferecer toda a documentação apropriada, comprovando capacidade econômico-financeira e acadêmica para tal, que será avaliada por ocasião do credenciamento institucional.

PROGRAMAS DE INCENTIVO

Programa Universidade para Todos (“**PROUNI**”)

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

O PROUNI é um programa de benefícios fiscais criado pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, posteriormente transformada na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a isenção de determinados impostos federais às instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação.

As IES privadas podem aderir ao PROUNI por meio da assinatura de um termo de adesão válido por 10 (dez) anos e renovável pelo mesmo período, desde que observados requisitos legais. Esse termo de adesão deve prever o número de bolsas de estudo a serem oferecidas em cada curso, unidade e turma, e um percentual de bolsas de estudo para cursos de ensino superior a serem concedidas a indígenas e afro-brasileiros.

O PROUNI exige que as instituições beneficiadas ofereçam: (i) pelo menos uma bolsa integral para cada 10,7 alunos que pagam uma mensalidade regular e estejam regularmente matriculados no fim do ano letivo anterior; ou (ii) uma bolsa integral para cada 22 alunos que pagam a mensalidade regular em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, desde que também ofereçam bolsas de 50% ou 25% em um valor total equivalente a 8,5% de sua receita anual. Na data deste Formulário de Referência, esclarecemos que na condição de beneficiária do PROUNI, nós oferecemos bolsa nos termos indicados no item (i) acima.

A relação entre o número de bolsas de estudo e os alunos regularmente pagantes deve ser observada anualmente. Se essa relação não for observada durante um determinado ano letivo devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de estudo de maneira proporcional para o ano letivo seguinte.

Podem participar do Prouni os estudantes brasileiros que não possuam diploma de curso superior e que atendam a pelo menos uma das condições abaixo:

- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola;
- ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada;
- ser pessoa com deficiência;
- ser professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda.

Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve ter renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais de 50% ou 25%, a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

Somos credenciados ao ProUni e, portanto, nos valem os tais benefícios.

Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (“FIES”)

O FIES é destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

A adesão ao FIES pode ser realizada pelas instituições com cursos e que obtiveram conceito maior ou igual a três na avaliação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Os cursos que não atingirem a média de indicador satisfatório ficarão desvinculados do FIES, sem prejuízo para o estudante já financiado. É vedada a concessão de financiamento a cursos superiores ministrados na modalidade de EaD. As mantenedoras de instituições de ensino que aderirem ao FIES participarão do risco do financiamento, como devedoras solidárias.

Nos termos da Lei nº 10.260/2001, alterada pela Lei nº 13.530/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 209, de 07 de março de 2018, o financiamento estudantil poderá ser concedido em duas modalidades:

I. Modalidade FIES, conforme prevista no artigo 5-C e seguintes da Lei nº 10.260/2001: concretizada por meio do FIES e pode ser acessada por estudantes que tenham perfil de renda bruta familiar per capita de até 3 (três) salários mínimos. Para essa modalidade, os financiamentos concedidos a partir do primeiro semestre de 2018 deverão observar, dentre outras condições, (i) o prazo definido em regulamento, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies; (ii) taxa de juros real igual a zero, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional; (iii) o oferecimento de garantias pelo estudante financiado ou pela entidade mantenedora da instituição de ensino e (iv) a participação das instituições de ensino no risco do financiamento, na condição de devedoras solidárias do FG-Fies, na proporção de suas contribuições ao Fundo.

II. Modalidade P-FIES, conforme prevista nos artigos 15-D a 15-M da Lei nº 10.260/2001: concretizada por meio de fontes de financiamento distintas do FIES, tais como o Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e pode ser

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

acessada por estudantes que tenham perfil de renda bruta familiar per capita de 3 (três) salários mínimos até 5 (cinco) salários mínimos. Nesta hipótese, as condições de concessão do financiamento ao estudante serão definidas entre o agente financeiro operador do crédito, a instituição de ensino superior e o estudante, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Dessa forma, a taxa efetiva de juros do FIES variará de acordo com as condições negociadas com o agente financeiro.

As vagas ofertadas no processo seletivo do FIES foram selecionadas de acordo com critérios técnicos, observando-se o disposto na legislação vigente, a saber: (i) disponibilidade orçamentária e financeira do FIES; (ii) conceito do curso obtido no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), priorizando-se os cursos com conceito 5 e 4; (iii) cursos das áreas de Saúde, Engenharia e Licenciatura, Pedagogia e Normal Superior, com 60% do número de vagas de cada microrregião; (iv) relevância social por:

- a. microrregiões identificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a partir das informações geradas pela demanda por educação superior, calculada a partir de dados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM;
- b. demanda por financiamento estudantil, calculada a partir de dados do FIES no ano de 2015;
- c. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM da microrregião, calculado a partir da média dos IDH–Ms dos municípios que a compõem, conforme estudos desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil - Pnud – Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Fundação João Pinheiro, conforme detalhado no anexo I da Portaria Normativa 13/2015.

Nesse contexto, os cursos considerados para cada área prioritária foram:

- I. Área da Saúde: Biologia – Bacharelado, Biomedicina, Educação Física – Bacharelado, Enfermagem – Bacharelado, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina, Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional, em consonância com o estabelecido na Resolução CNS nº 287/1988;
- II. Área da Engenharia: todos os cursos do Cadastro e–MEC que possuam "Engenharia" na nomenclatura;
- III. Área da Licenciatura, Pedagogia e Normal Superior: Pedagogia, Normal Superior, Português, Biologia, Matemática, Educação Física, História, Geografia, Língua Estrangeira, Química, Física, Filosofia, Artes, Sociologia e demais licenciaturas;

Histórico de Relacionamento com Órgãos Governamentais

A nossa Administração entende ter bom relacionamento com o MEC, bem como com os órgãos integrantes dele ou ligados a ele, como é o caso do CNE, da SERES, do INEP e da CONAES. Tal fato é atestado pelos conceitos conferidos nos processos para obtenção das autorizações e reconhecimentos dos cursos, credenciamento e credenciamento necessários para a condução das nossas atividades e, principalmente, para o nosso crescimento.

Regulamentação relativa a privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet. Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A LGPD, que entrou em vigor em setembro de 2020, trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de processamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

O cumprimento da legislação ambiental e aplicáveis às nossas atividades, via de regra, não geram impactos significativos às condições financeiras da nossa Companhia.

Adicionalmente, algumas autorizações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias, como aquelas relativas à supressão de vegetação, utilização de recursos hídricos, tratamento de efluentes. Mais além, algumas de nossas atividades podem ser fiscalizadas pelos órgãos competentes do Poder Público para fins de emissão do Alvará de Funcionamento e/ ou do Alvará Sanitário das nossas unidades.

Em regra, nem todas as atividades não estão sujeitas ao Licenciamento Ambiental. Devido a exigências específicas presentes na Legislação Municipal e/ ou Estadual de algumas localidades em que atuamos, no entanto, empenhamos nossos melhores esforços para cumprir e nos adequar de acordo com as exigências legais e as condicionantes presentes ou não nas licenças ambientais emitidas para nossas atividades. Além disso, as licenças ambientais que possuímos devem ser renovadas, em observância aos prazos previstos na legislação vigente. De acordo com a Legislação Ambiental, a responsabilidade civil ambiental é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade de uma companhia para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

.

O poluidor, independentemente da existência de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Por ser a responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária, a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço em nossas unidades, como, por exemplo, o transporte e destinação final de resíduos, não nos isentam de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados caso os terceiros contratados não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Na esfera penal, a Lei Federal nº 9.605/ 1998 (Lei de Crimes Ambientais) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações. No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

Antes da aquisição e/ou locação de qualquer imóvel, avaliamos os principais aspectos ambientais relevantes, com ênfase para a eventual existência de mananciais, árvores, vegetação, áreas de preservação permanente e ocorrência de áreas contaminadas, para fins de identificação prévia sobre a necessidade de remediação de danos ambientais e/ou a solicitação aos órgãos ambientais das licenças e autorizações que se façam necessárias.

Sendo proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e/ou água subterrânea, a Companhia poderá ser responsabilizada pela remediação de tal contaminação, inclusive pelos custos envolvidos visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Nesses casos, de acordo com diversas leis federais e locais, bem como resoluções e regulamentações, é responsabilidade da nossa Companhia implementar a devida gestão, enquanto proprietária ou operadora de atividades em propriedades potencialmente ou efetivamente contaminadas, por meio da elaboração de laudos técnicos, avaliações e investigações cabíveis, e implementação adequada dos respectivos planos de intervenção. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com suas responsabilidades, podemos nos tornar alvo de processos perante os órgãos competentes exigindo a adoção de medidas de remediação, e ainda, podemos ser considerados objetivamente responsáveis pela sua integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Desde 2009, nós desenvolvemos projetos e iniciativas que promovem os três pilares do nosso desenvolvimento sustentável: (i) ser economicamente viável; (ii) socialmente justo, e (iii) ecologicamente correto. Os referidos projetos e iniciativas encontram-se detalhados em nosso Relatório Anual, o qual se encontra disponível em nosso website.

Adicionalmente, aderimos aos padrões internacionais de socioambientais - Padrão Internacional GRI (Global Reporting Initiative) e uma vez que éramos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas ("ONU") e da Carta da Terra, de acordo com o descrito abaixo:

- Global Reporting Initiative – GRI – é uma entidade internacional pioneira na promoção de relatórios de sustentabilidade e sua Norma tem se consolidado como um padrão mundial a ser adotado pelas organizações.
- Pacto Global da ONU – Pacto Global com a finalidade de disseminar as melhores práticas nas áreas de direitos humanos, padrões trabalhistas, meio ambiente e de combate à corrupção; e
- Carta da Terra - uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global sustentável e pacífica, de iniciativa da ONU, que se desenvolveu e se consolidou como uma iniciativa global da sociedade civil.

c. Dependência de Patentes, Marcas, Licenças, Concessões, Franquias, Contratos de Royalties Relevantes para o Desenvolvimento das Atividades.

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Os pedidos de registro de marca, depositados, mas ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, inclusive em caso de oposição de terceiros e uma vez deferidos, o titular pode não efetuar o pagamento da taxa final, cobrada no ato do deferimento da marca, o que também ocasionará o arquivamento do pedido de registro. Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos às marcas são: (i) expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento da taxa de prorrogação a cada 10 anos; (ii) renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial; (iii) transferência para terceiros em desacordo com o artigo 135 da LPI; (iv) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; ou modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro depois de êxito em processo

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

administrativo. No âmbito judicial, embora sejamos titulares de alguns registros de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estejamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento decenal de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

Nossa atividade depende de algumas de nossas marcas, quais sejam: UNA, Anhembi Morumbi, UniSociesc, UNIFACS, Milton Campos, São Judas, UNP, UNIBH, UniRitter, AGES, UniFG-BA, FADERGS, UNICURITIBA, FPB, Unisul, FASEH, UNIFG-PE, IBMR, HSM, HSM University, Ebradi (Escola Brasileira de Direito), Inspirali, Gama Academy, Unisociesc, Unijoinville, Learning Village, Instituto Anima, BSP e Cedepe, bem como dos nomes de domínio a elas atrelados. Em caso de perda de alguma dessas marcas ou de outras a estas relacionadas, nossa atividade poderá sofrer prejuízos significativos, conforme indicado no item 4.1(a) deste Formulário de Referência.

Não obstante, a Companhia realiza contratação de terceiros para desenvolvimento e manutenção de aplicativos, através dos quais foi desenvolvida uma plataforma para interface com o aluno que envolve disponibilização de conteúdo, criação de jornadas para o aluno e ensino a distância.

Ainda, a Companhia celebrou contratos de licença de marca com terceiros para utilização e exploração dessas marcas em suas atividades.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

Estamos sujeitos a diversas leis federais e à ampla regulamentação governamental imposta, entre outros, pelo MEC, pelo Conselho Nacional de Educação ("CNE"), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ("INEP") e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Por meio da Lei nº 9.394, que estabeleceu diretrizes para a prestação de serviços de educação no Brasil e delegou poderes ao Governo Federal para regulamentar o ensino de graduação e pós-graduação, especificamente no que se refere à autorização, reconhecimento, supervisão e avaliação dos cursos superiores e ao credenciamento e reconhecimento de instituições de ensino superior. A educação à distância no Brasil goza de tratamento diferenciado e é regulado pela Lei nº 9.394 e pelo MEC. Nossas instituições de ensino superior dependem de prévio credenciamento e de reconhecimento no MEC para poder operar, bem como para poder oferecer nossos pretendidos cursos e programas de educação presencial e a distância. Os cursos oferecidos por nossas instituições de ensino devem ser previamente autorizados e a validade nacional dos diplomas ou certificados expedidos aos seus estudantes depende de prévio reconhecimento pelo MEC dos cursos por nós oferecidos.

O Governo Federal poderá rever as leis e regulamentos que regem os prestadores de serviço de ensino no Brasil ou sugerir alterações nessas leis e regulamentos ao Congresso Nacional. Podemos ser significativamente prejudicados por qualquer alteração nas leis e regulamentos aplicáveis às instituições de ensino superior, especialmente em relação a subsídios, tais como bolsas de estudo, e mudanças relativas a (i) descredenciamento de instituições de ensino privadas, (ii) imposição de controles de mensalidades, (iii) exigências de qualificação de membros do corpo docente, (iv) exigências acadêmicas para cursos e currículos, (v) exigências de infraestrutura das unidades, tais como bibliotecas, laboratórios, suporte administrativo, entre outras.

Adicionalmente, órgãos governamentais, em especial o MEC, e terceiros podem conduzir fiscalizações, propor e instaurar procedimentos administrativos e/ou ações judiciais contra nós pelo não cumprimento das normas regulatórias vigentes. Além disso, podemos enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões civis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, ou outras questões regulatórias relativas ao MEC das empresas que já possuímos ou que venham a ser adquiridas. Se os resultados desses procedimentos ou ações judiciais forem desfavoráveis, ou se não pudermos nos defender e patrocinar a defesa de nossas controladas com sucesso, poderemos ser obrigados a pagar condenações pecuniárias ou estar sujeitos a multas, restrições, liminares ou outras penalidades aplicáveis. O cancelamento ou a ausência de autorização, habilitação, reconhecimento, credenciamento e/ou reconhecimento das nossas instituições de ensino e dos nossos cursos pelo MEC podem nos afetar negativamente, uma vez que podem resultar na vedação à admissão de novos estudantes, suspensão temporária de prerrogativas de autonomia, descredenciamento e/ou redução do número de vagas autorizadas, entre outros tipos de sanções.

A Companhia possui um Código de Conduta e Ética que tem o objetivo de orientar e regular todos os colaboradores, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios da

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Companhia sobre as regras, procedimentos e comportamentos esperados nas relações internas e externas, principalmente na relação com a administração pública.

E ainda, em reunião realizada no dia 22 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a nossa Política Corporativa Anticorrupção, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

A Política Corporativa Anticorrupção foi estabelecida com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para mitigar os riscos de suborno e corrupção, promover a integridade, transparência e "fazer o certo" como parte integrante da nossa cultura corporativa. E, nesse sentido proíbe quaisquer contribuições ou doações feitas pela Ânima a partidos políticos, campanhas e/ou candidatos a cargos públicos em qualquer esfera, bem como também não permite que os colaboradores se utilizem de recursos privados para realizarem contribuições ou doações em nome da Companhia.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Até a data deste Formulário de Referência não possuímos receitas provenientes de atividades no exterior.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não aplicável, uma vez que não temos operações em países estrangeiros.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

O último Relatório de Sustentabilidade divulgado pela Companhia reflete dados coletados até 2019, sendo possível encontrá-lo no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.animaeducacao.com.br/>). Até essa publicação, foi usado o para referência Global Report Initiative - GRI, além de também se referenciar nos indicadores do Pacto Global e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Relatório de Sustentabilidade não passou por auditoria ou revisão de entidade independentes.

Desde então, a companhia passou pela aquisição e integração transformacional dos ativos da Laureate Brasil. Tal transformação levou a companhia a passar por um processo de diagnóstico das questões relacionadas a ESG, ainda não finalizada até a data de publicação deste formulário. Com esse trabalho estamos na construção da matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ESG.

Em virtude do processo de diagnóstico das questões relacionadas ao ESG da companhia, por enquanto, o documento não considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climática. Da mesma forma, em razão do processo de diagnóstico e definição de matriz de materialidade, ainda não é realizado inventários de emissão de gases do efeito estufa.

Com o melhor entendimento da relevância de todos os temas para a Companhia e seus stakeholders, será possível traçar a melhor estratégia de atuação e controle de indicadores.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

No último exercício social não ocorreram aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadrem como operação normal nos nossos negócios, nem alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios e nem contratos relevantes celebrados por nós ou nossas controladas com terceiros, não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Operação	Constituição de uma <i>joint-venture</i>
Descrição	Constituição de uma <i>joint venture</i> com a Vivo, a VIVAE, para operacionalizar uma plataforma digital de educação com cursos livres de capacitação, em plataforma digital, com foco em educação continuada e empregabilidade.
Documentos em que mais informações possam ser encontradas	Ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de fevereiro de 2022

Operação	Transação com a DNA Capital
Descrição	Em 31 de março de 2022, foi aprovada, sem ressalvas, a ratificação do negócio jurídico firmado entre a Companhia e a DNA Capital que tem como resultado investimento na Inspirali. Esta realizou um aumento de capital social por meio do qual a sua até então única acionista e controladora, Ânima Holding S.A., renunciou o seu direito de preferência na subscrição das ações, de modo que referidas novas ações foram subscritas por um novo acionista da Companhia, o Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Genoma VIII (gerido pela DNA Capital), o qual passou a deter 25% do capital social votante da Companhia.
Documentos em que mais informações possam ser encontradas	Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2022.

Operação	Reorganização Societária VC Network
Descrição	Em 2 de janeiro de 2022, foi realizada, pela Ânima Holding S.A., a venda de 51.546.392 ações de emissão da VC Network, correspondentes a 49% do total de suas ações, para a Inspirali, pelo valor de R\$ 2.100.000,00. Com isso a Inspirali passou a deter 55% da VC Network.
Documentos em que mais informações possam ser encontradas	Contrato de Venda e Compra de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 02 de janeiro de 2022.

1.13 Acordos de acionistas

Possuímos atualmente um acordo de acionistas arquivado em nossa sede.

Trata-se do acordo celebrado em 23 de agosto de 2013 entre os Srs. Daniel Faccini Castanho, Marcelo Battistella Bueno, Maurício Nogueira Escobar, Átila Simões da Cunha, Flávio Korn, Ignácio Dauden Martinez, Rodrigo Rossetto Dias Ramos, Ricardo Cançado Gonçalves de Souza, Fabrício Ghinato Mainieri, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Leonardo Barros Haddad, Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto, Rômulo Faccini Castanho e Ryon Cássio Braga (em conjunto, “Acionistas Originais”) (o “Acordo de Acionistas Originais”).

Em 12 de maio de 2016, o Sr. Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto desvinculou-se do “Acordo de Acionistas Originais”. Em 07 de abril de 2017, os srs. Flávio Korn e Ryon Cássio Braga também se desvincularam do “Acordo de Acionistas Originais”.

Os principais termos e condições do Acordo de Acionistas Originais celebrado entre nossos Acionistas Originais em 23 de agosto de 2013 estão descritos abaixo.

a. partes

São partes no acordo de acionistas: (i) Daniel Faccini Castanho; (ii) Marcelo Battistella Bueno; (iii) Maurício Nogueira Escobar; (iv) Átila Simões da Cunha; (v) Flávio Korn; (vi) Ignácio Dauden Martinez; (vii) Rodrigo Rossetto Dias Ramos; (viii) Ricardo Cançado Gonçalves de Souza; (ix) Fabrício Ghinato Mainieri; (x) Gabriel Ralston Correa Ribeiro; (xi) Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto; (xii) Romulo Faccini Castanho; (xiii) Leonardo Barros Haddad e (xiv) Ryon Cássio Braga (doravante designados, em conjunto, como “Acionistas” e, individual e indistintamente, como “Acionista”) e, ainda, a nossa Companhia e a RNE Gestão Patrimonial S.A. (“RNE”), como intervenientes anuentes.

b. data de celebração

23/08/2013

c. prazo de vigência

O prazo de vigência será de 15 (quinze) anos.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Sujeitam-se ao Acordo todas as ações detidas pelos Acionistas na data de sua celebração, bem como todas as ações que venham a ser subscritas ou adquiridas pelos Acionistas durante sua vigência (“Ações Vinculadas”). Os Acionistas obrigam-se a exercer o seu direito de voto relativo às Ações Vinculadas em nossas assembleias gerais de maneira a cumprir com os termos e condições do Acordo de Acionistas, sempre no mesmo sentido e teor, fazendo, ainda, com que os membros por eles indicados ao nosso Conselho de Administração também exerçam seus direitos de voto em nossas Reuniões do Conselho, sempre no mesmo sentido e teor. Os Acionistas se reunirão previamente a qualquer conclave (“Reunião Prévia”) e deliberarão, por maioria simples dos votos dos Acionistas, a orientação comum de voto, a ser seguida unanimemente por todos os Acionistas e pelos membros do Conselho de Administração por eles indicados. Além disso, a deliberação dos nossos aumentos de capital deverão ser aprovados pela maioria das Ações Vinculadas dos Acionistas.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Todos os Acionistas poderão, nas Reuniões Prévias, indicar candidatos aos cargos de Conselheiros efetivos e suplentes da nossa Companhia, dos quais serão escolhidos pelos Acionistas, como candidatos efetivos, aqueles aprovados pelos Acionistas Originais que representem a maioria das Ações Vinculadas dos Acionistas. Após escolhidos os nomes nas Reuniões Prévias, todos os Acionistas Originais deverão votar de forma unânime, no dia da assembleia de eleição do Conselho de Administração, de maneira a eleger os candidatos escolhidos pelos Acionistas Originais nas Reuniões Prévias.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Observado o disposto no Acordo de Acionistas, na hipótese de um Acionista pretender transferir uma parte ou a totalidade das Ações Vinculadas, deverá notificar os demais Acionistas, se for o caso, informando sua intenção transferir uma parte de suas Ações Vinculadas. Quando os Acionistas receberem uma notificação, informando

1.13 Acordos de acionistas

sua intenção do Acionista de transferir uma parte de suas Ações Vinculadas, os Acionistas notificados, terão o direito primário de preferência para aquisição, no prazo de 30 (trinta) dias úteis e nas mesmas condições. Caso algum Acionista não exerça o direito de preferência primário a que faça jus, no prazo avençado, o mesmo será repassado proporcionalmente aos outros Acionistas, obedecida a proporção detida por cada qual no bloco composto por todos os demais Acionistas, para exercício no prazo de 15 (quinze) dias úteis, processo que se repetirá até que não reste mais participação a adquirir. Caso ainda reste participação a adquirir, aplicar-se-á o eventual direito de preferência concedido a acionista que não seja parte no Acordo.

Além do direito de preferência mencionado acima, os Acionistas outorgarão e concederão à RNE, empresa que controlam, opções de compra para a aquisição, pela RNE, da totalidade das Ações que cada Acionista detém em nossa Companhia. O exercício de cada opção de compra se dará no prazo de até 15 (quinze) anos, e poderá ser exercido apenas se e quando um ou mais Acionista(s) vier(em) a falecer.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Os Acionistas se reunirão em Reunião Prévia e deliberarão, por maioria simples dos votos dos Acionistas, a orientação comum de voto, a ser seguida unanimemente por todos os membros do Conselho de Administração por eles indicados.

Acordo de Acionistas entre os Acionistas Originais e Península Fundo de Investimento em Participações

Em 23 de setembro de 2014 foi celebrado entre o Península Fundo de Investimento em Participações ("Península FIP") e os nossos Acionistas Originais um acordo de acionistas. Em 14 de fevereiro de 2019, o Península Fundo de Investimento em Participações ("Península FIP"), desvinculou-se do acordo de acionista celebrado em 23 de setembro de 2014 com os acionistas originais, passando a existir, portanto, apenas o Acordo de Acionistas Originais.

A íntegra do Acordo de Acionista está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção "Governança Corporativa", "Acordo de Acionistas"

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

No último exercício social, ou no exercício social corrente, não houve alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

No último exercício social ou no exercício social corrente, não possuíamos contratos relevantes celebrados entre nós e nossas controladas, que não sejam relacionados com as nossas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Qualidade Acadêmica & Inovação

Tendo como objetivo obter o reconhecimento por meio de práticas inovadoras de aprendizagem e gestão, consideramos três pilares que favorecem a qualidade do ensino por nós ofertado: o currículo, a personalização e a avaliação da aprendizagem.

O currículo

A elaboração dos currículos Ânima acontece de forma dialógica: participam professoras e professores do ecossistema, como também, os educadores que estão na gestão acadêmica. Isso garante uma visão plural, diversa, global que respeita aspectos locais.

Para alcançar o propósito de mudar a realidade nacional por meio da transformação do país pela educação, a Ânima apresenta os currículos integrados que se organizam conforme os princípios do Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A). Essa concepção curricular, mais alinhada aos desafios apresentados pelo século XXI, propõe a compreensão do conhecimento como uma rede de significações, não mais repartido em disciplinas, pelo contrário, visa à transdisciplinaridade e promove conexões efetivas com o mundo do trabalho. Nos currículos integrados, os alunos têm a oportunidade de vivenciar a realidade social e profissional, além de desenvolver projetos em que se deparam e propõe soluções para problemas complexos durante a experiência universitária, sempre sob a orientação e a mentoria dos seus professores.

Além de propor currículos alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) ou pelo Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, a proposta acadêmica viabiliza o perfil do Egresso mais próximo das necessidades emergentes da sociedade contemporânea e do mundo do trabalho. O modelo curricular apresenta uma eficiência operacional significativa: maximização das enturmações com otimização da carga horária docente sem perda de qualidade. Assim, a qualidade acadêmica e a sustentabilidade financeira vêm se consolidando por meio do currículo E2A implantado na matriz curricular de aproximadamente 70% da base de alunos.

A personalização

A formação de pessoas autônomas, engajadas, produtivas e atuantes representa um desafio para as instituições educacionais em todo o mundo. Inúmeros debates, pesquisas e iniciativas de organizações governamentais e não governamentais têm problematizado a inoperância dos modelos de escola. São concepções conservadoras e instrucionistas do processo educacional que não mais conseguem responder às necessidades dos estudantes na contemporaneidade. Em decorrência desse modelo, há uma tendência a não valorizar as características individuais, tampouco oferecer mecanismos que possibilitem aos alunos um processo de investigação e questionamento que resulte em melhores e mais bem pensadas escolhas acerca de suas vidas e carreiras.

O conceito de currículo proposto pela Ânima busca ultrapassar essas obsolescências pedagógicas, por meio de uma sala de aula ampliada, personalizada, em que aspectos de identidade, de cidadania e de trabalhabilidade são considerados.

Nesse sentido, o componente Vida & Carreira aborda conteúdos essenciais para o desenvolvimento do autoconhecimento, do protagonismo social no contexto do século XXI e do desenvolvimento profissional, em articulação com os propósitos de vida e carreira dos estudantes. Para apoiar o aluno nessa jornada, temos o professor tutor, que têm por objetivos acolher e ambientar os estudantes ao universo acadêmico, mobilizar e desenvolver competências socioemocionais e aproximar os estudantes da área profissional escolhida. Como suporte para as atividades, o estudante tem as plataformas Minha Carreira (para desenvolvimento da jornada acadêmica e profissional) e Mundo do Trabalho (portal sobre mundo do trabalho e carreiras).

Ainda no sentido de uma formação mais próxima ao mundo do trabalho, a Unidade Curricular Dual (UC Dual) faz uma integração efetiva entre teoria e prática, ao inserir os alunos em ambientes reais de trabalho desde o início do seu percurso formativo, desenvolvendo um ecossistema entre IES, estudantes e empresas. As unidades curriculares duais integram, portanto, a comunidade acadêmica e o mundo do trabalho.

Essas duas instâncias atuarão juntas na formação dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para os desafios do Século XXI e o futuro das diferentes atividades profissionais,

1.16 Outras informações relevantes

intensificando o desenvolvimento das soft skills, promovendo ganho de experiência prática e estabelecendo redes de contatos e visibilidade dentro de grandes empresas da futura área de atuação do aluno. Os alunos alocados em UCs Duais frequentarão ambientes profissionais físicos ou virtuais definidos pela IES em empresas parceiras, além da sala de aula.

Como possibilidade de ampliar a sua visão de mundo, o Core Curriculum compõe a parte do currículo voltada para a formação humanística, global e integral do aluno, promovendo a discussão de questões fundamentais para o desenvolvimento do olhar crítico do estudante sobre o mundo natural, cultural e social em que estamos inseridos. Representa um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes selecionados com vistas à ampliação do repertório analítico e cultural do aluno, com aulas que são sessões de debates e discussões intelectualmente ricas com perguntas que desafiam e ainda desafiam filósofos, psicólogos, economistas, biólogos, escritores e teóricos sociais. Dessa forma, o *Core Curriculum* promove uma “educação para o pensar”, já que o aluno é desafiado a analisar um mesmo fenômeno por diferentes ângulos, aspecto favorecido pela diversidade presente na turma, região, cursos e áreas diversificadas. Os alunos podem escolher entre as temáticas ofertadas no Core Curriculum, aquela que consideram mais instigante e/ou com possibilidade de ampliar o seu repertório para a vida.

A avaliação para e das aprendizagens

No Ecossistema Ânima a avaliação das aprendizagens está a serviço dos estudantes e docentes. Deve contribuir para mediar e enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, apontando as oportunidades de desenvolvimento de cada estudante individualmente.

A avaliação contínua se dá pela prática de feedbacks durante as interações entre alunos e professores. Além disso, é concretizada pelo processo de avaliação das UCs, que tem três momentos sínteses, cujas habilidades e competências avaliadas são fundamentais para o perfil do egresso de curso superior:

- Expressar-se de forma escrita utilizando signos e símbolos da área: por meio dessa avaliação, que é elaborada pela dupla de professores para a sua turma, é possível verificar a argumentação, a capacidade de síntese, a coesão e a coerência textual e o uso correto da língua.
- Interpretação, análise e relação de texto, fenômeno e dados: a avaliação dessas habilidades ocorre por meio de uma prova institucional aplicada a todos os estudantes para cada um das UCs em que está matriculado.
- Desempenho de compreensão: demonstrar a utilização do conhecimento de maneira flexível, dando-lhe sentido e estabelecendo conexões.

Importante destacar que o planejamento das aulas tanto quanto das avaliações é orientado pelas metas de compreensão, que são a explicitação do que os alunos devem compreender e estão relacionadas às competências a desenvolver na UC. Na prova institucional, os docentes são convidados a participar da elaboração de itens pautados pelas metas de compreensão e pelos conteúdos de ementa, para uma avaliação unificada, permitindo a verificação da aprendizagem dos estudantes em todas as unidades do Brasil para as devidas intervenções acadêmicas ou pedagógicas em um processo contínuo de busca pela formação de qualidade dos nossos estudantes. Os resultados dessa avaliação e das análises dos desempenhos dos estudantes no ENADE orientam as ações corretivas necessárias, inclusive, no que tange a uma análise dinâmica dos planos de ensino, retroalimentando nossas matrizes curriculares para que a Ânima continue performando como a maior entre as melhores.

Os Indicadores Externos de Qualidade Acadêmica

Os resultados dos indicadores externos, reforçam a efetividade do nosso modelo acadêmico, e nosso compromisso em manter foco na melhoria contínua da qualidade do ensino oferecido aos nossos alunos.

A avaliação pelo IGC 2021 contemplou 2.000 IES, dessas, a ÂNIMA detém 37 IES, representando 1,85% de toda base do INEP. Na análise do IGC, as 37 IES distribuídas pelas 18 marcas foram avaliadas e, em 2021, as IES da ÂNIMA apresentaram uma concentração do IGC na Faixa 4, com 62,2%, conforme a Figura abaixo.

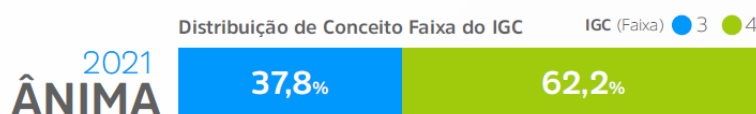
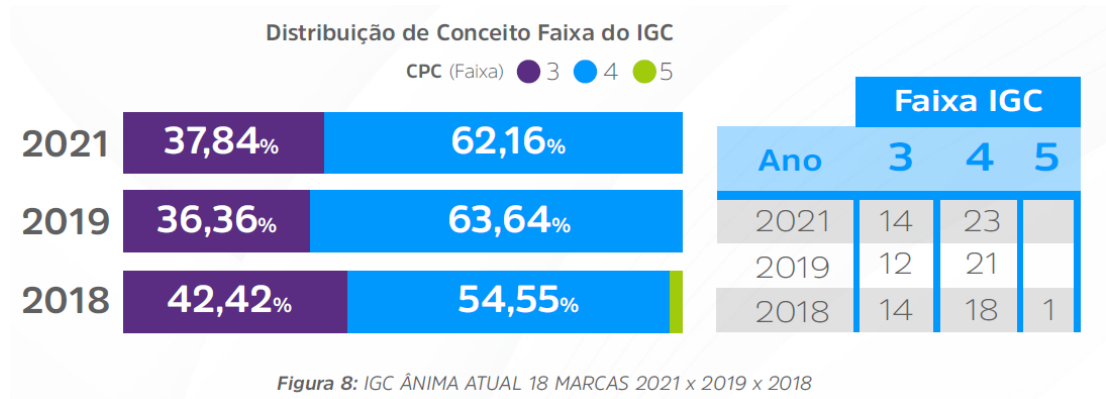


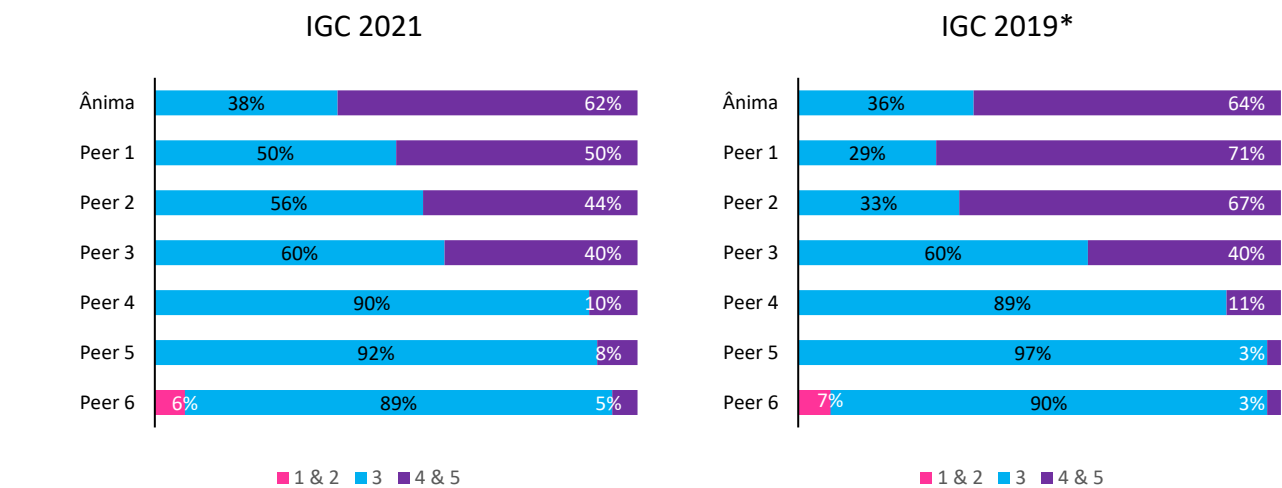
Figura 3: DESEMPENHO ÂNIMA NO IGC 2021

1.16 Outras informações relevantes

Na Figura abaixo, o IGC foi analisado para as 18 marcas. No ano de 2021, 2019 e 2018 foram avaliadas 37, 33 e 33 IES, respectivamente. Nota-se que para os três anos o maior acúmulo de Conceitos está na Faixa 4.



A Ânima foi a empresa listada com maior percentual de escolas com notas 4 e 5 (62%), com 23 das 37 IES avaliadas recebendo essa qualificação acima da média.



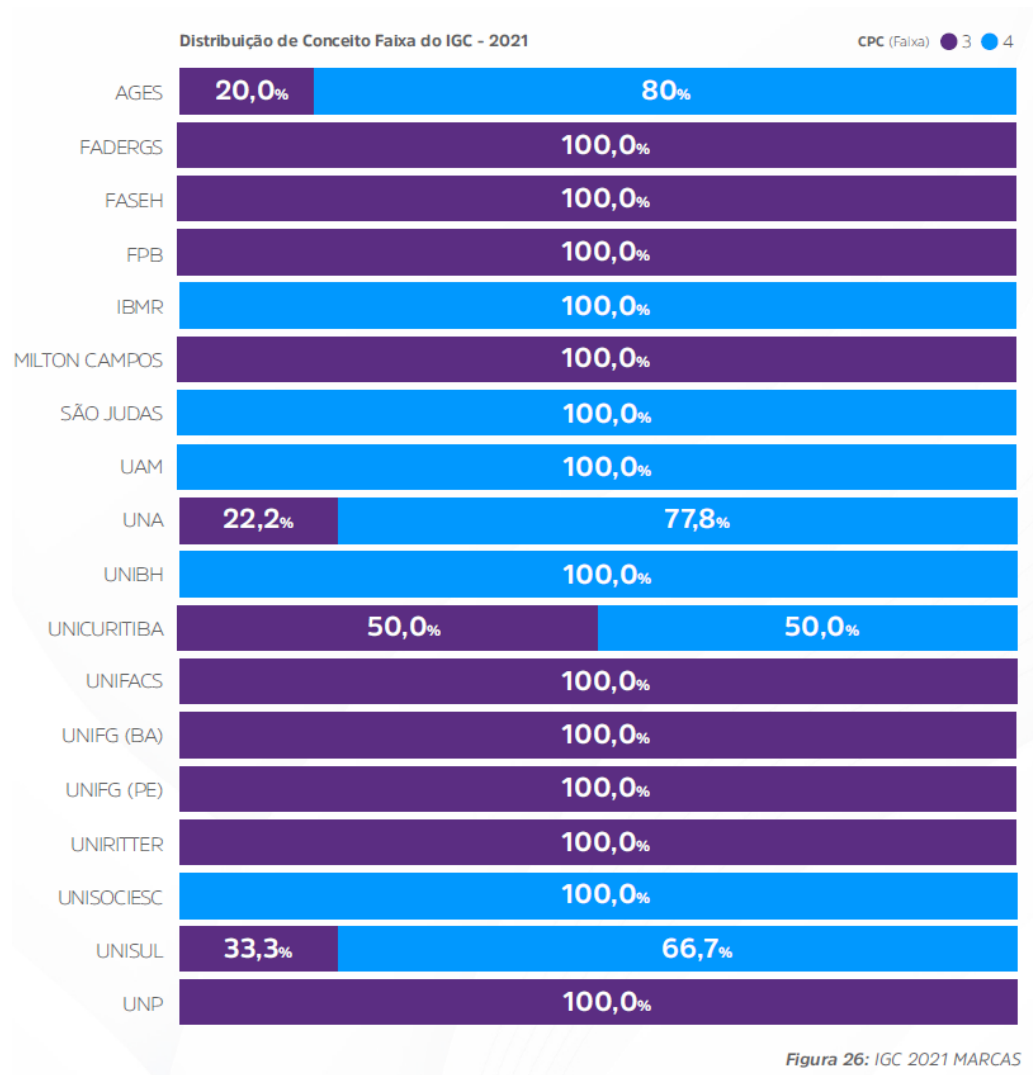
*Como não houve indicador em 2020 por conta da pandemia, a comparação é feita com 2019. O índice de 2019 é proformado com as unidades atuais da Ânima para melhor comparabilidade. O IGC já considera os três ciclos avaliativos do ENADE em sua nota e a comparação com o indicador imediatamente anterior é válida.

Apesar da pequena redução de notas 4 e 5 de 2019 para 2021 (de 64% para 62%), é preciso ponderar que o IGC de 2021 foi feito durante a pandemia, que implicou em piora relevante de outros players com bom nível de qualidade. Dessa forma, o desempenho relativo analisando os pares listados do setor foi muito positivo, com a Ânima passando a liderar claramente entre as empresas listadas.

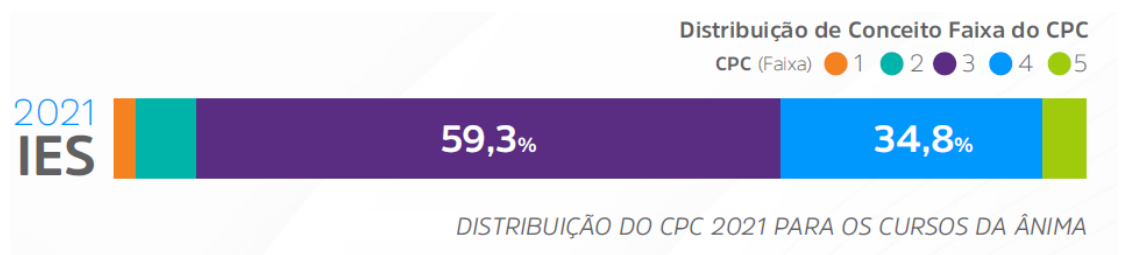
Qualidade sempre foi uma prioridade da Ânima em seus quase 20 anos de história, que serão completados em maio de 2023. Além do crescimento financeiro do negócio, a qualidade acadêmica é fundamental para seguirmos firmes em nosso propósito de impactar vidas pela educação, com sustentabilidade da lucratividade de longo prazo, consolidando ainda mais a força de nossas marcas que em geral já possuem décadas de tradição. Além disso, o contínuo investimento em qualidade viabiliza a sustentabilidade de longo prazo da Companhia, estabelecendo um ciclo virtuoso que beneficia o tripé fundamental de stakeholders da Ânima: alunos, colaboradores e acionistas – e de forma mais ampla, a sociedade como um todo.

1.16 Outras informações relevantes

Na Figura abaixo, podemos ver a performance das marcas da ÂNIMA no que tange ao IGC. No ano 2021, dos 37 IES com IGC calculado, nenhuma das IES entrega IGC Faixas 1 & 2, 37,8% das IES entregam IGC Faixa 3 e 62,2% das IES da ÂNIMA entregam IGC de excelência, Faixa 4.



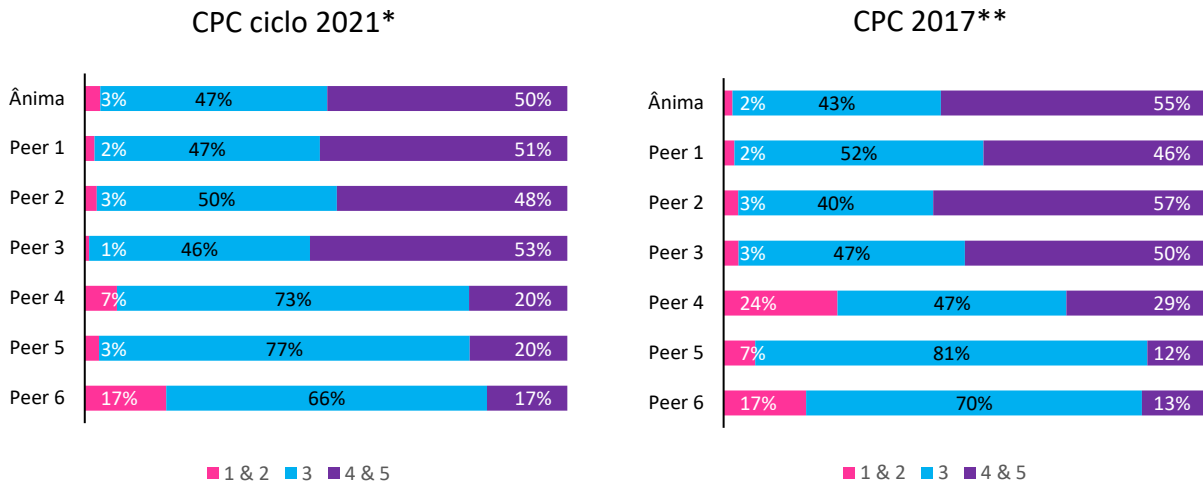
A avaliação pelo CPC 2021 contemplou 7.512 cursos, desses, 204 são da ÂNIMA, representando 2,7% de toda base do INEP. Na análise ÂNIMA, 26 IES tiveram cursos com CPC calculado, distribuídas em 16 diferentes marcas. Em 2021, os cursos da ÂNIMA apresentaram uma distribuição de 71 cursos com Conceitos na Faixa 4 (34,8%) e 5 cursos com Conceitos 5 (2,5%), como mostra a Figura 6.



1.16 Outras informações relevantes

Ainda que menos relevante do que o IGC (a nota do IGC inclui as notas dos CPCs, ponderadas pelo número de alunos, mais os resultados dos programas de pós-graduação stricto sensu).

O CPC de 2021(ciclo) mostra uma redução no percentual de notas 4 e 5 da Ânima e de diversos players do setor, sendo um indicador que mostra mais claramente o impacto da pandemia no desempenho dos estudantes no ENADE. O indicador de 2021 especificamente mostra um certo equilíbrio no percentual de notas 4 e 5, com três empresas com pelo 50% do total, entre elas a Ânima.



* Ciclo

2021 composto pelos ciclos avaliativos do ENADE de 2021, 2019 e 2018.

** Ciclo 2017 composto pelos ciclos avaliativos do ENADE de 2017, 2016 e 2015. O índice de 2017 é proformado com as unidades atuais da Ânima para melhor comparabilidade.

6. Os Indicadores Internos de Qualidade Acadêmica

Outro importante balizador da qualidade dos serviços prestados pela Ânima é a avaliação interna ou autoavaliação. O processo de autoavaliação institucional é conduzido pelas CPAs – Comissões Própria de Avaliação, instituídas e atuantes em nosso Grupo desde a publicação da Lei do SINAES nº 10.861, de 14 de abril de 2004. São integradas por membros representantes de diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada e tem como finalidade instruir e acompanhar processos avaliativos em nossas instituições de ensino superior. Além disso, estas CPAs são responsáveis por constituir importantes instrumentos de avaliação e ferramentas para o planejamento educacional, em busca da melhoria da qualidade da formação, da produção do conhecimento e da extensão. Essas ferramentas permitem, ainda, que sejam identificadas áreas problemáticas ou que requerem melhorias.

O segundo momento, o da avaliação *in loco*, é aquele em que a autoavaliação é discutida por uma comissão externa, nomeada pelo INEP/MEC nos atos de autorização, reconhecimento e renovação reconhecimento de cursos, credenciamento e credenciamento de instituições. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realizam um processo de avaliação na medida em que discutem a visão que a Instituição tem de si mesma e apresentam recomendações para seu desenvolvimento. Deste processo surge outra métrica importante de avaliação da qualidade dos nossos cursos: o Conceito de Curso (CC).

Além dos indicadores de qualidade do MEC, acompanhamos a evolução do índice de satisfação de nossos alunos através dos resultados de nossa pesquisa interna. Avaliamos três importantes dimensões de satisfação: curso, docentes e serviços ao aluno, que nos ajudam a entender e desenhar planos de ação internos para melhorar a qualidade dos nossos serviços.

1.16 Outras informações relevantes

7. A qualidade como elemento central

Os resultados são consequência de um projeto acadêmico sério, obcecado pela qualidade e que valoriza a sala de aula, o docente e sua relação com os alunos. O projeto vem sendo implantado e evolui, ano após ano, desde 2008, contando com um trabalho incansável de todas as nossas equipes.

A discussão de qualidade ainda deverá evoluir para a avaliação do que chamamos internamente Definição Proprietária de Qualidade, que incluirá não somente os indicadores do MEC, mas também métricas relacionadas à satisfação dos alunos em suas vivências acadêmicas, incluindo o sucesso na aprendizagem e consequente impacto no nosso egresso, ao sucesso da aprendizagem e ao sucesso de nosso egresso (empregabilidade, renda etc.).

A Ânima tem a convicção de que uma educação de qualidade exige a clareza do que se defende como verdadeiro valor educativo à formação dos nossos alunos para que as mudanças desejáveis à construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária se consolidem. Uma forma de gerir estes valores é a criação de indicadores e métricas que possibilitem avaliar o valor agregado pela formação à vida dos nossos alunos e sedimentar vínculos mais duradouros destes com as nossas escolas, com vistas ao *lifelong learning*. Para que a qualidade se efetive como satisfação e sucesso dos nossos alunos em seus projetos de vida é fundamental conhecer seus interesses, potencialidades e necessidades, de forma a oferecer experiências cada vez mais personalizadas e propiciar uma verdadeira ajuda educativa, que afete o conhecimento que tem sobre si mesmo, sua relação com os outros, com a profissão e com a sociedade.

A qualidade permeia todas as áreas e políticas institucionais e se fortalece em projetos e programas como a Bússola da Aprendizagem, as UC Duais e o Programa Vida e Carreira, entre outros. Para todos eles, conhecer, acolher, acompanhar, apoiar a aprendizagem e o desenvolvimento da carreira profissional, são ações subsidiadas por indicadores que retroalimentam o ecossistema em suas estratégias e inovações.

Modelo de Gestão

A partir de 2014 a Ânima instituiu uma área dedicada à inovação, a quem coube estabelecer eixos prioritários, que guiassem os processos de implementar a cultura de inovação, assentada em novos paradigmas identitários, de organização e de gestão. A partir de 2018, quando a cultura de inovação passou a permear diversas outras áreas da companhia, a Diretoria de Inovação passou a ser designada como “Diretoria de Inovação e Tendências em Educação”. Tal mudança foi importante para se diferenciar de outras tantas áreas que passaram a atuar também com inovações, tal como a da área de Transformação Digital, que mais tarde se tornaria uma vice-presidência. A diretoria de Inovação e Tendências focaria nos processos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos relacionados ao core business da empresa, ou seja, educação, e que estabeleceriam as diretrizes fundamentais da transformação curricular que vínhamos construindo – Ecossistema Anima de Aprendizagem ou E2A.

Para a Ânima, a inovação e o alinhamento com a dinâmica e transformações, que afetam a educação para o século 21, fortalecem e ampliam o alcance de nossa missão, visão e valores institucionais. Em termos curriculares, a estruturação dos eixos de inovação e dos projetos estão alinhados com a perspectiva acadêmica de aprendizagem centrada no estudante, por meio do desenvolvimento das habilidades e competências cognitivas e não cognitivas, potencializada por uma abordagem de educação híbrida. O desenvolvimento de habilidades e competências assume que o estudante deve tanto desenvolver capacidades relacionadas ao saber de base cognitiva, isto é, do domínio do construir, articular e aplicar conhecimentos, quanto ao saber de base socioemocional, isto é, do domínio do ser e do conviver, aprender e produzir. A educação híbrida amplia as possibilidades de construção e de aquisição desses saberes, por meio das experiências de aprendizagem em ambientes físicos e virtuais, que tanto pode ocorrer simultaneamente em sala de aula, como recurso didático para o professor, quanto como ferramenta de suporte e de apoio ao presencial, em espaços distintos da sala de aula.

Assumir essa perspectiva significa construir, no contexto da gestão, um modelo de ensino híbrido adequado às IES Ânima, que se pautem pela abordagem pedagógica estabelecida nas diretrizes institucionais do Projeto Acadêmico, provendo, para sua implementação, os insumos tecnológicos e de gestão de pessoas necessários, bem como a definição clara dos papéis dos estudantes, dos professores, da tecnologia digital e das equipes de apoio. Com um importante foco no desenvolvimento de habilidades e competências, organiza-se o planejamento de experiências de aprendizagem que combinem atividades presenciais e de ensino online e que atendam aos alunos de maneira personalizada. O projeto de Vida e Carreira, a Mentoria e o programa de Aceleração de Startups denominado Ânima Nest são materializações de atividades que auxiliam no desenvolvimento dessas habilidades e competências dos estudantes, para além do que acontecem no currículo dos cursos de nossas IES. Assim, a Ânima se propõe a incorporar ao Design Curricular a possibilidade dos estudantes personalizarem suas trajetórias por meio do Projeto de Vida e

1.16 Outras informações relevantes

Carreira de cada um deles. Para dar sustentação a essa proposta de personalização, as tecnologias de informação e comunicação, bem como as plataformas digitais, são cruciais. O Ulife é a plataforma referência.

O Ulife, além de ser a plataforma acadêmica do estudante, permite também realizar atividades de atendimento aos discentes, antes centrado nos agentes que proviam os serviços. Assim, lá e de forma autônoma, os estudantes podem realizar as atividades corriqueiras e protocolares da vida institucional e acadêmica.

Assim, ao se otimizar os processos de negócios, nos meios online e off-line, focar no *design* centrado no ser humano, construindo profunda empatia com as pessoas que estão envolvidas, o que se obtém é o engajamento e mobilização de professores e colaboradores, como agentes de mudança. O novo modelo de gestão, no âmbito da Universidade como um Ecossistema, traduz-se, assim, na capacidade de conectar e interconectar esses agentes, dentro e fora dela, com o objetivo de promover a troca, empoderá-los com conhecimentos e ferramentas para o processo da transformação, inspirando-os para a ação de gerir, com eficiência, os recursos físicos e financeiros disponíveis, em prol de implementar a cultura de inovação nos respectivos espaços de atuação.

Central de Serviços Compartilhados

Nossa Central de Serviços Compartilhados (“CSC”) tem como finalidade centralizar e padronizar para todas as nossas instituições os processos envolvendo a nossa prestação de serviços. Os serviços compartilhados compreendem: compras, contas a receber, contas a pagar, *cash management*, gestão de inadimplência, bolsas e financiamentos, controladoria, área fiscal, contabilidade, tecnologia da informação, departamento pessoal, Secretaria Acadêmica, aquisição e indexação centralizada de Biblioteca, escritório de projetos de sistemas e central de atendimento (*helpdesk*). Acreditamos que o funcionamento da nossa CSC nos proporciona ganhos de escala e otimização de mão de obra concentrando os trabalhos em uma equipe enxuta e mais especializada. Além disso, a centralização dos serviços na CSC permite a padronização dos processos e unificação dos sistemas, permitindo mais precisão e eficiência na gestão dos serviços. Na nossa relação com os nossos fornecedores, por exemplo, acreditamos que a centralização das compras nos dá maior poder de negociação e melhores condições de compra.

Métodos de controle para evitar inadimplência

Acreditamos que a confiança e segurança que transmitimos aos nossos estudantes são fundamentais para retê-los. Além disso, entendemos que o custo da conquista de novos estudantes é superior ao da manutenção dos mesmos, o que justifica os nossos esforços de fidelização.

Nossa principal medida de estímulo à adimplência é a exigência da quitação de todos os eventuais débitos como pré-requisito para efetivação da matrícula do módulo subsequente, sendo nossas matrículas semestrais. Portanto, limitamos a inadimplência de nossos estudantes a, no máximo, 6 meses.

Entretanto, na hipótese de uma eventual constatação de inadimplência, adotamos alguns métodos de controle, sempre pautados na busca de alternativas de negociação para reescalonar as dívidas dos nossos estudantes. Nesse sentido, ao constatar que algum estudante está inadimplente, iniciamos o processo de cobrança externa através de assessorias de cobrança, as quais atuam com ações sistemáticas, tais como:

- Acionamento Telefônico: através de um script definido, realizamos ligações aos inadimplentes com a finalidade de composição amigável, ofertando o pagamento de acordo com as políticas definidas pela Anima. As ligações sempre obedecem a uma regra de renitência, bem como, em casos de insucesso seguimos para alguma outra estratégia de comunicação.
- Envio de WhatsApp: através de uma régua definida e no intervalo de outras ações de comunicação previstas na régua de cobrança realizamos o envio de WhatsApp ao nosso estudante lembrando de sua obrigação e ofertando o pagamento de acordo com a política de negociação definida pela Anima. Os envios sempre obedecem a uma regra de renitência.
- Envio de e-mails: através de uma régua definida de comunicação, enviamos e-mails lembrando nosso estudante de sua obrigação. Os envios sempre obedecem a uma regra de renitência.

1.16 Outras informações relevantes

- Envio de mensagens de texto via celular (SMS): através de uma régua definida e no intervalo de outras ações de comunicação previstas na régua de cobrança, enviamos SMS ao nosso estudante reiterando a existência de pendência junto a instituição e direcionando a um canal de atendimento para a realização do pagamento. Os envios sempre obedecem a uma regra de renitência.

Todas as empresas de cobrança disponibilizam ao aluno inadimplente um Portal de Autonegociação, com opção de pagamento no boleto ou cartão de crédito, sempre respeitando as Políticas de Negociação Anima. O Portal tem funcionamento 24x7.

Internacionalização

A internacionalização é considerada um meio estratégico para o crescimento e consolidação do Ensino Superior. Internacionalizar é uma necessidade para todas as Instituições de Ensino comprometidas com a qualidade de seu ensino, pesquisa e extensão. Neste cenário, o Ecossistema Ânima, por meio do International Office das Instituições de Ensino, tem o papel de definir os rumos, facilitar os processos e incentivar os talentos existentes em sua comunidade a se tornarem os verdadeiros protagonistas da internacionalização.

Por meio da Internacionalização, as Instituições de Ensino abriram as portas para o mundo e estabeleceram o propósito educativo para a formação de sujeitos com consciência de cidadania global. Ciente de que a educação não pode limitar as experiências de aprendizagem apenas às vivências de seu entorno, o Ecossistema Ânima cria condições para que isso aconteça, incluindo o elemento internacionalização no currículo de seus cursos e consolidando uma política que contempla a possibilidade de os estudantes vivenciarem experiências internacionais de aprendizagem. Ações destinadas à Cultura e Mobilidade Internacional, capacitação linguística, estabelecimento de acordos com instituições estrangeiras e incentivo a criação de redes de educação internacional são fatores marcantes no projeto.

Os programas de internacionalização ofertados pelas Instituições de Ensino da Ânima são divididos em duas categorias:

1) Cultura Internacional – É parte do projeto de internacionalização do currículo do Ecossistema Ânima que prevê iniciativas dentro das próprias Instituições de Ensino, sem a necessidade de mobilidade e é também conhecida como “internacionalização em casa”. Trata-se de iniciativas que promovem programas acadêmicos e culturais, capacitação linguística, e, principalmente, o engajamento no cenário global mediante a inserção de conteúdos de relevância internacional no currículo E2A. São elementos da Cultura Internacional:

- a) Eventos Acadêmicos;
- b) Cursos de Extensão Internacional;
- c) Projetos de Extensão Internacional;
- d) Core Curriculum Internacional;
- e) Mentoria Internacional V&C;
- f) Dual Internacional
- g) Experiências Internacionais de *Lato Sensu*;
- h) MD/DDs Internacionais de *Stricto Sensu* (quando aplicável); e
- i) Nanodegrees Internacionais.

2) Mobilidade Internacional – É parte do projeto de internacionalização do Ecossistema Ânima que visa o desenvolvimento de programas acadêmicos no exterior mediante parcerias com as instituições estrangeiras. Fazem parte das iniciativas de Mobilidade Internacional:

- a) Intercâmbio Acadêmico;
- b) Cursos de Idiomas;
- c) Estágio Internacional;
- d) Voluntariado Internacional; e
- e) Módulos Internacionais.

Ademais, com a finalidade de possibilitar e fomentar o desenvolvimento das iniciativas de Cultura e Mobilidade Internacional, as Instituições de Ensino do Ecossistema Ânima possuem mais de 100 Acordos de Cooperação Internacional com instituições de ensino estrangeiras de 26 países. Estes Acordos firmados aprimoram e consolidam a internacionalização do ensino, da pesquisa e da extensão.

Isto é, a pluralidade de instituições de ensino estrangeiras parceiras permite que os estudantes dos diferentes níveis de ensino (Graduação, Pós-Graduação *Lato Sensu* e Pós-Graduação *Stricto Sensu*) do Ecossistema Ânima

1.16 Outras informações relevantes

tenham a oportunidade de vivenciar diferentes experiências internacionais durante o período de estudos. Além disso, as iniciativas de internacionalização acadêmica abrem oportunidades para que o corpo docente das Instituições de Ensino do Ecossistema Ânima possa ter experiências internacionais ao lecionar ou participarem de iniciativas que contribuam para a sua formação complementar.

Por fim, a partir das iniciativas de internacionalização acadêmica no Ecossistema Ânima, direcionamos esforços para as seguintes diretrizes:

- I. Promover o Ecossistema Ânima perante as instituições estrangeiras parceiras e comunidade acadêmica internacional;
- II. Incentivar a elaboração conjunta de pesquisa com instituições e/ou pesquisadores internacionais, bem como a busca por recursos de financiamento conjunto;
- III. Incentivar a adesão das iniciativas de internacionalização que não dispõem de recursos financeiros adicionais aos estudantes, de modo a democratizar o acesso para experiências internacionais e qualificar a formação acadêmica;
- IV. Estabelecer mecanismos de monitoramento e de prospecção de áreas, de instituições e de oportunidades para a expansão de atividades de internacionalização;
- V. Divulgar amplamente as oportunidades de internacionalização para a comunidade acadêmica;
- VI. Construir programas de *lifelong learning* orientados para a troca de saberes e de experiências via parcerias internacionais;
- VII. Desenvolver programas de bilinguismo com a finalidade de impulsionar o ensino e a disseminação de idiomas no âmbito institucional.

Nossa Estratégia de Expansão

Parte da nossa estratégia de expansão está fundamentada em fusões e aquisições no setor de ensino superior. Buscamos identificar ativos capazes de agregar valor e competitividade ao nosso grupo e que, ao mesmo tempo, possam fazer uso de nossa tecnologia curricular, de nossos processos centralizados e de nossas estruturas corporativas. Para isso, temos um rigoroso processo de seleção para possíveis aquisições, incluindo instâncias formais como o Comitê de M&A, além do Conselho de Administração.

Nossa estratégia de M&A se divide em seis pilares:

- I. **Marcas regionais fortes e renomadas:** pretendemos continuar crescendo a nossa base de alunos através de aquisições de marcas fortes (Exemplo: São Judas, UAM, Sociesc, Ages, FASEH, UniFG e Unisul).
- II. **Criação de polos regionais:** pretendemos promover a expansão de nossas unidades em regiões estratégicas, com demanda por ensino superior de qualidade (Exemplo: Jangada, Politecnica Uberlândia, FACED e Alis).
- III. **Excelência acadêmica:** com foco na qualidade acadêmica, avaliamos IES que são referências no ensino, com excelentes notas nas avaliações do MEC (exemplo: Unicritiba e Sociesc)
- IV. **Alto potencial de crescimento e sinergias:** integração com nosso centro de serviços compartilhado (CSC) e o novo modelo acadêmico Ânima (E2A), para ganho de escala.
- V. **Aumentar presença no segmento de saúde:** através da aquisição de IES que agreguem mais vagas de medicina, além de outros negócios que contribuam para o life long learning da comunidade de egressos médicos (exemplo: UniFacs, UNP, Faseh, IBCMED).
- VI. **Negócios Inovadores com uso de tecnologia e potencial de crescimento:** buscamos integrar ao nosso Ecossistema ativos com expertise já mapeada e considerada relevante em nosso planejamento estratégico mas ainda em processo de amadurecimento, o que nos permite acelerar o processo de agregar valor e atingir objetivos estratégicos (exemplo: MedRoom, Gama Academy).

Nossas análises consideram: (i) a atratividade do mercado e seu ambiente competitivo, avaliada por meio de análises qualitativas e quantitativas que comparam diversos aspectos sociais, demográficos e mercadológicos; e (ii) a atratividade da instituição, avaliada com base em critérios como sua força institucional, riscos e potencialidades em relação a: (a) marca, (b) equipe / capital humano, (c) gestão e potenciais sinergias, (d) aderência ao nosso posicionamento, valores, princípios e cultura organizacional e (e) performance financeira e operacional.

1.16 Outras informações relevantes

Acreditamos no ensino acadêmico superior de qualidade, na preservação de marcas locais de sólida reputação, na valorização das pessoas e em um modelo acadêmico dinâmico, atual e flexível, sendo estas características-chave para a educação sustentável no longo prazo, com forte aderência de ferramentas tecnológicas em todo o processo de aprendizagem e gestão do negócio.

A Ânima tem a responsabilidade de preservar grandes legados com o propósito de seguir oferecendo uma educação verdadeiramente transformadora aos jovens de cada região onde estamos presentes.

Criação de um programa diferenciado de Ensino a Distância. O segmento de Ensino a Distância apresenta relevante potencial de mercado, principalmente em razão dos valores mais atraentes de mensalidade, do maior alcance geográfico (devido à redução na necessidade de deslocamento do estudante) e da alta taxa de crescimento histórico. Em julho de 2014 obtivemos junto ao MEC o credenciamento do nosso programa de Ensino a Distância, com nota máxima nas três dimensões avaliadas, quais sejam credenciamento institucional, autorização do curso e avaliação dos polos. Em junho de 2021 passamos a integrar as operações de EAD das marcas Anhembí Morumbi, Unifacs, UNP, Uniritter, Fadergs, IBMR, Unifg e FPB, com uma base de mais de 70 mil alunos na modalidade digital, representando uma importante avenida de crescimento de nossos negócios. Acreditamos que o ensino a distância caminhe cada vez mais para um modelo híbrido que seja capaz de conciliar a maior conveniência e capilaridade, próprias do EAD, com um a interação presencial. Nos propomos a ser um impulsionador desta modalidade de ensino, mantendo sempre nosso posicionamento de alta qualidade. A Administração da Companhia tomou medidas de continuidade de suas atividades frente a pandemia da COVID-19, mantendo as aulas para seus quase 140 mil alunos (que já inclui os alunos da Unisul), mantendo os postos de trabalho de home office a todo o corpo administrativo e medidas de proteção ao caixa, tudo isto para proteger e manter a continuidade das atividades da empresa.

Ganhos de sinergia e escala. Nosso CSC, ferramenta desenvolvida para nos proporcionar uma plataforma administrativa, financeira e acadêmica integrada mais eficiente, capaz de catalisar as melhores práticas de cada uma de nossas instituições e o padrão de qualidade oferecido em todas as nossas unidades, nos permite fazer com que a integração de novas instituições e unidades de negócio se torne mais ágil e eficaz, possibilitando a redução de custos incrementais e gerando relevantes ganhos de escala. Acreditamos que esses fatores nos permitem integrar aquisições de maneira rápida, eficiente e rentável.

Ampliação de nosso mercado de atuação mediante uso das verticais do conhecimento. As verticais do conhecimento são unidades de negócio com marcas reconhecidas nacionalmente por sua expertise em determinadas áreas do saber, capazes de potencializar as operações locais por meio de uma chancela às marcas locais (*co-branding*) e desenvolvimento de novos produtos e serviços escalonáveis por meio da nossa rede.

Mais que uma frente de expansão, acreditamos que as verticais do conhecimento poderão representar um importante diferencial competitivo para nós. Essa estratégia já tem sido implementada com relação à Hsm. Essa unidade de negócios, adquirida em março de 2013, cumpre objetivos estratégicos múltiplos, uma vez que alavanca nossa atuação no segmento de educação corporativa, ao mesmo tempo em que funciona como um vetor de gestão dentro da nossa rede. Desde 2020 a Hsm firmou uma parceria se tornando o country partner da Singularity University, para entregar versões locais dos programas transformadores da SU para empresários e executivos brasileiros. Localizada em São Paulo, a SingularityU Brazil pretende ajudar as corporações brasileiras e líderes a entenderem melhor o impacto de tecnologias exponenciais, anteciparem tendências e prepará-los para a ação.

Continuando a estratégia de ampliação do portfólio de marcas verticais de conhecimento, em março de 2016, anunciamos a formação de uma sociedade em joint venture com o tradicional grupo Le Cordon Bleu, através do qual a Ânima e o grupo Le Cordon Bleu detêm participação de 50% cada, em uma sociedade constituída sob a denominação "Le Cordon Bleu Ânima Educação Ltda." ("LCB Ânima"). A LCB Ânima, que iniciou suas atividades no fim do primeiro semestre de 2018, conta com a combinação das experiências, conhecimentos e know-how de suas sócias desenvolvendo e operando cursos pós-graduação e extensão em gastronomia, hospitalidade e afins.

Em julho de 2016 lançamos a EBRADI - Escola Brasileira de Direito passando a atuar no mercado de cursos à distância na área jurídica, incluindo cursos de pós-graduação, preparatórios para a OAB e extensão. Reunimos um renomado e conceituado time de profissionais do Direito formado por advogados, professores e pesquisadores, comprometidos em produzir conteúdo atualizado do Direito, seja para aprimorar o aprendizado dos alunos, seja para oferecer nova dimensão de atuação aos profissionais da área. Integram a vertical de Direito, ainda, marcas renomadas como Unicuritiba e Milton Campos.

1.16 Outras informações relevantes

Vantagens Competitivas

Oferecer um ensino de alta qualidade e uma formação superior, em todos os níveis.

Entendemos que o nosso projeto acadêmico valoriza o desenvolvimento da autonomia de nossos estudantes, através de uma formação ampla do profissional, do indivíduo e do cidadão, buscando garantir que nossos alunos tenham acesso a um ensino de qualidade. De acordo com estudos da Hoper, 65,0% dos motivos analisados pelos alunos no processo de escolha da instituição de ensino superior estão relacionados à qualidade¹, enquanto apenas 16,0% tem relação à localização das instituições.

Por meio de metodologia própria, nosso currículo traz uma abordagem modular e interdisciplinar, permitindo ao estudante conectar-se com as diferentes disciplinas de cada curso, agregando valor ao seu processo de aprendizado. Isto vai muito além da padronização de currículos, calcada na visão anacrônica, adotada por diversas instituições de ensino no Brasil, de simples repasse de conteúdo.

Nossos alunos são incentivados a realizar o seu projeto de vida, ainda dentro da faculdade. Por isso, eles recebem o acompanhamento de consultores, que orientam a vida acadêmica de cada um deles e indicam os melhores caminhos para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

A disciplina Projeto de Vida, também incorporada à grade curricular, incentiva o pensamento empreendedor dos alunos e abre um leque de possibilidades para que eles possam planejar a carreira que mais combina com o seu perfil profissional.

Reconhecendo que, com o advento da tecnologia, o acesso a conteúdo está praticamente universalizado, nosso foco está no desenvolvimento de competências perenes que permitam maior autonomia e uma atuação mais abrangente dos estudantes no exercício de suas profissões.

A preparação dos nossos professores reforça a nossa capacidade em proporcionar um ensino superior de alta qualidade, sendo que mais de 70% do nosso corpo docente possui titulação em mestrado ou doutorado.

Modelo de negócios diferenciado que nos permite um posicionamento privilegiado para aproveitar o potencial de crescimento do setor de educação brasileiro.

Nosso modelo de negócios é capaz de proporcionar um alto padrão de qualidade acadêmica, aliado a uma forte cultura empresarial. Isso nos leva a resultados positivos e sustentáveis ao longo do tempo. Além disso, acreditamos que existe uma demanda crescente (pelo MEC, pelo mercado de trabalho e também pelos estudantes) por mais qualidade no setor de educação no Brasil, o que nos coloca em uma posição diferenciada se comparados a outros grupos educacionais privados.

Essa tendência vem sendo confirmada, na medida em que mesmo com a redução relevante do volume de estudantes que utilizam financiamento estudantil, nossa base de alunos continua crescendo, especialmente com alunos não financiados.

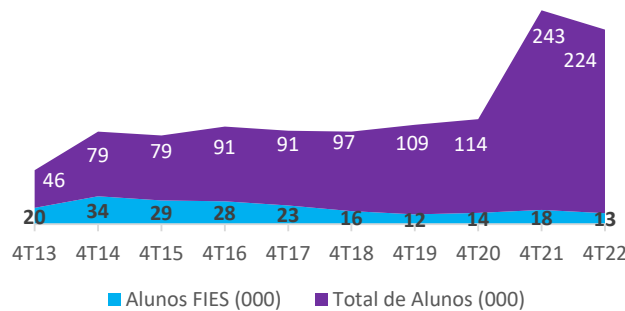
FIES

1.16 Outras informações relevantes



Fonte: Portal Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Dados - Ânima



¹ Foram considerados como motivos relacionados à qualidade os seguintes itens do estudo da Hoper (Análise Setorial da Educação Privada 2018, 11ª edição): qualidade, reconhecimento de mercado, recomendação de amigos, tradição e reconhecimento da marca, resultados no Enade e infraestrutura.

¹ Fonte: Portal Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) <https://www.fnnde.gov.br/index.php/financiamento/fiesgraduacao/mantenedora-e-ies/financiamentos-concedidos>

Desta forma, acreditamos possuir uma vantagem competitiva em relação aos nossos concorrentes que operam no setor privado por estarmos prontos para acompanhar o crescimento do setor de educação superior, capturando, com isso, mais valor para nossos acionistas.

Tradição e qualidade. É assim que nossas marcas são vistas e reconhecidas no mercado.

Acreditamos que as marcas de educação no Brasil são essencialmente locais/regionais, salvo exceções normalmente restritas às instituições generalistas de massa ou de nicho, com atuação em uma ou poucas áreas de ensino. As marcas do ecossistema Ânima são tradicionais, algumas com mais de 50 anos de história nas regiões em que atuam.

Essa capacidade de criar identidades próprias nos permite, por exemplo, gerenciar duas instituições de ensino na mesma cidade (Una e UniBH, UniRitter e FADERGS), de forma bastante sinérgica, atraindo estudantes com diferentes perfis e ampliando a participação de mercado de ambas as instituições, simultaneamente.

Buscamos um posicionamento independente e único de nossas marcas, introduzindo elementos modernos e inovadores do Ecossistema Ânima, que faz a sala de aula ser um ambiente de grande transformação, onde os alunos

1.16 Outras informações relevantes

são estimulados a se tornarem profissionais independentes, dotados de autoestima e conhecimento para transformar o mundo a sua volta.

Desta forma, a marca Ânima funciona como uma importante amálgama, principalmente para o mundo corporativo, fortalecendo o conceito de rede, absorvendo e transferindo credibilidade para as nossas instituições de ensino.

No início de 2013, agregamos ao nosso portfólio mais uma marca tradicional, a HSM, com mais de 25 anos de atuação na organização de eventos de gestão empresarial e forte presença no meio corporativo. Com uma atuação focada na área de educação em negócios e gestão, vemos na HSM o potencial de tornar-se uma marca referência nesse nicho de mercado, com alcance nacional. Isso não só potencializa a percepção de qualidade de nosso portfólio e de nossas marcas, como também nos permite ganhar escala por meio de sinergias entre nossa rede.

Acreditamos que nossa reputação e posicionamento no mercado contribuíram decisivamente para o sucesso das aquisições que fizemos nos últimos anos, bem como para a integração das instituições adquiridas, e que serão fundamentais em nossa estratégia de crescimento futuro.

Com o setor de educação ainda bastante pulverizado e com várias marcas regionais fortes, acreditamos que a estratégia de preservação das marcas adquiridas potencializa os benefícios decorrentes da reputação regional destas marcas e do reconhecimento dos princípios e valores do nosso modelo de negócios, uma vez integradas à nossa rede.

Valorizamos o que mais importa em uma organização: as pessoas

Acreditamos que nosso crescimento está diretamente vinculado às pessoas com as quais nos relacionamos, uma vez que o sucesso de uma instituição depende do desenvolvimento de uma cultura organizacional própria e autêntica, baseada em princípios e valores praticados no dia a dia. Desta forma, incentivamos o desenvolvimento de nossos colaboradores e professores por meio de iniciativas específicas para cada um dos públicos.

Criamos programas permanentes de desenvolvimento para lideranças. Esse grupo atua como propagador de nossa cultura para cerca de 17 mil colaboradores e professores, e ainda contribui para a formação de um grupo de potenciais gestores para ocupar novas posições dentro do grupo. O parceiro principal para este programa é a HSM, Educação Executiva, que proporciona acesso aos eventos, plataforma digital e revista HSM.

Para as lideranças intermediárias do Grupo Ânima, foi estruturada uma trilha de desenvolvimento atendendo aos GAPs apresentados na avaliação de desempenho. Com módulos dinâmicos e conectados aos atuais desafios do negócio as ações de desenvolvimento têm como objetivo o desenvolvimento técnico e comportamental deste público.

Para os líderes acadêmicos, especificamente nossos coordenadores de cursos, estruturamos o Programa de Capacitação de Gestores Acadêmicos (PDGA), ferramenta essencial para o desenvolvimento de futuros líderes, capazes de conciliar princípios acadêmicos com uma dinâmica empresarial, contemplando módulos ligados a pessoas, marketing, financeiro e acadêmico.

Os demais colaboradores, criamos programas específicos, compostos por trilhas presenciais e à distância (Ulife), de treinamento, visando o contínuo aprimoramento, tanto de habilidades técnicas específicas para o nosso setor quanto de habilidades comportamentais, como trabalho em equipe, inovação, relacionamento e comunicação.

Estes programas são ofertados na escola de desenvolvimento organizacional do Grupo Ânima (Ws2) que tem como pilar a formação dos nossos colaboradores como seres humanos integrais, ou seja, formamos os nossos colaboradores para serem melhores cidadãos, profissionais e seres humanos.

Finalmente, mantemos um programa de formação continuada nosso corpo docente por meio de um programa denominado Sala Mais, focado no desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para a prática docente, tendo como ponto central a promoção da aprendizagem dos estudantes. Esse programa é eixo estruturante do currículo da Ânima, o Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A). O programa inclui conteúdos à distância, oficinas presenciais e o Simpósio dos Professores, que acontecem no início de cada semestre.

Além destas ações, no decorrer do semestre outras oportunidades de desenvolvimento são disponibilizadas. Outro destaque é a presença das instituições Ânima, em rankings, locais e nacionais do GPTW, *Great Place to Work Institute®*, pesquisa que sinaliza as Melhores Empresas para se trabalhar.

1.16 Outras informações relevantes

Acreditamos na integração destes aspectos, pessoas, qualidade, reputação, imagem, eficiência e de outros elementos de gestão como força propulsora da educação como eixo transformador, das vidas de nossos alunos, comunidades e finalmente, contribuindo para a transformação do nosso país.

Não paramos de crescer: forte perfil de rentabilidade no mercado.

Entendemos que nossas operações possuem grande rentabilidade e relevante retorno sobre o capital investido. Além disso, ao adquirirmos uma instituição, buscamos maximizar sinergias e eficiência operacionais e, consequentemente, traduzir essas ações em aumento da rentabilidade de suas operações. Acreditamos que a nossa proposta de valor diferenciada e a sólida reputação de nossas marcas nos permitem praticar mensalidades superiores à média de mercado, que se traduzem em um EBITDA por estudante também maior do que as demais companhias abertas do setor de educação, que têm foco no ensino padronizado, nos permitindo continuar com crescimento consistente e realizando investimentos em qualidade.

Administração experiente, focada em resultados e apoiada por um parceiro estratégico renomado.

Nossa Administração é composta por um time de gestão alinhado, com mais de 10 anos de trabalho em equipe e profundo conhecimento e experiência no setor de educação. A maioria de nossos executivos, incluindo os fundadores de nossa Companhia, faz parte também do bloco de controle, reforçando o alinhamento de interesses entre os acionistas e o nosso time de gestão.

O nosso time de gestão vem construindo um histórico de sucesso e de crescimento, tanto orgânico como por meio de aquisições. Destacamos, ainda, a presença do Dr. Ozires Silva, fundador da Embraer, ex-presidente da Petrobras e ex-ministro da infraestrutura, como presidente de nosso Conselho Estratégico e chanceler da São Judas. Procuramos garantir o alinhamento dos nossos interesses com os de nossos gestores e administradores por meio de uma estrutura de remuneração variável atrelada aos resultados alcançados.

Seguros

Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética

Com o advento da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018, que regulamenta a proteção de dados pessoais no âmbito nacional e tem como um dos principais desafios a proteção destes dados a partir da segurança cibernética, o Ecossistema Anima aderiu a contratação de seguros de riscos cibernéticos para cumprimento das diretrizes estabelecidas por essa lei.

Essa apólice um capital segurado de R\$ 20.000.000,00, tendo como principais coberturas: Seguro de responsabilidade por dados pessoais e corporativos, Extorsão na internet, Seguro responsabilidade de dados eletrônicos, Custos de reparação da imagem prejudicada, Seguro responsabilidade por empresas terceirizadas, Custos de defesa em juízo, Responsabilidade pela segurança de dados quando ocorrer erro ou omissão, Investigação para descobrir causa do vazamento, Perda de faturamento e lucros.

Responsabilidade Civil Profissional – E&O

Para garantir o sucesso da complexa operação nacional, atualmente o Ecossistema Anima conta com o apoio de pouco mais de diversos colaboradores, que inevitavelmente podem cometer falhas durante o exercício da profissão, resultantes de fatos inesperados, imprevisíveis e acidentais. Para proteger a companhia e os colaboradores contra reclamações geradas por erros e omissões nos serviços prestados, foi contratado o seguro E&O, também chamado de Responsabilidade Civil Profissional.

Na prática, o risco é transferido para a apólice emitida pela Seguradora AIG Brasil, cujo capital segurado é de R\$ 10.000.000,00, e quando acionada, ressarcir os danos ocasionados a terceiros para erros que podem acontecer por negligência, imprudência, imperícia ou qualquer outro tipo de falha

As principais coberturas dessa apólice são: Falhas de supervisão ou erros de gestão (no caso de pessoas jurídicas em relação ao exercício da profissão pela pessoa física a ela vinculada, por contrato ou CLT), Violação de direitos autorais, Perda dados de clientes, Quebra de sigilo profissional, Registros ou informações incorretas, Resultados abaixo do esperado, Atraso nas entregas, Perdas financeiras, Danos materiais, Danos corporais, Danos morais a terceiros, Atos

1.16 Outras informações relevantes

desonestos de funcionários, Gerenciamento de crise e custos com medidas para restituição de imagem, Extensão para consultores e agentes subcontratados.

Fraude Corporativa

O Ecossistema Anima busca incessantemente aprimorar soluções que diminuam riscos operacionais e vulnerabilidade da segurança de dados, por isso segue rigorosamente todas as normativas estabelecidas pela CVM e realiza revisões periódicas de suas Políticas, Normas e Procedimentos, submetendo amostragens para apreciação das equipes de controles internos e auditorias externas independentes.

Mesmo com a adoção de rígidas medidas de compliance para lisura e transparência dos processos, ainda assim, nossa companhia está sujeita a fraudes, pois segundo as estatísticas, no Brasil as perdas por esse tipo de dolo, representam perdas anuais de cerca de 6% do faturamento. Para mitigação dos riscos, estamos cobertos pela apólice emitida pela Seguradora AIG Brasil, com capital segurado no valor de R\$ 3.000.000,00.

Esse seguro tem por objetivo a cobertura de crimes praticados em ambientes corporativos, amparando o segurado prejudicado por transgressões cometidas por empregados que agiram sozinhos ou com a ajuda de terceiros. As principais coberturas incluem: Custo de Recuperação de recuperação de programas e segurança, Fraude de Computador ou Transferência de Fundos, Honorários Legais, Perdas Indiretas, Custos de Uso de Especialistas Investigador, Cuidado, Custodia, Controle, Multas, Penalidades, Desaparecimento, Destruição, Danos, Dinheiro ou Valores Mobiliários.

Seguro RCG – Responsabilidade Civil Geral

À medida que ficam cada vez mais conscientes de seus direitos, recorrer à Justiça para pleitear indenizações é uma prática progressivamente mais comum entre os brasileiros. De acordo com a legislação brasileira, pessoas ou empresas que causarem danos previstos em lei a um terceiro têm o dever de repará-los, essa obrigação é chamada de responsabilidade civil.

O Ecossistema Anima por entender que danos involuntários e acidentais podem acontecer a qualquer momento, decidiu aderir ao Seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG), que tem o objetivo de cobrir perdas decorrentes de danos corporais e/ou materiais causados a terceiros, garantindo assim a proteção de pessoas ou empresas que venham a ser judicialmente punidas no sentido de reparar prejuízos dessa natureza.

Para situações que necessitam de reparações, aderimos a apólice emitida pela Seguradora Zurich Brasil, que conta com um capital segurado no valor de R\$ 10.000.000,00. As principais coberturas incluem: Custos de defesa do segurado, Despesas com contenção e salvamento de sinistros, Perdas financeiras e/ou prejuízos.

Seguro Property

Devido ao robusto plano de expansão da marca, hoje a Anima administra diversas instituições em diferentes estados brasileiros com dezenas de unidades em operação. Para proteção dessa grande infraestrutura de bens e ativos que compõe nosso ecossistema, aderimos a apólice emitida pela Seguradora Zurich Brasil, que conta com um capital segurado no valor de R\$ 202.125.000,00.

Embora nossas apólices de seguro estejam destinadas a cobrir riscos inerentes ao nosso negócio, consideramos baixa a possibilidade de ocorrência de sinistros relevantes em nossos estabelecimentos, pois não realizamos atividades de risco ou periculosidade que possam desencadear incêndios, enchentes, explosões, desmoronamentos, etc.

Nossos edifícios e instalações sofrem maiores exposições á fenômenos naturais e outras intempéries e por esse motivo, estamos resguardados de eventuais prejuízos oriundos de caso fortuito ou força maior, decorrente de eventos que fogem do nosso controle. Celebramos assim a referida apólice de seguro patrimonial acima citada, que cobre dentre outros, danos decorrentes dos seguintes sinistros: incêndios, raios, explosões, alagamentos, danos elétricos, quebra de vidros, roubo e furto qualificado de bens, roubo de valores em mãos de portador, roubo de valores no interior do estabelecimento, tumultos, vendaval, fumaça com impacto de veículos, vazamento de tanques e tubulações, terremoto, tremor de terra, maremoto, etc.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de educação no Brasil registradas na CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes de nossas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso *website* (<https://ri.animaeducacao.com.br/>) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

(em milhões de Reais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Receita bruta consolidada	7.078,6	5.144,7
EBITDA ¹	970,8	704,4
EBITDA Ajustado ²	1.073,0	802,7
Margem EBITDA Ajustada ³	30,1%	30,3%

¹ Para maiores informações sobre o EBITDA, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

³ Calculada pela divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Nossa receita bruta consolidada passou de R\$5.144,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$7.078,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Nosso EBITDA Ajustado exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.073,0 milhões (margem EBITDA Ajustada de 30,1%) versus R\$802,7 milhões (margem EBITDA Ajustada de 30,3%) no mesmo período do ano anterior. A evolução identificada de um ano para o outro é, em grande parte, em razão da aquisição realizada em junho de 2021, que consolidam os resultados de apenas sete meses de 2021 e de todos os meses no ano de 2022.

Nosso capital de giro operacional (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 690,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2021 era R\$76,8 milhões, refletindo a nossa capacidade de gerir adequadamente as nossas obrigações com colaboradores, estudantes fornecedores e credores. Nossos indicadores de liquidez confirmam que temos liquidado nossos compromissos financeiros tempestiva e integralmente

A tabela a seguir evidência determinadas informações financeiras relacionadas à nossa situação financeira e patrimonial para os períodos indicados:

(em milhões de Reais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Dívida Líquida ¹	2.907,9	2.648,0
Dívida Líquida com o efeito IFRS 16 ²	4.414,6	4.189, 5
Liquidez corrente ³	1,4	1,1

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índice de endividamento ⁴	0,7	0,8
Rentabilidade ⁵	0,32%	-3,07%

¹ Para maiores informações sobre a Dívida Líquida, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre a Dívida Líquida com os efeitos do IFRS 16, vide item 2.5 do Formulário de Referência.

³ Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante nas datas indicadas. O índice de liquidez corrente não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente as suas obrigações. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁴ Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total. O índice de endividamento não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais

⁵ Calculado pela divisão entre o lucro (prejuízo) do período e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

b. Estrutura de capital

Nossa estrutura de capital em 31 de dezembro de 2022 era composta de 30% de capital próprio e 70% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	(em R\$ milhões)	
Capital próprio		
Capital Social	2.451,7	2.451,7
Gastos com emissões de ações	-	-
Reservas de capital	39,1	33,4
Ágio em transações de capital	(136,1)	(69,6)
Ações em tesouraria	(184,3)	(71,2)
Reservas de lucros	36,7	36,7
Lucros acumulados	556,1	-
Participação dos acionistas não controladores	438,3	31,2
Patrimônio líquido	3.201,5	2.412,4
Capital de terceiros		
Passivo circulante	1.755,2	1.235,1
Passivo não circulante	5.775,3	6.235,2
Total do passivo	7.530,5	7.470,3
Total do passivo e patrimônio líquido	10.732,0	9.882,7

Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$3.201,5 milhões em 31 de dezembro de 2022. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$2.412,4 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$ 789,1 milhões.

Capital de Terceiros (Empréstimos e Financiamentos e Debêntures)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O nosso capital de terceiros está representado pelo nosso endividamento, representado pelos saldos de nosso passivo nas contas de empréstimos, financiamentos e debêntures, circulante e não circulantes. Estes recursos são utilizados principalmente para financiar nossos planos de expansão e investimentos em melhoria de qualidade, além de suprir eventuais necessidades de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2022, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures registradas no passivo circulante e não circulante e outras obrigações) no valor de R\$4.384,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante) no valor de R\$3.805,0 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Na opinião de nossa Diretoria temos plena capacidade de honrar com todos os nossos compromissos financeiros, fato que tem se constatado ao longo dos últimos anos. Nossas necessidades têm sido acomodadas por meio, principalmente, de nossa própria geração de caixa operacional e recursos de financiamento de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2022, contávamos com uma Dívida Líquida de R\$2.078,8 milhões, composta por uma Dívida Bruta de R\$4.187,2 milhões somado ao total de Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras correspondente a R\$2.108,4 milhões.

A tabela a seguir demonstra nossa capacidade de pagamento face os compromissos assumidos para as datas e períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Endividamento¹	4.384,6	3.805,0
Caixa e disponibilidades de caixa	1.476,6	515,3
Disponibilidade (Dívida) Líquida	(2.907,9)	(3.289,7)

¹Todos os empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos derivativos e outras obrigações

Embora nossa Diretoria acredite que a atual estrutura de capital e perfil de endividamento sejam adequados às nossas operações e compromissos financeiros assumidos, se surgir a necessidade de novos financiamentos, acreditamos que não teremos dificuldades em contrair empréstimos adicionais a taxas de juros e condições competitivas.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados.

No período compreendido entre os anos de 2020 a 2022 realizamos uma série de investimentos em ativos imobilizados focados em melhoria de qualidade de nossos *campi*, bem como na infraestrutura utilizada por nossos professores e estudantes. Dentre os principais investimentos destacamos a reforma de campi, atualização de nosso acervo bibliográfico, móveis e equipamentos para salas de aula e laboratórios, e ainda a constante atualização de nossa infraestrutura de tecnologia de informação, incluindo a compra de computadores, equipamentos de informática e o desenvolvimento de sistemas de *softwares*. Nossa fonte de capital de giro para investimentos em ativos não circulantes têm sido nossa geração própria de caixa e captação de recursos de terceiros. Junto a terceiros, buscamos sempre linhas de financiamento de longo prazo, conciliando o prazo de pagamentos com o fluxo de caixa incremental esperado relacionado aos investimentos realizados por nós.

Nossa Diretoria avalia constantemente as melhores opções entre utilização de capital próprio e captação de recursos junto a terceiros, comparando a rentabilidade do capital com as taxas oferecidas pelo mercado financeiro.

Para maiores informações sobre as variações ocorridas em nosso fluxo de caixa, vide item 2.1(h) do Formulário de Referência. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos, vide item 2.1(f) do Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendemos utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é adequada ao atendimento de nossas necessidades, sendo a geração própria de caixa a principal fonte de financiamento que, associada aos recursos de terceiros, permitem a condução plena de nossas operações e cumprimento integral de nossas obrigações. Caso sejam necessárias captações de novos financiamentos, nossa Diretoria entende que temos condições de obter linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais do mercado a taxas competitivas. Em 31 de dezembro de 2022, nossa posição de caixa correspondia a R\$2.108,4 milhões.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

De acordo com nossa Diretoria, nossos níveis de endividamento são condizentes com nosso fluxo de caixa e têm se mantido em patamares considerados satisfatórios por nossa administração. As principais características de nossos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (sem os efeitos dos passivos de arrendamento IFRS 16) estão indicadas na tabela abaixo:

Modalidade	Moeda	Taxa % a.a. ¹	Ano de Vencimento ²	Saldo em 31 de dezembro de	
				2022	2021
Capital de giro	R\$	Prefixado 7,00% a CDI + 6,80%	2026	226,0	373,9
IFC	US\$	CDI + 2,32%	2028	226,5	234,7
IFC	R\$	CDI + 1,49%	2024	39,6	64,9
Debêntures	R\$	CDI + 1,00% a 4,75%	2029	3.618,0	2.827,6
Total				4.110,2	3.501,0

¹ Taxa de juros médio contendo indexador acrescido de *spread* ao ano

² O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade

Nosso endividamento em 31 de dezembro de 2022 e 2021, correspondia às operações de capital de giro celebradas em reais e em dólares americanos por contrato de SWAP e debentures.

Dentre os contratos celebrados e vigentes, encontram-se descritos abaixo os mais relevantes:

Em 11 de abril de 2016, celebramos contrato de empréstimo nº 37083-00 com o *International Finance Corporation* (IFC), no montante de até US\$40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares americanos), com uma taxa efetiva de (CDI + 1,49%) e com os juros sendo pagos a cada 6 (seis) meses, bem como com o principal em 11 (onze) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 15 de março de 2019 e a última em 15 de março de 2024. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária de ações da Brasil Educação S.A. e garantias fidejussórias.

Em 21 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, ao valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$150,0 milhões, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um *spread* equivalente a 1,00% a.a. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 meses. O pagamento do principal possui uma carência de 24 meses, após este período será amortizado trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 29 de maio de 2020. O pagamento dos juros ocorreu anualmente em 29 de maio de 2019 e 29 de maio de 2020. A partir de 29 de maio de 2020, o pagamento de juros passou a ser realizado trimestralmente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 11 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, ver extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão a 1,3500% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano. O pagamento de principal ocorrerá semestralmente, iniciando-se em 11 de novembro de 2021 e encerrando-se em 11 de novembro de 2024, ou seja, na data de vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 11 de maio de 2020, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a data de vencimento.

Além das debêntures de sua 2ª emissão, em 10 de julho de 2020, a Companhia contratou um financiamento junto à *International Finance Corporation (IFC)* no montante de até US\$ 112,0 milhões, com a finalidade de financiamento de novas aquisições estratégicas pela Companhia e alongamento do perfil de endividamento da Companhia. A primeira parte do valor financiado foi liberada em julho de 2020, no montante de US\$ 15 milhões

Em 12 de abril de 2021, o Conselho de Administração aprovou a realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) na data de emissão (“Debêntures”, “Emissão” e “Oferta Restrita”, respectivamente), sendo (i) R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) correspondentes às debêntures da primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e (ii) R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) correspondentes às debêntures da segunda série (“Debêntures da Segunda Série”). Sobre as Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extragrupos, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Taxa DI Over”), acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 3,7500% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série”). Sobre as Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI Over, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 4,7500% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série”). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série serão pagos semestralmente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2021 e, o último, na data de vencimento da respectiva série de Debêntures. O valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série, será amortizado na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série. O valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série, será amortizado semestralmente, em parcelas consecutivas, a partir do 30º (trigésimo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, e as parcelas serão pagas sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2023 e o último, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.

Em 28 de março de 2022, Administração da Inspirali, aprovou a realização 1ª emissão de debêntures simples, com série única, no montante de R\$ 2.000.000. Estas debêntures têm prazo total de cinco anos, a contar da data de emissão, com pagamento do principal de forma anual, em quatro parcelas – vencendo a primeira no 24º mês e as seguintes a cada 12 meses – incidindo taxa de juros de CDI+2,60% ao ano, com pagamento de juros remuneratórios semestrais a partir da data de emissão.

Em 31 de março de 2022 realizamos o pré-pagamento de R\$1,94 bilhão relativos à 2ª série da 3ª Emissão de Debêntures (referente ao montante emitido de R\$2 bilhões, sobre os quais incide taxa de juros de CDI+4,75% ao ano) e R\$121,81 milhões de juros, totalizando R\$2,06 bilhões pagos. Nessa 2ª série houve prêmio de pré-pagamento de 0,60% *flat*. Os valores residuais de cada série da debênture continuam sujeitos aos exatos termos dispostos na escritura da 3ª emissão.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 20 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a realização da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, a Companhia, no valor total de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), as quais serão subscritas e integralizadas de forma privada pela Debenturista sendo que (i) as Debêntures emitidas no âmbito da primeira série servirão como lastro dos CRI CDI, doravante denominadas “Debêntures CDI”; no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), tem duração de 5 anos (bullet) e remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas DI, acrescida de sobretaxa (spread) de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; e (ii) as Debêntures emitidas no âmbito da segunda série servirão como lastro dos CRI IPCA, doravante denominadas “Debêntures IPCA” no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), tem duração de 7 (sete) anos (amortizações programadas nos anos seis e sete) e remuneração prefixada de 8,0491% a.a.

A seguir apresentamos tabela com maiores detalhes acerca dos contratos relevantes celebrados e descritos acima:

Sociedade	Credores	Data de Assinatura	Valor do Crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	(%a.a.) Taxa efetiva
Ânima Holding	IFC	10/05/2016	R\$ 139.080.000,00	15/03/2024	IFC	Alienação fiduciária das cotas da AMC Serviços ; alienação fiduciária dos recebíveis da AMC Serviços; aval de todas as subsidiárias, atuais e futuras ; compromisso dos acionistas Daniel, Romulo, Marcelo, Mauricio, Gabriel e Ignacio de manter sempre pelo menos 4 destes no grupo de controle e nunca deixarem de ter participação de menos de 25% do capital da Anima de hoje	1,49% a.a + 100% CDI
Ânima Holding	IFC	10/07/2020	\$ 15.000.000,00	15/03/2028	IFC	Garantidores Subsidiários Brasil Educação, IMEC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM, PGP Educ., Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Poli, IFC, Anima, Sobepe, Vidam, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba. Saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2% a.a Libor
Ânima Holding	Banco Bradesco	29/05/2018	R\$ 150.000.000,00	29/05/2023	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	Banco Itaú	21/11/2019	R\$ 350.000.000,00	11/11/2024	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1,35% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding		14/04/2021	R\$ 2.500.000.000,00	15/04/2023 (1ª série) 15/04/2027 (2ª série)	Debêntures	Garantia Fidejussória	CDI + 3,75% (1 série) CDI + 4,75% (2 série)
Inspirali Brasil		31/03/2022	R\$ 2.000.000.000,00	30/03/2027	Debêntures	Real	2,60% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding		28/12/2022	R\$ 800.000.000,00	13/12/2027 (1ª série) 13/12/2029 (2ª série)	CRI CDI CRI IPCA		CDI + 1,65% IPCA + 8,0481%

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, exceto pelo disposto no item (i) acima, não mantínhamos nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

Considerando a totalidade dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures circulante e não circulante da Companhia, sem considerar os passivos de arrendamento IFRS 16, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras individuais:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Em 31 de dezembro de			
	2022		2021	
	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)
Obrigações com garantia real	2.260,5	55	429,7	12
Obrigações quirografárias	1.849,7	45	3.071,3	88
Total dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures¹	4.110,2	100	3.501,0	100
¹ Compreende os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)				

As garantias reais relacionadas aos contratos de crédito acima referidos, e com saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022 são compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios de nossa titularidade e de créditos oriundos de aplicação financeira.

iv. Eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;
- Manutenção de índices financeiros mínimos; e
- Limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

Adicionalmente, determinados contratos financeiros em que somos partes preveem a observância de alguns índices financeiros mínimos, apurados anualmente, conforme descrito a seguir:

✓ Contrato do IFC

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os índices financeiros mínimos eram:

- Índice de Liquidez Corrente (Ativo Circulante + Adiantamento Diversos) / Passivo Circulante – não inferior a 1,2;
- EBITDA Ajustado / (Dívida Bruta - Caixa Mínimo de R\$100,0 milhões) – não superior a 3,5; e
- Geração de caixa dos últimos doze meses/ Dívida Bruta Futura – não inferior a 1,3.

Em dezembro de 2022, renegociamos com o IFC os índices mínimos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo os seguintes:

- Índice de Liquidez Corrente ((Ativo Circulante + Adiantamento Diversos) / Passivo Circulante – não inferior a 1,2;
- Dívida financeira líquida / EBITDA ajustado – inferior a 4,6
- EBITDA ajustado / Despesa financeira líquida – não inferior a 0,4

✓ Debêntures ANIM11

- EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro – superior a 1,3;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado— não superior a 3,0; e
- Índice de Liquidez Corrente— não inferior a 1,2.
- ✓ Debêntures ANIM12
- EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro – superior a 1,3;
- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado— não superior a 3,0; e
- Índice de Liquidez Corrente— superior a 1,2.
- ✓ Debêntures ANIM13 e ANIM23
- Até 30 de junho de 2022 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Inferior a 4,00;
- Entre 30 de junho 2022 e 30 junho 2023 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Inferior a 3,00;
- Após 30 de junho 2023 - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Inferior a 2,50; e
- Após 30 de junho 2023 - EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras - Superior a 1,30
- ✓ Debêntures Inel11 (Inspirali)
- Até 31 de março de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,5
- A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) -Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma – Inferior a 3,0
- A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) - EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras Superior a 1,30
- ✓ Debêntures/CRI Ânima
- Até 31 de março de 2024 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,5;
- A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Pro Forma - Inferior a 3,0;
- A partir de 31 de março de 2024 (exclusive) - EBITDA Ajustado Pro Forma / Despesas Financeiras - Superior a 1,3

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

“EBITDA Ajustado” significa o resultado acumulado do ano fiscal antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários;

“Despesa Financeira Líquida” significa o somatório de todas as despesas de juros, variação cambial e outras despesas referentes às suas obrigações financeiras menos receita de juros, variação cambial ou qualquer receita decorrente de suas aplicações financeiras;

“Dívida Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, líquidos dos derivativos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Índice de Liquidez Corrente” significa o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante. “Ativo Circulante” significa todos os bens e direitos cuja realização ocorra dentro do prazo de 12 meses. “Passivo Circulante” significa todas as obrigações a serem cumpridas dentro do prazo de 12 meses.

“EBITDA Ajusto Pro Forma” o efeito de qualquer aquisição, se efetuada a qualquer momento durante os últimos 12 meses, como se a mesma tivesse ocorrido no primeiro dia do respectivo período de cálculo, sendo que, nos casos envolvendo novas aquisições da Emissora realizadas após a assinatura da Escritura de emissão, o Ebitda Ajustado Pro Forma será calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas ou não auditadas disponíveis, incluindo, se for o caso, em relatórios gerenciais da controladoria da Emissora elaboradas a partir de balanços contábeis das empresas auditadas.

Com relações às restrições indicadas, estamos cumprindo com todas elas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os contratos relacionados abaixo possuem cláusula *cross-default*. Do endividamento total 94,5% estão sujeitos a cláusula. O descumprimento e/ou quebra dos *covenants* também poderá acarretar o vencimento antecipado.

<i>Moeda nacional</i>	(em R\$ milhões)
Debêntures 1ª emissão	23.304
Debêntures 2ª emissão	203.024
Debêntures 3ª emissão - série 1	513.008
Debêntures 3ª emissão - série 2	62.327
Debêntures 1ª emissão- Inspirali Brasil	2.043.391
IFC	39.610
Debêntures 4ª emissão - séries 1 e 2	772.973
<i>Moeda estrangeira</i>	
IFC	226.533

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 16 de dezembro de 2015, firmamos um Contrato de Financiamento com a FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, relativo ao financiamento de projeto de inovação e pesquisa no valor de R\$23,6 milhões, representativos de 70% do valor total do projeto. Deste valor, R\$4,7 milhões foram liberados em dezembro de 2018, R\$5,4 foram liberados em março de 2017 e R\$3,5 milhões em março de 2016. O principal da dívida mencionada deve ser pago à FINEP em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de parcelas de amortização ainda não vencidas, nos termos do contrato. O vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de janeiro de 2019, e as demais em iguais dias dos meses subsequentes, ocorrendo a última em 15 de janeiro de 2026.

Todos os demais financiamentos contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2022 possuem qualquer limite ou restrição de utilização e foram recebidos integralmente.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

A discussão sobre os resultados apresentados nesta seção sobre a nossa situação financeira e os resultados de nossas operações deve ser lida em conjunto com as nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e suas respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens do Formulário de Referência, em especial às desta seção 2.

Receita Líquida

A nossa receita líquida é majoritariamente oriunda de serviços de ensino, relacionados a cursos de graduação, pós-graduação, extensão e ensino básico, incluídos em nosso segmento de Ensino Acadêmico. O segmento Ensino respondeu por 95% das receitas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, a HSM, instituição de educação corporativa, a EBRADI, escola brasileira de direito, formam o segmento de Lifelong learning, que representa 5% das receitas no referido exercício. Nossas receitas são 100% denominadas em reais e são reconhecidas por competência de acordo com o período letivo de cada curso, seminário ou venda de produto efetuada. Como uma visão adicional, destacamos a importante participação da Inspirali – que os serviços estão consolidados em sua maior parte no Ensino Acadêmico e têm atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina – respondeu por 30% das receitas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No Ensino Acadêmico a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Nossa receita bruta é uma função direta entre o número de alunos matriculados e o valor de nossas mensalidades para cada um dos cursos ofertados por nossas instituições. No caso dos cursos de graduação, os contratos de prestação de serviços preveem um compromisso abrangendo cada semestre letivo. A cada semestre os alunos devem assinar aditivos aos contratos de prestação de serviço para se matricular no próximo período letivo, sendo que deverão estar adimplentes com suas obrigações financeiras e acadêmicas para que isto ocorra. Para os cursos de pós-graduação e extensão, os contratos são firmados com os alunos já prevendo o valor completo do curso para todo o período letivo, que podem, de acordo com cada curso ofertado, variar desde poucos dias letivos a até 18 meses.

Compõem ainda nossa receita bruta outras taxas cobradas diretamente de nossos alunos, como taxa de inscrição de vestibular, taxas de serviços de secretaria e biblioteca, entre outras.

Nossa política de cancelamento de matrículas prevê um reembolso de até 100% da primeira mensalidade, mas somente se o cancelamento ocorrer antes do primeiro dia de aula do período letivo em questão. Caso o período letivo já esteja em curso, a contratada está autorizada a reter, no máximo, 10% (dez por cento) do valor da mensalidade vigente à ocasião do cancelamento da matrícula.

Nossa receita é apresentada líquida de descontos e bolsas, além de certos tributos que incidem sobre os serviços prestados. Entre as principais bolsas estão:

- **PROUNI** - O Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa oferece, em contrapartida àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa, isenção de tributos federais. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, o PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Em nossas instituições de ensino optamos por oferecer bolsas integrais e parciais, sendo obrigatório oferecer no mínimo uma bolsa integral para cada 10,7 vagas oferecidas e, em contrapartida, somos isentos dos impostos federais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020, os descontos decorrentes dos PROUNI totalizaram R\$248,5 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021, totalizaram R\$427,4 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022, totalizaram R\$576,2 milhões. O aditamento do termo de adesão ao programa é semestral e depende de regularidade fiscal de cada instituição, sendo que o aditamento semestral das nossas instituições é realizado regularmente desde 2005, a partir de quando aderimos ao PROUNI.
- **Descontos concedidos pela mantenedora** - São descontos concedidos pela mantenedora das Universidades, Centros Universitários e Faculdades que operamos, sem regra específica e avaliados caso a caso de acordo com a situação particular de cada estudante (incluindo seu histórico acadêmico e situação socioeconômica).
- **Pagamento no prazo** - São descontos condicionados ao pagamento até a data de vencimento da mensalidade.
- **Captações de alunos** - São descontos específicos para novos alunos com o objetivo de reforço na captação.
- **Convênios com empresas** - São descontos relacionados a convênios de parceria com empresas, que por sua vez divulgam internamente nossos cursos e instituições.
- **Pós-graduação** - São descontos oferecidos durante o processo de captação de alunos de cursos da pós-graduação.
- **Parentesco** - São descontos oferecidos a parentes de alunos.
- **Acordos** - São descontos oferecidos a ex-alunos que não conseguiram prosseguir seus estudos por questões financeiras. Esses alunos são cobrados por empresas terceirizadas e esses descontos são variáveis, de acordo com o tempo de existência das dívidas.
- **Desempenho acadêmico** - São descontos oferecidos a alunos com desempenho acadêmico destacado.
- **Segundo curso** - São descontos oferecidos a ex-alunos que voltam para a instituição de ensino para cursar um segundo curso.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Devoluções - São devoluções de valores devido a acertos ou cancelamentos de matrícula.
- Bolsa de estudos - São descontos para funcionários da instituição e outras bolsas que variam a cada processo de captação, conforme estratégia comercial.

A Receita do Lifelong Learning, além dos cursos de pós-graduação lato sensu, se divide também em eventos e seminários, prestação de serviços de educação customizados para empresas e prestação de serviços de educação In Company, consultorias tecnológicas às empresas, além da venda de produtos como o HSM Performance e o HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão. Temos também a EBRADI, uma start-up de ensino e capacitação jurídica on-line.

No caso de eventos e seminários, nossa receita bruta é proveniente da venda direta de ingressos para cada um dos eventos e pela venda de patrocínios e parcerias para empresas em troca de exposição de suas marcas em nossos eventos. Desta forma, a receita bruta de eventos é uma função direta entre o volume de participantes em nossos eventos e o valor do ingresso vendido, bem como pelo volume de quotas de patrocínios vendidas às empresas parceiras. O sucesso de cada evento depende de nossa capacidade de montar eventos com conteúdo, formatos e palestrantes de relevância, bem como de nossa capacidade de gestão de relacionamento com empresas e indivíduos que historicamente consomem este tipo de evento. As receitas de eventos e seminários são reconhecidas quando o evento acontece. Dado que o planejamento dos eventos varia de ano a ano, e que normalmente são concentrados em poucos dias, isto pode gerar um efeito relevante de sazonalidade.

Para cursos *In Company* customizados e consultorias tecnológicas para empresas, são firmados contratos pelo valor completo trabalho ofertado, que também pode variar bastante de acordo com a carga-horária e formatos pactuados com os contratantes. As receitas são reconhecidas de acordo com o período em que o serviço é efetivamente prestado.

No caso do HSM Performance são firmados contratos anuais no qual as receitas são reconhecidas mensalmente no decorrer da implementação do produto. O HSM Performance se enquadra assim na implantação de um ambiente de gestão estratégica e de capital humano focado principalmente em empresas de pequeno e médio porte que buscam a sua estruturação e consolidação no mercado. Já o HSM Experience, que é a plataforma digital com conteúdo em educação executiva, tem sua receita diretamente relacionada a quantidade de usuários multiplicado pelo preço da licença para a plataforma. O aumento na receita está diretamente relacionado com a divulgação e parcerias existentes para o crescimento da plataforma sendo utilizada por executivos de várias instituições.

No caso da EBRADI – Escola Brasileira de Direito, oferecemos ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão

Para as receitas dos cursos de graduação, uma vez que aderimos ao PROUNI, temos isenção fiscal sobre tributos federais, incluindo PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Para os demais cursos ofertados, incidem além do ISS, com uma alíquota de 2% a 5%, PIS e COFINS com uma alíquota total de 0,65% e 3,00% respectivamente. Os serviços de consultoria são tributados por ISS, Pis e Cofins. O resultado das atividades não provenientes de cursos de graduação, caso lucrativas, estão sujeitas a IRPJ e CSLL.

Custos dos Produtos e Serviços

Com um modelo acadêmico desenvolvido internamente e uma forte cultura orçamentária e de resultados, nos esforçamos para conciliar uma eficiente estrutura de custos com uma entrega de alta qualidade em nossos serviços prestados.

Os principais custos de nossa atividade de ensino superior estão concentrados em custos com pessoal, prestadores de serviço, aluguel e ocupação. Nosso maior custo operacional é com pessoal e inclui salários, benefícios e encargos sociais, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 representavam cerca de 61,2% do total de custos operacionais. Além do custo com professores, que representa a maior parte dos custos com pessoal, incluímos os gastos com pessoal de apoio acadêmico (diretores de campus e coordenadores de curso) e infraestrutura (manutenção, limpeza, segurança etc.). Oferecemos para nossos colaboradores uma série de benefícios que incluem, entre outros, bolsas de estudo, plano de saúde, vale alimentação e vale transporte. Os custos com professores variam de acordo com o número de turmas ofertadas, o valor de hora-aula pactuado com os professores de acordo com nosso plano de carreira docente e os reajustes salariais, que estão vinculados aos acordos coletivos firmados entre os sindicatos de mantenedores e de professores de cada estado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outro grande grupo de custos são os gastos diretamente vinculados à infraestrutura física de nossos *campi*. Com somente dois *campi* próprios, temos contratos de aluguel de longo prazo (que vão até 20 anos de contrato) em todos os nossos outros 84 *campi*. As despesas de aluguel (incluindo depreciação do imobilizado), junto com os custos de ocupação (que incluem energia, água, IPTU etc.), representaram cerca de 19,4% dos custos totais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Todos os outros custos operacionais, que individualmente são de menor expressão, e que englobam manutenção dos *campi*, viagens técnicas, licenças de *software* acadêmicos, prestadores de serviço externos (que nos auxiliam em diversas atividades, desde ministrar parte de uma disciplina ou curso, até consultorias e serviços de apoio e planejamento vinculados a nossa atividade fim), entre outros. Todos estes outros custos responderam juntos por cerca de 11,4% dos custos apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Praticamente a totalidade dos nossos custos no segmento de ensino superior estão denominados em reais, e não possuem nenhum tipo de exposição material a outras moedas. No entanto, mais de 90% destes custos (principalmente salários, contratos de aluguel e utilidades) são contratualmente corrigidos por uma proxy de inflação, seja através dos dissídios coletivos ou por um índice de inflação previsto em contrato.

Despesas Operacionais

As nossas despesas comerciais compreendem as despesas com publicidade e propaganda, materiais e outras despesas de *marketing*, com exceção das despesas de pessoal. Estão incluídas também nas despesas comerciais as provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

As nossas despesas gerais e administrativas estão relacionadas às despesas incorridas no suporte das nossas atividades operacionais. Uma das principais despesas é composta por despesas com pessoal, incluindo respectivos salários, encargos e benefícios. Entre os principais benefícios oferecidos a nossos colaboradores estão, entre outros, bolsas de estudos, plano de saúde, auxílio transporte e vale refeição. As despesas com pessoal incluem, além do pessoal administrativo alocado às diferentes unidades de negócio, também todo o pessoal alocado no centro de serviço compartilhado, e nas áreas funcionais da *holding*, incluindo as áreas de planejamento acadêmico, recursos humanos, *marketing*, planejamento financeiro, comercial, transformação digital, educação continuada, operações, novos negócios e jurídico, que atuam para todas as unidades de negócio. Acreditamos que esta estrutura matricial nos permite continuar crescendo através de abertura de novos *campi* e/ou aquisições com ganhos de escala ao mesmo tempo em que estabelecemos padrões de qualidade e de processos. As despesas gerais e administrativas incluem ainda os prestadores de serviços que atendem às áreas meio (como firmas de auditoria, escritórios de advocacia, consultores e assessores, entre outros), despesas de viagem, manutenção e licenças de *software* administrativos, assim como despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso. Com relação às receitas de multa e juros sobre mensalidade em atraso é importante destacar que somente as reconhecemos quando de fato se materializam através do efetivo pagamento pelo aluno do principal em atraso, acrescido das multas e dos juros. Acreditamos que este item seja de natureza recorrente devido a uma particular dinâmica do nosso negócio, onde cerca de um terço dos alunos recorrentemente paga suas mensalidades em atraso. No grupo de despesas financeiras incluímos todos os juros relacionados a empréstimos e financiamentos, programa de parcelamento de tributos, ajustes de variação monetária e ainda multa e juros sobre pagamentos de títulos em atraso.

Imposto de renda e contribuição social

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exceto pelos resultados da graduação, isenta de impostos federais em virtude de nossa adesão ao PROUNI, com relação às demais atividades, o IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. As empresas de Ensino Superior estão inseridas no PROUNI, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Análise das variações de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	<u>31/12/2022</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>AV (%)</u>
RECEITA LÍQUIDA	3.563,2	100,00%	2.650,8	100,00%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(1.508,8)	-42,34%	(1.249,9)	-47,15%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	2.054,4	57,66%	1.400,9	52,85%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.676,2)	-47,04%	(1.119,7)	-42,24%
Comerciais	(233,1)	-6,54%	(167,5)	-6,32%
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(194,5)	-5,46%	(141,8)	-5,35%
Gerais e administrativas	(1.202,5)	-33,75%	(864,3)	-32,61%
Resultado de equivalência patrimonial	(14,3)	-0,40%	(0,5)	-0,02%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(31,8)	-0,89%	54,4	2,05%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	378,1	10,61%	281,2	10,61%
Receitas financeiras	165,0	4,63%	76,1	2,87%
Despesas financeiras	(959,0)	-26,91%	(489,7)	-18,47%
Resultado financeiro, líquido	(794,1)	-22,28%	(413,6)	-15,60%
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS	(416,0)	-11,67%	(132,4)	-4,99%
IRPJ e CSLL corrente	(6,4)	-0,18%	(8,3)	-0,31%
IRPJ e CSLL diferido	433,8	12,17%	59,4	2,24%
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	11,5	0,32%	(81,3)	-3,07%
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À				
Participação da controladora	(102,3)	-2,87%	(87,7)	-3,31%
Participação de não controladores	113,7	3,19%	6,3	0,24%

RECEITA LÍQUIDA

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Tivemos uma receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 de R\$3.563,2 milhões, representando um aumento de 34,4% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pela principalmente pela consolidação de apenas 7 meses da aquisição das unidades em integração no ano de 2021.

CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossos custos totalizaram R\$1.508,8 milhões, o que representa um aumento de R\$258,9 milhões, em relação ao mesmo período de 2021, resultado da relevante mudança de escala da Companhia, em virtude das aquisições realizadas pela Companhia em 2021, em especial as unidades em integração junho/21. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 47,2% no exercício findo em 2021 para 42,3% no mesmo período de 2022. Essa melhora se deve aos ganhos de eficiência acadêmica e de apoio acadêmico, consequência dos benefícios de eficiência operacional de nosso modelo acadêmico de aprendizagem por competência.

LUCRO BRUTO

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$2.054,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que representa um aumento de R\$653,5 milhões, em relação ao mesmo período de 2021. Em relação à receita líquida, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nosso lucro bruto representou 57,6%. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias de eficiência acadêmica.

DESPESAS COMERCIAIS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas comerciais, totalizaram R\$233,1 milhões, ou 6,5% sobre a receita líquida, enquanto, no mesmo período de 2021 totalizaram R\$167,5 milhões ou 6,3% da receita líquida.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$1.202,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que representa 33,7% da receita líquida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$864,3 milhões, ou 32,6% da receita líquida.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, passou de um prejuízo de R\$0,5 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para um prejuízo de R\$1,2 milhão no mesmo período de 2022. A sociedade constituída com a Gama Academy apresentou um prejuízo de 13,1 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

As outras (despesas) receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$31,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, enquanto no mesmo período de 2021 totalizaram uma receita de R\$54,4 milhões.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$794,1 milhões, ante um resultado negativo de R\$413,6 milhões no mesmo período de 2021. Este resultado é consequência das despesas de juros com empréstimos e financiamentos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, reportamos uma receita de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$427,4 milhões, comparado a uma receita de R\$51,2 milhões no mesmo período de 2021.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

Em razão dos fatores acima evidenciados, o resultado líquido acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou um lucro de R\$11,5 milhões, ou R\$92,8 milhões abaixo do valor reportado no mesmo período de 2021, que correspondeu a um prejuízo de R\$81,3 milhões.

Análise das principais variações do fluxo de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao do período findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhões de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021	Var. 22 / 21 (\$)
Resultado Líquido	11,5	(81,3)	92,8
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	194,5	141,8	52,7
Atualização (reversão) depósito judicial	(4,4)	(1,5)	(2,9)
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	363,2	266,6	96,6
Amortização direito de uso de arrendamentos	209,4	156,4	53,0
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	15,3	10,9	4,4
Baixa direito de uso de arrendamentos	(11,2)	(2,8)	(8,4)
Resultado de equivalência patrimonial	14,3	0,5	13,8
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e	558,2	241,7	316,5
Baixa de custo de captação por antecipação pagamento de debêntures e taxa de antecipação	96,7	-	96,7
Variação cambial sobre investimentos	0,7	(0,8)	1,5
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	(6,7)	(13,5)	6,8
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	23,2	46,8	(23,6)
Despesa financeira de arrendamentos	182,8	150,7	32,1
Receita com descontos recebidos sobre arrendamentos	(4,5)	(8,8)	4,3
Ajuste a valor presente financiamento estudantil	(12,8)	30,7	(43,5)
Atualização de empréstimos a terceiros	(0,6)	(3,9)	3,3
Remuneração baseada em ações	14,4	5,3	9,1
Valor justo com derivativos	31,6	10,0	21,6
Valor justo bolsa Proies	16,9	15,9	1,0
Valor Justo Earn Out	(1,0)	(62,1)	61,1
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(427,4)	(51,1)	(376,3)
Resultado operação sale and leaseback	-	(6,2)	6,2
Outros ajustes	5,6	(0,9)	6,5
Geração de Caixa Operacional Bruta	1.270,2	844,3	425,9
Δ de contas a receber	(362,2)	(228,9)	(133,3)
Δ de adiantamentos diversos	(11,1)	(16,7)	5,6
Δ de depósitos judiciais	(16,6)	(13,5)	(3,2)
Δ de impostos e contribuições a recuperar	(6,3)	33,3	(39,6)
Δ de outros ativos	(26,7)	28,9	(55,6)
Δ de reembolso a receber de antigos proprietários	-	(0,1)	0,1
Δ de fornecedores	23,9	69,0	(45,1)
Δ de obrigações tributárias, sociais e salários	(38,0)	(3,5)	(34,5)
Δ de imposto de renda e contribuição a pagar	11,8	(32,0)	43,8

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Δ de adiantamento de clientes	23,7	(9,9)	33,6
Δ de parcelamento de impostos e contribuições	(13,9)	(11,3)	(2,6)
Δ de provisão para riscos	(48,7)	(19,5)	(29,1)
Δ de outros passivos	15,5	16,7	(1,2)
Variação nos ativos e passivos operacionais	(448,5)	(187,6)	(261,1)
Juros pagos	(587,7)	(269,3)	(318,4)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6,1)	(10,2)	4,1
Total de pagamentos de provisões, juros e IR e CSLL	(583,3)	(279,5)	303,8
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	228,0	377,2	(109,2)
Mútuos com partes relacionadas	(23,1)	(0,5)	(22,6)
Aumento de capital em investida	(15,3)	(1,1)	(14,2)
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos	(2,4)	(3.686,2)	3.683,8
Venda de investimento (controladas)	-	500,0	(500,0)
Aumento de capital de acionistas não controladores	1.000,0	-	1.000,0
Dividendos pagos	(1,9)	-	(1,9)
Resgate (aplicação) de/em aplicações financeiras	(607,1)	892,7	(1.499,8)
Rendimento de aplicações financeiras	(101,0)	(36,2)	(64,8)
Compra de ativo imobilizado	(84,7)	(76,1)	(8,6)
Adiantamento- operação sale & leaseback	-	171,4	(171,4)
Compra de ativo intangível	(126,2)	(103,4)	(22,8)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	38,3	(2.323,2)	2.361,5
Empréstimos, financiamentos e debêntures	400,8	2.312,4	(1.911,6)
Ganho (perda) com derivativos	(30,3)	(5,1)	(25,2)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas	(91,0)	(119,9)	28,9
Pagamento de arrendamentos	(171,9)	(103,4)	(68,5)
Aumento de capital/Custo de captação	-	(2,0)	2,0
Ações em tesouraria	(120,6)	(40,0)	(80,6)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	(13,0)	2.042,1	(2.055,1)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	253,2	96,1	157,1

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 253,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 tínhamos um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$422,4 milhões, em 31 de dezembro de 2021, tínhamos um saldo de R\$169,2 milhões. Abaixo os principais destaques com relação ao fluxo de caixa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais diminuiu R\$ 109,2 milhões, passando de uma geração de R\$377,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para uma geração de caixa de R\$228,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação decorreu principalmente pelos juros pagos.

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento geraram R\$38,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e diminuíram R\$2.323,2 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta variação pode ser explicada pela diminuição das aquisições de controladas e aumento de capital de acionistas não controladores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as atividades de financiamento aplicaram R\$13,0 milhões, comparado a caixa gerado de R\$ 2.042,1 milhões no mesmo período de 2021, explicado principalmente pela redução dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultado Operacional e Financeiro

a. Resultado das nossas operações:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta é composta principalmente pelas mensalidades pagas pelos estudantes nos cursos ministrados em nossas controladas, bem como pelas taxas de inscrição de participantes nos eventos promovidos pela HSM, pela prestação de serviços de educação e treinamento customizados para empresas. Também integram nossa receita bruta taxas acadêmicas por diversos serviços prestados aos estudantes, tais como venda de material didático, impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, provas de segunda chamada, requerimento de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, entre outros.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 7 de maio de 2020 a Ânima Educação, juntamente com sua subsidiária integral Brasil Educação S.A., adquiriu 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que, por sua vez, é detentora de 73,7% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da Faseh. Como a transação não possuía condições suspensivas, passou a ser consolidada a partir de 7 de maio de 2020. Em 1 de julho de 2020, a Ânima Educação, através de sua subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A., firmou Instrumento Particular de Aquisição de Participações Societárias, Opção de Compra e Outras Avenças do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A., que resultou na aquisição do controle da Sociedade detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG. Como a transação não possuía condições suspensivas, passou a ser consolidada a partir de 1 de julho de 2020. Em 20 de janeiro de 2021, a controlada Sociesc exerceu a opção de compra da manutenção da Unisul, firmada em 13 de novembro de 2019, e aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em 20 de fevereiro de 2020. Os resultados da operação da Unisul passaram a fazer parte do resultado da Sociesc a partir de 1º de janeiro de 2021. Em 30 de abril de 2021, a Brasil Educação assinou contrato para aquisição de 100% das cotas do Centro Educacional de Formação Superior LTDA - CEFOS, controladora da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC) e da Faculdade de Administração Milton Campos (FAMC). A transação não estava sujeita à aprovação do CADE. Em 2 de novembro de 2020, a Companhia firmou contrato para aquisição dos ativos do Grupo Laureate no Brasil. Fez parte da operação a venda concomitante de 100% da FMU ("Faculdades Metropolitanas Unidas") ao fundo Farallon, nos termos do acordo já celebrado, em que a Farallon assumiu a obrigação de comprar todas as participações futuras na FMU, por um valor de R\$ 500.000 ("Equity Value"). Dentre as condições para a efetivação da operação e para a venda da FMU para a Farallon, destaca-se a condição suspensiva para aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), nos termos da legislação aplicável. Em 23 de abril de 2021, a aquisição da totalidade dos ativos brasileiros do Grupo Laureate foi aprovada, sem restrições, pela Superintendência Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). A operação foi concluída em 28 de maio de 2021, uma vez que todas as condições precedentes foram satisfeitas. Em 30 de novembro de 2021, a Inspirali assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias da IBCMED Serviços de Educação S.A, além de uma opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade até o final de 2026. A transação não estava sujeita à aprovação do CADE.

Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram nossos resultados operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas em nossos resultados, vide item 2.1(h) do Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os principais fatores determinantes de nossa receita bruta, em função de sua composição, são o número de estudantes matriculados em nossos cursos e o valor das respectivas mensalidades.

O número de estudantes decorre diretamente dos processos seletivos conduzidos por nossas controladas (vestibulares) e da retenção dos estudantes matriculados desde o início até o fim dos cursos. Por sua vez, nossa capacidade de captação de estudantes depende de nossa oferta de cursos, de sua duração e do número de vagas oferecidas em cada curso. Existe ainda um volume de evasão de estudantes entre a matrícula e o início do curso, impactada diretamente por questões pessoais e pela capacidade de pagamento por parte do aluno do valor do curso.

Nossas mensalidades são definidas tomando como base a estrutura de custos e necessidades de investimentos (incluindo estrutura física necessária, corpo docente e uso de material, dentre outros fatores) de cada curso bem como pela atratividade dos cursos, notadamente influenciada pelas demandas do mercado de trabalho.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 34,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em relação ao mesmo período de 2021, explicado pelo crescimento da base de alunos e aumento de ticket líquido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 86,4%, explicado pelo crescimento da base de alunos e aumento de ticket líquido e expansão via aquisições. Além disso vemos um aumento de nossos descontos médios, principalmente devido a uma nova política comercial. Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram significativamente nossas receitas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Inflação

Nosso desempenho financeiro e operacional pode ser impactado pela variação da inflação na medida em que nossos custos e despesas operacionais sofrem reajustes inflacionários. Na hipótese de uma aceleração excessiva dos índices inflacionários, o consequente aumento expressivo nos custos de nossas operações (sobretudo salários de nossos funcionários) poderia fazer com que não conseguíssemos repassar a elevação das taxas de inflação que suportamos em nossos custos para nossos serviços (mensalidades), prejudicando as nossas margens e resultados líquidos.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2020, 2021 e 2022 as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram repassados às mensalidades, equilibrando-se assim nossos resultados e neutralizando os efeitos da inflação.

Variação de preços dos principais insumos e produtos

Nossos principais insumos são os salários de nossos funcionários e professores, que não sofreram alterações significativas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 que pudessem impactar materialmente nossos resultados.

Câmbio

Não auferimos receita atrelada a moedas estrangeiras. Desta forma, as oscilações do câmbio não interferiram nem provocaram qualquer impacto em nossos resultados operacionais. Somente na HSM, onde temos exposição cambial relacionada ao custo dos palestrantes internacionais que são contratados em moeda estrangeira, mantivemos operações de “compra” de moeda à termo (NDF – Non Deliverable Forward) em dólares, com objetivo de proteção contra a variação cambial.

Taxa de Juros

A maior parte do nosso endividamento junto a instituições financeiras em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$4.110,2 milhões, era indexada à variação do CDI. Um eventual aumento significativo das taxas de juros geraria um risco de aumentos sobre o nosso endividamento, impactando de forma adversa nossas despesas financeiras. Podemos não ter condições de compensar esses aumentos com elevação dos preços de nossos serviços, o que poderia impactar negativamente, assim, nossa situação financeira, margens e resultados líquidos.

As rigorosas políticas monetárias adotadas pelo Governo Federal, inclusive com altas taxas de juros, podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros, o que poderia nos afetar negativamente. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

Para maiores informações sobre os impactos da variação das taxas de juros sobre a nossa situação financeira, vide item 5.1 do Formulário de Referência.

Financiamento a Estudantes

2.2 Resultados operacional e financeiro

De acordo com o MEC, o FIES (Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Mudanças adotadas no programa a partir de 2015 impactaram negativamente nosso resultado. Porém, para não haver dependência do financiamento do governo, mantemos desde 2006 uma opção privada, o Pravalier, em parceria com a empresa de mesmo nome. Além disso, a Ânima lançou em 2015 o AMPLIAR, um canal de atendimento, com espaços dedicados em todas as nossas instituições, focado na assessoria, oferta e suporte completo para contratação das diversas opções de crédito estudantil, privadas ou pública. Com o Ampliar, a Ânima também aumentou as opções de financiamento a seus alunos, incluindo novas modalidades do Pravalier e a garantia educacional, que permite a ele continuar estudando mesmo que fique temporariamente desempregado. Essas iniciativas ajudaram a minimizar o impacto adverso causado em função das alterações no FIES. Para maiores informações sobre o FIES, vide item do 1.6 do Formulário de Referência.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve alterações.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, houve alteração de prática contábil relativa à amortização da propriedade de marcas, conforme previsto pelo CPC 23: *Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro*. Esta alteração reflete o entendimento da Administração de que as marcas precisam de manutenção constante para garantir seu perfil e posicionamento perante o mercado e seu valor perante a concorrência. Por este motivo, a Companhia e suas controladas passaram a adotar, a partir de 01 de janeiro de 2020, o critério que estabelece que a vida útil estimada para suas marcas é de 30 anos, sendo que a data de vencimento das marcas era antes considerada como indefinida.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve impactos.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a mudança da prática contábil relativa à amortização das marcas da Companhia, nos moldes do CPC 23, resultou em um impacto negativo no resultado do período de R\$ 4,9 milhões.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021, 2022 quaisquer opiniões modificadas e ênfases nos relatórios dos auditores da Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021, 2022 quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

No exercício social de 2020, não houve, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional. Reportamos nossos resultados financeiros segmentados em:

- **Ensino** – que inclui, além do Ensino Superior presencial (graduação e pós-graduação), o Ensino a Distância, o Ensino Básico e o Ensino Técnico.
- **Outros Negócios** – que inclui a nossa vertical de gestão, HSM, e a EBRADI, Escola Brasileira de Direito.

No exercício social de 2021, introduzimos novos segmentos e passamos a apresentar os serviços segregados entre:

- **Inspirali** – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.
- **Anima Core** - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional, incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino a distância.
- **Lifelong Learning** - Atividade atrelada a prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos in-company, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

Não houve, para o exercício de 2022, introdução de qualquer segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em maio de 2020, adquirimos 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da FASEH, que possui cerca de 1.034 estudantes na cidade de Vespasiano, região metropolitana de Minas Gerais. A Faseh possui um curso de medicina, autorizado em 2003, que atualmente conta com 100 vagas, sendo considerado entre os melhores do país, com conceito de curso nota máxima, ou seja 5, resultados de vistoria do Ministério da Educação realizada em 2018, destacando-se pela intensa utilização de tecnologia e equipamentos de ponta. Além da Medicina, a IES conta com os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Direito, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, estando sua reputação principalmente estabelecida na área da saúde. Para a Ânima Educação, a integração da FASEH representa o fortalecimento da vertical de saúde, Inspirali, somando um curso de Medicina nota máxima do MEC, adicionando também diferencial estratégico na área da saúde e possível expansão do portfólio, como alavanca de valor incremental.

Em julho de 2020, assinamos uma opção de compra, por meio da subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A. ("INSEGNARE") com todos os sócios do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A. que resultará na aquisição do controle da Sociedade, detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG – UniFG. Responsável pela formação de 3.800 alunos, o UniFG desenvolve o ensino, pesquisa e extensão por meio de 25 cursos de Graduação - em áreas do conhecimento como Saúde, em especial Medicina, com 50 vagas anuais autorizadas na sede e um novo curso em fase de aprovação na cidade de Brumado, também com 50 vagas anuais, além dos cursos de Direito e Engenharia, e de Pós-Graduação, incluindo um Mestrado em Direito (o 1º no interior do Norte e Nordeste do País).

Em 20 de janeiro de 2021, por meio da subsidiária SOCIESC, exercemos a opção de compra da manutenção da Unisul, firmada em 13 de novembro de 2019, e aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em 20 de fevereiro de 2020. A UNISUL conta com 287 vagas anuais autorizadas de Medicina na Grande Florianópolis e em Tubarão.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em 30 de abril de 2021, assinamos, por meio da subsidiária BRASIL EDUCAÇÃO, contrato para aquisição de 100% das cotas do Centro Educacional de Formação Superior LTDA - CEFOS, controladora da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC) e da Faculdade de Administração Milton Campos (FAMC). A transação não estava sujeita à aprovação do CADE. possuem 3 cursos autorizados, sendo destaque o curso de Direito, que possui 801 alunos (do total de 1.082 alunos da IES). Autorizado em 1975 e atualmente com 374 vagas anuais autorizadas, o curso é considerado entre os melhores do país, com conceito de curso nota máxima (5), de acordo com o Ministério da Educação, sendo o primeiro colocado na aprovação da OAB em Minas Gerais e o 5o no Brasil entre as instituições privadas, diferenciando-se pela alta qualidade do ensino e do corpo docente.

Em 2 de novembro de 2020, firmamos contrato para aquisição dos ativos do Grupo Laureate no Brasil. Fez parte da operação a venda concomitante de 100% da FMU ("Faculdades Metropolitanas Unidas") ao fundo Farallon, nos termos do acordo já celebrado, em que a Farallon assumiu a obrigação de comprar todas as participações futuras na FMU, por um valor de R\$ 500.000 ("Equity Value"). Dentre as condições para a efetivação da operação e para a venda da FMU para a Farallon, destaca-se a condição suspensiva para aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), nos termos da legislação aplicável. Em 23 de abril de 2021, a aquisição da totalidade dos ativos brasileiros do Grupo Laureate foi aprovada, sem restrições, pela Superintendência Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). A operação foi concluída em 28 de maio de 2021, uma vez que todas as condições precedentes foram satisfeitas. O Grupo Laureate consolida mais de 270 mil alunos, distribuídos em 11 instituições de ensino superior, localizadas em 7 estados e 13 cidades. Em São Paulo, a Universidade Anhembi Morumbi (UAM); na Bahia, a Universidade Salvador (UNIFACS); no Rio Grande do Norte, a Universidade Potiguar (UnP); no Rio Grande do Sul, o Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) e o Centro Universitário FADERGS; em Pernambuco, o Centro Universitário dos Guararapes (UniFG) e a CEDEPE Business School; no Rio de Janeiro, o Centro Universitário IBMR; e, na Paraíba, a Faculdade Internacional da Paraíba (FPB). As instituições do grupo são referências em seus mercados de atuação e se destacam pela qualidade de ensino, infraestrutura e pelo completo portfólio de cursos. A saúde é a área de conhecimento de maior relevância, concentrando mais de 30% dos estudantes. O Grupo conta hoje com 897 vagas aprovadas para o curso de medicina e mais de 4.414 alunos matriculados, distribuídos entre São Paulo, São José dos Campos, Piracicaba, Salvador e Natal.

Em 23 de novembro de 2021, assinamos, por meio da subsidiária INSPIRALI, contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias da IBCMED Serviços de Educação S.A, além de uma opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade até o final de 2026. A transação não estava sujeita à aprovação do CADE.

Em 30 de novembro de 2022, assinamos, por meio da subsidiária IBCMED, contrato para aquisição de 100% das quotas ordinárias da Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde e Bem Estar Ltda. A transação não estava sujeita à aprovação do CADE.

C. Eventos ou operações não usuais.

Tivemos alguns eventos não usuais e de natureza não recorrente que impactaram o resultado de nossas controladas:

(em R\$ milhões)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
- Custos e Despesas de Reestruturação	-83,7
TOTAL DE AJUSTES NÃO RECORRENTES	-83,7

Em 2022 tivemos total de R\$83,7 milhões de despesas não recorrentes relacionadas a multas de real estate e verbas rescisórias decorrentes de otimizações de espaços físicos e despesas corporativas, ações cruciais para nos estruturarmos em ordem de adquirir maior eficiência operacional e corporativa, com intenso processo de integração sistêmica e novo desenho organizacional que possibilitará maior digitalização, simplificação, agilidade e competitividade da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis

a. valor das medições não contábeis

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em milhões de Reais)	2022	2021	2020
EBITDA	970,8	704,4	271,3
EBITDA Ajustado	1.073,0	802,7	375,3
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16	729,6	548,6	279,0
Dívida Líquida	2.907,9	3.289,7	(339,2)
Dívida Líquida com efeito IFRS 16	4.414,6	4.846,6	327,4

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e informações contábeis intermediárias revisadas:

Em 04 de outubro de 2012, a CVM expediu a Instrução nº 527, que dispõe sobre a divulgação voluntária do EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) pelas companhias abertas, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013. As informações sobre o EBITDA divulgadas neste item 3.2 observam as regras da referida instrução.

EBITDA e EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) adotadas por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, não apresentam o fluxo de caixa dos períodos indicados e não deverão ser considerados uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às utilizadas por outras empresas. O uso do EBITDA, do EBITDA Ajustado e do EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 como indicadores da lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, juros e multas sobre recebimentos em atraso de clientes e demais despesas correlatas.

O EBITDA corresponde ao nosso lucro (prejuízo) líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das despesas de depreciação, amortização e exaustão, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é uma resultante do EBITDA ajustado para voltar os efeitos das multas e Juros sobre mensalidades, equivalência patrimonial, hedge HSM e itens não recorrentes. O EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 é composto pelo EBITDA Ajustado excluindo o impacto positivo da adoção do IFRS 16.

A tabela a seguir representa a conciliação do nosso EBITDA e do nosso EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16:

2.5 Medições não contábeis

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em milhões de Reais)	2022	2021	2020
Lucro Líquido	11,5	(81,3)	(40,9)
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	(427,4)	(51,2)	4,3
Resultado financeiro líquido	794,1	413,6	154,5
Depreciação e amortização	578,3	422,9	149,8
(+/-) Equivalência Patrimonial	14,3	0,5	3,6
EBITDA	970,8	704,4	271,3
Margem EBITDA	27,2%	26,6%	19,1%
(+) Multas e Juros sobre Mensalidades	18,5	17,4	8,3
(+/-) Itens não recorrentes	83,7	80,9	95,7
- Custos e Despesas de Reestruturação	83,7	24,2	24,3
- Custos e Despesas de Aquisição e Integração	-	56,7	3,6
- Ajuste Provisão para Contingências	-	-	6,2
- Provisão para Impairment HSM	-	-	61,6
- Descontinuação do GIT	-	-	-
EBITDA Ajustado	1.073,0	802,7	375,3
Margem EBITDA ajustado	30,1%	30,3%	26,4%
(+/-) Efeito IFRS-16	-343,4	-254,1	-96,3
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16	729,6	548,6	279,0
Margem EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16	20,5%	20,7%	19,6%

Em janeiro de 2019, entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS 16 – Arrendamentos, (no Brasil a norma correlata é o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)), que alterou os critérios de reconhecimento de contratos que envolvem a disponibilidade de uso de bens com a explícita finalidade de trazer a maioria dos arrendamentos de uma arrendatária para o balanço patrimonial. Além dos impactos nos saldos e na apresentação das demonstrações financeiras da arrendatária, também haverá mudanças na contabilização ao longo do prazo de vigência do arrendamento.

Na Companhia, o impacto observado está relacionado aos contratos de aluguel, já que todas as nossas unidades acadêmicas e administrativas são alugadas, e a maioria delas possui valores relevantes, estando assim abrangidas pela nova norma.

No balanço patrimonial, o movimento contábil que se observa é: na conta de ativo, passamos a reconhecer o direito de uso dos ativos para todos os nossos contratos de aluguel; enquanto no passivo, registramos a obrigação referente ao valor presente dos mesmos contratos de aluguel.

Já na demonstração de resultado, a despesa que anteriormente era despesa de aluguel será substituída por despesas de depreciação do ativo de direito de uso e despesas financeiras decorrentes do custo do passivo de arrendamento.

Como consequência das despesas financeiras calculadas sobre o custo amortizado do passivo, as companhias irão registrar despesas maiores no início do prazo do arrendamento para a maioria dos contratos, uma vez que os pagamentos do arrendamento são fixos e as despesas de juros são maiores no início do contrato. Por outro lado, a depreciação do ativo de direito de uso tende a ser constante.

Ainda que seja uma mudança de classificação estritamente contábil, a nova regra atinge o cálculo do EBITDA, na medida em que as despesas de aluguel deixam de ser consideradas nessa métrica. Já no Lucro Líquido o impacto é negativo, uma vez que os aluguéis se desdobram em duas contas redutoras, a da depreciação do ativo de direito de uso e a das despesas financeiras do passivo.

2.5 Medições não contábeis

De forma a facilitar ao mercado uma visão transparente e comparável de nossos resultados, publicamos, durante todo o ano 2019, as nossas informações excluindo o efeito IFRS-16, adicionalmente aos números que já consideram a nova classificação.

Dívida Líquida e Dívida Líquida com efeito IFRS16

Nós calculamos a nossa dívida líquida a partir da soma de nossos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante e de outras obrigações de curto e longo prazo, líquidos dos derivativos deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida com efeito IFRS16 é calculada pela soma da Dívida Líquida com o efeito em decorrência do IFRS 16 aplicado em 1 de janeiro de 2019. Não existe uma definição padrão para medir a Dívida Líquida e a Dívida Líquida com efeito IFRS16 e nossa definição pode ser diferente do que é utilizado por outras companhias. A Dívida Líquida e a Dívida Líquida com efeito IFRS16 não são medidas de endividamento de acordo com o BR GAAP ou IFRS, ou medidas de nosso fluxo de caixa, liquidez e recursos disponíveis para atender a nossa dívida. Não existe uma definição padrão para medir a dívida líquida e nossa definição pode ser diferente do que é utilizado por outras companhias. A dívida líquida não é uma medida de endividamento de acordo com o BR GAAP ou IFRS, ou uma medida de nosso fluxo de caixa, liquidez e recursos disponíveis para atender a nossa dívida.

A tabela abaixo mostra a reconciliação de caixa e equivalentes apresentados no balanço patrimonial, a dívida líquida como um dos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de		
(Em milhões de Reais)	2022	2021	2020
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(422,4)	(169,2)	(73,2)
(-) Aplicações Financeiras	(1.054,2)	(346,1)	(1.204,7)
Caixa e Aplicações Financeiras	(1.476,6)	(515,3)	(1.277,9)
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.110,2	3.501,0	650,8
- Empréstimos, financiamentos e debêntures circulante	819,6	360,4	129,6
- Empréstimos, financiamentos e debêntures não circulante	3.290,6	3.140,6	521,2
(+/-) Derivativos	21,0	8,8	2,2
- Derivativos circulante	2,6	1,1	0,3
- Derivativos não circulante	18,4	7,7	1,9
(+) Outras Obrigações	253,4	295,2	285,7
Dívida Líquida	2.907,9	3.289,7	(339,2)
(+/-) Efeito IFRS 16	1.506,7	1.556,9	666,6
Dívida Líquida com efeito IFRS16	4.414,6	4.846,6	327,4

c. motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da nossa condição financeira e do resultado de nossas operações:

EBITDA, EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16

A nossa Administração acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 são medidas práticas para aferir a geração de caixa e desempenho operacional, bem como liquidez, que permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Dívida Líquida e Dívida Líquida com efeito IFRS16

A Dívida Líquida e a Dívida Líquida com efeito IFRS16 são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") adotadas

2.5 Medições não contábeis

por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. A Dívida Líquida e a Dívida Líquida com efeito IFRS16 não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, e não deverão ser considerados como representatividade do nosso endividamento. A Dívida Líquida e a Dívida Líquida com efeito IFRS16 não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às utilizadas por outras empresas.

A nossa Administração acredita que a Dívida Líquida e a Dívida Líquida com efeito IFRS16 são medições não contábil amplamente utilizada no mercado financeiro para captação de recursos e representa mais adequadamente nosso endividamento financeiro.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos Subsequentes às DFs

Em 06 de janeiro de 2023, conforme ata de reunião extraordinária, aprovamos o aditamento ao programa de recompra de ações de emissão da Companhia aprovado em 01/12/2021 (“Programa de Recompra”), autorizando a Diretoria da Companhia a dar seguimento na aquisição de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria, destinação aos Planos de Incentivo já aprovados e a quaisquer outros planos aprovados pela Assembleia Geral da Companhia, ou cancelamento, sem redução do capital social, observando-se alguns termos e critérios.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Destinação de resultados

Período	2022
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados, provisão para o imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.</p> <p>Do lucro líquido do exercício, 5,0% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20,0% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.</p> <p>Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.</p>
Valores das Retenções de Lucros	A ata da assembleia geral ordinária realizada no dia 29/04/2022, que deliberou sobre o resultado do exercício social de 2020, foi aprovada a não distribuição de dividendos, conforme proposta da administração, uma vez que não foi apurado lucro contábil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>Reserva Legal: 5%</p> <p>Reserva de Investimentos: 0%</p>
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício, terá a seguinte destinação:</p> <p>(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(ii) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iv) como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da Reserva Legal; e (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (alínea (ii) supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro abaixo; e</p> <p>(v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas nos termos da legislação societária aplicável, observadas as disposições legais vigentes e as disposições do Estatuto.</p> <p>Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados, observadas as previsões legais aplicáveis. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>
(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou	Salvo pelo disposto na Lei de Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social, não possuímos restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou

2.7 Destinação de resultados

regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
(e) Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando, data de aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: *i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não possuímos ativos ou passivos que não estejam refletidos em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer itens que não estejam evidenciados nas nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nossos investimentos são destinados principalmente à manutenção e expansão de nossas atividades operacionais, tendo como principal fonte de capital o caixa gerado por nossas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nossos investimentos totalizaram R\$ 210,9 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nossos investimentos totalizaram R\$179,5 milhões. Nossos investimentos envolvem a abertura de novas unidades, renovação de nossos campi, aquisição de bibliografia, ampliação e renovação de laboratórios acadêmicos, salas de aula e investimento em tecnologia de informação, envolvendo desde a aquisição e desenvolvimento de softwares como compra de computadores e outros equipamentos. Além dos investimentos de manutenção e expansão, continuamos alocando recursos em tecnologia aplicada à educação. Entre os principais projetos estão os relacionados ao desenvolvimento de conteúdo e evolução das plataformas tecnológicas para nosso ensino híbrido, modelo acadêmico (E2A) e dos nossos projetos de Inovação, dentro do nosso contexto de transformação digital. Esperamos também crescer via aquisições.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Para financiamento de nossos investimentos, utilizamos principalmente os recursos provenientes do próprio caixa gerado por nossas atividades operacionais, bem como pelos financiamentos em curso e eventuais novos empréstimos captados em bancos de primeira linha, bancos de fomento ou ainda junto ao mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não fizemos desinvestimentos relevantes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, celebramos contrato de *sale & leaseback* com o fundo Vinci Imóveis Urbanos Fundo De Investimento Imobiliário – FII (“Fundo”), gerido pela Vinci Real Estate Gestora De Recursos Ltda. e administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O objeto do contrato foram dois imóveis localizados nos municípios de Porto Alegre e Canoas, no estado do Rio Grande do Sul, onde estão localizados alguns campi da UniRitter. Nos termos do contrato, o Fundo adquiriu, através de uma transação de *sale & leaseback*, a totalidade destes dois imóveis, pelo valor de R\$171.386. O ganho da operação, reconhecido no resultado, foi de R\$ 6.222. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não realizamos desinvestimentos relevantes.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 7 de maio de 2020 a Ânima Educação, juntamente com sua subsidiária integral Brasil Educação S.A., adquiriu 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da Faseh.

Em 1 de julho de 2020, a Ânima Educação, através de sua subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A., firmou Instrumento Particular de Aquisição de Participações Societárias, Opção de Compra e Outras Avenças do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A., que resultou na aquisição do controle da Sociedade detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG.

Em 30 de abril de 2021, assinamos, por meio da subsidiária BRASIL EDUCAÇÃO, contrato para aquisição de 100% das cotas do Centro Educacional de Formação Superior LTDA - CEFOS, controladora da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC) e da Faculdade de Administração Milton Campos (FAMC). A transação não estava sujeita à aprovação do CADE. possuem 3 cursos autorizados, sendo destaque o curso de Direito, que possui 801 alunos (do total de 1.082 alunos da IES). Autorizado em 1975 e atualmente com 374 vagas anuais autorizadas, o curso é considerado entre os melhores do país, com conceito de curso nota máxima (5), de acordo com o Ministério da Educação, sendo o primeiro colocado na aprovação da OAB em Minas Gerais e o 5o no Brasil entre as instituições privadas, diferenciando-se pela alta qualidade do ensino e do corpo docente.

2.10 Planos de negócios

Em 2 de novembro de 2020, firmamos contrato para aquisição dos ativos do Grupo Laureate no Brasil. Fez parte da operação a venda concomitante de 100% da FMU ("Faculdades Metropolitanas Unidas") ao fundo Farallon, nos termos do acordo já celebrado, em que a Farallon assumiu a obrigação de comprar todas as participações futuras na FMU, por um valor de R\$ 500.000 ("Equity Value"). Dentre as condições para a efetivação da operação e para a venda da FMU para a Farallon, destaca-se a condição suspensiva para aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), nos termos da legislação aplicável. Em 23 de abril de 2021, a aquisição da totalidade dos ativos brasileiros do Grupo Laureate foi aprovada, sem restrições, pela Superintendência Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). A operação foi concluída em 28 de maio de 2021, uma vez que todas as condições precedentes foram satisfeitas. O Grupo Laureate consolida mais de 270 mil alunos, distribuídos em 11 instituições de ensino superior, localizadas em 7 estados e 13 cidades. Em São Paulo, a Universidade Anhembi Morumbi (UAM); na Bahia, a Universidade Salvador (UNIFACS); no Rio Grande do Norte, a Universidade Potiguar (UnP); no Rio Grande do Sul, o Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) e o Centro Universitário FADERGS; em Pernambuco, o Centro Universitário dos Guararapes (UniFG) e a CEDEPE Business School; no Rio de Janeiro, o Centro Universitário IBMR; e, na Paraíba, a Faculdade Internacional da Paraíba (FPB). As instituições do grupo são referências em seus mercados de atuação e se destacam pela qualidade de ensino, infraestrutura e pelo completo portfólio de cursos. A saúde é a área de conhecimento de maior relevância, concentrando mais de 30% dos estudantes. O Grupo conta hoje com 897 vagas aprovadas para o curso de medicina e mais de 4.414 alunos matriculados, distribuídos entre São Paulo, São José dos Campos, Piracicaba, Salvador e Natal.

Em 30 de novembro de 2021, assinamos, por meio da subsidiária INSPIRALI, contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias da IBCMED Serviços de Educação S.A, além de uma opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade até o final de 2026.

Em 30 de novembro de 2022, assinamos, por meio da subsidiária IBCMED, contrato para aquisição de 100% das quotas do Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde e Bem Estar Ltda (MedPós).

Nossos Diretores acreditam que as aquisições mencionadas continuarão a influenciar positiva e materialmente nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não existem pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não está em curso, atualmente, o desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Ao longo de 2022, a Companhia desenvolveu trabalho analisar diagnóstico ASG, em virtude desse trabalho, não há, por enquanto, há a definição de plano relacionado às questões.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Além dos fatores mencionados no item 2.10 deste Formulário de Referência, não existem outros fatores com influência relevante.

COVID-19 - Efeitos do Novo Coronavírus sobre a Companhia

Desde a declaração pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), em 11 de março de 2020, do surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, os Governos de quase todo o mundo adotaram várias medidas restritivas, especialmente envolvendo isolamento social, com o objetivo de conter a disseminação do vírus, ou pelo menos mitigar a curva de contágio, a fim de possibilitar que o maior número de pessoas pudessem ter tratamento adequado. Já são perceptíveis diversos efeitos dessas medidas na economia mundial.

Os principais blocos econômicos e as principais economias mundiais lançaram mão de estímulos e subsídios econômicos para superar o agravamento da recessão econômica apresenta como consequência das medidas de isolamento.

No Brasil foram publicadas diversas medidas para prevenir e conter a pandemia, bem como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, que declarou o estado de calamidade pública, publicado em 20 de março de 2020 e que foi revogado em 23 de maio de 2022. Os governos estaduais e municipais também têm mantiveram diversas normas que buscaram restringir a circulação e aglomeração de pessoas, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, realizamos a reabertura dos campi com retomada das atividades presenciais, seguindo todos os protocolos sanitários e de segurança. Continuamos atentos quanto às orientações das autoridades em saúde, e acompanhamos a evolução da vacinação, mantendo sempre nossos stakeholders atualizados sobre possíveis novos impactos da COVID-19 e suas variantes aos negócios da Companhia.

Impacto nas informações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Sociedade e suas controladas avaliaram o cenário perante a disseminação do surto de COVID-19 e adotamos os seguintes posicionamentos sobre os assuntos abaixo:

- Reconhecimento de receita: Não tivemos impacto em nosso reconhecimento de receita, uma vez que nossos alunos estão tendo aulas normalmente através de nossas tecnologias digitais;
- Arrendamento financeiro: Realizamos algumas negociações junto aos nossos parceiros, envolvendo descontos e ou redução nos valores de nossos espaços locados, já refletimos em nossas demonstrações financeiras os valores dos descontos obtidos;
- Risco de crédito (contas a receber de alunos): Conforme informado no item anterior fizemos um seguro para cobrir eventuais riscos de pagamento das mensalidades por parte dos alunos e também conseguimos junto ao nosso parceiro PraValer, a flexibilização das regras para obtenção de financiamento, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos de inadimplência por parte dos alunos.
- Perdas esperadas no contas a receber: Realizamos um incremento no reconhecimento para fins de perdas esperadas com créditos com alunos. Como divulgamos acima, implementamos medidas preventivas na busca de reverter parte do impacto da PDD nos nossos resultados e buscando equilibrar retenção e sustentabilidade, de forma a possibilitar a continuidade dos estudos para o maior número de estudantes. Embora o conjunto desses esforços esteja nos trazendo sinais positivos referentes à rematrícula, a inadimplência continua sendo motivo de cuidado, dada a incerteza do ambiente macroeconômico, o que exige de nós atenção redobrada, além da continuidade e intensificação das iniciativas citadas acima;
- Redução ao valor recuperável de ativos: Atualizamos o teste de impairment para a nossa UGC HSM, que é a UGC com possibilidade de impacto em suas operações por ter como atividade operacional principal eventos e cursos In Company os quais são naturalmente impactados pelo isolamento social. Para atualização do modelo, revisamos o cenário atual para cada uma das suas atividades ofertadas por esta UGC, revendo estimativas e premissas. Diante do estudo atualizado a Sociedade optou por efetuar o registro como de R\$ 61.556 como perda por impairment, na data-base de 31 de março de 2020 e que reflete em 31 de dezembro de 2020.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

A Companhia espera capturar gradualmente sinergias operacionais que resultarão da integração dos ativos do Grupo Laureate.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Entre os anos de 2021 e 2025.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As sinergias esperadas partem da premissa de que a Companhia conseguirá implementar com êxito as seguintes iniciativas:

- Ganhos de eficiência obtidos com uma escala maior, uma vez que os custos com despesas gerais e administrativas, produtividade educacional, compras, ocupação, cobrança e jurídico não crescem na mesma proporção que a expansão da base de alunos.
- A continuidade de iniciativas de otimização, tais como: iniciativas de transformação Lean com foco em eficiência operacional e iniciativas de captura de valor através projetos estratégicos com foco em aumento de receita e redução de custos.
- Incremento de receita com a ocupação, a cada ano, das vagas autorizadas dos cursos de medicina que não estão com seu ciclo de maturação completo:
 - o curso de Medicina da UNIFACS, em Salvador, teve um aumento de vagas (de 150 para 270 vagas anuais) em 2017, pelo que a cada ano vem recebendo um número maior de alunos, até que complete o ciclo de 6 anos desde o aumento de vagas, o que ocorrerá em 2022;
 - o curso de Medicina da UNP, em Natal, teve um aumento de vagas (de 137 para 192 vagas anuais) em 2016, pelo que a cada ano vem recebendo um número maior de alunos, até que complete o ciclo de 6 anos desde o aumento de vagas, o que está ocorrendo nesse ano de 2021;
 - o curso de Medicina da Universidade Anhembi Morumbi (UAM), em São Paulo, teve um aumento de vagas (de 130 para 195 vagas anuais) em 2016, pelo que a cada ano vem recebendo um número maior de alunos, até que complete o ciclo de 6 anos desde o aumento de vagas, o que está ocorrendo nesse ano de 2021;
 - o curso de Medicina da Universidade Anhembi Morumbi (UAM), em Piracicaba, foi autorizado em 2018 com 75 vagas, posteriormente teve um aumento de vagas (de 75 para 100 vagas anuais) em 2020, pelo que a cada ano vem recebendo um número maior de alunos, até que complete o ciclo de 6 anos desde o aumento de vagas, o que está ocorrendo nesse ano de 2025;
 - o curso de Medicina da Universidade Anhembi Morumbi (UAM), em São José dos Campos, foi autorizado em 2018 com 100 vagas, posteriormente teve um aumento de vagas (de 100 para 140 vagas anuais) em 2020, pelo que a cada ano vem recebendo um número maior de alunos, até que complete o ciclo de 6 anos desde o aumento de vagas, o que está ocorrendo nesse ano de 2025.

Essas sinergias esperadas baseiam-se no histórico de integrações passadas da Companhia, no orçamento da Companhia para o ano corrente, bem como no plano estratégico da Companhia.

O valor ora estimado não compreende os custos não recorrentes para a implementação das iniciativas atreladas a essas sinergias, os quais não foram estimados por requererem maiores detalhamentos disponíveis apenas após o fechamento.

As sinergias ora apresentadas são meras estimativas da administração da Companhia, estão sujeitas a riscos e incertezas e de forma alguma constituem promessa de desempenho. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções serão revisadas. As informações sobre as perspectivas dos negócios e metas financeiras são meras previsões, baseadas nas expectativas atuais da administração em relação ao futuro da Companhia. Estas expectativas dependem das condições do mercado e do cenário econômico e do setor em que atuamos. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos sejam diferentes das projeções apresentadas.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia espera capturar gradualmente, no período de 2021 a 2025, sinergias operacionais que resultarão da integração dos ativos do Grupo Laureate aos seus negócios estimadas em R\$350 milhões em bases recorrentes anuais (valor deflacionado).

3.2 Acompanhamento das projeções

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não houve alteração na projeção de sinergias operacionais que resultarão da integração do Grupo Laureate.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

O Escritório de Transformação e Integrações (ETI), foi a área formada em 2021, a partir da aquisição das unidades em integração junho/21, que teve como papel planejar a integração, mapeando as oportunidades de sinergias e de incremento de resultados operacionais.

A expectativa de incremento de EBITDA no ano 5 pós integração é de R\$350 milhões, deflacionados, conforme divulgado no *closing*, sendo o Escritório de Transformação e Integrações (ETI) responsável por organizar e monitorar o processo de integração, para garantir a captura dos ganhos de eficiência operacional e de incremento de EBITDA amparados nas alavancas de sinergia compartilhadas.

Após 22 meses de integração findados em março de 2023, identificamos a captura de sinergias no montante acumulado de R\$ 292,0 milhões, sendo o valor recorrente incremental desse montante já capturado de R\$ 361,1 milhões. Diferentes frentes de trabalho são responsáveis por essas capturas obtidas, que passam por ganhos de eficiência operacional, ganhos de escala e expansão de receitas (especialmente na Inspirali). O processo da integração e as capturas demonstradas seguem em linha com as expectativas da Companhia para o período transcorrido.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

As projeções permanecem válidas na entrega deste formulário.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as nossas demonstrações financeiras anuais, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente e de forma relevante, influenciando, desse modo, eventuais decisões de investimento relacionadas a nós ou às nossas controladas. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá, “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” e no item “4.2. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”.

Enfrentamos concorrência significativa em cada curso que oferecemos e em cada mercado geográfico em que operamos e, se não competirmos com eficiência, poderemos perder participação de mercado e lucratividade.

Concorremos com faculdades, universidades e centros universitários públicos e privados. Nossos concorrentes, inclusive instituições de ensino superior públicas, podem oferecer cursos semelhantes ou melhores aos oferecidos por nós, contar com mais recursos, ter mais prestígio na comunidade acadêmica, unidades com localização mais conveniente e com melhor infraestrutura e/ou cobrar mensalidades mais baixas ou até mesmo não cobrar mensalidades. Podemos ser obrigados a aumentar nossas despesas operacionais ou reduzir nossas mensalidades como resposta à concorrência a fim de reter ou atrair estudantes ou buscar novas oportunidades de mercado.

As dificuldades em integrar e gerenciar com eficiência um número cada vez maior de unidades ou a expansão de nossos negócios para segmentos educacionais em que ainda não atuamos podem prejudicar nossos negócios e resultados, bem como nossa cultura de negócio.

Nossa estratégia inclui a expansão orgânica, mediante aumento da oferta de turmas e cursos nas unidades existentes e abertura de novas unidades, bem como por meio da aquisição de instituições de ensino superior e sua integração à nossa rede de ensino. Nosso plano de expansão tem como premissa a implantação e manutenção da nossa cultura de ensino, com foco em qualidade. Nossa cultura corporativa e de ensino são pilares fundamentais do nosso modelo de negócios. Caso não sejamos capazes de manter nossos padrões atuais, poderemos perder participação no mercado e sermos prejudicados, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados. Além disso, estamos constantemente analisando oportunidades de negócio que podem expandir nossas atividades para outros segmentos educacionais em que atualmente não atuamos e não temos histórico ou experiência. Podemos não obter resultados operacionais satisfatórios nesses novos segmentos a curto ou mesmo longo prazo, o que poderá nos afetar de forma adversa.

Parte da nossa estratégia de crescimento está baseada na aquisição de outras empresas, que podem exigir notificação e ser contestadas pelo CADE, necessitarem de comunicação ao Ministério da Educação nos casos de transferências de manutenção e aumento de endividamento da Companhia. As aquisições e reorganizações societárias apresentam riscos que poderão afetar adversamente as nossas operações e receitas.

Nossa estratégia de crescimento envolve, além de crescimento orgânico, crescimento por meio da aquisição e integração de instituições de ensino superior à nossa rede de ensino e está sujeita a riscos. O processo de aquisição de Instituições de Ensino Superior compõe nossa estratégia de crescimento. Entretanto, há riscos inerentes dentre os quais destacamos os seguintes:

- (i) Podemos não ser capazes de identificar instituições que ofereçam oportunidades adequadas de aquisição ou condições favoráveis no momento que desejarmos realizá-la;
- (ii) O processo de diligência de negócios pode não conseguir identificar todas as contingências legais, técnicas ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

regulatórias de responsabilidade da instituição a ser adquirida, da qual passaremos a ser sucessores legais e portanto poderemos assumir passivos ou contingências das empresas adquiridas e/ou resultante de reorganizações societárias, relativos a questões cíveis, regulatórias, tributárias, trabalhistas, previdenciárias, ambientais, imobiliárias e questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos, os quais podem não ser suficientemente cobertos pelas garantias contratuais prestadas pelos vendedores das instituições de ensino, ou podem não ter sido identificados no decorrer do processo de diligência legal e de negócios realizada na instituição de ensino. Nesse caso, poderemos precisar de recursos adicionais para dar continuidade à nossa estratégia de expansão;

(iii) A aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial como esperado;

(iv) Poderemos pagar por qualquer unidade adquirida valor que se mostre superior ao valor estimado como justo devido, entre outros fatores, ao atual cenário competitivo por alvos de aquisições no segmento em que atuamos;

(v) Nossa estratégia de atuação está pautada no fortalecimento das marcas regionais das instituições que adquirimos, as quais estão sujeitas a riscos institucionais e reputacionais próprios e específicos;

(vi) O processo de aquisição pode ser demorado e os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados. Ademais, pode estar sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), que poderá rejeitá-la ou aprová-la com restrições. Devem ser submetidas à aprovação do CADE, previamente ao fechamento de cada aquisição, todas as operações de aquisição em que uma das empresas ou grupo de empresas envolvidas tenha registrado faturamento bruto anual no Brasil, no ano anterior à operação, de ao menos R\$ 750 milhões, no caso em que a outra parte envolvida tenha registrado receita bruta de ao menos R\$ 75 milhões no mesmo período. Com relação às nossas aquisições, o CADE deve determinar se a operação em questão prejudica as condições competitivas nos mercados em que operamos ou prejudica os consumidores nesses mercados;

(vii) A aquisição de direitos de manutenção deverá ser informada ao Ministério da Educação ("MEC"), que analisará as novas condições da oferta de ensino no processo de credenciamento. A aquisição de direito de manutenção deverá ser informada ao MEC, em até 60 (sessenta) dias após a aquisição. A nova entidade mantenedora deve atender às exigências necessárias para credenciamento das instituições de ensino superior transferidas e oferecer toda a documentação apropriada, comprovando capacidade econômico-financeira e acadêmica para tal, que será avaliada por ocasião do credenciamento institucional. Caso não realizemos referida comunicação, podemos sofrer dentre outras punições: suspensão temporária de abertura de vestibular; desativação de cursos e habilitações; intervenção na instituição; suspensão de prerrogativas de autonomia e até desc credenciamento, sendo que quaisquer delas poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios, imagem e resultados;

(viii) O processo de aquisição cria desafios adicionais em termos de manutenção da nossa qualidade e cultura de ensino e não há garantia de que nossa marca não será prejudicada em decorrência de qualquer queda, real ou percebida, de nossa qualidade de ensino; e

(ix) O processo de aquisição pode sofrer contratempos e desviar maior atenção e tempo da nossa Administração para questões ligadas à transição ou à integração em relação ao inicialmente previsto.

(x) Poderemos também enfrentar riscos significativos no processo de integração das operações e gestão de quaisquer unidades adquiridas (incluindo aquisições realizadas e as futuras), tais como a administração de um número maior de funcionários, a dispersão geográfica, migração de sistemas, a criação e implementação de controles, a adoção de procedimentos e políticas eficientes e padronizados, além de custos de integração não previstos.

A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas anteriormente em empresas adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora.

A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas anteriormente em empresas adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora. Tais contingências podem ter natureza trabalhista, previdenciária, cível, criminal e fiscal, dentre outras, ou serem referentes a direitos do consumidor e ambientais. As próprias empresas adquiridas, inclusive, podem vir a figurar como sucessoras em contingências que elas mesmas não haviam identificado no momento de sua aquisição pela Companhia, sendo que, para estas contingências, a Companhia também poderá ser responsabilizada. Caso a Companhia venha a incorrer em custos e despesas associadas a estas contingências, os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira poderão ser negativamente afetados. Ainda, quaisquer valores retidos do preço das aquisições, que servem para cobrir contingências identificadas no processo de auditoria, podem não ser suficientes.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento das mensalidades por nossos estudantes poderá nos afetar negativamente.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento de nossas mensalidades por parte de nossos estudantes pode afetar negativamente nosso fluxo de caixa, nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações financeiras, impactar a provisão para créditos de liquidação duvidosa e o atingimento de nossas metas e objetivos, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Nosso endividamento pode afetar negativamente nossos negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

disponibilidade de recursos em volumes adequados e a custos acessíveis é essencial para permitir o financiamento dos nossos planos de expansão e a manutenção em si do nosso negócio com está atualmente estruturado sua ausência pode afetar negativamente nossa estratégia de crescimento e nos levar a redimensionar nossas operações. Além disso, situações adversas podem afetar nossa capacidade de gerenciar nosso nível de endividamento oriundo de nossa estratégia de crescimento, resultando em excessiva alavancagem financeira e riscos relativos à nossa capacidade de pagamento de nossos passivos financeiros. Nosso endividamento consolidado poderá:

- (i) Limitar nossa capacidade de obter novos financiamentos;
- (ii) Obrigar-nos a dedicar uma parte substancial do nosso fluxo de caixa para servir a nossa dívida, o que pode prejudicar nossa capacidade de usar nosso fluxo de caixa para financiar capital de giro, despesas de capital e outros requisitos gerais corporativos, além do cumprimento de nossas obrigações;
- (iii) Limitar nossa flexibilidade para planejar e reagir a mudanças em nossos negócios e no setor em que atuamos;
- (iv) Colocar-nos em uma situação de desvantagem competitiva em relação a alguns de nossos concorrentes que têm menos dívidas do que nós;
- (v) Aumentar nossa vulnerabilidade a condições econômicas e industriais negativas, incluindo mudanças em variações nas taxas de juros ou uma queda nos nossos negócios ou a economia; e
- (vi) Explorar outras alternativas de desinvestimento e geração de caixa.

Podemos não ser capazes de atualizar e melhorar o nosso projeto pedagógico e de continuar oferecendo uma boa relação custo-benefício a nossos alunos.

Nossos currículos e programas de ensino estão voltados para uma formação acadêmica com foco na capacitação dos alunos para o mercado de trabalho, a fim de proporcionar melhores condições de empregabilidade. Assim, para nos diferenciarmos da concorrência, atualizamos regularmente nossos currículos, bem como desenvolvemos novos programas de ensino, inclusive com a adoção de novas ferramentas tecnológicas. Caso não consigamos nos adequar às demandas dos nossos alunos e do mercado, tais aspectos podem fazer com que nossos cursos deixem de ser bem aceitos no futuro.

Além disso, podemos não lograr êxito na introdução de novos programas de ensino na mesma velocidade que nossos concorrentes ou tão rapidamente quanto à demanda dos empregadores.

Se não respondermos de forma adequada às mudanças nas exigências do mercado no contexto de acessibilidade financeira, rápidas mudanças tecnológicas ou outros fatores, nossa capacidade de atrair e reter alunos poderá ser prejudicada, tendo em vista que a relação custo-benefício de nossos cursos poderá ser questionada.

Se não conseguirmos manter a qualidade de ensino e de infraestrutura em toda a nossa rede ou se não obtivermos notas de avaliação positivas de nossas unidades e de nossos alunos, poderemos ser adversamente afetados.

A manutenção da qualidade de ensino em nossas Instituições é uma prioridade e fator essencial para que consigamos atingir nossos objetivos de negócio. A percepção de qualidade se dá a partir de uma série de fatores, incluindo aspectos que envolvem a qualidade de nossos currículos, corpo docente, infraestrutura, serviços e aspectos regulatórios, dessa forma não podemos garantir que:

- (i) Encontraremos novos imóveis com infraestrutura adequada ou que seremos capazes de instalar e manter infraestrutura adequada em imóveis que viermos a adquirir;
- (ii) Conseguiremos desenvolver projetos pedagógicos com o mesmo nível que atualmente praticamos para novos cursos.
- (iii) Podemos não ser atraentes e competitivos ou possuímos processos que assegurem a contratação e manutenção de um corpo docente alinhado aos padrões de qualidade da Companhia;
- (iv) Podemos não possuir processos internos que atendam as expectativas e nível de serviço de nossos alunos podendo afetar de forma inadvertida a sua percepção com relação a qualidade de nossa prestação de serviços;
- (v) Nossas instituições e nossos estudantes são frequentemente avaliados pelo MEC. Assim, qualquer queda no resultado de nossa avaliação no Índice Geral de Cursos ou no ENADE poderá prejudicar a imagem da nossa marca, o que pode afetar negativamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(vi) Caso algum de nossos cursos seja avaliado como insatisfatório, poderemos vir a celebrar um termo de compromisso entre a instituição de ensino superior aplicável e o MEC, incluindo as metas, providências e prazos para corrigir as condições insatisfatórias. O não cumprimento, total ou parcial, das condições prescritas no termo de compromisso pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, que incluem desativação de cursos e habilitações, suspensão temporária de ingresso de novos estudantes e até descredenciamento, bem como o nosso acesso às políticas de financiamento ou a benefícios fiscais, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

A perda ou redução das políticas de financiamento e/ou benefícios fiscais conferidos por nossa adesão ao PROUNI e ao FIES poderão afetar adversamente nossos resultados.

Possuímos acesso ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (“FIES”), programa criado pelo MEC e gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (“FNDE”), destinado a financiar estudantes que se enquadrem nos requisitos do programa, em cursos presenciais de educação profissional, técnica e tecnológica, e em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Também aderimos ao ProUni – Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e cursos tecnológicos, em instituições privadas de ensino superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos federais às instituições que aderirem ao PROUNI. Caso as regras que se aplicam ao PROUNI venham a ser alteradas com a criação de novas restrições, a isenção fiscal por nós obtida poderá ser significativamente reduzida e, assim, causar um efeito adverso aos nossos negócios e resultados.

Caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI ou do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização do PROUNI e do FIES, ou, ainda, caso os estudantes não consigam cumprir os requisitos para sua utilização, nossos resultados operacionais poderão ser afetados e poderemos passar a pagar os tributos dos quais, hoje, somos isentos em razão do PROUNI ou que podem ser objeto de compensação em razão do FIES, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados. Ademais, sanções possivelmente aplicadas pelo Ministério da Educação (MEC) em resposta a obrigações regulatórias podem afetar negativamente a oferta de financiamentos públicos aos alunos e, portanto, afetar os negócios e resultados da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita FIES representavam 7,5% da nossa receita líquida. Em 31 de dezembro de 2021, a receita FIES representavam 8,9% da nossa receita líquida.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os descontos decorrentes do PROUNI totalizaram R\$576,3 milhões e R\$ 427,4 milhões, respectivamente, o que deduzimos de nossas receitas brutas ao apresentar a receita líquida em nossas demonstrações financeiras.

Parte do nosso sucesso depende da qualidade de nossa equipe executiva, sendo que a perda de qualquer membro da alta administração pode afetar negativamente o nosso negócio.

Nosso sucesso futuro depende em grande parte da continuidade e qualidade dos serviços prestados pela nossa alta administração, cujos membros são essenciais para o desenvolvimento e execução de nossas estratégias de negócios. Estamos sujeitos ao risco de perda de membros da nossa alta administração para empresas concorrentes ou que estes empreendam na criação de instituições de ensino concorrentes. Não há garantias de que a remuneração contratada ou os acordos de não concorrência celebrados com a nossa alta administração serão suficientemente amplos ou eficazes para impedir que membros renunciem aos cargos que atualmente ocupam, ou que os acordos de não concorrência sejam mantidos pelo Poder Judiciário ou plenamente considerados pelos envolvidos. Caso alguns membros da nossa alta administração deixem de trabalhar conosco, poderemos ter dificuldade para encontrar substitutos à altura ou em tempo hábil, o que poderia causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Nosso sucesso depende de nossa capacidade de acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas e comportamentais do setor educacional.

Poderemos vir a ter dificuldades em acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas, incluindo aquelas que utilizam inteligência artificial, que vierem a ocorrer. O ensino pode ser afetado pelas rápidas alterações na tecnologia e pelas mudanças nas necessidades e expectativas tecnológicas de nossos estudantes, bem como pelos padrões de mercado.

Nossos concorrentes podem introduzir novos produtos ou plataformas de serviços superiores às que oferecemos e nosso sucesso ou a manutenção de nossa posição competitiva no mercado dependem de nossa capacidade e eficiência em aperfeiçoar nossos atuais produtos tecnológicos, bem como em desenvolver novos serviços.

Além do acompanhamento das inovações tecnológicas, o sucesso a inovações tecnológicas no ensino depende também do acesso da população à internet a um custo acessível, bem como de fatores tecnológicos fora de nosso controle. Se o acesso à internet for dificultado ou disponibilizado a um custo superior ao atual, ou ainda se o número de interessados

4.1 Descrição dos fatores de risco

em serviços educacionais com uso de tecnologia via internet não aumentar, ou se a velocidade da internet não for suficiente para o acesso às metodologias oferecidas, poderemos não ter condições de implementar nossa estratégia de crescimento nos serviços de ensino, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Outras mudanças de comportamento, cultura e costumes populacionais, além de fatores econômicos e de teor tecnológico, também poderão afetar a atratividade e utilidade de nossos cursos perante nosso público-alvo.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem nos afetar adversamente.

A Companhia e seus administradores podem ser, no futuro, parte em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais em matéria cível, tributária, trabalhista, criminal e ambiental, dentre outras, inclusive envolvendo instituições de ensino que adquirimos, bem como nossos fornecedores, estudantes, membros do nosso corpo docente e/ou autoridades concorrenciais e tributárias, dentre outras, decorrentes tanto dos nossos negócios em geral como de eventos não recorrentes de natureza societária, tributária, regulatória, dentre outros.

Decisões contrárias aos nossos interesses e aos nossos administradores que eventualmente alcancem valores substanciais ou que prejudiquem nossas operações, em especial contratações com pessoas de direito público e eventuais benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos pelo Poder Público ou, ainda, nossa imagem institucional podem vir a causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios, reputação e resultados. Para informações adicionais sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais, ver itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Nós e nossas instituições de ensino podemos figurar como responsáveis principais ou solidárias das dívidas trabalhistas de terceirizados.

Nós e nossas instituições de ensino celebramos diversos contratos de prestação de serviços, tais como de alimentação, call center, limpeza, segurança e informática, para melhor atender às necessidades de nossos estudantes e oferecer maior conforto e qualidade em todos os setores e aspectos de nossas atividades.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para nós e/ou para nossas instituições de ensino não atendam às exigências da legislação trabalhista, podemos ser considerados solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, ser autuadas e/ou obrigados a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de sermos responsabilizados por estas demandas, poderemos sofrer um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Podemos ser prejudicados se não conseguirmos identificar, abrir, manter e/ou instalar nossas unidades em condições economicamente eficientes e/ou se não conseguirmos obter os atos e/ou provimentos administrativos necessários para autorizações ou credenciamentos das nossas unidades de forma tempestiva. Se não formos capazes de executar nosso plano de expansão orgânica por meio da abertura de novas unidades na forma planejada, nossos negócios e resultados poderão ser prejudicados.

A abertura de novas unidades, a manutenção das unidades existentes e/ou a consolidação daquelas provenientes de aquisições feitas pela Companhia representam desafios únicos e exigem que façamos investimentos importantes em infraestrutura, marketing, pessoal e outras despesas pré-operacionais, conforme o caso. Esses desafios incluem a identificação e/ou manutenção de locais estratégicos, negociação da aquisição de imóveis e/ou negociação ou renegociação da locação de imóveis, construção ou reforma de instalações (inclusive bibliotecas, laboratórios e salas de aula), obtenção e manutenção de licenças de funcionamento, obtenção e atualização de alvarás de construção e certificados de conclusão de obras, obtenção e manutenção de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros competente, contratação e treinamento de professores e funcionários e investimento em administração e suporte.

Adicionalmente, somos obrigados a registrar nossas novas unidades no MEC, antes de abri-las ou operá-las, bem como providenciar o credenciamento das instituições de ensino, autorização ou reconhecimento dos cursos, a fim de estarmos aptos a expedir diplomas e certificados aos nossos estudantes. Se não formos capazes de realizar os investimentos necessários à abertura de novas unidades, de forma a atender o nosso plano de negócios ou a todas as especificações do MEC e de outros órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, ou caso tais processos perante o MEC encontrem problemas que resultem no atraso de seu credenciamento, autorização ou reconhecimento, em razão da imposição de restrições, metas pelo MEC, entre outros e/ou caso este não conceda anuência às nossas solicitações, poderemos sofrer um efeito prejudicial relevante em nossos negócios e resultados.

Podemos ser responsabilizados por determinados eventos que possam ocorrer em nossas unidades e nossa cobertura de seguros pode não ser suficiente para nos proteger contra perdas substanciais.

Podemos ser responsabilizados por atos ilícitos praticados por diretores, professores e funcionários relacionados às nossas atividades. Em caso de acidentes, lesões ou outros danos a nossos estudantes dentro de nossas unidades, podemos enfrentar reclamações sob a alegação de que fomos negligentes, realizamos supervisão inadequada ou fomos,

4.1 Descrição dos fatores de risco

de outro modo, responsáveis por tais acidentes, lesões ou danos. Também podemos enfrentar alegações de que professores ou outros funcionários cometeram assédio moral, sexual ou outros atos ilícitos contra nossos estudantes.

Nossas atuais apólices de seguros contratadas podem (i) não nos propiciar proteção contra esses tipos de reivindicações e não ser suficiente para suprir eventuais indenizações que venhamos ser obrigados a pagar ou (ii) não apresentar cobertura para determinados atos ou fatos. Também não podemos garantir que no futuro seremos capazes de renovar as nossas apólices de seguros nas mesmas condições que atualmente dispomos, por preços adequados ou sob qualquer preço. As ações de responsabilidade podem afetar nossa reputação e prejudicar nossos resultados financeiros. Mesmo que malsucedidas, essas ações podem causar publicidade negativa, afetar nossa imagem, diminuir o número de matrículas, aumentar a evasão de estudantes, envolver despesas substanciais e demandar tempo e atenção de nossa Administração, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

A incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual ou a violação à propriedade intelectual de terceiros podem resultar em danos à nossa reputação e danos financeiros.

Nosso sucesso depende, em parte, de nossa capacidade de proteger e preservar nossos ativos passíveis de proteção por institutos de propriedade intelectual previstos pelas leis brasileiras (incluindo marcas registradas, patentes e softwares).

Acreditamos que nossas marcas são ativos valiosos e importantes para seu sucesso e que problemas relacionados a propriedade intelectual pode nos afetar significativamente. Eventos como o indeferimento definitivo de nossos pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o uso sem autorização ou outra apropriação indevida das nossas marcas registradas podem diminuir o valor das nossas marcas ou nossa reputação, de modo que poderemos sofrer impacto negativo em nossos resultados operacionais. Caso não logremos êxito em obter os registros pendentes, bem como proteger adequadamente nossos ativos intangíveis, tal evento poderá gerar impactos adversos relevantes nos nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais, nosso fluxo de caixa, nossa liquidez, nossa reputação e/ou nossos negócios futuros.

A marca Ânima Educação ainda permanece sob análise do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (“INPI”) e não temos como assegurar que o registro será concedido na classe pretendida, ou que, se concedida, não haja ressalvas com relação à exclusividade de seu uso. Caso não seja possível registrar essa marca, ou tenhamos dificuldade para impedir que terceiros a utilizem para identificar os mesmos serviços prestados por nós, nossos resultados poderão ser adversamente afetados. Além disso, terceiros titulares de marcas semelhantes ou iguais à nossa podem se opor, por via administrativa ou judicial, à utilização da referida marca. Nessa hipótese, e em última instância, poderemos ser impedidos de utilizá-la, o que poderia causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios, imagem e resultados.

Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das nossas operações pode afetar negativamente nossos resultados financeiros.

Além disso, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados por nós violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto.

Podemos realizar novas emissões de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição societária e econômica da participação de nossos acionistas em nosso capital social.

A fim de captar recursos financeiros adicionais para o desenvolvimento de nossas atividades, podemos utilizar da prerrogativa de emissão, pública ou privada, de títulos de dívida, de ações, ou de outros valores mobiliários conversíveis em ações. Contudo, na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam nossos acionistas ou os membros de nosso Conselho de Administração, conforme o caso, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de nosso capital social, com potencial diluição dos atuais acionistas. Além disso, adotamos planos de outorga de opções de compra de ações a nossos administradores e colaboradores. A emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou a emissão de novas ações no âmbito de planos de outorga de opções de compra de ações poderá resultar na diluição da participação dos nossos acionistas em nosso capital social.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

De acordo com o nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo, destinado para a constituição de determinadas reservas, ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser suficiente para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia não distribua dividendos obrigatórios em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira.

Caso qualquer destes eventos ocorra, ou caso inexistam lucro líquido no exercício ou reserva de lucros acumulados, os proprietários de nossas ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Falhas na proteção contra riscos relacionados à segurança cibernética podem causar perda de receita e danos à reputação da Companhia, prejudicando suas operações ou resultando na divulgação não autorizada de informações.

Os ativos de informação da Companhia estão sujeitos a falhas em sua segurança cibernética, os quais podem incluir:

(i) Ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão das plataformas e dos sistemas de tecnologia da informação, que tenham por objetivo acessar, alterar, furtar, corromper ou destruir sistemas e plataformas utilizadas pela Companhia, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas da Companhia ou de parceiros de negócio decorrentes de malware, ransomware, worm, phishing, engenharia social, exploração de fraquezas do ambiente e sistemas, contaminação (seja intencional ou acidental) das redes e sistemas por terceiros com os quais existe a troca de dados, bem como outros tipos de ataques;

(ii) Violação de privacidade e dados pessoais, acesso ou divulgação não autorizados, de dados confidenciais e/ou particulares de clientes por pessoas dentro ou fora da Companhia;

(iii) A Companhia administra, retém e mantém parcerias com terceiros para o arquivamento, processamento, manutenção e disponibilização, através da internet, de dados eletrônicos que contém informações pessoais e confidenciais de clientes no curso regular de suas operações, as quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados.

Os fatores acima podem ser decorrentes de malware, ransomware, worm, phishing, engenharia social, exploração de fraquezas do ambiente e sistemas, contaminação (seja intencional ou acidental) das redes e sistemas por terceiros com os quais existe a troca de dados, bem como outros tipos de ataques.

Prejuízos decorrentes de danos a segurança de rede e violação de dados de clientes.

Quaisquer ataques cibernéticos bem-sucedidos podem resultar em:

(i) Impactos na imagem e reputação da Organização;

(ii) Paralisação de sistemas ou indisponibilidade de serviços, ocasionando perdas de negócios, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas, na violação de segurança de dados;

(iii) Divulgação não autorizada de informações ou, ainda, na perda de níveis significativos de ativos líquidos;

(iv) Prejuízos decorrentes de danos a segurança de rede e violação de dados de clientes;

(v) Conflitos com clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização;

(vi) Custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações; custos necessários à restauração de ambientes.

Tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, e a Companhia pode incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou melhorar as medidas de proteção, ou para investigar ou remediar quaisquer vulnerabilidades ou violação, ou, ainda, para comunicar ataques cibernéticos a seus clientes. Por fim, as formas de ataques cibernéticos estão sempre sendo alteradas e reinventadas. A Companhia poderá não ser capaz de se atualizar na mesma velocidade, ou, ainda, ter que destinar uma quantidade de recursos financeiros acima do que tinha originalmente previsto para combater tais ataques.

Nosso sucesso depende da localização e infraestrutura adequada em imóveis próprios e de terceiros nos quais a Companhia faz investimentos relevantes.

A mobilidade urbana, os sistemas inadequados de transporte público e os altos custos de transporte em muitas cidades brasileiras tornam a localização e a acessibilidade das unidades educacionais um fator decisivo para os alunos que escolhem uma instituição educacional. Portanto, um componente-chave do sucesso das nossas instituições consiste em encontrar, alugar e/ou comprar imóveis estrategicamente localizados que atendam às necessidades logísticas dos alunos. Não podemos garantir que serão mantidos os imóveis atuais ou adquiridos novos imóveis que estejam estrategicamente localizados. Além disso, custos de aquisição, custos associados a benfeitorias, construção e reparos de imóveis

4.1 Descrição dos fatores de risco

existentes e valores de aluguel dos imóveis utilizados pelas unidades podem variar no futuro e ter um efeito adverso relevante em nossos negócios. Além disso, devido a mudanças demográficas e socioeconômicas nas regiões em que operamos, não podemos garantir que a localização das unidades continuará atraente e conveniente para os respectivos alunos.

Adicionalmente, um componente do resultado de nossos negócios consiste em operarmos unidades em imóveis de terceiros e de mantê-las com a infraestrutura adequada, incluindo aspectos regulatórios. Eventuais alterações das condições de prestação de serviços ou em nossa necessidade ou intenção de permanência nesses imóveis, que podem resultar em devoluções ou mudanças de imóveis, podem reduzir a vida útil de nossas benfeitorias gerando impactos negativos em custos e despesas com depreciação. Em caso de término dos contratos de locação dos imóveis de terceiros, por exemplo, existe o risco de que apenas parte das benfeitorias efetuadas pela Companhia nestes imóveis sejam indenizadas pelo proprietário/locador, variando de acordo com o que foi determinado no respectivo contrato de locação e impactando adversamente a Companhia.

Podemos enfrentar impossibilidade ou dificuldade (a) de manutenção ou renovação dos atuais contratos de locação; (b) de celebração de novos contratos de locação em condições favoráveis; e (c) de manutenção dos imóveis próprios.

Os contratos de locação em que a Companhia figura como locatária têm prazos determinados que variam de 5 (cinco) a 20 (vinte) anos ("Contratos de Locação"), nos termos da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, conforme alterada ("Lei de Locação").

Caso a Companhia não seja capaz de (i) manter seus Contratos de Locação; (ii) celebrar novos contratos; e/ou (iii) renová-los em condições que entenda serem adequadas ou favoráveis, a Companhia poderá ter suas atividades interrompidas e ser adversamente impactada, em razão de, por exemplo, (i) custos decorrentes da realocação de operações, e (ii) perda e/ou diminuição de receita, incluindo se não for capaz de localizar imóveis substitutos adequados para suas unidades e/ou se demorar para localizá-los ou se localizá-los a preços elevados. Nesses casos, a situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados. Ainda, a eventual rescisão dos Contratos de Locação dos imóveis operacionais relevantes da Companhia, nas hipóteses previstas no art. 53 da Lei de Locação, poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

Por fim, os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente nos casos de interdição em decorrência da não obtenção ou não renovação de alvarás e licenças exigidos para o exercício de suas atividades nos imóveis, bem como a execução de ônus incidentes sobre os imóveis/unidades ocupadas poderá afetar adversamente a Companhia.

Enfrentamos riscos relacionados às licenças e alvarás para a instalação e a operação de nossas unidades.

As atividades da Companhia estão sujeitas à obtenção e manutenção de autorizações, licenças e alvarás relacionados à operação e a localização das unidades, como, por exemplo, licenças de funcionamento e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, e devemos obtê-los e renová-los periodicamente. O cenário de pandemia da Covid-19 pode ter efeitos nos prazos e procedimentos para renovação das referidas licenças e alvarás.

Em não sendo possível a obtenção ou renovação destas licenças e alvarás, podemos vir a sofrer sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas, a suspensão de nossas atividades ou até a interdição das unidades nas quais operamos, bem como pagamento de multas e problemas relacionados ao seguro em caso de acidentes, afetando também a nossa imagem.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente nos casos de interdição em decorrência da não obtenção ou não renovação de alvarás e licenças exigidos para o exercício de suas atividades nos imóveis.

A Companhia possui cláusulas restritivas à capacidade de endividamento ("Covenants") em seus contratos de dívidas. O não cumprimento desses Covenants pode causar o vencimento antecipado dessas dívidas.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas ("Covenants") existentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados índices financeiros e aspectos não financeiros (obrigações). Os aspectos financeiros estão relacionados aos níveis de alavancagem da Companhia, com verificações anuais. Os Covenants mais relevantes a serem atendidos pela Companhia são índices financeiros medidos pela relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA ajustado (considera a anualização de aquisições de empresas e/ou ajustes não recorrentes). As obrigações não financeiras incluem restrições de alterações ao controle societário, direto ou indireto, dentre outras.

A Companhia pode não ser capaz de atender aos referidos Covenants financeiros e demais obrigações estabelecidas com seus credores em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios, como a falta de liquidez ou retração do mercado em que atua. Em consequência, pode-se deflagrar o vencimento antecipado de dívidas, como limitar o acesso da Companhia a novas linhas de financiamento para a execução de seu plano de investimentos, além de do vencimento

4.1 Descrição dos fatores de risco

antecipado cruzado ou do inadimplemento cruzado (*cross-acceleration* e *cross-default*) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes, inclusive garantias. O vencimento antecipado de qualquer de seus contratos financeiros pode afetar a sua capacidade em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia e em sua situação financeira.

Parte do nosso sucesso depende da qualidade de nosso corpo docente, sendo que a ausência de mecanismos de retenção de professores e saída não planejada de docentes poderia afetar negativamente o nosso negócio.

O corpo docente é essencial para manter a qualidade de nossos cursos e nossa reputação. Há carência de professores qualificados no mercado, o que leva a uma disputa acirrada pela contratação desses profissionais. Não podemos garantir que teremos condições de reter nossos atuais professores ou recrutar novos professores que atendam aos nossos padrões de qualidade, especialmente pelo fato de continuarmos expandindo geograficamente nossas operações. A falta de professores qualificados ou a queda na qualidade de nosso ensino, real ou percebida, em um ou mais de nossos mercados, pode ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios.

Podemos não conseguir expandir com sucesso nossa presença e desempenho no segmento de ensino à distância.

Podemos enfrentar dificuldades em operar com sucesso nosso programa de ensino à distância e em implementar e investir nas tecnologias necessárias para operar um programa bem-sucedido de ensino a distância, no qual as necessidades tecnológicas, as expectativas de nossos clientes e os padrões de mercado mudam rapidamente. Temos de modificar rapidamente nossos produtos e serviços para nos adaptarmos às novas tecnologias, práticas, custos e padrões de ensino à distância. Poderemos ser negativamente afetados se os concorrentes atuais ou futuros introduzirem plataformas de produtos ou serviços superiores aos que oferecemos, com custos acessíveis ou se nossos recursos não forem adequados para desenvolver e adaptar nossos recursos tecnológicos com rapidez suficiente para manter nossa posição competitiva.

Além disso, parte do sucesso de nossos programas de ensino a distância depende de a população em geral ter acesso fácil à Internet, bem como de outros fatores tecnológicos que estão fora de nosso controle. Se a Internet se tornar inacessível ou os custos de acesso aumentar a níveis mais altos do que os preços atuais, ou se o número de alunos interessados em métodos de ensino à distância não aumentar, talvez não consigamos implementar com sucesso nossa estratégia de ensino à distância, o que teria um efeito negativo sobre nossa estratégia de crescimento. Ainda, a facilidade de entrada de novos concorrentes no segmento de educação à distância em razão da flexibilização das barreiras regulatórias tem gerado uma redução do ticket médio praticado pelas instituições que oferecem graduação à distância, o que pode reduzir significativamente nossa estratégia de crescimento.

Ainda, a educação à distância no Brasil é regulada pelo MEC nos termos da Lei nº 9.394. Nossas instituições de ensino superior dependem de prévio credenciamento e de reconhecimento no MEC para poder operar, bem como para poder oferecer nossos pretendidos cursos e programas de educação presencial e a distância. Os cursos oferecidos por nossas instituições de ensino devem ser previamente autorizados e a validade nacional dos diplomas ou certificados expedidos aos seus estudantes depende de prévio reconhecimento pelo MEC dos cursos por nós oferecidos.

O Governo Federal poderá rever as leis e regulamentos que regem os prestadores de serviço de ensino no Brasil ou sugerir alterações nessas leis e regulamentos ao Congresso Nacional. Podemos ser significativamente prejudicados por qualquer alteração nas leis e regulamentos aplicáveis às instituições de ensino superior, especialmente em relação a subsídios, tais como bolsas de estudo, e mudanças relativas a (i) descredenciamento de instituições de ensino privadas, (ii) imposição de controles de mensalidades, (iii) exigências de qualificação de membros do corpo docente, (iv) exigências acadêmicas para cursos e currículos, (v) exigências de infraestrutura das unidades, tais como bibliotecas, laboratórios, suporte administrativo, entre outras. A implementação de novas leis e regulamentos, a interpretação adversa de leis e regulamentos existentes podem gerar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Por fim, para o exercício de suas atividades profissionais, os alunos, após se graduarem em determinado curso de educação superior, precisam ser inscrever no conselho profissional respectivo, dentre os quais podemos citar o Conselho Regional de Engenharia, Conselho Regional de Medicina Veterinária, Conselho Regional de Farmácia, Conselho Regional de Odontologia, Conselho Regional de Arquitetura, dentre outros.

Alguns conselhos regionais têm negado a inscrição de alunos egressos de cursos de educação à distância, permitindo apenas a inscrição de alunos formados em cursos presenciais, por entenderem que o profissional egresso de um curso à distância não possui a qualificação e competência adequada para o exercício da profissão.

Podemos estar sujeitos às penalidades da Lei 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), da Lei Federal de Procedimentos Administrativos e/ou da Lei de Improbidade Administrativa caso a conduta de algum de nossos colaboradores se enquadre em atos tipificados na legislação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e colaboradores e terceiros agindo em seu nome. Temos relacionamento com entes públicos principalmente através do Programa Mais Médicos, programas de financiamento público de fomento à educação (FIES, ProUni e outros programas municipais e estaduais) e para obtenção de licenças necessárias ao nosso funcionamento (Alvarás, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro, licenças regulatórias para o setor de educação e outras necessidades eventuais e do cotidiano do negócio).

Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados culpados estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia. De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00.

O Brasil ainda possui uma percepção de elevado risco de corrupção pública, o que pode deixar a Companhia exposta à possíveis violações de leis anticorrupção. Além disso, os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de: (i) detectar violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, como leis de combate à lavagem de dinheiro e demais leis aplicáveis com relação à condução do seu negócio perante entidades governamentais; (ii) detectar ocorrências de condutas indevidas e comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a Companhia, (iii) gerenciar todos os riscos identificados na sua política de gerenciamento de riscos e novos riscos; e (iv) detectar outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais.

Os interesses dos nossos Acionistas Controladores podem ser divergentes ou conflitantes com os interesses dos nossos demais acionistas.

Nossos Acionistas Controladores têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e decidir sobre quaisquer questões que sejam de competência dos nossos acionistas, inclusive sobre reorganizações societárias, cancelamento de nosso registro de companhia aberta, alienação de nossas controladas, montante e momento para distribuição dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos nossos acionistas, ressalvadas as exigências de dividendo obrigatório, de acordo com nosso estatuto social. Desde que nossos Acionistas Controladores continuem a ser titulares de uma parcela significativa de nosso capital, ainda que essa parcela seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do nosso capital social, nossos Acionistas Controladores poderão continuar a ser capazes de nos influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre nossas decisões. Os interesses de nossos Acionistas Controladores poderão ser divergentes ou conflitantes com os interesses de nossos demais acionistas, inclusive para orientar nossos negócios, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Nossos Acionistas Controladores detêm menos que 50% do capital votante da Companhia, o que poderá nos deixar suscetíveis a novas alianças, além de outros eventos decorrentes de um acionista controlador ou grupo de controle detentor da maioria do capital votante.

Nossos Acionistas Controladores detêm menos que 50% do capital votante da Companhia, o que nos torna suscetíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle detentor da maioria do capital votante. Não podemos garantir que a influência e controle que vêm sendo exercidos pelos Acionistas Controladores sejam mantidos. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações poderá não ser atingido. Nesse caso, nós e os nossos acionistas minoritários poderemos não gozar da mesma proteção conferida pela lei contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderemos ter dificuldade em obter a reparação dos danos sofridos. Qualquer mudança repentina ou inesperada no quadro de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos, bem como a ocorrência do vencimento antecipado ou a rescisão de contratos, pode nos afetar adversamente.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

A Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas. Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo para os negócios da Companhia, o que poderá vir a causar um impacto adverso em suas atividades, situação financeira e resultados, bem como a seus acionistas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Somos uma companhia cujos resultados dependem dos resultados das nossas subsidiárias, os quais não podemos assegurar que nos serão disponibilizados.

Somos uma companhia que possui diversas controladas. Nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações financeiras e pagar dividendos aos nossos acionistas depende das restrições assumidas em contratos de financiamento, do fluxo de caixa e dos lucros das nossas controladas, bem como da distribuição desses lucros a nós, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Não há garantia de que tais recursos estarão disponíveis para nós ou de que serão suficientes para o cumprimento das nossas obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos aos nossos acionistas. A não disponibilização destes recursos ou sua insuficiência pode causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados. Os demais riscos relacionados às nossas controladas e coligadas são os mesmos a nós relacionados.

Os interesses dos nossos administradores e executivos podem ficar excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, uma vez que seus ganhos se baseiam, também, em um plano de opção de compra de ações.

Implementamos em 22 de agosto de 2013 um Plano de Opção de Compra de Ações de nossa emissão (“Plano”). Nos termos do Plano, poderão ser emitidas opções de ações aos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, gerentes, empregados, consultores e prestadores de serviços, até o limite de 2,5% de nosso capital social. O Plano é administrado pelo nosso Conselho de Administração e, desde sua implementação e até a data deste Formulário de Referência, não foram outorgadas quaisquer opções.

Aprovamos em 2018, dois planos de incentivos de longo prazo: o Plano de Incentivo de Longo Prazo 1 (“ILP1”), que visa bonificar executivos e gestores, da Companhia ou suas subsidiárias, que desempenhem atividades/funções de nível “N0 a N2” ou estejam entre aquelas consideradas pela Companhia como “pessoas chave” e o Plano de Incentivo de Longo Prazo 2 (“ILP2”), que visa bonificar executivos ou gestores, que desempenhem atividades/funções de níveis “N0 a N5”, na Companhia ou suas controladas/subsidiárias, que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividade e decidam adquirir no mercado um número mínimo de ações da Companhia, mantendo-as inalienáveis durante um certo período restrito.

Nos Planos de Incentivo de Longo Prazo (conforme definidos no item 13.4 deste Formulário de Referência), a bonificação se dará por meio da transferência, à título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras gerais previstas no respectivo plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício. Os planos terão vigência por prazo indeterminado e poderão abranger até 1% (um por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, sendo que caberá ao Conselho de Administração fixar a quantidade máxima anual que será objeto de cada programa específico do exercício.

Em 12 de maio de 2020, aprovamos o “Programa Dádiva 2”, que visa a bonificação do grupo de pessoas elegíveis e retenção de talentos, tendo em vista a verificação de desempenho superior ao ordinariamente esperado. O programa, de natureza onerosa, tem como objetivo viabilizar a aquisição, pelo beneficiário aderente, de um lote de ações, de, no mínimo, 20 (vinte) ações da Companhia, ao valor de custo em tesouraria. As ações que serão outorgadas pela Companhia aos beneficiários, em virtude do Programa, compreenderão somente ações de emissão da Companhia, que ela venha a possuir em tesouraria, inclusive em decorrência de programa de recompra de ações.

O fato de uma parcela dos ganhos dos administradores e executivos estar intimamente ligados à geração de nossos resultados e ao desempenho das ações de nossa emissão pode levar nossa Administração a dirigir nossos negócios e nossos executivos a conduzir nossas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos nossos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para informações adicionais sobre os planos, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

Não podemos garantir que temos contratos formalizados com todos os nossos fornecedores em geral e outros terceiros, também em geral, com os quais conduzimos negócios.

Temos muitos fornecedores e mantemos relações comerciais com vários prestadores de serviço. No entanto, podemos ter relacionamentos comerciais com terceiros que podem não ser formalizados por meio de contratos firmados. A ausência de um contrato escrito formalizando nossos relacionamentos comerciais pode ter um efeito adverso sobre nossos negócios, pois podemos precisar da existência de contratos escritos para, entre outras coisas, substanciar nosso relacionamento comercial com terceiros em tribunal, defender-nos contra qualquer litígio por terceiros ou fazer valer nossos direitos contra terceiros em caso de disputa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Se estivermos sujeitos a conflitos com terceiros com os quais não mantemos contratos formalizados, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais poderão ser afetados.

Um aumento nos níveis de evasão de nossos alunos de ensino superior pode afetar nossos resultados operacionais.

Nosso negócio de ensino superior depende do número alunos que se matriculam em nossas unidades de educação superior. Por motivos relacionados a questões financeiras de nossos alunos, percepção de qualidade de nossos cursos, fatores macro econômicos, concorrência com outras instituições de educação, adaptabilidade, acesso a financiamento, ambiente escolar, dentre outros fatores, nossos alunos podem evadir dos cursos durante o ciclo escolar e não podemos ser capazes de repor, na mesma proporção ou valor de mensalidade, a quantidade de alunos evadidos.

Desvios significativos de evasão de estudantes das instituições de ensino superior, motivados, dentre outros, por aspectos financeiros dos atuais e potenciais estudantes, podem afetar o número de matrículas realizadas e existentes, Nossa taxa média de desistência foi de 27,6%, 24,3% e 26,8% em 2019, 2020 e 2021 respectivamente. A pandemia da COVID-19 poderá resultar no aumento da taxa média de evasão de nossos estudantes. Qualquer aumento nas taxas de evasão que viermos a enfrentar no futuro poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Se não tivermos condições de atrair e reter os estudantes, ou conseguirmos assim proceder mediante a redução das mensalidades, nossas receitas poderão ser impactadas e poderemos ser prejudicados.

O sucesso de nosso negócio depende essencialmente do número de estudantes matriculados em nossos cursos e das mensalidades que são pagas. Nossa capacidade de atrair e reter estudantes depende essencialmente das mensalidades que cobramos, da conveniência da localização e da infraestrutura das nossas unidades e da qualidade de nossos cursos percebida por nossos atuais e potenciais estudantes.

Nossa capacidade de atração e retenção pode ser afetada por diversos fatores, tais como nossa habilidade para:

- (i) responder às pressões competitivas cada vez maiores;
- (ii) preparar adequadamente nossos estudantes para exercer carreiras nas suas respectivas ocupações profissionais; (iii) desenvolver novos cursos e melhorar os existentes a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado e às exigências dos estudantes, incluindo, sem limitação, a ampliação de recursos tecnológicos;
- (iv) sermos bem avaliados pelo MEC em suas atividades fiscalizatórias, de credenciamento e credenciamento;
- (v) implementar com sucesso nossa estratégia de expansão;
- (vi) gerenciar nosso crescimento e, ao mesmo tempo, manter nossa qualidade de ensino;
- (vii) oferecer com eficiência nossos cursos para uma base mais ampla de potenciais estudantes; e
- (viii) anunciar ou divulgar nossas unidades e cursos com sucesso por meio de programas de vendas, marketing e publicidade.
- (ix) Além disso, o sucesso em atrair e reter estudantes pode ser influenciado por fatores externos a nosso controle.

Estamos sujeitos a riscos normalmente associados à concessão de financiamentos a nossos estudantes e, caso não cumpramos as condições que nos foram impostas nesses programas e parcerias, poderemos perder a parte de nossas receitas e/ou benefícios fiscais.

Nos exercícios de 2022, 2021 e 2020, os recursos do FIES representavam, em conjunto, aproximadamente 7,5%, 8,9%, 13,2%, respectivamente, da nossa receita, programa este destinado a financiar estudantes que se enquadrem nos requisitos previstos pelo MEC, cursos presenciais de educação profissional, técnica e tecnológica, e em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Este programa concede diversos limites de financiamento de acordo com a renda familiar de cada estudante. Para os contratos firmados até o segundo semestre de 2017, a parte financiada só é paga um ano e meio após a conclusão do curso e para os contratos a partir do primeiro semestre de 2018, o financiamento deve ser pago a partir do mês seguinte ao da formatura, respeitando o limite da renda do aluno.

A partir de 1º de fevereiro de 2017, a oferta de curso para o financiamento estudantil ficou condicionada à adesão da entidade mantenedora de instituição de ensino ao Fies e ao FGEDUC. O Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo — FGEDUC, eliminou a necessidade de apresentação de fiador no momento da contratação do financiamento pelo estudante e para as mantenedoras, o fundo garante até 90% do risco de inadimplência das operações de crédito

4.1 Descrição dos fatores de risco

educativo. A IES assume 15% de risco sobre os 10% não cobertos pelo FGEDUC dos alunos inadimplentes (30% no caso da instituição em débito com a Receita Federal). Para os contratos a partir do primeiro semestre de 2018 tornou-se obrigatória pelas faculdades que participam do programa FIES a adesão ao Fundo Garantidor do FIES - FG-FIES cujo objetivo é garantir o crédito para os financiamentos.

As mantenedoras que aderirem a modalidade FIES, participam do risco do financiamento, como devedoras solidárias ao FG-FIES, com aportes a serem debitados dos encargos educacionais recebidos, calculados conforme o prazo, inadimplência da coparticipação do estudante, evasão, conforme os percentuais a seguir: Primeiro ano no FG-Fies: 13% (treze por cento). Do segundo ao quinto ano no FG-Fies: entre 10% (dez por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) variável em função da evasão dos estudantes e do não pagamento da coparticipação ou de outros valores devidos pelo estudante financiado pelo Fies, na forma a ser estabelecida na Resolução CG-Fies 12/2017.

A partir do sexto ano no FG-Fies: a razão entre o valor apurado para pagamento da honra e o valor mensal esperado do pagamento pelo financiado, referentes ao ano anterior, da carteira da entidade mantenedora, na forma a ser estabelecida na Resolução CG-Fies 12/2017. Diante do surto do Covid-19, houve impacto na renovação dos contratos, prorrogações de calendários de aditamento, causando um atraso no recebimento relativo a tais contratos.

Também aderimos ao PROUNI, que oferece isenção de alguns tributos federais. Caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI, inclusive aprovando o texto do Projeto de Lei 3.887/2020 que exclui da isenção do PROUNI a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e a Contribuição para o Programa de Integração Social ou do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização do PROUNI e, no caso do FIES, os estudantes não consigam cumprir os requisitos para sua utilização ou adimplir com as parcelas do financiamento, nossos resultados operacionais poderão ser afetados e poderemos ser compelidos a pagar os tributos a que somos isentos ou que foram compensados, em razão do PROUNI e/ou os valores por nós garantidos solidariamente em decorrência dos nossos estudantes vinculados ao FIES, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Podemos não ser capazes de reajustar as mensalidades cobradas para repassar os aumentos em nossos custos.

A nossa principal fonte de receita é o recebimento das mensalidades cobradas de nossos estudantes. Do total de nossos custos e despesas, no período exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, 45,8% decorrem de despesas com pessoal e 3,1% com gastos de ocupação. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 50,5% dos nossos custos e despesas decorrem de despesas com pessoal e 1,8% com aluguéis. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 53,5% dos nossos custos e despesas decorrem de despesas com pessoal e 2,35% com aluguéis. Tanto as despesas com pessoal quanto os aluguéis são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias. Caso não consigamos repassar os aumentos em nossos custos aos estudantes, por meio de aumento nas mensalidades, nossos negócios e resultados poderão sofrer um efeito prejudicial relevante.

Falhas na proteção de dados pessoais podem afetar a Companhia de forma adversa.

A Companhia processa as informações relacionadas a seus clientes, identificados ou passíveis de identificação, e seus empregados, além de fornecedores pessoa física no curso regular de suas operações. Divulgações não autorizadas ou brechas de segurança podem sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, bem como impactar negativamente sua reputação.

Os negócios da Companhia estão expostos ao risco de uma possível não observância das políticas, má conduta, negligência ou fraudes cometidas por funcionários de modo que informações pessoais de clientes se tornem disponíveis a terceiros, o que poderá resultar em sanções regulatórias e prejuízo de reputação e financeiro. Além disso, os sistemas da Companhia podem sofrer violações resultando no acesso não autorizado, apropriação indébita de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre clientes, ou ataques de negação de serviço ou outra interrupção das operações comerciais. A Companhia pode não ser capaz de prevenir ou impedir a má conduta de funcionários ou de terceiros.

O governo brasileiro promulgou, em 14 de agosto de 2018, a Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – “LGPD”) com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, de forma a trazer mais transparência e autonomia para os proprietários de dados pessoais. O texto da lei dispõe sobre limites e condições para tratamento de dados pessoais, tanto por meio físico ou eletrônicos, por pessoa jurídica de direito público ou privado, e, portanto, impactará a Companhia. Entende-se por tratamento de dados pessoais, assim classificado pela lei como toda operação que envolva coleta, utilização, acesso, reprodução, processamento, armazenamento e transferência de dados que identifiquem ou torne identificável determinada pessoa. Falhas de segurança cibernética da informação devido a ações externas, intencionais ou não, como malwares, hackers, ciberterrorismo, ou internas, tais como negligência ou má conduta dos funcionários e prestadores de serviços da Companhia podem gerar impacto negativo na reputação da Companhia e obrigações legais e financeiras, tais como previstas na Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – “LGPD”), na Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e na Lei nº 8.078 (Código de Defesa do Consumidor), incluindo, mas não se limitando, a advertência, obrigação

4.1 Descrição dos fatores de risco

de divulgação de incidente, eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, podendo alcançar, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Poderemos ser prejudicados se o governo alterar sua estratégia de investimento em educação.

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (“Lei nº 9.394”), o Brasil deve estimular investimentos no ensino superior por entidades privadas. Historicamente, o apoio do governo ao ensino superior concentra-se em determinadas universidades que atuam como centros de excelência e pesquisa. O número limitado de vagas e processos de admissão altamente competitivos restringem significativamente o acesso a essas universidades. O mercado de ensino superior privado cresce em razão do critério seletivo de apoio do Governo Federal para um número limitado de instituições públicas. Se o Governo Federal alterar essa política de investimento, poderemos enfrentar uma maior concorrência, por exemplo, por meio (i) do aumento do nível de investimentos públicos no ensino superior em geral; e (ii) da transferência dos recursos de universidades que atuam como centros de excelência e pesquisa para instituições de ensino superior públicas acessíveis a nossos potenciais estudantes.

Além disso, o Governo Federal pode reduzir o nível de investimentos públicos nos ensinos fundamental e médio, resultando na diminuição do número de novos estudantes que buscam o ingresso em instituições de ensino superior depois de concluírem o ensino médio, restringindo, assim, a demanda pelos nossos cursos. Qualquer alteração da política que afete o nível de investimentos públicos em educação poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Atuamos em um setor altamente regulado por órgãos governamentais, em especial o MEC, que elaboram regulamentos de observância obrigatória e fiscalizam nossas atividades, podendo, inclusive, nos demandar administrativa e judicialmente, o que pode gerar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Estamos sujeitos a diversas leis federais e à ampla regulamentação governamental imposta, entre outros, pelo MEC, pelo Conselho Nacional de Educação (“CNE”), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (“INEP”) e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Por meio da Lei nº 9.394, que estabeleceu diretrizes para a prestação de serviços de educação no Brasil e delegou poderes ao Governo Federal para regulamentar o ensino de graduação e pós-graduação, especificamente no que se refere à autorização, reconhecimento, supervisão e avaliação dos cursos superiores e ao credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior. A educação à distância no Brasil goza de tratamento diferenciado e é regulado pela Lei nº 9.394 e pelo MEC. Nossas instituições de ensino superior dependem de prévio credenciamento e de credenciamento no MEC para poder operar, bem como para poder oferecer nossos pretendidos cursos e programas de educação presencial e a distância. Os cursos oferecidos por nossas instituições de ensino devem ser previamente autorizados e a validade nacional dos diplomas ou certificados expedidos aos seus estudantes depende de prévio reconhecimento pelo MEC dos cursos por nós oferecidos.

O Governo Federal poderá rever as leis e regulamentos que regem os prestadores de serviço de ensino no Brasil ou sugerir alterações nessas leis e regulamentos ao Congresso Nacional. Podemos ser significativamente prejudicados por qualquer alteração nas leis e regulamentos aplicáveis às instituições de ensino superior, especialmente em relação a subsídios, tais como bolsas de estudo, e mudanças relativas a (i) descredenciamento de instituições de ensino privadas, (ii) imposição de controles de mensalidades, (iii) exigências de qualificação de membros do corpo docente, (iv) exigências acadêmicas para cursos e currículos, (v) exigências de infraestrutura das unidades, tais como bibliotecas, laboratórios, suporte administrativo, entre outras.

A implementação de novas leis e regulamentos, a interpretação adversa de leis e regulamentos existentes podem gerar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Adicionalmente, órgãos governamentais, em especial o MEC, e terceiros podem conduzir fiscalizações, propor e instaurar procedimentos administrativos e/ou ações judiciais contra nós pelo não cumprimento das normas regulatórias vigentes. Além disso, podemos enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões civis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, ou outras questões regulatórias relativas ao MEC das empresas que já possuímos ou que venham a ser adquiridas. Se os resultados desses procedimentos ou ações judiciais forem desfavoráveis, ou se não pudermos nos defender e patrocinar a defesa de nossas controladas com sucesso, poderemos ser obrigados a pagar condenações pecuniárias ou estar sujeitos a multas, restrições, liminares ou outras penalidades aplicáveis. O cancelamento ou a ausência de autorização, habilitação, reconhecimento, credenciamento e/ou credenciamento das nossas instituições de ensino e dos nossos cursos pelo MEC podem nos afetar negativamente, uma vez que podem resultar na vedação à admissão de novos estudantes, suspensão temporária de prerrogativas de autonomia, descredenciamento e/ou redução do número de vagas autorizadas, entre outros tipos de sanções. Poderemos ter de reservar recursos financeiros e administrativos significativos para solucionar questões levantadas por estes procedimentos ou para nos defender desses procedimentos administrativos ou ações judiciais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Por fim, a atividade de supervisão de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino foi instituída pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. São responsáveis por atividades de supervisão relativas, respectivamente, aos cursos de graduação e sequenciais, aos cursos superiores de tecnologia e aos cursos na modalidade de educação a distância as secretarias de Educação Superior, de Educação Profissional e Tecnológica e de Educação a Distância, órgãos do MEC. No que se refere à Secretaria de Educação Superior, são realizados dois tipos de ações de supervisão: a ordinária e a especial.

A supervisão ordinária é aquela que se origina de denúncias e representações de alunos, pais e professores, bem como de órgãos públicos e da imprensa, envolvendo casos isolados de instituições e cursos com indícios de irregularidades ou deficiências. Cabe ressaltar que estamos sujeitos a tais espécies de denúncias e representações.

A supervisão especial, por sua vez, é aquela iniciada pelo próprio MEC, a partir de seus indicadores de regularidade e qualidade da educação superior, e envolvem mais de um curso ou instituição, agrupados de acordo com o critério escolhido para a ação de supervisão. Esses critérios podem incluir resultados insatisfatórios no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e no Indicador de Diferença dentre os Desempenhos Observado e Esperado, o histórico de avaliações de cursos pelo INEP, bem como o atendimento de requisitos legais específicos, como por exemplo a porcentagem mínima de mestres e doutores em universidades e centros universitários.

Nossas instituições de ensino superior podem ser prejudicadas se não conseguirem renegociar os acordos coletivos com os sindicatos que representam seus professores e funcionários ou por greves e outras atividades sindicais.

Os professores e funcionários de nossas instituições de ensino superior são representados por sindicatos com forte representação no segmento. Os acordos coletivos ou acordos semelhantes que regulam a duração do dia letivo ou do ano letivo, a remuneração mínima, férias e benefícios indiretos dos professores, entre outros, estão sujeitos à renegociação anual e são historicamente alterados substancialmente e poderão continuar a sê-lo no futuro. Normalmente, a taxa de inflação é utilizada como referência para discussão do reajuste salarial, inclusive para a remuneração mínima prevista nos acordos coletivos. As despesas de nossas instituições de ensino superior com pessoal, principalmente corpo docente, representam a maior parte de seu custo de serviços prestados. Nossas instituições de ensino superior poderão não ser capazes de repassar nos valores de mensalidade um aumento de custos decorrente da renegociação de acordos ou convenções coletivas. Adicionalmente, nossas instituições de ensino superior podem ser, ainda, prejudicadas se não conquistarem e mantiverem bom relacionamento com sindicatos de professores ou funcionários ou se enfrentarem greves, interrupções de trabalho ou outros transtornos trabalhistas por parte de seus professores ou funcionários, o que também poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Mudanças na legislação fiscal ou conflitos em sua interpretação podem resultar em aumentos em determinados tributos, o que poderia reduzir nossa lucratividade.

O governo brasileiro regularmente implementa mudanças no regime tributário, representando potencial aumento da nossa carga tributária.

Algumas leis ou regulamentações fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Consequentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que a Companhia se baseia para realizar seus negócios.

Por fim, projetos de lei ainda em tramitação, caso sejam aprovados, poderão resultar na tributação da receita bruta da companhia pela Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS, em substituição à atual cobrança das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS, bem como na tributação de dividendos.

Ademais, há o risco de que uma reforma tributária, inclusive o Projeto de Lei 3.887/2020, impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos. A Companhia não pode assegurar que os incentivos relacionados ao PROUNI serão integralmente mantidos e o prazo pelo qual serão mantidos. Qualquer suspensão, modificação, cancelamento ou a não renovação dos incentivos fiscais com as mesmas características pode ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.

Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Não temos qualquer atuação em países estrangeiros.

Estamos sujeitos à legislação e regulamentações ambientais que poderão se tornar mais rígidas no futuro e resultar em maiores investimentos de capital para conformidade.

Estamos sujeitos a leis ambientais municipais, estaduais e federais. O não cumprimento dessas leis pode resultar em sanções criminais e administrativas, bem como em responsabilidade civil em ações de reparação por supostos danos ambientais e danos a terceiros. A promulgação de leis e regulamentos mais rigorosos ou interpretações mais rígidas de

4.1 Descrição dos fatores de risco

leis e regulamentações existentes podem nos obrigar a aumentar nossos investimentos relacionados à conformidade ambiental.

Essas mudanças podem ter um efeito adverso relevante em nossos negócios. Além disso, o descarte inadequado de resíduos sólidos, bem como acidentes resultantes do transporte desses resíduos, pode resultar em sanções administrativas, civis e criminais. Considerando a disposição sobre responsabilidade civil objetiva ambiental conjunta, a contratação de terceiros para prestação de serviços de coleta, transporte e descarte final de resíduos não nos isenta de responsabilidade por qualquer dano ambiental causado por tais terceiros.

Quaisquer violações das legislações e regulamentações ambientais poderão nos expor a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros. Caso isso ocorra poderá haver redução dos recursos disponíveis para outros investimentos, impactando por sua vez, nossos resultados de forma significativa.

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro. A Companhia pode vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- (i) taxas de juros;
- (ii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- (iii) política monetária;
- (iv) flutuação cambial;
- (v) alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- (vi) inflação;
- (vii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- (viii) racionamento de água e energia;
- (ix) políticas sanitárias;
- (x) política fiscal e alterações na legislação tributária;
- (xi) controle sobre importação e exportação; e
- (xii) instabilidade social e política.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos da América e países emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira e o preço de negociação de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes escalas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo outros países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, historicamente foram sensíveis a flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como às variações dos principais índices de ações norte-americanos. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de mercados emergentes resultou, em geral, na saída de recursos do Brasil e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em uma recessão global, com vários efeitos que, direta ou indiretamente, prejudicaram os mercados financeiros e da economia brasileira.

O Brasil está sujeito a acontecimentos que incluem, por exemplo, (i) a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, (ii) o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que desencadeou a invasão pela Rússia em determinadas áreas do território ucraniano, dando início a uma crise militar e geopolítica com reflexos mundiais, (iii) a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, e (iv) crises na Europa e em outros países, que afetam a economia global, que estão produzindo e/ou poderão produzir uma série de efeitos que afetam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços de títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação, entre outras.

Esses acontecimentos podem afetar adversamente o preço de negociação de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia e pode dificultar o acesso da Companhia aos mercados de capitais, bem como o financiamento das operações da Companhia em termos aceitáveis.

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro e seus negócios estão fortemente integrados a economia e às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. Os resultados operacionais da Companhia, principalmente os relacionados ao mercado de aluguel de carros, são fortemente afetados pelo nível de confiança e de atividade econômica no Brasil. Uma redução na atividade econômica, incluindo em razão do COVID-19, resulta na diminuição nas viagens de turismo, negócios, investimentos e aumento do desemprego e, consequentemente, em redução na demanda de aluguéis de veículos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país, com retração da demanda no atacado e varejo, e a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Adicionalmente, o mercado de títulos e valores mobiliários e a economia brasileira são afetados por condições de mercado e econômicas internacionais em geral, especialmente as condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são tradicionalmente sensíveis a flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e ao comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente os negócios e resultados das operações da Companhia.

A economia brasileira foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira e aumentando a emitidos por empresas brasileiras. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro passou por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do Produto Interno Bruto (PIB), fortes oscilações do real em relação ao dólar americano, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e confiança do consumidor.

Os mercados brasileiros têm sofrido maior volatilidade devido às incertezas derivadas das investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, e ao impacto dessas investigações na economia brasileira e no ambiente político. Numerosos membros do governo brasileiro e do poder legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas estatais e privadas foram condenados por corrupção política relacionada a subornos através de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas infraestruturas, petróleo e gás e construtoras, entre outras.

Essas investigações tiveram um impacto adverso na imagem e reputação das empresas envolvidas e na percepção geral do mercado brasileiro. Em particular, a indústria brasileira de petróleo e gás foi adversamente afetada por essas investigações no passado. A Companhia não pode prever se desenvolvimentos e investigações futuras causarão volatilidade econômica e política no Brasil, o que pode afetar adversamente o preço de negociação de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo da Companhia.

Além disso, o presidente do Brasil pode determinar políticas e emitir atos governamentais relativos à economia brasileira que afetem as operações e o desempenho financeiro das empresas no Brasil, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o presidente adotará ou se essas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso sobre a economia brasileira ou sobre a Companhia. A incerteza política e econômica e quaisquer novas

4.1 Descrição dos fatores de risco

políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas da Companhia.

Esforços do governo brasileiro para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode afetar adversamente a Companhia.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as taxas de inflação do Brasil foram de 5,79%, 10,06% e 4,5% para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente. O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registrou inflação de 5,45% em 2022, 17,78% em 2021, 23,14% em 2020. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico.

Uma das consequências desse combate à inflação é a variação significativa da taxa de juros oficial no Brasil, que variou de 14,25% ao ano em 31 de dezembro de 2015 para 2,00% ao ano em 31 de dezembro de 2020 e 13,75% ao ano em 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido pelo Banco Central. Na data deste Formulário de Referência, a taxa de juros oficial no Brasil estava em 13,75% ao ano. O Comitê de Política Monetária (COPOM) frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Apesar dos reajustes anuais com base na inflação, se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços que cobra de seus usuários para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar os custos da Companhia e reduzir suas margens operacionais e líquidas. Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros oficiais.

O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo da sua dívida atual, bem como em seu caixa e seus equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação poderão afetar a Companhia adversamente.

Alavancagem e flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo de nossas dívidas, ocasionando efeitos adversos sobre nossos negócios.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira e o nível de inflação. Devido à natureza de nossas operações e a nova estrutura de capital em decorrência de captações de recursos para a aquisição das instituições da Laureate no Brasil, estamos particularmente sujeitos a efeitos decorrentes da variação das taxas de juros, especialmente em razão da indexação do serviço de nossa dívida a essas taxas. Na hipótese de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao nosso endividamento crescerão, o que poderá impactar negativamente nossa capacidade de financiar nossas operações e resultados.

Mais detalhes dos contratos firmados e limites de *covenants* estão apresentados no item 2.1, F “Nível de endividamento e características de tais dívidas” deste formulário.

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de venderem ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações ordinárias de emissão da Companhia, com frequência envolve um risco maior que o investimento em valores mobiliários de emissoras em outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, mas não limitado a:

- (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e
- (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, como nos Estados Unidos ou Europa. A Companhia não pode assegurar que

4.1 Descrição dos fatores de risco

haverá um mercado líquido, o que poderá limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião desejados.

Adicionalmente, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou órgão que venha a sucedê-la pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender sua participação no preço e no momento desejado. O preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais estão fora do controle da Companhia.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito soberano do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

O Brasil perdeu sua classificação de dívida soberana de grau de investimento pelas três principais agências de rating dos Estados Unidos: Standard and Poor's, Moody's e Fitch. A Standard and Poor's rebaixou a classificação de dívida soberana do Brasil de BBB- negativo para BB- positivo em setembro de 2015, que foi rebaixada para o BB em fevereiro de 2016 e manteve sua perspectiva negativa sobre a classificação, citando as dificuldades fiscais e a contração econômica do Brasil como sinais de piora situação de crédito. Em janeiro de 2018, a Standard and Poor's rebaixou a classificação do Brasil de BB para BB-. Em dezembro de 2015, a Moody's colocou a classificação da dívida soberana Baa3 no Brasil e revisou a classificação de crédito soberano do Brasil em fevereiro de 2016 para Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração dos valores do endividamento do Brasil em meio à recessão e ao ambiente político desafiador. A Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para o BB- positivo com perspectivas negativas em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário de rápido crescimento do país e recessão pior do que o esperado e baixou a classificação da dívida soberana do Brasil em maio de 2016 para o BB com uma perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável. A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB- com perspectiva negativa em maio de 2020. Na data de apresentação deste Formulário, o rating de crédito soberano do Brasil era classificado como BB-estável, Ba2 estável e BB-negativo, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro experimentou altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração de seu PIB, flutuações acentuadas do real em relação ao dólar americano, aumento do nível de desemprego e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor.

Em 2020, a classificação de crédito soberano do Brasil é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating dos Estados Unidos: Standard and Poor's, Moody's e Fitch. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

O real flutuou significativamente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. O governo brasileiro utilizou no passado diferentes planos econômicos e regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), um sistema de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e mercados de taxa de câmbio dupla. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar americano e outras moedas.

A Companhia não pode prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercado de câmbio retornando ao sistema de bandas cambiais ou de outra forma. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para o exterior. A Companhia não pode garantir que tais medidas não serão tomadas pelo governo brasileiro no futuro.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras, o que poderia criar pressões inflacionárias no Brasil por meio do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros. Essa desvalorização ou valorização pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira, geralmente restringir o acesso de emissores brasileiros, incluindo a Companhia, aos mercados de capitais internacionais e pode ter um efeito significativo

4.1 Descrição dos fatores de risco

nos resultados operacionais e condição financeira da Companhia. A valorização do real em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico. A Companhia não pode prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e pode ser adversamente afetada por essas políticas.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Nosso endividamento pode afetar negativamente nossos negócios.

A disponibilidade de recursos em volumes adequados e a custos acessíveis é essencial para permitir o financiamento dos nossos planos de expansão e sua ausência pode afetar negativamente nossa estratégia de crescimento. Além disso, situações adversas podem afetar nossa capacidade de gerenciar nosso nível de endividamento oriundo de nossa estratégia de crescimento, resultando em excessiva alavancagem financeira e riscos relativos à nossa capacidade de pagamento de nossos passivos financeiros. Nosso endividamento consolidado poderá:

- (i) Limitar nossa capacidade de obter novos financiamentos;
- (ii) Obrigar-nos a dedicar uma parte substancial do nosso fluxo de caixa para servir a nossa dívida, o que pode prejudicar nossa capacidade de usar nosso fluxo de caixa para financiar capital de giro, despesas de capital e outros requisitos gerais corporativos, além do cumprimento de nossas obrigações;
- (iii) Limitar nossa flexibilidade para planejar e reagir a mudanças em nossos negócios e no setor em que atuamos;
- (iv) Colocar-nos em uma situação de desvantagem competitiva em relação a alguns de nossos concorrentes que têm menos dívidas do que nós;
- (v) Aumentar nossa vulnerabilidade a condições econômicas e industriais negativas, incluindo mudanças em variações nas taxas de juros ou uma queda nos nossos negócios ou a economia; e
- (vi) Explorar outras alternativas de desinvestimento e geração de caixa.

Se não conseguirmos manter a qualidade de ensino e de infraestrutura em toda a nossa rede ou se não obtivermos notas de avaliação positivas de nossas unidades e de nossos alunos, poderemos ser adversamente afetados.

A manutenção da qualidade de ensino em nossas Instituições é uma prioridade e fator essencial para que consigamos atingir nossos objetivos de negócio. A percepção de qualidade se dá a partir de uma série de fatores, incluindo aspectos que envolvem a qualidade de nossos currículos, corpo docente, infraestrutura, serviços e aspectos regulatórios, dessa forma não podemos garantir que:

- (i) Encontraremos novos imóveis com infraestrutura adequada ou que seremos capazes de instalar e manter infraestrutura adequada em imóveis que viermos a adquirir;
- (ii) Conseguiremos desenvolver projetos pedagógicos com o mesmo nível que atualmente praticamos para novos cursos.
- (iii) Podemos não ser atraentes e competitivos ou possuímos processos que assegurem a contratação e manutenção de um corpo docente alinhado aos padrões de qualidade da Companhia;
- (iv) Podemos não possuir processos internos que atendam as expectativas e nível de serviço de nossos alunos podendo afetar de forma inadvertida a sua percepção com relação a qualidade de nossa prestação de serviços;
- (v) Nossas instituições e nossos estudantes são frequentemente avaliados pelo MEC. Assim, qualquer queda no resultado de nossa avaliação no Índice Geral de Cursos ou no ENADE poderá prejudicar a imagem da nossa marca, o que pode afetar negativamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira;
- (vi) Caso algum de nossos cursos seja avaliado como insatisfatório, poderemos vir a celebrar um termo de compromisso entre a instituição de ensino superior aplicável e o MEC, incluindo as metas, providências e prazos para corrigir as condições insatisfatórias. O não cumprimento, total ou parcial, das condições prescritas no termo de compromisso pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, que incluem desativação de cursos e habilitações, suspensão temporária de ingresso de novos estudantes e até descredenciamento, bem como o nosso acesso às políticas de financiamento ou a benefícios fiscais, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Se não tivermos condições de atrair e reter os estudantes, ou conseguirmos assim proceder mediante a redução das mensalidades, nossas receitas poderão ser impactadas e poderemos ser prejudicados.

O sucesso de nosso negócio depende essencialmente do número de estudantes matriculados em nossos cursos e das mensalidades que são pagas. Nossa capacidade de atrair e reter estudantes depende essencialmente das mensalidades que cobramos, da conveniência da localização e da infraestrutura das nossas unidades e da qualidade de nossos cursos percebida por nossos atuais e potenciais estudantes.

Nossa capacidade de atração e retenção pode ser afetada por diversos fatores, tais como nossa habilidade para:

- (i) responder às pressões competitivas cada vez maiores;
- (ii) preparar adequadamente nossos estudantes para exercer carreiras nas suas respectivas ocupações profissionais;
- (iii) desenvolver novos cursos e melhorar os existentes a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado e às exigências dos estudantes, incluindo, sem limitação, a ampliação de recursos tecnológicos;
- (iv) sermos bem avaliados pelo MEC em suas atividades fiscalizatórias, de credenciamento e recredenciamento;
- (v) implementar com sucesso nossa estratégia de expansão;
- (vi) gerenciar nosso crescimento e, ao mesmo tempo, manter nossa qualidade de ensino;
- (vii) oferecer com eficiência nossos cursos para uma base mais ampla de potenciais estudantes; e
- (viii) anunciar ou divulgar nossas unidades e cursos com sucesso por meio de programas de vendas, marketing e

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

publicidade.

(ix) Além disso, o sucesso em atrair e reter estudantes pode ser influenciado por fatores externos a nosso controle.

Podemos não ser capazes de reajustar as mensalidades cobradas para repassar os aumentos em nossos custos.

A nossa principal fonte de receita é o recebimento das mensalidades cobradas de nossos estudantes. Do total de nossos custos e despesas, no período exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, 70,5 % decorrem de despesas com pessoal e 6,9% com gastos de ocupação. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 50,5% dos nossos custos e despesas decorrem de despesas com pessoal e 1,8% com aluguéis. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 53,5% dos nossos custos e despesas decorrem de despesas com pessoal e 2,35% com aluguéis. Tanto as despesas com pessoal quanto os aluguéis são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias. Caso não consigamos repassar os aumentos em nossos custos aos estudantes, por meio de aumento nas mensalidades, nossos negócios e resultados poderão sofrer um efeito prejudicial relevante.

Alavancagem e flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo de nossas dívidas, ocasionando efeitos adversos sobre nossos negócios.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira e o nível de inflação. Devido à natureza de nossas operações e a nova estrutura de capital em decorrência de captações de recursos para a aquisição das instituições da Laureate no Brasil, estamos particularmente sujeitos a efeitos decorrentes da variação das taxas de juros, especialmente em razão da indexação do serviço de nossa dívida a essas taxas. Na hipótese de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao nosso endividamento crescerão, o que poderá impactar negativamente nossa capacidade de financiar nossas operações e resultados.

Mais detalhes dos contratos firmados e limites de *covenants* estão apresentados no item 2.1, F “Nível de endividamento e características de tais dívidas” deste formulário.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência e, se for o caso, no prospecto da oferta dos respectivos valores mobiliários, os riscos mencionados abaixo, bem como nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e que acreditamos que atualmente podem nos afetar de maneira adversa, de modo que riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes também podem nos afetar de forma adversa.

Para os fins deste item "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas neste item "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Endividamento e Risco da taxa de juros

O total de empréstimos e financiamentos foi de R\$ 4.110,2 milhões (vs. R\$3.501,0 milhões registrados em 2021).

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures 1ª emissão	23.304	-	23.304	46.573	22.995	69.568
Debêntures 2ª emissão	103.400	99.624	203.024	103.468	199.173	302.641
Debêntures 3ª emissão - série 1	513.008	-	513.008	-	494.815	494.815
Debêntures 3ª emissão - série 2	9.544	52.783	62.327	34.808	1.925.740	1.960.548
Debêntures 1ª emissão- Inspirali Brasil (a)	69.121	1.974.270	2.043.391	-	-	-
IFC	26.954	12.656	39.610	26.950	37.941	64.891
CEF	1.092	-	1.092	1.307	1.097	2.404
Banco do Brasil	87.931	130.874	218.805	44.167	218.116	262.283
Itaú	-	-	-	100.042	-	100.042
Debêntures 4ª emissão - séries 1 e 2 (b)	961	772.012	772.973	-	-	-
Outros empréstimos	2.057	4.037	6.094	3.134	6.007	9.141
Moeda estrangeira						
IFC	48.074	178.459	226.533	-	234.715	234.715
	885.446	3.224.715	4.110.161	360.449	3.140.599	3.501.048

Nosso endividamento em 31 de dezembro de 2022 e 2021, correspondia às operações de capital de giro celebradas em reais e em dólares americanos por contrato de SWAP e debêntures.

Modalidade Moeda		Taxa % a.a. ¹	Ano de Vencimento ²	Saldo em 31 de dezembro de	
				2022	2021

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Capital de giro	R\$	Prefixado 7,00% a CDI + 6,80%	2026	226,0	373,9
IFC	U\$	CDI + 2,32%	2028	226,5	234,7
IFC	R\$	CDI +1,49%	2024	39,6	64,9
Debêntures	R\$	CDI + 1,00% a 4,75%	2029	3.618,0	2.827,6
			Total	4.110,2	3.501,0

¹ Taxa de juros médio contendo indexador acrescido de *spread* ao ano

² O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade

A seguir apresentamos tabela com maiores detalhes acerca dos contratos relevantes celebrados e descritos acima:

Sociedade	Credores	Data de Assinatura	Valor do Crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	(%a.a.) Taxa efetiva
Ânima Holding	IFC	10/05/2016	R\$ 139.080.000,00	15/03/2024	IFC	Alienação fiduciária das cotas da AMC Serviços ; alienação fiduciária dos recebíveis da AMC Serviços; aval de todas as subsidiárias, atuais e futuras ; compromisso dos acionistas Daniel, Romulo, Marcelo, Mauricio, Gabriel e Ignacio de manter sempre pelo menos 4 destes no grupo de controle e nunca deixarem de ter participação de menos de 25% do capital da Anima de hoje	1,49% a.a + 100% CDI
Ânima Holding	IFC	10/07/2020	\$ 15.000.000,00	15/03/2028	IFC	Garantedores Subsidiários Brasil Educação, IMEC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM, PGP Educ., Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Poli, IFC, Anima, Sobepe, Vidam, Ages, Catalana, Cesuc, Unicritiba. Saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2% a.a Libor
Ânima Holding	Banco Bradesco (líder)	29/05/2018	R\$ 150.000.000,00	29/05/2023	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	Banco Itaú (líder)	21/11/2019	R\$ 350.000.000,00	11/11/2024	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1,35% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	Banco Bradesco (líder)	14/04/2021	R\$ 2.500.000.000,00	15/04/2023 (1ª série) 15/04/2027 (2ª série)	Debêntures	Garantia Fidejussória	CDI + 3,75% (1 série) CDI + 4,75% (2 série)
Inspirali Brasil	Banco Bradesco (líder)	31/03/2022	R\$ 2.000.000.000,00	30/03/2027	Debêntures	Real	2,60% a.a. + 100% CDI
		28/12/2022	R\$ 800.000.000,00	13/12/2027	CRI CDI		

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Ânima Holding	XP Investimentos (líder)		(1ª série)	CRI IPCA		CDI + 1,65%
			13/12/2029			IPCA + 8,0481%
			(2ª série)			

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;
- Manutenção de índices financeiros mínimos; e
- Limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

Adicionalmente, determinados contratos financeiros em que somos partes preveem a observância de alguns índices financeiros mínimos, apurados anualmente. As debêntures de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissões passam a ter as mesmas cláusulas restritivas, medidas anualmente com base nas informações financeiras intermediárias emitidas no segundo trimestre de 2023, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Até 30 de junho de 2022 (inclusive):	
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado	< 4,0
Entre 30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023 (inclusive):	
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado	< 3,0
Após 30 de junho de 2023:	
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado	< 2,5
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA ajustado pela despesa financeira	> 1,3

Inspirali Educação – 1ª emissão de Debêntures: A primeira verificação ocorrerá com base no formulário de informações trimestrais de 31 de março de 2023 e as demais verificações serão realizadas em março de cada ano, sempre com base nos últimos 12 (doze) meses.

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Até 31 de março de 2024 (inclusive):	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Proforma	< 3,5
A partir de 31 de março de 2024 (exclusive):	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Proforma	< 3,0
EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras	> 1,3

Considerando o novo perfil financeiro do Grupo após a aquisição do Grupo Laureate Brasil, a Companhia assinou, em 27 de setembro de 2022, um aditivo contratual com o *International Finance Corporation* ("IFC"), no qual, dentre outras alterações, renegociou junto ao IFC os índices de "Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado" e "EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e para o período a findar em 31 de março de 2023. O referido documento não implicou em nenhuma outra dispensa, alteração ou variação de quaisquer disposições relevantes do contrato de empréstimo com o IFC, as quais permanecem em pleno vigor e efeito.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Adicionalmente, a Companhia renegociou com o IFC os índices mínimos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais estão apresentados abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Liquidez corrente	>1,2
Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado	< 4,7
EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida	> 0,4

Ânima – CRI (4ª emissão de debêntures): Dos índices e limites financeiros (“Índices Financeiros”) abaixo especificados, acompanhados semestralmente pela Securitizadora até a data de vencimento e/ou pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, o que ocorrer primeiro, a serem calculados com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, devidamente auditadas ou revisadas de acordo com as normas contábeis aplicáveis, pelos auditores independentes contratados pela Emissora, exceto pelo disposto na definição de “Proforma” indicada no item “a” abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Até 31 de março de 2024 (inclusive):	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Proforma	< 3,5
A partir de 31 de março de 2024 (exclusive):	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Proforma	< 3,0
EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras	> 1,3

Considera-se como “Proforma” o efeito de qualquer aquisição, se efetuada a qualquer momento durante os últimos 12 meses, como se a mesma tivesse ocorrido no primeiro dia do respectivo período de cálculo, sendo que, nos casos envolvendo novas aquisições da Emissora realizadas após a assinatura desta Escritura de Emissão, o EBITDA Ajustado Proforma será calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas ou não auditadas disponíveis, incluindo, se for o caso, em relatórios gerenciais da controladoria da Emissora elaborados a partir de balanços contábeis das empresas adquiridas;

Em relação aos *covenants* mencionados acima, foram identificados descumprimentos no contrato do IFC para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Todavia, não houve declaração de vencimento antecipado de empréstimos, financiamentos ou debêntures uma vez que foi obtida carta *waiver* junto ao banco.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de “alta dos indexadores”, pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no período atual por termos menos aplicações do que empréstimos e títulos a pagar.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 13,65% (divulgada pela CETIP), INPC – 5,93%, IPCA – 5,78%, IGPM – 5,46% (divulgados pelo IBGE), TJLP – 7,20% (divulgada pela IDG) e

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

TR – 0,17% (divulgada pelo BACEN)), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Consolidado						
31/12/2022						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário 1 Provável	Cenário 2 Possível (25%)	Cenário 3 Remoto (50%)	
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	(1.447.341)	(197.562)	(148.172)	(98.781)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	3.877.534	529.283	661.604	793.925
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	226.533	767	959	1.151
Derivativos	CDI	Alta do CDI	20.989	2.865	3.581	4.297
Títulos e obrigações de aquisições	Média INPC/IGPM/IPCA	Alta da média	19.993	1.145	1.431	1.717
Títulos e obrigações de aquisições	INPC	Alta do INPC	83.032	4.926	6.157	7.389
Títulos e obrigações de aquisições	IPCA	Alta do IPCA	732	42	53	64
Títulos e obrigações de aquisições	Selic	Alta da Selic	80.458	901	1.126	1.352
Exposição líquida - perda		2.861.930	342.367	526.739	711.114	

Riscos Regulatórios

Possuímos acesso ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (“FIES”), programa criado pelo Ministério da Educação (“MEC”) e também aderimos ao Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), ambos programas de incentivo do Governo Federal. Tendo em vista que no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2022, os recursos do FIES representavam, em conjunto, 7,8% da nossa receita (8,9% da nossa receita no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021). Acreditamos que caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI ou do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização desses programas de incentivo, ou, ainda, caso, os estudantes não consigam cumprir os requisitos para sua utilização, nossos negócios e nossos resultados operacionais poderão ser afetados negativamente e poderemos passar a pagar os tributos dos quais, somos isentos ou que foram compensados, em razão do PROUNI e/ou os valores por nós garantidos solidariamente em decorrência dos nossos estudantes vinculados ao FIES. Ademais, há o risco de uma reforma tributária, tal como proposta pelo Projeto de Lei 3.887/2020, que pode impedir, interromper ou modificar o uso de incentivos fiscais concedidos, especialmente com relação ao PROUNI. A Companhia não pode assegurar que os incentivos relacionados ao PROUNI serão integralmente mantidos, tampouco o prazo pelo qual serão mantidos.

Risco de Crédito

Nós e nossas controladas diretas e indiretas estamos sujeitas a eventuais riscos decorrentes da inadimplência de nossos estudantes. Em 31 de dezembro de 2022, o percentual da despesa com provisão de créditos de liquidação duvidosa sobre a receita líquida era de 5,5% (6,1% em 31 de dezembro de 2021). O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento das mensalidades por parte de nossos alunos pode comprometer o nosso fluxo de caixa e nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações. Para informações sobre as medidas por nós tomadas para administrar o risco de crédito decorrente da inadimplência de nossos estudantes, vide item 1.16 deste Formulário de Referência.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Na data base de 31 de dezembro de 2022, nós e nossas controladas éramos parte passiva em processos judiciais, procedimentos administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista e discussões acerca da existência de vínculo empregatício. Destes processos e discussões, R\$ 240.671.262,37 representavam contingências cuja possibilidade de perda era provável, para os quais constituímos uma provisão contábil, incluindo outras naturezas, no valor de R\$ 240.671.262,37.

Nossas provisões são registradas com base na posição de nossos advogados externos e na análise individual de cada contingência.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos a que estávamos sujeitos em 31 de dezembro de 2022, segregados conforme sua natureza.

Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal

Em 31 de dezembro de 2022, nós e nossas controladas éramos parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, com um valor envolvido no montante de R\$ 1,687 bilhão. Na mesma data, possuíamos provisão no montante de R\$ 6.413.286,80 para nossos processos tributários.

Dentre os processos judiciais e administrativos de natureza fiscal que representavam contingências relevantes para nós em 31 de dezembro de 2022, destacam-se em razão do valor envolvido ou objeto, os seguintes:

Processo nº	Execução Fiscal nº 0109807-17.1300.8.26.0090
a. juízo	Vara de Execuções Fiscais Municipais
b. instância	Primeira
c. data de instauração	24/02/2015
d. partes no processo	Autor: Município de São Paulo Réu: ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 438.053.943,78
f. principais fatos e resumo das decisões proferidas	Trata-se de execução fiscal objetivando a cobrança de ISS referente aos exercícios de 2003, 2004 e 2005. Após apresentação de bens à penhora e manifestação no Município pela não aceitação dos bens, em 27.05.2014 foi publicada decisão acolhendo a recusa do Município dos bens oferecidos à penhora pela inobservância da ordem de preferência legal do art. 11 da LEF, unilateralidade da avaliação, bem como a existência de outras restrições. Foi aberto prazo para apresentação de outro bem em substituição, notadamente carta de fiança. Em 09.06.2014 foi interposto agravo de instrumento com pedido de tutela antecipada para determinar a penhora dos imóveis. Em 11.06.2014 foi despachado pedido de reconsideração da r. decisão que rejeitou os bens oferecidos à penhora, juntamente com a petição do artigo 526 do CPC, bem como requerendo a expedição de Vara determinando ao CADIN a suspensão do débito objeto da execução do relatório de restrições. Em 04.07.2014 foi publicada decisão acatando o pedido de reconsideração formulado e determinando a penhora dos imóveis. Em 10.07.2014 foram opostos embargos de declaração e realizado despacho para o Juízo se pronunciar sobre a omissão no tocante ao pedido de expedição de Vara ao CADIN determinando a suspensão do débito do relatório de restrições. Em 22.01.2015 foi disponibilizada decisão intimando o ISCP a opor Embargos à Execução, os quais foram protocolados e distribuídos em 24.02.2015. Em 30.07.2015 foi proferida decisão recebendo os Embargos no efeito suspensivo e intimando a municipalidade a se manifestar. Em 15.04.2016 foi disponibilizada decisão intimando o ISCP a apresentar réplica e especificar as provas que pretende produzir. Em 09.05.2016 foi apresentada réplica e foi requerida a realização de prova pericial. Em 22.08.2016 foi protocolizada manifestação apresentando os quesitos para o exame pericial. Em 14.10.2016 foi publicada decisão intimando o ISCP a se manifestar acerca dos honorários periciais apresentados pelo Perito do Juízo. Em 20.10.2016 foi protocolada manifestação concordando com os honorários periciais apresentados nos autos. Em 31.05.2017 foi publicada decisão intimando o ISCP a apresentar manifestação ao laudo pericial. Em 23.06.2017 foi protocolada manifestação ao laudo do Perito do Juízo e foi requerida a realização de perícia imobiliária. Em 29.06.2017 foi protocolada petição do perito contador assistente Júlio Fatureto. Em 29.01.2018 foi protocolada

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	petição informando os quesitos imobiliário para a análise pericial. Em 05.11.2018 foi publicada decisão intimando o ISCP a se manifestar acerca dos honorários periciais requeridos pelo Perito Imobiliário do Juízo, José Roberto Pricoli, no valor de R\$ 141.550,00. Em 12.11.2018 foi protocolada petição requerendo dilação por dez dias no prazo para manifestar acerca dos honorários periciais. Em 29.11.2018 foi protocolada petição impugnando os honorários estimados, solicitando a redução para R\$ 110.000,00. Em 16.05.2019 foi proferida decisão intimando o perito a se manifestar. Atualmente aguarda-se manifestação do perito.
g. chance de perda	Possível
h. Relevância	O Processo é tido como relevante em razão da matéria discutida nos autos, qual seja, o impacto da imunidade tributária sustentada. Noutro ponto, o processo se torna relevante em razão dos valores vultuosos que estão sendo executados.
i. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
j. valor provisionado (se houver provisão)	Não se aplica.

Processo nº	Ação Cautelar Em Caráter Antecedente nº 5055764-54.2022.8.24.0038
a. juízo	3ª Vara de Fazenda Pública de Joinville
b. instância	Primeira
c. data de instauração	14/12/2022
d. partes no processo	Autor: Município de Joinville Réu: SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 116.627.347,15
f. principais fatos e resumo das decisões proferidas	Lançamento de crédito tributário municipal do período de 2010 a 2017 em razão do afastamento da imunidade tributária pelo Município de Joinville. Após extensa ação fiscalizatória, constituiu-se o lançamento fiscal. Houve a apresentação de defesa, porém, mantida a exigência em 1º grau. Foi apresentado os recursos ao pleno da JURAT, contudo, entendeu o colegiado, por maioria dos votos, manteve a integralidade do lançamento. Tendo em vista o trânsito em julgado dos processos administrativos, os débitos passaram a constar como em exigência perante a Prefeitura, de modo que, ante a intenção de discutir a sua inexigibilidade e a ausência de execução fiscal ajuizada, necessário se faz a manutenção da sua regularidade fiscal por meio de caução (seguro garantia). Em 16/12/2022 foi concedida a tutela provisória para determinar a emissão da CND. Em 06/03/2023 foi apresentada contestação pela Fazenda Municipal. Atualmente processo se encontra concluso para julgamento em 1ª instância.
g. chance de perda	Possível.
h. Relevância	O Processo é tido como relevante em razão da matéria discutida nos autos, qual seja, o impacto da imunidade tributária sustentada. Noutro ponto, o processo se torna relevante em razão dos valores vultuosos que estão sendo executados.
i. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
j. valor provisionado (se houver provisão)	Não se aplica.

Processo nº	Processo Administrativo nº 16062-720.098/2018-68
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	12/06/2018

4.4 Processos não sigilosos relevantes

d. partes no processo	Autor: UNIÃO – FAZENDA NACIONAL Réu: ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 130.393.622,58
f. principais fatos e resumo das decisões proferidas	Em 10.07.2018, foram apresentadas Impugnações aos Autos de Infração. Em 22.03.2019, o julgamento foi convertido em diligência. Em 05.06.2019, a ISCP apresentou Resposta diante do resultado da diligência, ocasião em que apresentou novos documentos. Em razão da apresentação da referida Manifestação, os autos foram novamente convertidos em diligência. Em 07.06.2021, a ISCP apresentou Resposta ao resultado da nova diligência. Em 23.08.2022, a 15ª Turma, da DRJ07, julgou parcialmente procedente a Impugnação apresentada pela ISCP, tendo sido mantido o lançamento apenas em relação às multas isoladas pela suposta ausência de recolhimento de estimativas mensais. A Impugnação apresentada por REDE, Eduardo Moreira Giestas e Eduardo Paz Diz de Araújo foram julgadas procedentes, de modo que foram excluídos do polo passivo. A decisão da DRJ ainda não é definitiva, pois está submetida a recurso de ofício. Em 14.10.2022, a ISCP interpôs recurso voluntário. Em 01.11.2022, os autos entraram no CARF e, no momento, aguarda-se inclusão em pauta para julgamento.
g. chance de perda	Remoto
h. Relevância	O Processo é tido como relevante em razão da matéria discutida nos autos, qual seja, o impacto da imunidade tributária sustentada. Noutro ponto, o processo se torna relevante em razão dos valores vultuosos que estão sendo executados.
i. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
j. valor provisionado (se houver provisão)	Não se aplica.

Processos Judiciais de Natureza Cível

Em 31 de dezembro de 2022, nós e nossas controladas éramos parte em diversos processos judiciais de natureza cível, com um valor envolvido no montante de R\$ 607 milhões. Na mesma data, possuíamos provisão no montante de R\$ 104.174.322,57 para nossos processos cíveis.

Dentre os processos judiciais de natureza cível que representavam contingências relevantes para nós em 31 de dezembro de 2022, destacam-se em razão do valor envolvido ou objeto os seguintes:

Processo nº	0803693-78.2014.8.20.6001
a. juízo	2ª Vara Cível/ 3ª Câmara Cível
b. instância	2ª Instância – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
c. data de instauração	7 de Agosto de 2014
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Estadual - 27ª Promotoria de Natal ("MPRN") Réus: APEC – Sociedade Potiguar de Educação e Cultura S.A. ("APEC") Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda. ("Laureate") Paulo Vasconcelos de Paula ("Paulo Vasconcelos") Jurema Mesquita Cansação ("Jurema Mesquita")

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	ICE Inversiones Brazil S.L. ("ICE Inversiones") Guelmin Administração de Bens Ltda. ("Guelmin Administração") Biofa Participações Societárias Ltda. ("Biofa Participações")
e. valores, bens ou direitos envolvidos	O valor histórico atribuído à causa pelo MPRN foi de R\$ 150.000.000,00. O valor atualizado corresponde a R\$ 318.294.789,52, com base no índice IGP-M, na data-base de março/2023.
f. principais fatos	O MPRN ajuizou a ação civil pública buscando, em síntese: (i) A declaração de nulidade do Contrato de Compra de Ações firmado entre os corréus Paulo Vasconcelos, Jurema Mesquita e ICE Inversiones, para a alienação da APEC; (ii) A condenação dos Réus ao pagamento de indenização equivalente ao patrimônio da APEC à época da celebração do negócio, acrescida de correção monetária, em valor a ser apurado em liquidação de sentença. O MPRN requereu que a indenização fosse revertida para a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. O juiz de primeira instância proferiu sentença indeferindo a inicial e extinguindo o processo com resolução do mérito, em razão do reconhecimento da prescrição da pretensão do MPRN. O MPRN interpôs apelação contra a sentença. A APEC e a Laureate Netherlands Holding B.V., na qualidade de sucessora da ICE, apresentaram contrarrazões à apelação, assim como dos demais corréus. Aguarda-se o julgamento da apelação do MPRN.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A sentença indeferiu a petição inicial e extinguiu o processo com resolução de mérito, em razão da ocorrência de prescrição, nos termos dos arts. 269, IV, e 295, IV, do CPC de 1973. Nos termos da sentença, a pretensão do MPRN estaria prescrita com base no prazo trienal do art. 206, §3º, IV e V do Código Civil.
h. Estágio do processo	Fase recursal
i. Chance de perda	Remota
j. Relevância	O Processo é tido como relevante em razão dos valores vultuosos que estão sendo discutidos.
k. Análise do impacto em caso de perda no processo	O MPRN requereu a condenação dos Réus ao pagamento de indenização equivalente ao patrimônio da APEC à época da celebração do negócio, acrescida de correção monetária, em valor a ser apurado em liquidação de sentença. O MPRN requereu que a indenização fosse revertida para a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Considerando que a apelação do MPRN ainda segue pendente de julgamento, na hipótese de a ação ser julgada procedente (vide análise de risco enviada em 30 de novembro de 2021), os réus poderão ser condenados ao pagamento solidário da indenização pleiteada. Ainda pendente de quantificação.
l. Valor provisionado (se houver provisão)	N/A

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos Judiciais de Natureza Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2022, nós e nossas controladas éramos parte em vários processos judiciais de natureza trabalhista, com um valor envolvido no montante de R\$ 328 milhões. Na mesma data, possuíamos provisão no montante de R\$ 130.083.653,00 para nossos processos trabalhistas e eventuais e futuras contingências não materializadas até a data deste Formulário de Referência.

Nossos processos de natureza trabalhista em andamento versam, em geral, sobre o pagamento de horas extras, verbas rescisórias, reajuste salarial e cobrança de parcelas indenizatórias movidas por nossos ex-empregados e ex-empregados das empresas subcontratadas por nossas controladas, pelas quais somos responsáveis subsidiariamente e/ou solidariamente.

Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Ambiental

Em 31 de dezembro de 2022, nós e nossas controladas éramos parte em processos judiciais de natureza ambiental. Na mesma data, não possuíamos provisão para nossos processos ambientais e eventuais e futuras contingências não materializadas até a data deste Formulário de Referência.

Outros

Até a data deste Formulário de Referência, não somos parte em qualquer outro processo judicial, administrativo ou arbitral que possa materialmente impactar as nossas atividades, que não descritos acima.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total provisionado para os processos descritos no item 4.4 acima, era de R\$ 240.671.262,37.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, não éramos parte em processos sigilosos relevantes.

Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2022, não éramos parte em processos sigilosos relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes

Em complemento às informações prestadas nesta seção 4 deste Formulário de Referência, informamos que não somos signatários de termos de ajustamento de conduta.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, aprovada em 12 de maio de 2020, pelo Comitê de Auditoria, Compliance e Gestão de Riscos e pelo Conselho de Administração da Companhia, a qual está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção “Governança Corporativa”, “Políticas”.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

I. Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção, em especial para os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência. Adicionalmente também busca proteção contra riscos menos relevantes, sendo todos eles classificados, conforme sua natureza, nas seguintes categorias:

- Riscos Estratégicos
- Riscos Financeiros
- Riscos de Conformidade
- Riscos Operacionais

II. Os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia busca, através de um processo estruturado, mitigar seus riscos avaliando impacto e probabilidade dele se materializarem.

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos prevê as seguintes etapas neste processo:

(1) Identificação dos Riscos

O processo de captura e identificação de riscos consiste na execução de atividades específicas, como mapeamento de processos, entrevistas com os gestores responsáveis de cada área/segmento de negócio e o levantamento de perdas ocorridas no passado, com o intuito de estabelecer as matrizes de riscos e controles e mantê-las constantemente atualizadas, com base nos eventos que possam impactar os objetivos estratégicos e de negócio da Companhia.

A área de Gestão de Riscos atuará como facilitadora e consolidadora no processo de identificação e atualização dos riscos da Companhia.

(2) Avaliação de Riscos

Nesta etapa do processo a Companhia refina o entendimento do nível e natureza dos riscos, quantificando estes em termos de probabilidade e impacto de acordo com sua capacidade de afetar as atividades da Companhia em curto, médio e longo prazo.

Toda a metodologia de avaliação, ponderação e priorização dos riscos será proposta pela área de Gestão de Riscos e validada pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, contemplando minimamente (podendo ser utilizada uma combinação de cada uma delas) as etapas de (1) Categorização (2) Estabelecimento de Critério para Cálculo da Severidade e (3) Elaboração de Mapa dos Riscos.

(3) Respostas (tratamento) aos Riscos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Após avaliar e classificar os riscos a administração determinará como pretende responder a eles. Tais respostas devem estar em linha com o apetite de riscos definido pelo Conselho de Administração. Cada risco identificado e avaliado pode ter uma ou mais respostas. A administração pode adotar as seguintes respostas aos riscos:

- (i) Evitar: descontinuação das atividades que geram os riscos. Evitar riscos pode implicar, como por exemplo, a descontinuação de uma linha de serviços;
- (ii) Reduzir: são adotadas medidas, por meio de planos de ação, para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, ou, até mesmo, ambos;
- (iii) Compartilhar: redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma parte do risco, como por exemplo, a terceirização de uma atividade ou a contratação de seguros;
- (iv) Aceitar: nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

(4) Atividades de Controle

As áreas de negócio possuem o papel de implementar e garantir a continuidade operacional dos controles internos associados às suas atividades, garantindo que os riscos residuais estejam alinhados ao nível de apetite e tolerância estabelecidos e validados pelo Conselho de Administração. A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, subordinada a Vice Presidência Executiva e ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos atuará ativamente no processo de identificação e avaliação de controles internos por meio de revisões de processos, investigações pontuais e auditorias internas.

(5) Comunicação

As informações pertinentes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas de forma coerente e em prazo hábil, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades. A comunicação eficaz deve ocorrer em todos os níveis da organização, de modo que cada colaborador entenda a sua função no gerenciamento de riscos corporativos, assim como as atividades individuais que se relacionam com o trabalho dos demais. Deve haver, também, uma comunicação eficaz com terceiros, como clientes, fornecedores, órgãos reguladores e acionistas. Os sistemas de gestão de riscos devem permitir o acompanhamento através de indicadores e dashboards, possibilitando a tomada de decisão baseadas em dados relacionados aos objetivos.

(6) Monitoramento e Análise Crítica

A estrutura de controles internos deve ser monitorada para avaliar a qualidade e a atualização dos controles no tempo. Esse objetivo é atingido mediante atividades recorrentes de monitoramento ou avaliações independentes periódicas, ou, ainda, por uma combinação desses dois mecanismos. As principais atividades de monitoramento incluem conciliações, acompanhamento de comunicações de agentes externos, inventários, auditorias, autoavaliações e verificação contínua.

III. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é composta pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, a qual responde diretamente Vice-Presidente Executivo e ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. As áreas atuam de forma conjunta com o Presidente e demais Diretores da Companhia, sendo estes também parte fundamental da estrutura de gerenciamento de riscos.

A área de Auditoria Interna está inserida na Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e tem como função avaliar os processos de forma independente, verificar sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia e eventuais casos de fraude, desvio de recursos ou danos ao patrimônio. A Auditoria Interna ainda, realiza averiguações com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e nas considerações da liderança (Diretor Presidente, demais Diretores e Gerentes Gerais) e dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Vale mencionar, ainda, que a auditoria interna da Companhia está inserida

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

nos trabalhos de controles internos e adequação dos processos relativos à gestão de riscos, alinhados com relação à complexidade de suas atividades, em razão do porte da Companhia.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia é formada por três membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles o coordenador, o qual tem como principais funções: (i) convocar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (ii) coordenar e definir a pauta das reuniões; (iii) assegurar que os membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos recebam informações completas e tempestivas sobre os itens da pauta das reuniões; (iv) assegurar a eficácia e bom desempenho do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (v) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (vi) propor, quando necessário, o convite a especialistas para participarem de reuniões; (vii) representar o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos no seu relacionamento com o Conselho de Administração e com a Diretoria da Companhia; (viii) reportar periodicamente os temas discutidos nas reuniões do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia tem entre suas atribuições a de assessorar o Conselho de Administração, ao qual se reporta, no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e Compliance. Além disso, nosso Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos é formado exclusivamente por membros independentes, tendo um de seus membros experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria. Para outras informações sobre Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, vide item 12.1 deste Formulário de Referência.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia possui uma estrutura de controles adequada no contexto de suas operações, que permite monitorar e avaliar os riscos relacionados aos seus negócios e possíveis impactos nas operações, atuando na mitigação deles sempre que necessário.

5.2 Descrição dos controles internos

a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

A Administração da Companhia é responsável por estabelecer controles internos necessários para garantir a efetividade dos processos internos, dos fluxos de informação e permitir a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras livres de distorções relevantes, garantindo, em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das Demonstrações Financeiras para divulgação no mercado, de acordo com as normas de contabilidade. Ainda que os controles internos sobre os relatórios financeiros possam não prevenir ou não detectar todos os erros devido às suas limitações inerentes, a Administração acredita que no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2022, os erros e deficiências identificadas no ambiente de controles internos não impactaram, de forma relevante, as Demonstrações Financeiras emitidas.

b) estruturas organizacionais envolvidas

As Diretorias da Companhia, subordinadas à Presidência, são as responsáveis por criar e manter os controles internos necessários em suas respectivas áreas para garantir a efetividade dos processos e fluxos de informação. As Demonstrações Financeiras são elaboradas pela Vice-Presidência Financeira, à qual estão subordinadas a área contábil e o planejamento financeiro.

Dentro da estrutura da Controladoria, a área de controles internos é responsável pelo processo de implementação de controles para mitigar potenciais erros que possam afetar de maneira relevantes as Demonstrações Financeiras.

A Companhia possui ainda a área de Auditoria, riscos e compliance, responsável pela realização de trabalhos voltados ao compliance operacional e auditorias específicas, a que reporta suas atividades ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, órgão não estatutário, composto por dois Conselheiros independentes e por um Especialista externo, comitê este que, por sua vez, é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia e cujas atribuições são aprovadas por este. São atribuições da área de Auditoria Interna da Companhia:

(i) Proceder a avaliação e entendimento do ambiente de riscos e controles da Companhia e suas controladas, incluindo as operações que ocorrem nos campi; (ii) verificar o funcionamento dos controles internos da organização através de testes sobre os mesmos, sempre com uma abordagem de parceria com as áreas auditadas e com objetivo de incentivar as melhorias de qualidade dos processos e redução de riscos, evitando abordagens meramente punitivas; e (iii) realizar auditoria contínua dos processos críticos de negócio, em conjunto com as respectivas áreas operacionais.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

A Administração da Companhia supervisiona a eficiência dos controles internos através do programa de monitoramento executado pela área de controles internos e por meio de trabalhos da área de Auditoria Interna, que reporta periodicamente eventuais deficiências para o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Para as deficiências eventualmente encontradas são elaborados plano de ação pelos departamentos responsáveis pela execução dos processos onde reside o controle a ser aprimorado, com responsáveis e prazos de implantação. Os planos de ação de implementações de melhorias de controle são acompanhados mensalmente pela Auditoria Interna e reportados ao Comitê de Auditoria e Riscos até serem incorporadas ao ambiente de controles, quando então voltam a ser testados no próximo ciclo de testes da Auditoria Interna. Anualmente os resultados dos trabalhos de gestão de riscos e *compliance*, incluídos aí os trabalhos de auditoria sobre os controles internos, são apresentados e discutidos com o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

Adicionalmente, o Ecossistema Ânima possui uma área dedicada à implementação de controles internos e melhoria de processos financeiros vinculada à Controladoria, na Vice-Presidência de Finanças, responsável por aumentar a profundidade e experiência em relação ao tema dentro das equipes de contabilidade e finanças, desenhando e implementando processos, sistemas e controles internos que suportam as Demonstrações Financeiras.

Atualmente, está em andamento um projeto de revisão e implementação de controles em todas as áreas que possuem processos relevantes que suportam as Demonstrações Financeiras.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

A auditoria externa, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia, avalia o sistema contábil e os controles internos a fim de obter entendimento dos controles que consideram relevantes para o processo de auditoria, com objetivo de avaliar e identificar riscos que distorçam de forma relevante as Demonstrações Financeiras. Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2022, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, informou à Companhia

5.2 Descrição dos controles internos

sugestões de aprimoramento de alguns dos controles internos. Os seguintes pontos foram identificados como deficiências significativas na avaliação do auditor independente e suas respectivas recomendações:

Aprimorar o processo de gestão de acessos

Até 31/12/2022 o procedimento para solicitação de novos acessos exigia a indicação de um usuário-espelho para definição dos privilégios a serem concedidos, não havendo até então uma definição formal de perfis de usuários específicos de cada área com seus respectivos privilégios. Solicitações referentes a acessos "básicos/padrões" são concedidas tempestivamente pela TI desde que a solicitação tenha sido formalizada, entretanto, permanece em andamento o plano de ação para criação/ definição formal de outros perfis de acesso específicos por funções, detalhando inclusive perfis conflitantes e riscos associados.

Recomenda-se a criação de perfis de usuários com níveis de privilégio adequados para as diversas áreas da Companhia, de acordo com os diversos papéis e funções desempenhadas nas diversas áreas do negócio. Adicionalmente, recomenda-se a implementação de um workflow de aprovação definido via ferramenta de solicitação, visando garantir que os acessos concedidos foram devidamente avaliados e aprovados. Tal controle deve ser arquivado na área para possibilitar consultas futuras, bem como comprovar que foi realizado.

Aprimorar o processo de mudanças de programas

Até 31/12/2022 não havia sido implementado um controle formal que assegure que todas as modificações realizadas no ambiente produtivo do Grupo foram devidamente formalizadas via sistema de chamados, passaram por testes de homologação (os quais devem ser devidamente evidenciados no chamado) antes de serem implementadas em produção, ou mesmo que foram implementadas por usuários diferentes daqueles que a desenvolveram.

Recomenda-se que seja implementado um controle formal para o processo de gestão de mudanças, de forma a garantir que para toda mudança haverá um chamado correspondente, evidenciando o teste de homologação realizado e aprovação do usuário solicitante antes que a mudança seja colocada em produção. Adicionalmente, recomenda-se a criação de um controle manual que possua frequência e responsável definidos, para revisão dos logs das mudanças realizadas diretamente em produção, e que deve focar nas atividades mais críticas realizadas pelos administradores como, por exemplo: alterações, criação e deleção de dados relevantes.

e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente. A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foram realizados planos de ação para a melhoria de tais controles, ainda que as deficiências encontradas não afetem de forma relevante as Demonstrações Financeiras.

A Administração da Companhia entende que as deficiências significativas nos controles internos apontadas nos relatórios descritos no item (d) acima não impactaram de forma relevante as Demonstrações Financeiras e está executando planos de ação para correção das deficiências significativas identificadas.

(i) Durante o exercício de 2022, em relação ao processo de gestão de acessos, uma plataforma específica foi implementada e é a responsável pelo gerenciamento de identidades e de acessos lógicos (IAM/IGA) no Ecossistema Ânima. Com isto, todo o ciclo de vida de acessos lógicos (desde a concessão de acesso a um(a) novo(a) educador(a), até seu efetivo desligamento da companhia) já é gerenciado e monitorado.

Como prática, periodicamente ocorre o monitoramento transacional visando garantir a eficácia dos controles que já estão implementados. Adicionalmente, durante o ano foram conduzidas ações relacionadas à revisão dos acessos lógicos de alguns sistemas de informação críticos, constatando que o risco de acessos indevidos não se materializou.

Ademais, para alguns sistemas de informação críticos também se estabeleceu um projeto de redesenho de perfis (visando padronização e direcionamento de permissões adequadas aos(às) educadores(as) baseadas em suas atividades e funções) e será concluído em 2023.

5.2 Descrição dos controles internos

Para o próximo ano fiscal, se busca a melhoria contínua em relação à governança das identidades e acessos e focada nas automações.

(ii) Em relação ao processo de mudanças de programas, durante o ano de 2022, em conjunto com o time de Controles Internos, alguns controles internos de tecnologia relacionados ao gerenciamento de mudanças foram estabelecidos.

Foram conduzidas ações voltadas aos pipelines de desenvolvimento, sendo: (i) análise de segregação de função (desenvolvedor vs revisor (QA) vs implantador PRD); (ii) homologação (UAT) pelo solicitante; (iii) aprovação do solicitante.

Para o próximo ano fiscal, se busca a melhoria contínua, visando direcionar o foco para o gerenciamento de liberação, garantindo a adequação à boa prática 'DevSecOps'.

5.3 Programa de integridade

a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Estabelecemos um Programa de Integridade, baseado em nosso Código de Conduta e Ética, visando manter a empresa em conformidade com normas internas e leis promulgadas pelo poder público, além de estabelecer princípios de integridade que devem ser seguidos por todos os colaboradores da empresa.

Sob o ponto de vista econômico, nosso Programa de Integridade visa mitigar as ocorrências de fraudes contábeis, operacionais e financeiras, que podem gerar impactos significativos nos resultados da companhia. Já sob a ótica social, temos como objetivo formar cidadãos mais éticos e compromissados com um país mais justo e transparente; com reflexos diretos no clima organizacional.

Possuímos um canal de denúncia de desvios de conduta, operado em parceria com empresa terceira, de forma a assegurar a independência e anonimato das denúncias. A apuração de denúncias que envolvam desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos é realizada pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance em conjunto com o Gestão de Pessoas e as decisões são tomadas pela Comissão de Ética, órgão multidisciplinar, independente e composto por representantes seniores indicados pelas áreas de Vice Presidência de Gente, Cultura e Gestão, Diretoria Jurídica, Vice Presidência Acadêmica, Vice Presidência Financeira, Vice Presidência Digital, Vice Presidência de Marketing, Vice Presidência de Transformação Digital e Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance. Os riscos, políticas, práticas de integridade, as apurações realizadas e as decisões tomadas são avaliadas anualmente e reportadas ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que por sua vez, se reporta ao Conselho de Administração.

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

São órgãos da estrutura organizacional envolvidas neste monitoramento o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, a Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e a Comissão de Ética.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos é um órgão de caráter consultivo e técnico, de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração. Vinculado a este órgão temos ainda a Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance que é responsável pela implementação de um Programa de Integridade robusto que abarca diversas responsabilidades, incluindo o monitoramento e avaliação do nível de conformidade da Companhia, considerando suas Políticas e Normas internas, leis e regulação aplicável e o Código de Conduta e Ética desenvolvido e publicado pela Companhia. A Auditoria Interna age no sentido de operacionalizar, como terceira linha de defesa, os deveres e responsabilidades da função de supervisão da gestão dos processos internos e a efetividade dos controles internos para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos que possam causar perdas financeiras ou que comprometam a produção de relatórios financeiros, visando proteger interesses de acionistas e outras partes interessadas. Tanto a Comissão de Ética, quanto o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos são órgãos internos não estatutários, contudo, seus regimentos internos, aprovados pelos gestores da companhia, dão a estes órgãos a independência na avaliação dos riscos e práticas de negócio.

A Comissão de Ética possui como atribuição a aplicação dos procedimentos e consequências previstas no Código de Ética e Conduta da Companhia e outros normativos internos às partes envolvidas em casos de suspeita de sua violação. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos possui as atribuições descritas no item 12.1 (a) deste Formulário de Referência.

iii. código de ética ou de conduta

Dispomos de Código de Conduta e Ética aprovado pelo seu Conselho de Administração. Este código se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios, os quais devem agir de acordo com as leis, normas e regulamentações que afetam nossos negócios, bem como políticas e procedimentos internos.

Todos os novos colaboradores recebem treinamento sobre o Código de Conduta e Ética quando de sua admissão. Após ingresso na Companhia, os colaboradores passam por um treinamento de reciclagem, cuja ocorrência é

5.3 Programa de integridade

definida pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance. O Código de Conduta e Ética, assim como demais políticas e normas da empresa ficam disponíveis na intranet da companhia, sites institucionais, podendo ser acessados por qualquer parte interessada a qualquer momento.

Aos membros do corpo técnico-administrativo podem ser aplicadas as seguintes sanções disciplinares:

a. Sanções disciplinares de caráter corretivo:

- (i) Advertências verbais ou escritas; e
- (ii) Suspensão.

b. Sanções disciplinares de caráter punitivo: rescisão do contrato de trabalho por Justa Causa.

O Código de Conduta e Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 22 de agosto de 2013 e pode ser acessado nos links abaixo (respectivamente):

- <http://ri.animaeducacao.com.br/>
- <https://contatoseguro.com.br/anima>

b) canal de denúncia

A empresa dispõe de canal de denúncias, terceirizado (Empresa: Contato Seguro), que pode ser acessado pelo seguinte link: <https://contatoseguro.com.br/anima>.

O canal de denúncias é disponível para todas as partes interessadas e recebe relatos tanto de colaboradores internos quanto do público externo, abarcando docentes, administrativos, alunos, fornecedores e membros da comunidade externa etc.

Quando da abertura de denúncias, o denunciante pode optar por se identificar ou não. Quando da opção de denúncia anônima, para denunciantes de boa-fé.

Todas as denúncias são investigadas pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e, quando necessário, com o envolvimento de outras áreas de negócio, tais como: Jornada do Aluno, Jornada do Candidato, Jornada do Educador, Vice Presidência de Estratégia Acadêmica, Vice Presidência de Transformação Digital, Vice Presidência de Serviços Acadêmicos e Jurídicos e Vice Presidência de Finanças, M&A e RI. Vice Presidência Acadêmica, Vice Presidência de Operações, Vice Presidência de Gente, Cultura e Gestão e Vice Presidência de Transformação Digital, sempre observando os critérios de sigilo e confidencialidade aplicáveis a todas as partes envolvidas no contexto das investigações.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios sociais não foram confirmados casos relacionados.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme descrito nos itens anteriores, possuímos um Código de Conduta e Ética que tem o objetivo de orientar e regular todos os colaboradores, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios da Companhia sobre as regras, procedimentos e comportamentos esperados nas relações internas e externas, principalmente na relação com a administração pública. Ademais, uma Política Anticorrupção foi estabelecida com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para mitigar os riscos de suborno e corrupção, promover a integridade, transparência e "fazer o certo" como parte integrante da nossa cultura corporativa. Entendemos que a existência do Código de Conduta e Ética e dos procedimentos descritos nos itens anteriores demonstra que adotamos uma política e procedimento claro para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, portanto este item é não aplicável.

5.4 Alterações significativas

Endividamento

Conforme informado em itens anteriores, a alavancagem e flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo de nossas dívidas, ocasionando efeitos adversos sobre nossos negócios.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira e o nível de inflação. Devido à natureza de nossas operações e a nova estrutura de capital em decorrência de captações de recursos para a aquisição das instituições da Laureate no Brasil, estamos particularmente sujeitos a efeitos decorrentes da variação das taxas de juros, especialmente em razão da indexação do serviço de nossa dívida a essas taxas. Na hipótese de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao nosso endividamento crescerão, o que poderá impactar negativamente nossa capacidade de financiar nossas operações e resultados.

Mais detalhes dos contratos firmados e limites de covenants estão apresentados no item 2.1, F “Nível de endividamento e características de tais dívidas” deste formulário.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido abordadas nos itens anteriores.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ÁTILA SIMÕES DA CUNHA						
178.893.298-65	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não			Física			
4.788.291	1,186	0	0,000	4.788.291	1,186	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
DANIEL FACCINI CASTANHO						
177.268.508-92	Brasil	Sim	Sim	29/01/2020		
Não			Física			
42.936.634	10,631	0	0,000	42.936.634	10,631	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FABRÍCIO GHINATO MAINIERI						
752.322.510-15	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não			Nenhum			
1.193.622	0,296	0	0,000	1.193.622	0,296	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO						
043.580.888-56	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não			Nenhum			
3.070.646	0,760	0	0,000	3.070.646	0,760	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
IGNÁCIO DAUDEN MARTINEZ						
213.279.458-86	Espanha	Sim	Sim	23/10/2013		
Não			Física			
5.115.980	1,267	0	0,000	5.115.980	1,267	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LEONARDO BARROS HADDAD						
257.041.918-43	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não			Nenhum			
150.000	0,037	0	0,000	150.000	0,037	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MARCELO BATTISTELLA BUENO						
171.266.448-41	Brasil	Sim	Sim	29/01/2020		
Não			Física			
28.030.911	6,941	0	0,000	28.030.911	6,941	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MAURÍCIO NOGUEIRA ESCOBAR						
179.933.738-32	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não			Física			
10.546.088	2,611	0	0,000	10.546.088	2,611	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RICARDO CANÇADO GONÇALVES DE SOUZA						
250.347.826-34	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não			Física			
3.098.702	0,767	0	0,000	3.098.702	0,767	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RODRIGO ROSSETTO DIAS RAMOS						
142.018.098-38	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não			Física			
2.674.052	0,662	0	0,000	2.674.052	0,662	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RÔMULO FACCINI CASTANHO						
275.264.818-93	Brasil	Sim	Sim	28/10/2013		
Não			Nenhum			
18.506.028	4,582	0	0,000	18.506.028	4,582	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
26.497.993	6,561	0	0,000	26.497.993	6,561	
OUTROS						
257.259.858	63,699	0	0,000	257.259.858	63,699	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
403.868.805	100,000	0	0,000	403.868.805	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	19.075
Quantidade acionistas pessoa jurídica	106
Quantidade investidores institucionais	333

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	256.834.750	63,594%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	256.834.750	63,594%

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
AGES EMPREENHIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA.	03.732.265/0001-72	100,00
APEC SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	08.480.071/0001-40	100,00
ASPEC SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	05.247.100/0001-30	100,00
BRASIL EDUCAÇÃO S.A.	05.648.257/0001-78	100,00
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VESPASIANO LTDA	02.493.951/0001-75	73,76
CENTRO EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO SUPERIOR - CEFOS LTDA	16.694.697/0001-88	100,00
CESG – CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S/A	04.097.860/0001-46	55,00
CESUC EDUCAÇÃO LTDA	01.067.420/0001-58	100,00
FACEB EDUCAÇÃO LTDA.	03.099.921/0001-41	100,00
FACS SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA	13.526.884/0001-64	100,00
FADERGS – FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL LTDA	02.247.214/0001-92	100,00
HSM DO BRASIL S/A	01.619.385/0001-32	100,00
IBCMED SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO S.A	05.610.260/0001-00	51,00
IEDUC – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA S.A.	08.446.503/0001-05	100,00

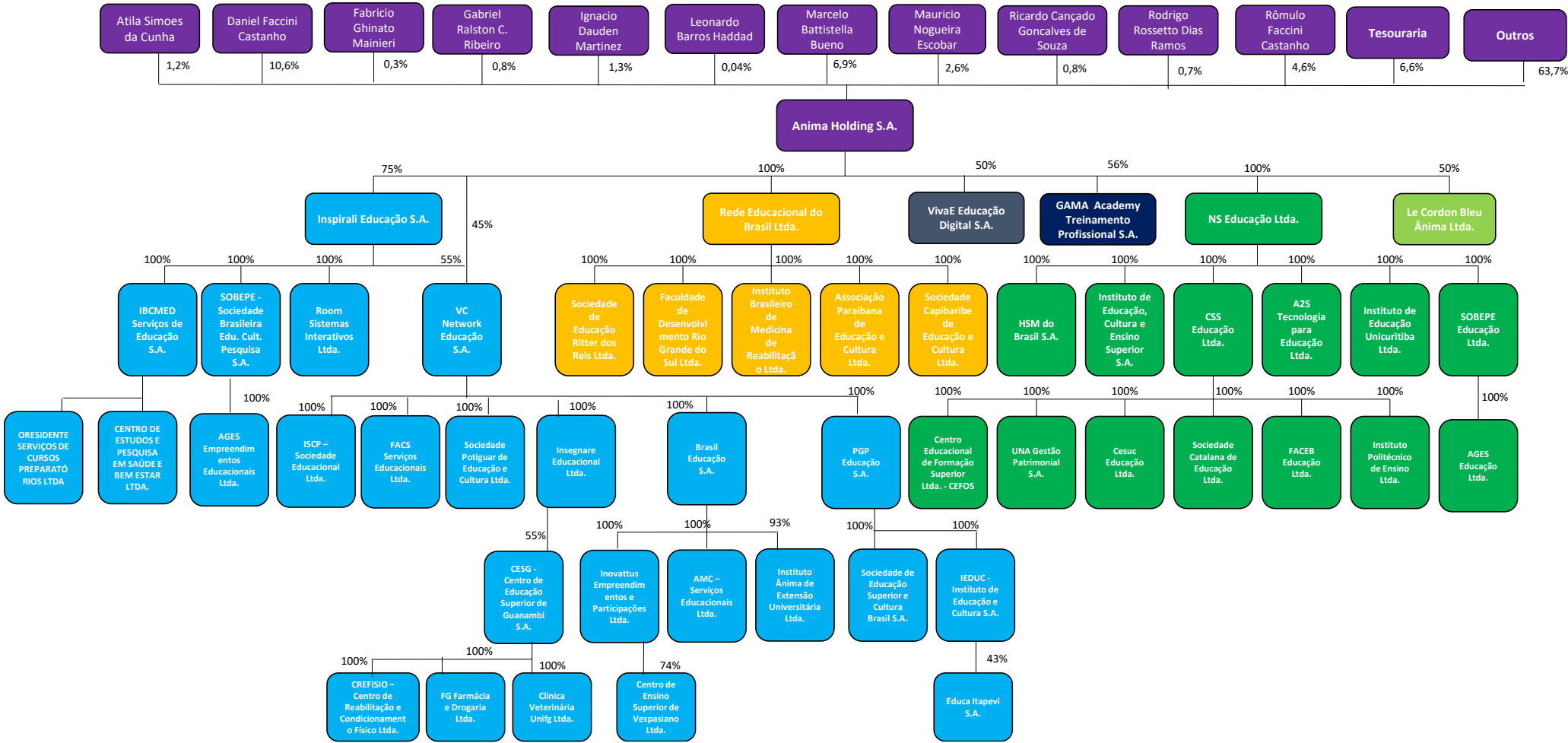
6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	18.487.854/0001-00	100,00
INPIRALI EDUCAÇÃO S/A	35.822.503/0001-27	100,00
INSEGNARE EDUCACIONAL S/A	35.822.594/0001-09	100,00
INSTITUTO BRASILEIRO DE MEDICINA DE REABILITAÇÃO LTDA	42.365.445/0001-15	100,000000
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNIMONTE S/A	44.952.711/0001-31	100,00
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO UNICURITIBA LTDA.	76.534.924/0001-30	100,00
INSTITUTO POLITÉCNICO DE ENSINO LTDA	03.387.092/0001-00	100,00
ISCP SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA	62.596.408/0001-25	100,00
PENSARE EDUCAÇÃO LTDA	42.468.043/0001-46	100,00
PGP EDUCAÇÃO S/A	11.408.980/0001-82	100,00
PGP POSSE GESTÃO PATRIMONIAL S.A.	14.693.005/0001-51	100,00
REDE EDUCACIONAL DO BRASIL LTDA	07.728.655/0001-20	100,00
ROOM SISTEMA INTERATIVOS LTDA	25.301.793/0001-00	100,00
SOBEPE - SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, PESQUISA E EXTENSÃO S/A	09.241.131/0001-35	100,00
SOCEC – SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	41.229.501/0001-21	100,00

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
SOCIEDADE CATALANA DE EDUCAÇÃO LTDA.	05.373.130/0001-93	100,00
SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO RITTER DOS REIS LTDA	87.248.522/0007-80	100,00
SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E CULTURA – SOCIESC S.A.	84.684.182/0001-57	100,00
UNA GESTÃO PATRIMONIAL S.A.	17.248.634/0001-60	100,00
VC NETWORK EDUCAÇÃO S/A	04.011.351/0001-59	100,00
VIDAM EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA.	18.867.222/0001-71	100,00

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



Atualizado em agosto/2023

6.6 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta seção foram descritas nos itens acima.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos

Nossa Administração é composta por um Conselho de Administração de 5 a 9 membros, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral, dos quais, no mínimo, 2 (dois) ou 20,0% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser membros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e por uma Diretoria com, no mínimo, 4 e, no máximo, 6 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor de Relações com Investidores e os demais membros cujas funções e denominações específicas serão definidas pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de cargos.

Nosso Estatuto Social prevê, ainda, um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, que, quando instalado será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros e seus respectivos suplentes.

Conselho de Administração:

Nosso Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes dos nossos negócios, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de nosso desempenho.

Nosso Estatuto Social prevê, especificamente, as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

- i. deliberar sobre a prestação de fiança, aval ou quaisquer outras garantias reais relativas a obrigações de terceiros ou de partes relacionadas de quaisquer dos acionistas da Companhia, ressalvadas aquelas prestadas em favor de empresas nas quais detenha participação;
- ii. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- iii. eleger, aceitar renúncia, deliberar sobre pedido de licença temporária, designar substitutos e destituir os Diretores da Companhia, bem como fixar-lhes as atribuições específicas, observando o disposto no Estatuto Social;
- iv. fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- v. manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, demonstrações financeiras e as contas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral, bem como sobre a proposta de destinação do resultado do exercício;
- vi. determinar os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos diretores estatutários da Companhia;
- vii. distribuir a remuneração global dos administradores fixada anualmente pela Assembleia Geral dentre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia;
- viii. deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- ix. determinar o levantamento de balancetes em períodos inferiores a um exercício social e deliberar sobre o pagamento aos acionistas de dividendos intercalares ou intermediários, nos termos do Estatuto Social;
- x. deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo quarto, do artigo 5º do Estatuto Social, com a emissão de novas ações ordinárias, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou de títulos com direito de subscrição, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- xi. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis ou, no caso de debêntures conversíveis em ações, quando a emissão ocorrer dentro do limite do capital autorizado, assim como deliberar sobre as respectivas condições referidas no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- xii. deliberar sobre a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação pública de recursos, de uso comum no mercado, incluindo, mas não se limitando, a emissão de notas promissórias;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- xiii. dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;
- xiv. escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- xv. deliberar sobre a aquisição e alienação de participação societária em outras sociedades, bem como sobre a constituição de subsidiárias, sempre tendo em vista os objetivos sociais;
- xvi. deliberar sobre a alteração da política de dividendos das controladas e/ou subsidiárias da Companhia;
- xvii. deliberar sobre a alteração dos direitos, preferências ou vantagens atribuídas a quaisquer valores mobiliários de emissão das sociedades nas quais a Companhia detenha participação;
- xviii. aprovar a transformação do tipo societário, cisão, fusão, incorporação das sociedades nas quais a Companhia detenha participação ou a incorporação de qualquer destas em outra;
- xix. deliberar sobre requerimento de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial das sociedades nas quais a Companhia detenha participação;
- xx. deliberar sobre a alteração das práticas contábeis das sociedades nas quais a Companhia detenha participação, salvo se exigido por lei;
- xxi. aprovar atos de transferência de tecnologia, venda, licenciamento ou renúncia de patentes, marcas registradas, informações técnicas e know-how que envolvam valor excedente, individualmente, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- xxii. deliberar sobre a celebração de qualquer negócio jurídico com terceiros, inclusive a celebração de contratos de financiamento, empréstimos ou assunção de qualquer dívida que, individualmente considerada, seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) cada ou, em valor agregado ao longo de um mesmo exercício social, superior a 50% do patrimônio líquido da Companhia. No caso de contratos locatícios, o valor total do contrato será considerado como o resultado da multiplicação do valor mensal do aluguel por 12 (doze), acrescido de todas e quaisquer outras despesas ou multas (rescisórias ou não) contidas no contrato aplicável;
- xxiii. deliberar sobre a realização, pela Companhia e/ou pelas sociedades nas quais a Companhia detenha participação, de qualquer negócio com quaisquer dos administradores e/ou Acionista Controlador desde que, em qualquer caso, realizado em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas. Não serão vedadas (a) operações comerciais diretamente relacionadas ao objeto social da Companhia e/ou suas controladas ou subsidiárias (b) prestação de serviços realizada pela Companhia às empresas em que tiver participação;
- xxiv. deliberar sobre a aquisição, constituição ou alienação de sociedade, alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detenha participação, conforme o caso, que, em um mesmo exercício social, superem 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação, conforme o caso, apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas, conforme o caso, por seus auditores independentes, relativas obrigatoriamente ao último exercício social, por meio de operação isolada ou por meio de operações sucessivas, desdobradas ou análogas;
- xxv. deliberar sobre a aprovação da aquisição de ativos (i) que não sejam relacionados ao setor de educação; (ii) que, ainda no setor de educação, sejam relacionados ao setor de educação básica; ou (iii) imobiliários, ainda que relacionados ao setor de educação, salvo aqueles já pertencentes à instituição de ensino que vier a ser adquirida;
- xxvi. deliberar sobre a aprovação de investimentos que excedam, em um mesmo exercício social, 3,5% (três vírgula cinco por cento) da receita operacional líquida da Companhia apurada no período de 12 (doze) meses que anteceder à data da aprovação, conforme suas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas, por meio de operação isolada ou por meio de operações sucessivas, desdobradas ou análogas;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- xxvii. deliberar sobre a celebração, pela Companhia e/ou suas controladas ou subsidiárias, de acordos de acionistas, de quotistas ou de instrumentos análogos relativos à participação societária por elas detidas, ou alterações a tais instrumentos vigentes;
- xxviii. deliberar sobre a prestação de fiança, aval ou quaisquer outras garantias reais relativas a obrigações de terceiros ou de partes relacionadas de quaisquer dos acionistas da Companhia, ressalvadas aquelas prestadas em favor de empresas nas quais detenha participação;
- xxix. aprovar a outorga de procuração para a prática de qualquer um dos atos contidos no artigo 14 do Estatuto Social;
- xxx. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- xxxi. deliberar sobre a elaboração e aprovação de seu Regimento Interno; e
- xxxii. deliberar sobre a aprovação do orçamento anual e plano quinquenal ou plurianual de negócios.

Além disso, o Conselho de Administração poderá instituir comitês com funções técnicas e/ou consultivas, sendo sua competência definir suas atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses comitês.

Nosso Conselho de Administração reúne-se a cada trimestre, de forma ordinária, e, de forma extraordinária, sempre que necessário, mediante convocação por seu Presidente, ou, na falta deste, pelo Vice-Presidente, ou por qualquer de seus membros (neste último caso, exclusivamente caso o presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, não tenham convocado, por qualquer motivo, uma reunião solicitada por tal Conselheiro em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da respectiva solicitação), com antecedência mínima de 5 dias em primeira convocação e de 2 dias em segunda convocação, devendo a convocação estar acompanhada da ordem do dia e dos documentos que deem suporte às deliberações a serem tomadas.

Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da nossa Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, ressalvado o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, com a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo que qualquer deliberação deverá ser tomada mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício, observado o caso de empate nas deliberações em reuniões do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de minerva.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos por Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

Nosso Conselho de Administração possui Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração em 08 de novembro 2018, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Diretoria:

Compete à nossa Diretoria, além de outras funções previstas em Lei ou no Estatuto Social, representar a nossa Companhia na prática de quaisquer negócios, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como a assinatura de quaisquer documentos ou prática de atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a nossa Companhia

Nossa Diretoria reunir-se-á (i) anualmente para elaborar as demonstrações financeiras e respectivo relatório a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração, nos termos da alínea "(iv)" do artigo 14 do nosso Estatuto Social; e

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(ii) periodicamente, quando necessário, por convocação por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, devendo constar da convocação a ordem do dia.

As reuniões são instaladas com a presença da maioria dos membros da Diretoria, em primeira convocação, e com qualquer quórum, em segunda convocação. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, sendo que, em caso de empate, o Diretor Presidente ou o Diretor que o substituir na reunião terá o voto de qualidade.

A Diretoria da Companhia não possui Regimento Interno. Dentro do processo de aprimoramento da Governança, a Companhia pretende adotar, em breve, um Regimento Interno da Diretoria.

Conselho Fiscal:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

O nosso Conselho Fiscal é de caráter não permanente, podendo ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de nossos acionistas, como descrito abaixo.

Sempre que instalado, o Conselho Fiscal será constituído por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, que terão as atribuições previstas em lei. O prazo de mandato dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária subsequente à qual houve a respectiva eleição, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal reunir-se-á nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras e essas reuniões serão válidas quando contarem com a presença da maioria de seus membros então em exercício.

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, quando seu funcionamento não é permanente, o Conselho Fiscal poderá ser instalado pela assembleia geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10,0% das ações ordinárias, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária seguinte à sua instalação. Este percentual pode ser reduzido para até 2,0% do capital social votante dependendo do nosso capital social, nos termos da Instrução CVM nº 324, de 19 de janeiro de 2000.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal não pode ter membros que (i) sejam do nosso Conselho de Administração ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo; (ii) sejam nossos diretores; (iii) sejam nossos empregados ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo; (iv) sejam cônjuge ou parente, até terceiro grau, de qualquer de nossos administradores. Além disso, a mesma lei exige que os membros do Conselho Fiscal recebam uma remuneração de, pelo menos, 10% da média do montante pago para cada diretor, excluindo benefícios, verbas de representação e participações nos lucros e resultados.

Considerando que na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023, mais de 2% dos acionistas com direito a voto requereram a instalação do Conselho Fiscal e considerando o disposto na Instrução Normativa CVM nº 324 de 19/01/2000, referido órgão foi instalado nesta data.

Política de Indicação:

Nossa Política de Indicação foi aprovada em 26 de julho de 2019 pelo Conselho de Administração tendo como objetivo definir os procedimentos, diretrizes e critérios que deverão ser observados pela Companhia no processo de indicação de membros do Conselho de Administração, dos seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Executiva. Sem prejuízo de diretrizes e requisitos adicionais aprovados pelo Conselho de Administração, os seguintes elementos deverão ser considerados e ponderados na seleção e indicação de candidatos para o preenchimento dos cargos sujeitos à nossa Política de Indicação: (i) adequação do currículo e qualificação profissional do candidato às atividades e atribuições inerentes ao respectivo cargo e alinhados aos valores e à cultura da Companhia, além dos aspectos éticos e comportamentais previstos no Código de Conduta e Ética da Companhia; (ii) demais atividades exercidas pelo candidato, especialmente à luz: (a) das vedações constantes do artigo 147, § 3º, da Lei das S.A., (b) de eventuais conflitos de interesse do candidato em relação à companhia, cuja natureza o torne inapto para o exercício do cargo; e (c) da necessidade de o candidato dispor de tempo e energia para o adequado e diligente exercício da função a que seria indicado; (iii) complementaridade de competências, experiências e características pessoais com relação aos demais membros, quando se tratar de órgão colegiado; (iv) background check de integridade, tendo em vista aspectos como histórico criminal, eventuais condenações administrativas e histórico profissional; (v) a sua assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior e seu desempenho em processo de

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

avaliação, se aplicável, caso o candidato já ocupe cargo de administração da Companhia: (vi) busca da diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero: O Comitê de Pessoas é o responsável pelo suporte ao Conselho de Administração da Companhia no processo de indicação dos candidatos.

Nossa Política de Indicação está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção “Governança Corporativa”, “Políticas”.

b. mecanismos de avaliação de desempenho

Avaliação de desempenho:

A Companhia, fortalecida em seu comprometimento com as melhores práticas de governança, consolidando os padrões éticos e aprimorando continuamente a transparência, remodelou em 2019, as suas práticas de Governança Corporativa e com o apoio do Comitê de Pessoas definiu os mecanismos para o processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, de seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria. O primeiro processo (auto avaliação), foi aplicado no mês de março de 2020, após o primeiro ano de funcionamento da nova estrutura e será realizado, ao menos uma vez, durante a vigência do mandato de cada administração, conforme preconiza o Novo Regulamento do Novo Mercado. O Comitê de Pessoas é o responsável pelo suporte ao Conselho de Administração da Companhia no processo de avaliação de desempenho.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conflitos de interesse:

A Companhia adota Política de Transação com Partes Relacionadas que visa estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas quando da ocorrência de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse, assegurando a comutatividade e transparência das operações e garantindo aos acionistas, investidores e outras partes interessadas, que as transações entre a Companhia e suas Partes Relacionadas sejam conduzidas dentro dos parâmetros de mercado, priorizando os melhores interesses da Companhia, pautando-se no disposto nas melhores práticas de governança corporativa, na Lei das Sociedades Anônimas e no Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como a apuração e punição dos responsáveis em caso de descumprimento. A Política completa pode ser encontrada no site de RI da Companhia: (www.ri.animaeducacao.com.br) Governança Corporativa > Política de Transação com Partes Relacionadas.

Além disso, a Companhia possui norma interna de conflito de interesses, que busca estabelecer diretrizes de integridade, orientar sobre a identificação e a resolução de situações que possam apresentar conflitos de interesses reais ou potenciais por educador(a), terceiros, ou quaisquer outras partes relacionadas, visando eliminar ou mitigar riscos, assegurando meios para que os educadores(as) possam declarar em tempo hábil, conflitos de interesses reais ou potenciais.

Consoante ao Estatuto Social da Companhia, ao Regimento Interno dos órgãos da Companhia (inclusive regimento interno do Conselho de Administração), ao disposto na Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia, e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a nossa Companhia. A Lei das Sociedades por Ações proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Adicionalmente, ao identificar-se conflitado, o Administrador deve ausentar-se de quaisquer discussões sobre o tema em questão.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Desde 2020, a Ânima vem desenvolvendo a cultura Ânima Plurais (Â Plurais), com a finalidade de promover institucionalmente e intencionalmente a equidade e inclusão para todas as pessoas que se relacionam e interagem com o nosso Ecossistema. Atualmente, o Â Plurais organiza-se estrategicamente em quatro frentes de atuação: recrutamento, seleção e progressão; letramento, sensibilização e engajamento; comunicação; e ensino, pesquisa e extensão. Desenvolve também acompanhamento e metrificação dos indicadores. Em dois anos e meio, o programa obteve avanços notáveis, tanto para realidade e práticas internas, quanto para impacto em nossas comunidades acadêmicas. A promoção da diversidade, e seus impactos de inclusão e equidade, são parte essencial da cultura da Ânima. Embora não haja objetivos

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

específicos estabelecidos para os órgãos de administração, há ações, projetos e proposições efetivas para o avanço da formalização e do engajamento sobre o tema da diversidade, atualmente abordado e incorporado no desenvolvimento do Â Plurais de forma transversal a todas as áreas e vice-presidências da Companhia. A contratação de docentes negros/as, por exemplo, importante para a representatividade, formação acadêmica e composição de equipe multiplamente diversa e interseccional em suas identidades culturais. Essa abordagem reflete o compromisso contínuo da Ânima em criar um ambiente diverso, o que impulsiona a inovação e criatividade, por ser inclusivo desde o recrutamento até as opiniões que precisam ser expressas em toda a estrutura da organização.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Temos na Companhia uma gerência que acompanha as questões de meio ambiente e sustentabilidade, e que monitora impactos ambientais e atua na mitigação, acompanhando todas as normas e regras ambientais (NRs) vigentes – que envolvem as questões relacionadas ao clima. Essa gerência é a responsável por fazer o acompanhamento próximo com base em um processo consistente de avaliação de riscos que é revisado revisa regularmente. Sempre que um novo risco ambiental e/ou de clima são identificas, existe processo de avaliação com os órgãos da administração para avaliar novos processos e mitigações. Em 2023, após nova estruturação dos comitês, o Conselho de Administração definiu comitê específico para assessorar nos temas ambientais e de sustentabilidade, o Comitês de Estratégia, novas negócios e ESG.

Atualmente, a Companhia está em processo de diagnóstico das questões relacionadas a ESG, ainda não finalizada até a data de publicação deste formulário. Com esse trabalho, está em construção a matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ESG, em que riscos ambientais estão contemplados, e terão ações discutidas e implementadas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	7	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	2	1	0	0	0
TOTAL = 20	6	14	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	9	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 20	0	20	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração poderá instituir comitês com funções técnicas e/ou consultivas, sendo sua competência definir suas atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses comitês.

Em janeiro de 2023, em reunião realizada pelo Conselho de Administração, foi aprovada a reestruturação dos Comitês de Assessoramento ao Conselho, que a partir de 15/01/2023 passaram a ser: Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; Comitê de Finanças e M&A; Comitê de Pessoas, Cultura e Transformação Digital, e o Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG.

Comitês:

Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos:

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia é composto por no mínimo, 03 membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, com mandato similar ao do Conselho de Administração. O Comitê será preferencialmente composto por membros do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) deve ser Conselheiro Independente da companhia, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM, que dispõe sobre o registro e o exercício de atividade de auditoria independente. O mesmo membro do Comitê pode acumular ambas as características referidas acima. É vedada a participação, como membros do comitê, de seus diretores, de diretores de suas controladas, de seu acionista controlador, de coligadas ou sociedades sob controle comum.

Compete ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos:

- (i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- (ii) analisar e emitir recomendações sobre o funcionamento do modelo de governança corporativa adotado pela Companhia, sua adequação e eficácia, propondo eventuais alterações necessárias ao Conselho de Administração;
- (iii) analisar e emitir recomendações acerca da adoção de melhores práticas de governança corporativa, bem como acompanhar o processo de implementação e manutenção das práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia;
- (iv) analisar e emitir recomendações sobre o Estatuto Social, as políticas institucionais, a estrutura, regulamentos e funcionamento dos Comitês de Assessoramento do Conselho, assim como quaisquer outros documentos relacionados à governança corporativa da Companhia;
- (v) acompanhar a contínua aderência da Companhia, conforme aplicável, à legislação de direito societário, de mercado de capitais e regulatória dos órgãos de fiscalização do mercado de valores mobiliários, bem como às melhores práticas de governança corporativa, com o apoio da Diretoria Jurídica e áreas de Governança Corporativa da Companhia;
- (vi) analisar e emitir recomendações sobre a adequação das transações entre partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais situações Envolvendo Conflito de Interesse ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); fazer recomendações de alterações e atualizações dessa Política, se necessário;
- (vii) analisar e acompanhar o cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas e, em caso de violação ao disposto nessa política, recomendar ao Conselho de Administração a adoção das providências cabíveis;
- (viii) avaliar e monitorar as políticas, procedimentos e sistemas de Gerenciamento de Riscos da Companhia e recomendar melhorias e adequações necessárias;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (ix) avaliar e monitorar a elaboração e o cumprimento das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia (*Compliance*);
- (x) supervisionar atividades de implementação, disseminação, treinamento, revisão e atualização do código de conduta e do canal de denúncias, bem como da condução de apurações e propositura de medidas corretivas relativas às eventuais infrações ao código de conduta e aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia;
- (xi) garantir o funcionamento e idoneidade do canal de denúncias em todos os níveis e para todos os públicos da organização, assim como supervisionar a apuração e resolução adequada de todos os casos de desvios comprovados, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- (xii) recomendar ao Conselho de Administração a contratação, remuneração e substituição dos serviços de auditoria independente;
- (xiii) supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos;
- (xiv) conhecer, discutir e acompanhar o planejamento e escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos pela auditoria independente e pela auditoria interna;
- (xv) analisar e avaliar a qualidade e integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias, demonstrações financeiras consolidadas e quaisquer outros relatórios e documentos contábeis elaborados para atender as regras legais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (xvi) acompanhar as questões legais, tributárias, previdenciárias, trabalhistas ou quaisquer outras contingências que possam ter impacto nas demonstrações financeiras, em conjunto com a área jurídica;
- (xvii) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos possui Regimento Interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018, e com alterações aprovadas em 17 de setembro de 2019, e em 16 de dezembro de 2020, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

A área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna reporta-se ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que realiza averiguações com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e nas considerações da liderança (*Diretor Presidente, demais Diretores e Gerentes Gerais*) e dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. A Auditoria Interna tem como função avaliar os processos de forma independente, verificar sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia e eventuais casos de fraude, desvio de recursos ou danos ao patrimônio. Vale mencionar, ainda, que a auditoria interna da Companhia auxilia nos trabalhos de controles internos e gestão de riscos com o resultado do seu trabalho, recomendações e validação da implantação dos planos de ações, alinhados com relação à complexidade de suas atividades, em razão do porte da Companhia

Em reunião realizada no dia 12 de maio de 2020, o Conselho de Administração aprovou, conforme recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, a nossa Política de Gerenciamento de Riscos, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

A Companhia possui ainda uma Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de agosto de 2020. Esta política aplica-se ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, Diretoria Executiva, assim como toda e qualquer área e colaboradores da Companhia e suas controladas e subsidiárias que estejam envolvidas em processos de seleção, avaliação, e contratação e/ou pagamento de Serviços de Auditoria e/ou Extra Auditoria. A nossa Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Ainda, em reunião realizada no dia 22 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou, conforme recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, a nossa Política Corporativa Anticorrupção, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Comitê de Finanças e M&A:

O Comitê de Finanças e M&A da Companhia é composto por no mínimo, 03 (três) membros efetivos.

Os membros deverão ser eleitos pelo Conselho de Administração, para mandato similar ao dos membros do Conselho. Compete ao Comitê de Finanças e M&A:

- (i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- (ii) referendar e submeter à aprovação do Conselho elaboração e alterações das políticas financeiras de Gestão de Riscos e suas políticas complementares propostas pela Diretoria da Companhia;
- (iii) acompanhar a implantação das políticas listadas no item anterior, aprovadas pelo Conselho, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas pelo Conselho;
- (iv) analisar, previamente à deliberação do Conselho de Administração, os orçamentos e planos de investimentos anuais, bem como acompanhar as suas execuções;
- (v) assessorar o Conselho de Administração e suportá-lo na análise do cenário macroeconômico e seus impactos para a Companhia;
- (vi) assessorar o Conselho de Administração na análise e supervisão dos relatórios gerenciais de desempenho e das demonstrações financeiras da Companhia;
- (vii) analisar os relatórios periódicos enviados aos órgãos regulatórios do mercado de capitais, bem como as correspondências trocadas com os mesmos;
- (viii) propor recomendações ao Conselho Administração sobre políticas financeiras e de relacionamento da Companhia com o mercado de capitais;
- (ix) analisar financeiramente as políticas de ICP (Incentivo de Curto Prazo) e ILP (Incentivo de Longo Prazo) da diretoria;
- (x) monitorar a liquidez, o fluxo de caixa e o endividamento da Companhia;
- (xi) analisar e propor operações de captação e aplicação de recursos no mercado financeiro;
- (xii) analisar e propor operações de emissão de ações e títulos junto ao mercado de capitais;
- (xiii) monitorar e analisar o desempenho da Companhia em comparação a outras empresas do setor de atuação;
- (xiv) analisar e propor a otimização das estruturas societária e tributária do conglomerado de empresa;
- (xv) analisar, previamente ao Conselho de Administração e suportar o Conselho de Administração em processos de M&A;
- (xvi) acompanhar o desempenho do atual portfólio (e cada um dos negócios que o compõe individualmente) com base em sua contribuição ao *core business*, atratividade intrínseca, e/ou potencial de disrupção;
- (xvii) garantir a alocação de recursos da companhia visando uma distribuição adequada entre a maximização do *core business*, o desenvolvimento do portfólio de negócios correlatos e exploração de novos negócios com potencial de transformação e/ou disrupção;
- (xviii) acompanhar a evolução dos planos da companhia relacionados a estratégias de acesso e financiamento estudantil;
- (xix) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

O Comitê de Finanças e M&A possui Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018 e com alterações aprovadas na reunião de 24 de abril de 2019, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Comitê de Pessoas, Cultura e ESG:

O Comitê de Pessoas é composto por no mínimo, 03 membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, para mandato similar ao dos membros do Conselho de Administração.

O Comitê de Pessoas possui Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018 e com alterações aprovadas na reunião de 24 de abril de 2019, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG:

O Comitê de Estratégia, Novos Negócios e ESG é composto por no mínimo, 03 membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, para mandato similar ao dos membros do Conselho de Administração.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome: ANA PAULA DE ASSIS BOGUS CPF: 179.295.498-01 Profissão: Administradora Data de Nascimento: 27/03/1974

Experiência Profissional: Ana Paula Bogus é executiva com extensa experiência profissional e ocupa, atualmente, a posição de Presidente Latam Havaianas (Grupo Alpargatas). Antes disso foi também Global Head of Business da Rappi entre 2019 e 2021, General Manager da Kimberly-Clarke e Kimberly Clark Professional entre 2008 e 2019, e com experiências anteriores na Nestlé e BankBoston. Até Abr/2022 era conselheira independente do Grupo NotreDame Intermédica. É formada em Administração de Empresas pela PUC-SP, Pós-Graduada em International Economics pela USP e MBA (International Business) pela University of Pittsburgh. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Ana Paula não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Sim	26/01/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ANTONOALDO GRANGEON TRANCOSO NEVES CPF: 882.494.845-68 Profissão: Engenheiro Civil Data de Nascimento: 05/03/1975

Experiência Profissional: Antonoaldo foi o Chief Executive Officer da TAP Air Portugal, desde 01 fevereiro de 2018 até Setembro de 2020. Foi Presidente da Azul Linhas Aéreas de 2014 a 2017. Antonoaldo foi consultor e sócio global da McKinsey, onde atuou por 10 anos. Seu foco mais recente de atuação na consultoria foi em projetos de aviação e infraestrutura e em Governança Corporativa. Foi nomeado pelo BNDES e pela Secretaria de Aviação Civil como membro do Conselho da Infraero entre 2011 e 2012. Antonoaldo tem experiência como Executivo no setor de construção como Diretor Corporativo da Cyrela, responsável por JVs, planejamento, backoffice e pessoas, e na Odebrecht, onde foi engenheiro de montagem de obras eletromecânicas. É formado em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, possui um MBA pela Darden Graduate School of Business Administration from the University of Virginia e um Mestrado em Finanças Corporativas pela PUC do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e membro do Comitê de finanças e Mamp;A e Comitê de estratégia e novos negócios. Além disso 'e membro do Conselho de Adminsitracão da Tenda e CEO e fundador da Oner Travel. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Antonoaldo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Sim	21/03/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ÁTILA SIMÕES DA CUNHA CPF: 178.893.298-65 Profissão: Administrador Data de Nascimento: 13/02/1973

Experiência Profissional: Átila graduou-se em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) em 2000. Concluiu o mestrado Profissional em Administração de Empresas no Centro Universitário UNA em 2013 e atualmente cursa doutorado em administração na EAESP/FGV. Atuou no ramo de auditoria independente na Arthur Andersen entre fevereiro de 1993 a agosto de 2002. Ocupou diversos cargos de Direção no Centro Universitário UNA, entre 2003 e 2016. Além disso, ele ocupou o cargo de diretor nas seguintes empresas: FACEB Educação Ltda., Brasil Educação S.A., CESUC Educação Ltda., IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S.A., Instituto Politécnico de Ensino Ltda., PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., Sociedade Catalana de Educação Ltda., Una Gestão Patrimonial S.A. e VC Network Educação S.A., todas pertencentes ao Grupo Ânima. Átila atuava desde junho de 2017 como Vice-Presidente de Expansão em nossa Companhia, e passou a exercer o cargo estatutário de Diretor de Novos Negócios, desde 19 de março de 2019, para complementar o mandato até 24 de abril de 2019, bem como reassumir, nesta mesma data, novo mandato de 02 anos que se encerrou, a pedido, em 11/05/2021. Em 06/07/2023 assumiu a Diretoria Financeira. Além disso, é membro dos Comitês de Finanças e M&A. Atualmente também é membro Suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/9/2020 e membro efetivo do comitê de finanças e M&A da mesma Companhia. O Sr. Átila não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Átila não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	06/07/2023	2 anos, até AGO de 2025	Outros Diretores	Diretor Financeiro	06/07/2023	Sim	06/07/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: BRUNO MEIRELLES SALOTTI CPF: 278.948.878-97 Profissão: Contador Data de Nascimento: 22/12/1977

Experiência Profissional: Bruno Salotti é graduado, mestre e doutor em Ciências Contábeis pela FEA/USP e atualmente é Prof. Dr. do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP e Coordenador do Laboratório de Contabilidade Internacional da FIPECAFI. É membro do Conselho Fiscal da Fundação Bunge, do Conselho Fiscal Omega Energia S.A., do Conselho Curador da FIPECAFI e é membro votante do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Possui Certificação em IFRS emitido pelo ACCA – Association of Chartered Certified Accountants e Certificação de Conselheiro Fiscal emitido pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Pesquisador e parecerista em assuntos relativos à matéria contábil societária e internacional. Co-autor do livro "Contabilidade Financeira", editado pela Ed. Atlas em 2019. Organizador e Co-autor do livro "IFRS no Brasil: temas avançados abordados por meio de casos reais", editado pela Ed. Atlas em 2015. Colaborou na redação e revisão de capítulos do Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC – 3ª Edição – 2018 e 4ª Edição – 2022. Foi membro da Comissão Julgadora do Troféu Transparência, de 2018 a 2021. Autor e co-autor de diversos artigos publicados em congressos e periódicos da área contábil. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano, até AGO de 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		28/04/2023	Sim	29/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: CARLA ALESSANDRA TREMATORE CPF: 248.855.668-86 Profissão: Contadora Data de Nascimento: 30/10/1975

Experiência Profissional: Carla Trematore é bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP e em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Atuou em auditoria independente na Arthur Andersen, Deloitte e EY entre 1996 e 2010, e foi sócia da Hirashima amp; Associados, onde liderou serviços de consultoria contábil e financeira em reorganizações societárias. Foi presidente do Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal e Conselheira de Administração do BRB – Banco de Brasília. Atualmente é membro do Conselho de Administração da BR Partners e de conselhos fiscais e comitês de auditoria de companhias abertas e fechadas. Sua experiência compreende auditoria de demonstrações financeiras de empresas de diversos segmentos, de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; auditoria de controles internos, em consonância com a Sarbanes-Oxley Act; gerenciamento de processos de aquisição, fusão e incorporação de empresas com foco financeiro-contábil; assessoria em processos de reestruturações societárias; assessoria em processos de abertura de capital; gerenciamento e monitoramento de riscos através do planejamento, execução e monitoramento de programas corporativos de auditoria interna; avaliação e diagnóstico de fraudes corporativas. Foi eleita membro do Conselho Fiscal de nossa companhia em 19/10/2018, sendo reeleita em 29/04/2020, em 26/04/2021 e em 29/04/2022. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspensa ou inabilitada para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Carla não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano, até AGO de 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		28/04/2023	Sim	25/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: DANIEL FACCINI CASTANHO CPF: 177.268.508-92 Profissão: Administrador Data de Nascimento: 04/05/1975

Experiência Profissional: O Sr. Castanho é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em julho de 1997 e fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo. Atualmente é membro dos seguintes Comitês da Companhia: Acadêmico, Finanças e Mamp;A e Comitê de Pessoas. Além disso, ocupou o cargo de Diretor Presidente em nossa Companhia até 14/08/2018, e atualmente ocupa o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. O Sr. Castanho não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Daniel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Presidente do Conselho de Administração		28/04/2023	Sim	21/08/2013

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: EDUARDO AZEVEDO MARQUES DE ALVARENGA CPF: 299.155.458-43 Profissão: Engenheiro Eletrônico Data de Nascimento: 31/07/1978

Experiência Profissional: Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Engenheiro eletrônico de formação, Eduardo Alvarenga, instalou a 1ª tela em elevador de edifício comercial no Brasil em 2001, pela Novavista, empresa pioneira no segmento cuja rede foi adquirida pela Elemidia em 2004. No mesmo ano, fundou a E+ Tech, especializada na criação e desenvolvimento de tecnologia para PDV e mídia exterior. Em 2007, regressou à indústria de mídia digital exterior, em sociedade com a Elemidia, para atuar em shopping centers e novos negócios. Entre 2012 e 2013, assumiu a diretoria de negócios digitais do Grupo Abril. Voltou a se dedicar a Elemidia em março de 2013, onde permaneceu até a aquisição da empresa pelo grupo HIG, em janeiro de 2020, quando, após processo de fusão entre as duas empresas de OOH do grupo – Elemidia e Eletromidia – tornou-se CEO da Eletromidia. Liderou a empresa na abertura de capital ocorrida em fevereiro de 2021 como a primeira empresa do setor de publicidade a abrir capital no Brasil. Saída do cargo de CEO da Eletromidia em fevereiro de 2022, tendo sido promovido a membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia e Inovação da empresa. Foi presidente da ABOOH nas gestões de 2016/2017 e 2017/2018. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Eduardo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Sim	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO CPF: 043.580.888-56 Profissão: Administrador Data de Nascimento: 06/03/1974

Experiência Profissional: Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1997. Atuou por mais de dez anos na Procter amp; Gamble, onde foi diretor de planejamento financeiro para a América Latina, baseado em Caracas, Venezuela, entre 2006 e 2007. Na Pamp;G Brasil, trabalhou em diversas áreas do Departamento Financeiro (Auditoria Interna para Brasil, Argentina e Chile, gerente financeiro para produtos de limpeza, higiene pessoal, medicamentos e desenvolvimento de negócios com clientes). Liderou a integração das áreas financeiras de aquisições globais pela Pamp;G da Wella e Gillette no Brasil. O Sr. Ribeiro ocupou o cargo de Diretor Financeiro da Ânima Educação e de diversas subsidiárias durante o período de 2007 a 2018. Ocupou o cargo de Diretor de Relações com Investidores de nossa Companhia até 18/10/2018, sendo eleito membro do Conselho de Administração da Companhia em 19/10/2018. É membro do comitê de Finanças e Mamp;A de nossa Companhia. Atualmente também é Presidente da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/4/2020 e membro do Conselho de Administração da Escola Mais Educação, tendo sido eleito em 01/07/21. É ainda associado e membro do conselho da Associação Educacional Escola Castanheiras desde setembro de 2014. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Gabriel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	19/10/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: JULIANA BUCHAIM CORRÊA DA FONSECA **CPF:** 269.023.108-58 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 27/06/1976

Experiência Profissional: Juliana Buchaim é graduada em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) - possui 25 anos de experiência em gestão de fundos, equity research e estrategista-chefe de investimentos, boa parte desse período na maior gestora de ativos líquidos da Europa, Amundi Asset Management, passando também por Itau, entre outros. É membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria do Banco ABC Brasil e também membro do Conselho de Administração e Comitê de Estratégia, Marcas e Inovação da Arezzo amp; CO. Foi conselheira consultiva na Pinion, plataforma de crowdsourcing, na +60 saúde (atendimento primário para idosos) e na Accesstage (techfin especializada em integração de soluções financeiras). É mentora de empresas de impacto e startups - focada em governança, sustentabilidade, impacto social, inovação e financeiro. Foi membro da Comissão de Inovação do IBGC por 3 anos. É associada à WCD - Women Corporate Directors, e ao IBGC.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Sim	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: LUCIANA DORIA WILSON CPF: 268.475.448-99 Profissão: Economista Data de Nascimento: 14/02/1996

Experiência Profissional: Luciana Doria Wilson. Possui bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica (FEA-PUC), com mestrado em finanças pela Escola de Negócios (BSP) e educação executiva em Liderança e Inovação Corporativa na Escola de Graduação em Negócios de Stanford (Stanford LEAD GSB). Atualmente, é sócia da Managrow e membro do Conselho fiscal da EzTec e Grupo Camil Alimentos. Antes disso, atuou como Diretora Executiva da Saraiva. Doria tem ampla experiência em liderar transações de Private Equity, Mamp;A, processos de due diligence, pré-IPO, IPOs (NYSE e BOVESPA), integração pré e pós-fusão, emissão de dívida, projetos de reestruturação, governança corporativa e avaliação de risco. Antes de ingressar no comitê executivo da Saraiva, Doria foi Head de Mercado de Capitais da Gafisa (investida GP Investments), e estrategista da corretora e da tesouraria do Banco Santander, analista de Real Estate pela Bear Stearns, JP Morgan, HSBC e Itaú Unibanco. Membro DELL Women Entrepreneurs Network, Women Corporate Directors (WCD), Stanford Entrepreneurs and Investors, Conselho Regional de Economia e Stanford Women of Impact Network. Foi eleita membro suplente do Conselho Fiscal de nossa companhia em 29/04/2020. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Luciana não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano, até AGO de 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		28/04/2023	Sim	25/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MARCELO BARBALHO CARDOSO CPF: 561.016.865-15 Profissão: Engenheiro Data de Nascimento: 20/01/1972

Experiência Profissional: O Sr. Marcelo Cardoso é graduado em Engenharia pela Unicamp, com MBA Executivo pela University of Michigan. Tem 26 anos de experiência profissional ocupando posições seniores em companhia de três diferentes setores (educação, TI e automotivo). Atualmente é Diretor de Operações (COO) da Laureate Education, Inc., função que ocupa desde junho de 2021. Antes de sua função atual, Marcelo ocupou vários cargos seniores na Laureate, incluindo Diretor de Transformação, Vice-presidente Regional de Operações para o Brasil e Diretor-Presidente da Laureate Brasil. Foi Vice-Presidente, CFO e COO, entre outros cargos, na EMC2 Computer System, de 2001 a 2011, com atuação na América Latina. Passou também pela Johnson Controls (JCI), tendo como principal posição a de Gerente Regional na América do Sul. Sr. Cardoso participou do conselho de administração do Incor Medicina Diagnóstica, em Sorocaba- SP, entre os anos de 2009 e 2011. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. MarceloCardoso não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	14/09/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MARCELO BATTISTELLA BUENO CPF: 171.266.448-41 Profissão: Advogado Data de Nascimento: 30/07/1974

Experiência Profissional: Marcelo Bueno é um dos fundadores da Ânima e o CEO da Companhia desde agosto de 2018. Anteriormente, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios, Diretor Vice-Presidente Executivo e atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia até 19/10/2018. Marcelo se formou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), em São Paulo. Advogado, atuou como sócio-gerente da Santa Fé Portfólios e também acumulou experiência em gestão e reestruturação de empresas a partir da atuação como diretor executivo da incubadora de e-business Virtual Case. Trabalhou ainda como diretor administrativo e financeiro, além de vice-reitor executivo, no Centro Universitário Una, em Belo Horizonte (MG). O Sr. Bueno não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Marcelo Bueno não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	Diretor Presidente / Superintendente		15/05/2023	Sim	14/08/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MARINA OEHLING GELMAN CPF: 251.164.408-85 Profissão: Advogada Data de Nascimento: 08/02/1973

Experiência Profissional: Marina Gelman ingressou no Grupo Ânima Educação em 2013, inicialmente no cargo de Diretora Jurídica Adjunta. Desde 2016 atua como Diretora de Relações Institucionais do grupo e, entre outubro de 2018 e agosto de 2022, exerceu cumulativamente a função de Diretora de Relações com Investidores. Em agosto de 2022 assumiu como Diretora de Novos Negócios, exercendo cumulativamente a função de Diretora de Relações com Investidores, quando assumiu novamente em novembro de 2023. Anteriormente, ocupou o cargo de administradora da Companhia Melhoramentos de São Paulo, na função de Diretora Jurídica patrimonial até 2011. Marina graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1996 e fez Mestrado em Direito dos Negócios, Mercado de Capitais na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo em 2012, tendo sido premiada pelo IBGC e pela ANBIMA pelas pesquisas realizadas no período. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Marina Gelman não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	Outros Diretores	Diretora de Novos Negócios	15/05/2023	Sim	22/08/2022
Diretoria	30/11/2023	Até AGO 2025	Diretor de Relações com Investidores		30/11/2023	Sim	30/11/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MAURÍCIO NOGUEIRA ESCOBAR CPF: 179.933.738-32 Profissão: Administrador Data de Nascimento: 04/07/1975

Experiência Profissional: O Sr. Escobar é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da Unimonte entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações da nossa Companhia entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do nosso Conselho de Administração de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e é membro dos seguintes Comitês da Companhia: de Estratégia e Acadêmico, Finanças e Mamp;A, Lifelong Learning e Comitê Especial de Integração Acadêmico, Pessoas e Transformação Digital. Atualmente também é membro do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/9/2020, e da Escola Mais Educação, tendo sido eleito em 01/07/21. O Sr. Escobar não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Escobar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos, até AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2023	Sim	25/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: RAPHAEL RICARDO EVARISTO FERREIRA **CPF:** 397.559.458-65 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 11/04/1994

Experiência Profissional: Sócio e membro do comitê de investimentos da Guepardo Investimentos. Antes disso, trabalhou como analista de investimentos na Lacan Investimentos. É Graduado em Administração de Empresas pela FGV EAESP – SP. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Raphael não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano, até AGO de 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas			Não	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: RAQUEL WILLE SARQUIS CPF: 080.614.829-24 Profissão: Professora/Contadora Data de Nascimento: 25/08/1991

Experiência Profissional: Raquel Sarquis é professora Doutora no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Controladoria e Contabilidade na Universidade de São Paulo - FEA-USP (2019), com período de intercâmbio no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), sendo bolsista FAPESP. Obteve o "Prêmio Melhor Tese 2020" concedido pelo CRC SP e o prêmio de Melhor Tese de Doutorado defendida no PPGCC FEA/USP em 2019. Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo - FEA-USP (2015), recebendo o prêmio de Melhor Dissertação de Mestrado defendida no PPGCC FEA/USP em 2015. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná (2013), recebendo o prêmio de Melhor Índice de Rendimento Acadêmico (UFPR) e Diploma de Honra ao Mérito (CPC-PR e Academia de Ciências Contábeis do Paraná). Experiência em docência nas disciplinas de Contabilidade Societária e Contabilidade Avançada. Artigos publicados em revistas e congressos nacionais e internacionais, nas áreas de Contabilidade Financeira e IFRS. Projeto (parte da tese) aprovado no programa de pesquisa 'Inform the IASB Standard Setting Process', desenvolvido pela IAAER (International Association for Accounting Education amp; Research) em parceria com a KPMG e o IASB (International Accounting Standards Board). Coordenadora do Laboratório de Contabilidade Societária (LPCS) da FEA-USP, além de membro suplente do Conselho Fiscal da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI). Atuou também na área de Riskamp;Quality na PwC Brasil (2019). Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendida ou inabilitada para prática de atividade profissional ou comercial legal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	1 ano, até AGO de 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	29/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: RICARDO CANÇADO GONÇALVES DE SOUZA CPF: 250.347.826-34 Profissão: Economista Data de Nascimento: 22/11/1955

Experiência Profissional: Ricardo Cançado Gonçalves de Souza é vice-presidente de Operações da Ânima Educação e atua como administrador nas empresas do Grupo. Foi Vice Presidente da joint venture entre o Pitágoras e a Apollo International-PAI e diretor da Planitrade, empresa do grupo Irgominas. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Fundação Dom Cabral. Formado em Economia pela UFMG, fez pós graduação na Universidade Estadual de Campinas.O Sr. Ricardo declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Ricardo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	Outros Diretores	Diretor Executivo	15/05/2023	Sim	22/08/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: ANA PAULA DE ASSIS BOGUS CPF: 179.295.498-01 Profissão: Administradora Data de Nascimento: 27/03/1974

Experiência Profissional: Ana Paula Bogus é executiva com extensa experiência profissional e ocupa, atualmente, a posição de Presidente Latam Havaianas (Grupo Alpargatas). Antes disso foi também Global Head of Business da Rappi entre 2019 e 2021, General Manager da Kimberly-Clarke e Kimberly Clark Professional entre 2008 e 2019, e com experiências anteriores na Nestlé e BankBoston. Até Abr/2022 era conselheira independente do Grupo NotreDame Intermédica. É formada em Administração de Empresas pela PUC-SP, Pós-Graduada em International Economics pela USP e MBA (International Business) pela University of Pittsburgh. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Ana Paula não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	Até AGO 2025	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL		15/05/2023	Sim	15/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ANTONOALDO GRANGEON TRANCOSO **CPF:** 882.494.845-68 **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 05/03/1975
NEVES

Experiência Profissional: Antonoaldo foi o Chief Executive Officer da TAP Air Portugal, desde 01 fevereiro de 2018 até Setembro de 2020. Foi Presidente da Azul Linhas Aéreas de 2014 a 2017. Antonoaldo foi consultor e sócio global da McKinsey, onde atuou por 10 anos. Seu foco mais recente de atuação na consultoria foi em projetos de aviação e infraestrutura e em Governança Corporativa. Foi nomeado pelo BNDES e pela Secretária de Aviação Civil como membro do Conselho da Infraero entre 2011 e 2012. Antonoaldo tem experiência como Executivo no setor de construção como Diretor Corporativo da Cyrela, responsável por JVs, planejamento, backoffice e pessoas, e na Odebrecht, onde foi engenheiro de montagem de obras eletromecânicas. É formado em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, possui um MBA pela Darden Graduate School of Business Administration from the University of Virginia e um Mestrado em Finanças Corporativas pela PUC do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e membro do Comitê de finanças e Mamp;A e Comitê de estratégia e novos negócios. Além disso 'e membro do Conselho de Adminsitracao da Tenda e CEO e fundador da Oner Travel. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Antonoaldo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A		15/05/2023	Sim	18/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ÁTILA SIMÕES DA CUNHA CPF: 178.893.298-65 Profissão: Administrador Data de Nascimento: 13/02/1973

Experiência Profissional: Átila graduou-se em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) em 2000. Concluiu o mestrado Profissional em Administração de Empresas no Centro Universitário UNA em 2013 e atualmente cursa doutorado em administração na EAESP/FGV. Atuou no ramo de auditoria independente na Arthur Andersen entre fevereiro de 1993 a agosto de 2002. Ocupou diversos cargos de Direção no Centro Universitário UNA, entre 2003 e 2016. Além disso, ele ocupou o cargo de diretor nas seguintes empresas: FACEB Educação Ltda., Brasil Educação S.A., CESUC Educação Ltda., IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S.A., Instituto Politécnico de Ensino Ltda., PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., Sociedade Catalana de Educação Ltda., Una Gestão Patrimonial S.A. e VC Network Educação S.A., todas pertencentes ao Grupo Ânima. Átila atuava desde junho de 2017 como Vice-Presidente de Expansão em nossa Companhia, e passou a exercer o cargo estatutário de Diretor de Novos Negócios, desde 19 de março de 2019, para complementar o mandato até 24 de abril de 2019, bem como reassumir, nesta mesma data, novo mandato de 02 anos que se encerrou, a pedido, em 11/05/2021. Em 06/07/2023 assumiu a Diretoria Financeira. Além disso, é membro dos Comitês de Finanças e M&A. Atualmente também é membro Suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/9/2020 e membro efetivo do comitê de finanças e M&A da mesma Companhia. O Sr. Átila não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Átila não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A		15/05/2023	Sim	18/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: DANIEL FACCINI CASTANHO

CPF: 177.268.508-92

Profissão: Administrador

Data de Nascimento: 04/05/1975

Experiência Profissional:

O Sr. Castanho é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em julho de 1997 e fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo. Atualmente é membro dos seguintes Comitês da Companhia: Acadêmico, Finanças e Mamp;A e Comitê de Pessoas. Além disso, ocupou o cargo de Diretor Presidente em nossa Companhia até 14/08/2018, e atualmente ocupa o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. O Sr. Castanho não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Daniel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A		15/05/2023	Sim	18/10/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL		15/05/2023	Sim	07/12/2018
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE ESTRATÉGIA, NOVOS NEGÓCIOS E ESG		15/05/2023	Sim	15/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: EDGAR JABBOUR CPF: 839.554.458-87 Profissão: Contador e Administrador Data de Nascimento: 20/07/1955

Experiência Profissional:

Graduado em Administração de Empresas pela FAAP em 1978 e em Ciências Contábeis pela PUC em 1984. Atendeu diversos cursos no exterior, incluindo cursos oferecidos pela Arthur Andersen em seu centro de treinamento em Saint Charles – Illinois e na Faculdade de Administração e Finanças da Wharton nos Estados Unidos, além de cursos na Holanda e Alemanha. Em 2015 ingressou no curso técnico em gastronomia da USF – Universidade São Francisco, Unidade Cambuí, em Campinas, com o objetivo de aprimorar-se em técnicas de administração de estabelecimentos alimentícios, incluindo foodservice, bem como receber instrução formal sobre gastronomia propriamente dita. Conta com mais de 40 anos de experiência em diversas áreas (auditoria, consultoria empresarial, M&A) na Arthur Andersen (1977 a 2002) e na Deloitte (2002 a 2017). Ingressou na Arthur Andersen em 1977 e foi promovido a sócio em setembro de 1991. Liderou a área de consultoria empresarial da Arthur Andersen em Campinas no período de 1987 a 1997. Em 1997 transferiu-se para o escritório da Arthur Andersen em São Paulo para liderar a área de M&A no Brasil, permanecendo nessa posição até maio de 2002, quando os profissionais da Arthur Andersen se integraram às operações locais da Deloitte. Devido a sua experiência em consultoria, participou ativamente da integração das operações da Arthur Andersen e Deloitte, notadamente nas seguintes áreas: controladoria, recursos humanos, tecnologia da informação e marketing. Durante 2003 a 2009 foi o sócio líder de desenvolvimento de mercado e atendimento a clientes da Deloitte, tendo liderado esta área também na América Latina em 2006, o que lhe permitiu participar de vários comitês internacionais da Deloitte. Atuou continuamente como membro de vários grupos internos, notadamente o Grupo Internacional de Agronegócio. Entre 2009 e 2016 foi o sócio gestor das operações da Deloitte no interior do Estado de São Paulo por meio dos escritórios de Campinas e Ribeirão Preto. Foi membro do Conselho de Administração da Deloitte entre 2004 e 2008. Foi líder de inúmeros projetos em consultoria, corporate finance e auditoria em diversos segmentos de negócio, dos quais destacam-se: Serviços – Educação, comunicação e mídia, turismo e hotelaria, hospitais e clínicas médicas, locação de bens móveis, 3º Setor (entidades sem fins lucrativos). Infraestrutura – Energia elétrica, telecomunicações, saneamento básico e concessões rodoviárias. Manufatura e Consumo – Automotiva, bens de capital, bens de consumo, agronegócio, vestuário, varejo, tintas e vernizes. Serviço público – Administração direta e indireta. Aposentou-se como sócio da Deloitte em maio de 2017. Associado à IBEF Campinas – Membro fundador (1985). Membro efetivo do Conselho Consultivo a partir de março de 2017. IBGC – Associado e Conselheiro Fiscal Certificado desde março de 2017 - IBRI – INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES – Membro desde 2006, tendo sido membro do Conselho Fiscal entre 2009 e 2010. Foi eleito membro especialista na área contábil-societária do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia em 23/04/2019. O Sr. Edgar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Outros	15/05/2023	Até AGO 2025		Membro e especialista financeiro do Comitê de auditoria, governança e gestão de riscos (CAR)	15/05/2023	Sim	23/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome: EDUARDO AZEVEDO MARQUES DE ALVARENGA CPF: 299.155.458-43 Profissão: Engenheiro Eletrônico Data de Nascimento: 31/07/1978

Experiência Profissional: Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Engenheiro eletrônico de formação, Eduardo Alvarenga, instalou a 1ª tela em elevador de edifício comercial no Brasil em 2001, pela Novavista, empresa pioneira no segmento cuja rede foi adquirida pela Elemidia em 2004. No mesmo ano, fundou a E+ Tech, especializada na criação e desenvolvimento de tecnologia para PDV e mídia exterior. Em 2007, regressou à indústria de mídia digital exterior, em sociedade com a Elemidia, para atuar em shopping centers e novos negócios. Entre 2012 e 2013, assumiu a diretoria de negócios digitais do Grupo Abril. Voltou a se dedicar a Elemidia em março de 2013, onde permaneceu até a aquisição da empresa pelo grupo HIG, em janeiro de 2020, quando, após processo de fusão entre as duas empresas de OOH do grupo – Elemidia e Eletromidia – tornou-se CEO da Eletromidia. Liderou a empresa na abertura de capital ocorrida em fevereiro de 2021 como a primeira empresa do setor de publicidade a abrir capital no Brasil. Saída do cargo de CEO da Eletromidia em fevereiro de 2022, tendo sido promovido a membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia e Inovação da empresa. Foi presidente da ABOOH nas gestões de 2016/2017 e 2017/2018. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Eduardo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE ESTRATÉGIA, NOVOS NEGÓCIOS E ESG		15/05/2023	Sim	15/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: GABRIEL RALSTON CORREA RIBEIRO CPF: 043.580.888-56 Profissão: Administrador Data de Nascimento: 06/03/1974

Experiência Profissional: Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1997. Atuou por mais de dez anos na Procter amp; Gamble, onde foi diretor de planejamento financeiro para a América Latina, baseado em Caracas, Venezuela, entre 2006 e 2007. Na Pamp;G Brasil, trabalhou em diversas áreas do Departamento Financeiro (Auditoria Interna para Brasil, Argentina e Chile, gerente financeiro para produtos de limpeza, higiene pessoal, medicamentos e desenvolvimento de negócios com clientes). Liderou a integração das áreas financeiras de aquisições globais pela Pamp;G da Wella e Gillette no Brasil. O Sr. Ribeiro ocupou o cargo de Diretor Financeiro da Ânima Educação e de diversas subsidiárias durante o período de 2007 a 2018. Ocupou o cargo de Diretor de Relações com Investidores de nossa Companhia até 18/10/2018, sendo eleito membro do Conselho de Administração da Companhia em 19/10/2018. É membro do comitê de Finanças e Mamp;A de nossa Companhia. Atualmente também é Presidente da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/4/2020 e membro do Conselho de Administração da Escola Mais Educação, tendo sido eleito em 01/07/21. É ainda associado e membro do conselho da Associação Educacional Escola Castanheiras desde setembro de 2014. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Gabriel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A		15/05/2023	Sim	07/12/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: IGNÁCIO DAUDEN MARTINEZ CPF: 213.279.458-86 Profissão: Administrador Data de Nascimento: 05/03/1944

Experiência Profissional: Graduiu-se em Administração de Empresas pela FGV de São Paulo em 1997 e concluiu seu MBA pelo IE Business School de Madrid em 2011. Depois de 6 anos atuando no Mercado de Capitais resolveu dedicar sua carreira à Educação. Ocupou diversos cargos de Direção nos Centros Universitários UNA e Unimonte, entre 2003 e 2010, também atuou como Diretor de Estudos de Mercado da Hoper Educação entre 2011 e 2012. Atualmente é Diretor estatutário do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH e membro suplente do Conselho de Administração da nossa Companhia, desde 13 de abril de 2012, além de ser membro dos seguintes Comitês da Companhia: Mamp;A e Financeiro. O Sr. Ignácio não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A		15/05/2023	Sim	10/11/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:JOÃO CARLOS SENISE

CPF:075.914.258-03

Profissão:Engenheiro

Data de Nascimento:28/05/1962

Experiência Profissional:

João Senise é formado em Engenharia Civil e Ambiental pela Escola de Engenharia Mauá em 1986 e MBA pela FGV. Posui 35anos de experiência diversificada, ocupando posições executivas no Brasil e no exterior, nos segmentos de bens de consumo, private equity e varejo. Nas organizações em que trabalhou (Unilever, PepsiCo, Diageo, Patria Investimentos e Carrefour) atuou inicialmente na área de Sustentabilidade e posteriormente migrou para RH, atuando como executivo C-level liderando os processos de RH. Participou de vários programas de assessment de executivos, apoiando-os no planejamento e execução de ações para evolução de carreira. Liderou projetos de construção de cultura organizacional, apoiando e orientando CEOs e membros dos comitês executivos nos processos transformacionais de cultura. Acumulou RH e Sustentabilidade em vários momentos de sua carreira, tendo liderado importantes projetos de Responsabilidade Social Corporativa. Atuou como conselheiro em empresas do portfólio de investidas do Patria, nos setores de agro, alimentos e oftalmologia. No Carrefour, foi conselheiro do Banco Carrefour e da Ewally, fintech adquirida pelo grupo em 2019. É membro dos Comitês de RH do Hospital AC Camargo, do Instituto Ser+ e dos Laboratórios Aché. É membro do conselho do Grupo Talenses. Formações adicionais, incluem: Coaching pela Columbia University; Formação de Conselheiros de Administração no IBGC e na Fundação Dom Cabral; “Responsible Investment for Trustees” da PRI Academy; “Sustainable Leadership and Corporate Reputation” pela London Business School. Fez vários cursos de desenvolvimento de liderança ao longo da carreira, internos e externos às organizações em que atuou. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Senise não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:									
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL		15/05/2023	Sim	18/10/2022

Condenações:	
Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: JULIANA BUCHAIM CORRÊA DA FONSECA **CPF:** 269.023.108-58 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 27/06/1976

Experiência Profissional: Juliana Buchaim é graduada em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) - possui 25 anos de experiência em gestão de fundos, equity research e estrategista-chefe de investimentos, boa parte desse período na maior gestora de ativos líquidos da Europa, Amundi Asset Management, passando também por Itau, entre outros. É membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria do Banco ABC Brasil e também membro do Conselho de Administração e Comitê de Estratégia, Marcas e Inovação da Arezzo amp; CO. Foi conselheira consultiva na Pinion, plataforma de crowdsourcing, na +60 saúde (atendimento primário para idosos) e na Accesstage (techfin especializada em integração de soluções financeiras). É mentora de empresas de impacto e startups - focada em governança, sustentabilidade, impacto social, inovação e financeiro. Foi membro da Comissão de Inovação do IBGC por 3 anos. É associada à WCD - Women Corporate Directors, e ao IBGC.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE AUDITORIA, GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS		15/05/2023	Sim	15/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: LUIZ CARLOS DE QUEIROZ CABRERA CPF: 065.152.588-87 Profissão: Administrador Data de Nascimento: 05/03/1944

Experiência Profissional: O Sr. Luiz Carlos Cabrera é o Fundador e Presidente da LCABRERA, empresa dedicada à Consultoria em Governança Corporativa, focada em Processos de Autoavaliação de Conselhos e de Conselheiros, Processos de Seleção de Conselheiros, Coaching de Executivos, Processos de Assessment, fundada em 10/06/2009. Foi Sócio Fundador da PMC - Panelli Motta Cabrera, empresa pioneira na prestação e serviços de executive search no Brasil. É Ex-Chairman do Brazil National Committee da AESC - Association of Executive Search and Leadership Consultants. Foi Membro do America's Council de 2006 a 2012 e do Board of Directors da AESC de 2011 a 2012. É Conselheiro Consultivo da Aliança de Misericórdia e Ex-Conselheiro do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. É Presidente do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), Membro do Comitê de Pessoas da Anima Educação e Membro do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho (CERT) da FECOMÉRCIO SP. É o único sul-americano agraciado com o Prêmio Internacional 2011 Gardner W. Heidrick, oferecido anualmente pela AESC a uma pessoa que tenha dado uma contribuição notável para a atividade de consultoria em executive search. Foi professor da Escola de Engenharia Mauá por mais de dez anos e leciona no MPA (Mestrado Profissional em Administração) e no OnEMBA, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, há quarenta anos. É também professor do IBGC e da EMI – Escola de Marketing Industrial. É co-autor de “Transição 2000”, livro da McGrawHill, co-autor de “Se eu fosse você, o que eu faria como gestor de pessoas”, Editora Campus-Elsevier e articulista da Revista Você S.A. Cabrera é Engenheiro Metalurgista com pós-graduação em Administração (CPG) pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e extensão em Business Administration na USC - University of Southern California. O Sr. Luis Carlos não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL		15/05/2023	Sim	10/11/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MARCELO BARBALHO CARDOSO CPF: 561.016.865-15 Profissão: Engenheiro Data de Nascimento: 20/01/1972

Experiência Profissional: O Sr. Marcelo Cardoso é graduado em Engenharia pela Unicamp, com MBA Executivo pela University of Michigan. Tem 26 anos de experiência profissional ocupando posições seniores em companhia de três diferentes setores (educação, TI e automotivo). Atualmente é Diretor de Operações (COO) da Laureate Education, Inc., função que ocupa desde junho de 2021. Antes de sua função atual, Marcelo ocupou vários cargos seniores na Laureate, incluindo Diretor de Transformação, Vice-presidente Regional de Operações para o Brasil e Diretor-Presidente da Laureate Brasil. Foi Vice-Presidente, CFO e COO, entre outros cargos, na EMC2 Computer System, de 2001 a 2011, com atuação na América Latina. Passou também pela Johnson Controls (JCI), tendo como principal posição a de Gerente Regional na América do Sul. Sr. Cardoso participou do conselho de administração do Incor Medicina Diagnóstica, em Sorocaba- SP, entre os anos de 2009 e 2011. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. MarceloCardoso não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	Até AGO de 2025	COMITÊ DE ESTRATÉGIA, NOVOS NEGÓCIOS E ESG		15/05/2023	Sim	15/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MARCELO BATTISTELLA BUENO CPF: 171.266.448-41 Profissão: Advogado Data de Nascimento: 30/07/1974

Experiência Profissional: Marcelo Bueno é um dos fundadores da Ânima e o CEO da Companhia desde agosto de 2018. Anteriormente, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios, Diretor Vice-Presidente Executivo e atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia até 19/10/2018. Marcelo se formou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), em São Paulo. Advogado, atuou como sócio-gerente da Santa Fé Portfólios e também acumulou experiência em gestão e reestruturação de empresas a partir da atuação como diretor executivo da incubadora de e-business Virtual Case. Trabalhou ainda como diretor administrativo e financeiro, além de vice-reitor executivo, no Centro Universitário Una, em Belo Horizonte (MG). O Sr. Bueno não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Marcelo Bueno não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE FINANÇAS E M&A		15/05/2023	Sim	15/05/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL		15/05/2023	Sim	15/05/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE ESTRATÉGIA, NOVOS NEGÓCIOS E ESG		15/05/2023	Sim	15/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MAURÍCIO NOGUEIRA ESCOBAR CPF: 179.933.738-32 Profissão: Administrador Data de Nascimento: 04/07/1975

Experiência Profissional: O Sr. Escobar é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da Unimonte entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações da nossa Companhia entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do nosso Conselho de Administração de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e é membro dos seguintes Comitês da Companhia: de Estratégia e Acadêmico, Finanças e Mamp;A, Lifelong Learning e Comitê Especial de Integração Acadêmico, Pessoas e Transformação Digital. Atualmente também é membro do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/9/2020, e da Escola Mais Educação, tendo sido eleito em 01/07/21. O Sr. Escobar não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Escobar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	15/05/2023	2 anos, até AGO de 2025	COMITÊ DE PESSOAS, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL		15/05/2023	Sim	15/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
DANIEL FACCINI CASTANHO	177.268.508-92	ÂNIMA HOLDING SA	09.288.252/0001-32	
Membro Efetivo do Conselho de Administração e Membro do grupo de controle.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
RÔMULO FACCINI CASTANHO	275.264.818-93	ÂNIMA HOLDING SA	09.288.252/0001-32	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do grupo de controle.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Responsabilidade Civil Administradores – D&O

Diante da pujante responsabilidade dos Diretores e Administradores que realizam a gestão das empresas do Ecossistema Anima, faz-se necessário a contratação dessa modalidade de seguro, tendo em vista que a legislação vigente, prevê responsabilização durante o regime.

Os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como de nossas empresas controladas, estão cobertos por apólices de seguros para conselheiros e diretores (D&O), emitida pela Seguradora Zurich Brasil e possui a importância máxima de cobertura no valor de R\$ 70.000.000,00.

A apólice prevê cobertura para processos judiciais, administrativos ou arbitrais que estejam relacionados com os atos de gestão de executivos e tem como principal finalidade a proteção do patrimônio deles, bem como a responsabilidade civil e criminal por prática equivocada perante terceiros.

O objetivo deste é garantir aos Segurados¹, quando responsabilizados por danos causados a Terceiros, em consequência de Fato Gerador praticado no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o pagamento ou reembolso das perdas indenizáveis, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os Terceiros prejudicados, com a anuência da Seguradora

¹ Considera-se Administrador a pessoa física que seja, tenha sido ou que, durante o Período de Vigência, se torne:

- a) Diretor da Empresa; ou
- b) Membro do conselho de administração da Empresa; ou
- c) Membro de qualquer outro conselho ou órgão estatutário da Empresa;

7.8 Outras informações relevantes

As práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia valorizam a ética e a transparência no relacionamento com os acionistas e demais *stakeholders* da Companhia e estão devidamente evidenciadas na divulgação das informações ao mercado.

Essas práticas têm a finalidade de cooperar com a compreensão do real valor da Companhia, facilitar o seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

Na busca constante pelo aprimoramento de suas práticas de Governança, foram constituídas em 2019 a Secretaria de Governança, e a Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance, responsável pela Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance, ambas com reporte direto ao Presidente do Conselho de Administração, e suportadas por um Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos totalmente independente. Adicionalmente, foram implementadas seis novas políticas corporativas: (i) Política de Transação com Partes Relacionadas; (ii) Política de Indicação de Administradores; (iii) Política de Remuneração dos Administradores; (iv) Política de Gerenciamento de Riscos; (v) Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria; (vi) Política Corporativa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais. As iniciativas propiciam maior vigor ao sistema de Governança da Companhia, com clara definição de papéis e equidade de tratamento aos acionistas.

A Companhia, ainda, possui as suas ações negociadas no segmento especial de governança corporativa do Novo Mercado da B3, destinado exclusivamente a companhias que atendam a requisitos mínimos e aceitem submeter-se a regras de governança corporativa diferenciadas, incluindo, entre outros:

- i. Manter uma estrutura de capital social composta exclusivamente de ações ordinárias;
- ii. Manter ações em circulação em percentual correspondente a, no mínimo, 25% do seu capital social;
- iii. Prever a composição do seu conselho de administração com, pelo menos, dois conselheiros independentes;
- iv. Elaborar e divulgar código de conduta aprovado pelo conselho de administração e aplicável a todos funcionários e administradores da Companhia;
- v. Elaborar e divulgar políticas de transações com partes relacionadas;
- vi. Instaurar canal que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas, relativas ao descumprimento do código de conduta, de políticas, legislação e regulamentação aplicáveis à Companhia; e
- vii. Instaurar comitê de auditoria, estatutário ou não, que deve ser órgão de assessoramento vinculado ao conselho de administração da Companhia, com autonomia operacional.

Adicionalmente, a Companhia é aderente à maioria das recomendações do CBGC -Código Brasileiro de Governança, assim como ao Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa publicada pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e vem gradativamente evoluindo na adesão das práticas recomendadas, declarando que aplica os princípios e as regras estabelecidas nos referidos códigos.

a) Informações sobre Assembleias de Acionistas realizadas

Data	29/04/2022
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 76,71% do capital social com direito a voto da Companhia em assembleia ordinária e 77,44% em assembleia extraordinária.

7.8 Outras informações relevantes

Data	29/03/2022
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 72,93% do capital social com direito a voto da Companhia.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 7 foram descritas nos itens acima.

8.1 Política ou prática de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração para administradores, incluindo os membros da Diretoria estatutária e não estatutária, aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 19 de outubro de 2019, visa: (i) atrair, reter e motivar os administradores, fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento e a concretização das estratégias de negócios da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos administradores da Companhia aos princípios e aos objetivos estratégicos da Companhia e com as melhores práticas de remuneração adotadas pelo mercado, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo; (iii) prover um equilíbrio adequado entre as remunerações fixa e variável, de curto e de longo prazo, conforme a cultura da Companhia; (iv) definir um programa de remuneração claro e transparente.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(a) Conselho de Administração:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixa e será paga em 12 (doze) parcelas mensais, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

Os membros do Conselho de Administração receberão remuneração adicional mensal quando participarem como membros em mais de um comitê.

Os membros dos comitês que não forem conselheiros, fazem jus à remuneração fixa mensal, em valor definido pelo Conselho de Administração.

O valor das remunerações e os reajustes serão recomendados ao Conselho de Administração pelo Comitê de Cultura Pessoas e ESG, alinhados às práticas de mercado.

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento serão beneficiários do seguro de responsabilidade civil para administradores (D&O - "Directors and Officers" e/ou "Comfort Letter"), compulsoriamente incluídos na apólice, cujo custo será inteiramente assumido pela Companhia.

A remuneração do Presidente do Conselho de Administração poderá ser distinta da dos demais membros em função do cargo exercido, uma vez em que o Presidente possui obrigações e deveres próprios, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Dentre tais funções, pode-se destacar a de representação do Conselho de Administração nas Assembleias Gerais da Companhia, bem como a presidência das mesas das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração.

(b) Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando e se instalado, fazem jus a uma remuneração fixa mensal que deverá obedecer aos preceitos do artigo 162, § 3º da Lei das Sociedades por Ações, que prescreve que a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal deve ser equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da remuneração média mensal de cada diretor estatutário da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros suplentes do Conselho Fiscal receberão remuneração conforme sejam pontualmente acionados para substituição dos membros efetivos em reuniões.

(c) Diretoria Estatutária e Não Estatutária:

A remuneração dos Diretores Estatutários será fixada pelo Conselho de Administração, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

A remuneração dos Diretores não estatutários observará os planos de cargos e salários da Companhia e seus respectivos contratos de trabalho.

A estrutura de remuneração dos Diretores poderá ser composta por uma parcela fixa e outra variável, bem como benefícios e incentivos de curto e longo prazo, sempre baseada nos padrões de mercado e nos termos da estratégia de remuneração total definida pela Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

(d) Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; Comitê de Finanças e M&A; Comitê de Experiência do Aluno e Transformação Digital; Comitê de Cultura, Pessoas e ESG; Comitê de Estratégia e Novos Negócios:

Os membros dos Comitês de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, Comitê de Finanças e M&A, Comitê de Experiência do Aluno e Transformação Digital, Comitê de Cultura, Pessoas e ESG, Comitê de Estratégia e Novos Negócios que forem do Conselho de Administração, serão remunerados após a participação em mais de um comitê, pois a participação em um único comitê está inclusa na remuneração do Conselho. Os membros dos comitês que não forem conselheiros, fazem jus a remuneração fixa mensal, em valor definido pelo Conselho de Administração.

c. composição da remuneração, indicando:

(c).I Remuneração Fixa

Objetivo

A remuneração fixa anual tem por objetivo oferecer uma remuneração com foco no curto prazo, para a compensação direta aos diretores da Companhia pelos serviços prestados e reconhecer e refletir o valor do cargo interna e externamente, em linha com as práticas de mercado, bem como refletir o desempenho individual, demanda de tempo, responsabilidades, experiência, formação e conhecimento do executivo.

Metodologia de cálculo e de reajuste

A estratégia de remuneração fixa da Companhia poderá ser revista sempre que necessário, cabendo ao Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Pessoas, a aprovação da respectiva política, estratégia ou orçamento, sempre que cabível.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

(c).II Remuneração Variável

Objetivo

A remuneração variável concedida pela Companhia, que tem beneficiários e requisitos próprios e específicos previstos em cada Plano ou Programa, tem por objetivo premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, podendo ser composta por Incentivos de Curto Prazo (ICP) e Incentivo de Longo Prazo (ILP), e por quaisquer outras remunerações extraordinárias que venham a ser concedidas, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Metodologia de cálculo e de reajuste

Qualquer remuneração baseada em ações dependerá sempre de aprovação em Assembleia Geral, seja ela em Plano de Ações, Plano de Opções ou Plano Stock Purchase, cabendo ao Conselho de Administração adotar as modalidades que melhor convierem ao contexto da Companhia, respeitando-se as premissas para outorga e os respectivos beneficiários. Adicionalmente, as concessões deverão observar a disponibilidade de recursos financeiros da Companhia e a adequação dos percentuais acionários das ações em circulação ao limite estabelecido nas normas aplicáveis.

Os parâmetros de remuneração variável são predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia, assim como com a criação de valor a longo prazo e de maneira sustentável para os acionistas, levando em consideração os indicadores de desempenho global da Companhia, as avaliações de desempenho individuais e o grau de criticidade das funções ocupadas.

Tendo sido implementado em 2008, o Programa de Remuneração Variável é revisado anualmente.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

8.1 Política ou prática de remuneração

O programa é dividido em incentivos de curto, médio e longo prazo, tendo como gatilho o atingimento de um percentual da meta de EBITDA consolidado Ânima e atrelado a um Contrato de Performance Individual; além de possibilidade do incentivo de longo prazo em ações ordinárias da Companhia. O percentual de atingimento da meta de EBITDA determina o valor do *pool* de bônus que será distribuído.

Existe ainda programa de incentivo de longo prazo com *matching* em ações, no qual os participantes elegíveis podem optar por aderir ao programa, investir recursos próprios na compra de ações da Companhia por meio da corretora de sua preferência e pagando o preço de mercado da ação. O limite de compra coberto no programa é 50% do valor pago no ICP.. Aqueles que permanecerem até o final do programa e atenderem aos requisitos do mesmo, serão contemplados com um lote adicional de ações.

Anualmente, a Diretoria e o Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Pessoas, promoverão a correta apuração e acompanhamento dos planos e programas, bem como a definição de propostas para o ano subsequente e propostas de revisão necessárias, inclusive aquelas a serem encaminhadas à Assembleia Geral.

©.III Benefícios

Objetivo

A Companhia concede um pacote de benefícios, como incentivo de curto prazo, este fazendo parte de sua remuneração mensal, respeitados os parâmetros de mercado e regiões de atuação. Itens comumente abrangidos por esse pacote incluem: plano de saúde e odontológico, plano de previdência complementar, seguro de vida e ticket refeição, entre outros.

Metodologia de cálculo e de reajuste

Os reajustes dos planos de saúde e odontológico se darão mediante negociação contratual entre a Ânima e as operadoras, enquanto os demais benefícios serão reajustados quando houver a necessidade de uma melhor equiparação frente aos valores praticados no mercado.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

Proporção de cada elemento na remuneração total

Os membros do nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês recebem apenas remuneração fixa e um benefício mensal para Home Office, sem nenhum tipo de bonificação ou qualquer tipo de remuneração variável.

A proporção de cada elemento da remuneração dos membros da Diretoria estatutária e não estatutária pode variar e ocorreu, em relação aos três últimos exercícios, da seguinte forma:

Composição da Remuneração	2022	2021	2020
Remuneração Fixa	50,60%	56,77%	55,51%
Remuneração Variável	46,96%	40,19%	16,05%
Benefícios	2,44%	3,04%	28,45%
TOTAL	100%	100%	100%

Incluir aqui indicadores ligados a questões ASG, se aplicável

Não aplicável. Atualmente não consideramos os índices de ASG para influenciar na remuneração, mas estamos amadurecendo os conceitos para que futuramente possamos considerar.

8.1 Política ou prática de remuneração

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns membros de nossa Diretoria (3 membros) e do Conselho de Administração (2 membros) tem valores recebido pelas atividades exercidas exclusivamente para uma de nossas subsidiárias. O percentual médio pago pela subsidiária aos membros da diretoria, responde por 9,53% da remuneração total dos membros nesta condição, enquanto o percentual médio pago aos membros do C.A. foi de 20,96% da remuneração total destes membros nesta condição.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável. Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário nos envolvendo.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,67	5,75	4,50	18,92
Nº de membros remunerados	8,67	5,75	4,50	18,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.338.175,00	6.464.028,97	556.525,37	13.358.729,34
Benefícios direto e indireto	27.975,32	288.808,75	3.864,00	320.648,07
Participações em comitês	2.443.050,00	0,00	0,00	2.443.050,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	746.948,60	0,00	746.948,60
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.825.752,17	0,00	1.825.752,17
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	305.167,90	0,00	305.167,90
Observação	"Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados"	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	
Total da remuneração	8.809.200,32	9.630.706,39	560.389,37	19.000.296,08

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,92	5	3	15,92
Nº de membros remunerados	7,92	5	3	15,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.194.000,00	5.214.251,77	282.515,25	9.690.767,02
Benefícios direto e indireto	22.068,92	251.137,34	3.920,00	277.126,26
Participações em comitês	1.831.000,00	0,00	0,00	1.831.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.411.025,61	0,00	2.411.025,61
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.427.734,23	0,00	2.427.734,23
Observação	"Número de membros apurado conforme instrução CVM. Informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participação em comitês, tanto de membros do Conselho de Administração quanto de membros convidados"	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	Número de membros apurado conforme instrução CVM.	
Total da remuneração	6.047.068,92	10.304.148,95	286.435,25	16.637.653,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,33	5	3	15,33
Nº de membros remunerados	7,33	5	3	15,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.500.000,00	4.464.185,50	247.576,62	7.211.762,12
Benefícios direto e indireto	0,00	239.272,04	0,00	239.272,04
Participações em comitês	1.672.000,00	0,00	0,00	1.672.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.159.951,37	0,00	3.159.951,37
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	<p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021. Adicionalmente, informamos que o item Participação em Comitês inclui todos os honorários referentes à participações em comitês, tanto dos membros do Conselho de Administração quanto dos membros convidados.</p> <p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício- Circular CVM/SEP nº 01/2021.</p> <p>O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício- Circular CVM/SEP nº 01/2021.</p>			
Total da remuneração	4.172.000,00	7.863.408,91	247.576,62	12.282.985,53

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	4	3	15,00
Nº de membros remunerados	8	4	3	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.337.499,99	2.639.602,52	223.636,56	5.200.739,07
Benefícios direto e indireto	0,00	36.132,42	0,00	36.132,42
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	487.500,00	912.512,13	44.727,31	1.444.739,44
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2020.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2020.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2020.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.026.972,52	0,00	1.026.972,52
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2020.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2020.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2020.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.784.352,51	0,00	1.784.352,51
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	
Total da remuneração	2.824.999,99	6.399.572,10	268.363,87	9.492.935,96

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,67	5,75	4,50	18,92
N° de membros remunerados	8,67	5,75	4,50	18,92
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.225.872,64	0,00	3.225.872,64
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	746.948,60	0,00	746.948,60
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,92	5	3	15,92
N° de membros remunerados	7,92	5	3	15,92
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.132.525,50	0,00	4.132.525,50
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.951.803,93	0,00	2.951.803,93
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.411.025,61	0,00	2.411.025,61
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4.1. Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias

a. Termos e condições gerais

O nosso Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias (“Plano”), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão (“Opções”), nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com as disposições do Plano, são elegíveis a participar do Plano membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos de nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle (“Beneficiários”).

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas neste instrumento. Ainda, será facultado ao Conselho de Administração delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto (“Comitê”). Na hipótese de criação de um Comitê, este será composto por, no mínimo 3 (três) membros, escolhidos entre os membros do Conselho de Administração, por maioria. Os membros desse Comitê não serão elegíveis como beneficiários do Plano.

Obedecidas as condições deste Plano, nosso Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos nossos diretores, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as Opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; (d) a emissão de novas ações da nossa Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; (e) propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da nossa Assembleia Geral Extraordinária; (f) definir, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de ações atribuíveis ao Plano, a quantidade de Opções e a forma de distribuição destas entre os Beneficiários, o Preço de Exercício das Opções, as condições de exercício e eventuais restrições para a alienação das ações adquiridas ou subscritas; (g) decidir os casos omissos, observadas as orientações gerais do Plano e as disposições legais aplicáveis.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração sujeitar-se-á apenas aos limites estabelecidos em lei e no Plano, razão pela qual o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores e empregados da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle, bem como estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

As deliberações do nosso Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) têm força vinculante perante a nossa Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano de competência do Conselho de Administração.

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga.

Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da nossa Companhia, com finalidade de: (a) estimular o desenvolvimento, o êxito e a consecução do nosso objeto social; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos dos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle; e (c) possibilitar à nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter a ela vinculados membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle.

Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos nossos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais conosco. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

Como o plano se insere na nossa política de remuneração

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, o crescimento dos nossos resultados e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas que forem realizadas com base no Plano trarão diferentes mecanismos que permitirão o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A combinação de períodos de carência diferenciados e a possibilidade de se estabelecer condições (tais como metas financeiras e empresariais) para aquisição do direito de exercício das Opções fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

b. Incluir data de aprovação e órgão responsável

A Companhia possui um Plano de Opção de Compras de Ações Ordinárias aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão ("Opções"), nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, possui Planos de Ações para a outorga de Ações da Anima Holding S.A., aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25/04/2018, que contempla dois Programas ("ILP1" e "ILP2"), descritos adiante. E, ainda um Plano Stock Purchase, que se trata de um Plano Geral para Aquisição de Ações, aprovado na AGE de 31/08/2015

c. Número máximo de ações abrangidas

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da nossa Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme descrito no item 'f' acima, as Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

e. Condições de aquisição de ações

As Opções poderão ser exercidas desde que integralmente atendidas as condições, exigências, assim como respeitados os períodos de carência e os cronogramas previstos no Plano e nos Termos de Adesão.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício ou compra de cada Ação a ser subscrita pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção será fixado pelo Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) no momento de sua outorga ao respectivo Beneficiário mediante assinatura do Termo de Adesão, devendo esse preço ser fixado em moeda corrente nacional. O preço deverá estar vinculado às cotações das ações da Companhia, mas o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) terá liberdade para fixar os parâmetros para fixação dos valores ("Preços de Exercício").

g. Critérios para fixação de prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo estão alinhados com os objetivos do Plano de criar um incentivo de longo prazo ao Beneficiários.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Nos termos do Plano, as Opções outorgadas poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga. O prazo poderá ser alterado pelo Conselho de Administração ou do Comitê, caso a caso, na data da outorga da Opção, mas em nenhuma hipótese será superior a 7 (sete) anos, contado da data da outorga da Opção.

h. Forma de liquidação

O Beneficiário deverá realizar o pagamento em moeda corrente nacional, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso).

i. Restrições à transferência das ações

As Opções concedidas aos Beneficiários nos termos deste Plano serão intransferíveis, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Plano. É vedada a criação pelos Beneficiários de instrumentos financeiros de derivativos atrelados ou relacionados às Opções. As ações decorrentes do exercício da Opção não poderão ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas.

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá estabelecer restrições à transferência das ações, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados do Plano.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano expirará, a qualquer tempo, (a) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da nossa Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias em mercado de balcão, mercado organizado ou de bolsa de valores, em virtude de reorganização societária da nossa Companhia, (d) pela nossa dissolução e liquidação, ou (e) pelo decurso de um prazo de 10 (dez) anos contados da data de aprovação deste Plano.

Exceto pela extinção do Plano por deliberação dos nossos acionistas por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente extintos. Caso extinção do Plano se dê por ocasião de reorganização societária da nossa Companhia, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente extintos, salvo se as deliberações sobre a reorganização expressamente estabeleçam a permanência do Plano ou das Opções outorgadas com a substituição de tais Opções por outras.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Para fins do Plano, o desligamento do Beneficiário significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, ponha fim à relação jurídica do Beneficiário da Opção conosco ou com nossas controladas, exceto aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento ("Desligamento"). Desligamento abrange inclusive as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador, rescisão de contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

Desligamento por Interesse da Companhia ou do Beneficiário. Em caso de Desligamento do Beneficiário, por qualquer razão, exceto por justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da data do Desligamento, e mediante pagamento à vista, independentemente se disposto de forma diversa no Termo de Adesão. Além disso, caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo de 90 (noventa) dias contados do Desligamento para efetuar o pagamento integral ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado. O Conselho de Administração poderá estender os prazos constantes neste item, desde que devidamente justificado, para adequar às circunstâncias específicas do caso.

Desligamento por Justa Causa. No caso de Desligamento do Beneficiário ocorrer em razão de justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento, exclusivamente nesta mesma data, e mediante pagamento à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário deverá

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

efetuar o pagamento integral do valor restante na data do Desligamento, ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Opção de Compra da Companhia. Nós ou terceiros por nós indicados, teremos, por prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de Desligamento do Beneficiário, a opção de compra de todas as ações subscritas ou adquiridas pelo Beneficiário em virtude do Plano, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas após o Desligamento em virtude de Opções já exercíveis ou em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados no Plano, por valor correspondente à cotação média das nossas ações nos últimos 30 (trinta) pregões, contados da data de Desligamento.

Falecimento. Em caso de falecimento de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão imediatamente exercíveis, e a Opção se estenderá aos herdeiros ou sucessores do Beneficiário, por sucessão legal o por disposição testamentária até o término do prazo da Opção outorgada, podendo a Opção ser exercida no todo ou em parte pelos herdeiros e/ou sucessores do Beneficiário, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, os herdeiros e/ou sucessores terão o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados do falecimento se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Invalidez Permanente ou Aposentadoria. Em caso de invalidez permanente ou aposentadoria de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de Lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados da invalidez permanente ou aposentadoria se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

8.4.2. Plano Baseado em Ações

a. Termos e condições gerais

O Plano de Ações é composto de dois Programas:

-ILP1: que consiste na bonificação por meio da transferência ao Beneficiário, à título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras constantes do Plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício ("Programa Específico") até 1% (um por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, sujeitas a vesting.

-ILP2: que consiste na bonificação daqueles que tiverem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades e que decidam adquirir no mercado um número mínimo de ações da Companhia, mantendo-as inalienáveis durante um certo período restrito, sendo que a bonificação em ações se dará por meio da transferência, à título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras gerais previstas no Plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício ("Programa Específico").

Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que os Beneficiários sejam premiados com ações da nossa Companhia ("ILP2"), com finalidade de: (a) estimular o desenvolvimento, o êxito e a consecução do nosso objeto social; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos dos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle; e (c) possibilitar à nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter a ela vinculados membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle.

Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos nossos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais conosco. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

Como o plano se insere na nossa política de remuneração

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa com base na função desempenhada, o crescimento dos nossos resultados e a recompensa para os nossos executivos, por meio de entrega de resultados acima do esperado.

Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas que forem realizadas com base no Plano trarão diferentes mecanismos que permitirão o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. O plano alinha os interesses dos participantes aos da Companhia, uma vez que os participantes contam com um incentivo adicional para implementar ações de curto, médio e longo prazos que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo e que devem se refletir na valorização das ações da Companhia.

b. Incluir data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Ações para Outorga de Ações da Ânima Holding S.A., foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25/04/2018.

c. Número máximo de ações abrangidas

As ações outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da nossa Companhia, limitados a 1% (um por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

d. Número máximo de ações a serem outorgadas

Não aplicável. O regulamento de cada programa estabelece limites para participação do Beneficiário, mas não estão expressos em quantidade máxima de ações.

e. Condições de aquisição de ações

Conforme regulamento constante em cada um dos programas vigente ("ILP1" e "ILP2").

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

g. Critérios para fixação de prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo estão alinhados com os objetivos do Plano de criar um incentivo de longo prazo ao Beneficiários. A partir do momento que as ações são entregues aos Beneficiários, conforme regras de cada Programa, ficará a seu exclusivo critério o momento do exercício.

As ações concedidas aos Beneficiários no programa "ILP1" terão período de vesting de 3 (três) anos, podendo ser liberadas na proporção de 1/3 a cada 12 meses da sua concessão. Para o "ILP2", somente poderão ser liberadas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser liberadas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga. O prazo poderá ser alterado pelo Conselho de Administração ou do Comitê. Até que se cumpra cada um dos períodos de vesting as ações não serão devidas e, portanto, não serão de titularidade do Beneficiário, razão pela qual não farão jus, durante referido período, a qualquer fruto ou produto das mesmas, inclusive a título de dividendos.

h. Forma de liquidação

As ações objeto da bonificação deverão ser entregues pela Companhia aos Beneficiários no prazo previsto em cada regimento a contar do encerramento do prazo de cada um dos períodos de vesting.

i. Restrições à transferência das ações

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

As ações concedidas aos Beneficiários nos termos deste Plano serão intransferíveis, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Plano. As ações não poderão ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas.

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá estabelecer restrições à transferência das ações, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados do Plano.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano vigorará por tempo indeterminado, não havendo nenhum critério ou evento previsto que possa ocasionar a sua suspensão, alteração ou extinção.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nos termos do Plano baseado em ações, cada Programa deverá regular as hipóteses de desligamento e seus efeitos às ações, de modo que os direitos conferidos ao beneficiário de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios não houve programa ativo de opções de compra de ações.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Nos três últimos exercícios não houve programa ativo de opções de compra de ações.

8.7 Opções em aberto

Não aplicável, uma vez que não constam opções em aberto dos membros do Conselho de Administração e nem dos membros da Diretoria Estatutária no exercício social corrente e nos anteriores.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos quaisquer opções de compra de ações de nossa emissão outorgadas no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Somente a Diretoria possui remuneração baseada em ações.

Ano	2023
Órgão	Diretoria
Número de membros	5,75
Número de membros remunerados	3
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,010%

Ano	2022
Órgão	Diretoria
Número de membros	5
Número de membros remunerados	3
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,108%

Ano	2021
Órgão	Diretoria
Número de membros	3
Número de membros remunerados	2
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,011%

Ano	2020
Órgão	Diretoria
Número de membros	4
Número de membros remunerados	2
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,002%

8.10 Outorga de ações

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,67	5,75	4,50
Nº de membros remunerados	0	0	0
Outorga	N/A	N/A	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7	5	2,67
Nº de membros remunerados	0	1	0
Outorga	N/A	ILP-2	N/A
data de outorga	N/A	31/05/2022	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	16.000	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	30/06/2025	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	5,58	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	89.280,00	N/A

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7	5	2,67
Nº de membros remunerados	0	1	0
Outorga	N/A	ILP-1	N/A
data de outorga	N/A	31/05/2022	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	25.179	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	31/12/2022	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	5,58	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	140.500,72	N/A

8.10 Outorga de ações

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,33	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00
Outorga	N/A	ILP-1	N/A
data de outorga	N/A	31/05/2021	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	60.057	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	30/06/2024	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	12,60	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	756.718,20	N/A

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,33	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00
Outorga	N/A	ILP-2	N/A
data de outorga	N/A	31/05/2021	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	87.263	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	30/06/2024	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	12,60	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	1.099.513,80	N/A

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,25	4,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
Outorga	N/A	ILP-2	N/A
data de outorga	N/A	31/05/2020	N/A
quantidade de opções outorgadas	N/A	7.396	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	30/06/2023	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	7,50	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	55.470,00	N/A

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,92	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00
Nº de ações	0	406.972	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	5,97	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	7,48	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-614.527,72	0,00

8.12 Precificação das ações/opções

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos qualquer programa de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.8.4 deste Formulário.

8.13 Participações detidas por órgão

Em 31 de dezembro de 2022

Companhia						
Órgão	Ações (uni.)	ON (%)	Ações (uni.)	PN (%)	Total de Ações	%
Conselho de Administração	56.684.668	14,04	-	-	56.684.668	14,04
Diretoria	31.573.702	7,82	-	-	31.573.702	7,82
Conselho Fiscal	0	0	-	-	0	0
Total de Ações	88.258.370	21,86	-	-	88.258.370	21,86

8.14 Planos de previdência

Não aplicável. Não há plano de previdência vigente para os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou de algum dos Comitês.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	5	5	4	7,92	7,33	8	3	3	3
Nº de membros remunerados	5	5	4	7,92	7,33	8	3	3	3
Valor da maior remuneração Real	2.806.240,88	1.899.630,22	1.430.909,92	1.576.680,00	780.000,00	720.000,00	95.691,75	84.689,64	89.454,62
Valor da menor remuneração Real	1.133.003,63	1.211.044,44	258.039,50	300.000,00	300.000,00	120.000,00	29.360,00	84.689,64	89.454,62
Valor médio da remuneração Real	1.717.358,16	1.572.681,78	897.061,77	600.830,56	425.000,00	292.500,00	71.608,81	82.525,54	89.454,62

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	A diretoria contou com 6 membros ao longo de todo exercício de 2022, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020. De janeiro a março a Diretoria era composta por 4 membros, a partir de abril passou a contar com 3 membros sendo que 1 membro acumula duas diretorias.

Conselho de Administração	
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020. Até o mês de maio o Conselho era composto por 8 membros, de junho a agosto 6 membros, setembro 8 membros, passando a contar com 7 membros a partir do mês de outubro.

Conselho Fiscal	
31/12/2022	O Conselho Fiscal contou com 3 membros ao longo de todo exercício de 2022, porém o membro com menor remuneração trabalhou menos de 12 meses no ano.
31/12/2021	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. O Conselho Fiscal contou com 3 membros ao longo de todo exercício de 2021.
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº003/2020. O Conselho Fiscal contou com 3 membros ao longo de todo exercício de 2020.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não possuímos arranjos contratuais ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Entretanto, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode celebrar contrato com administradores prevendo indenização como compensação pela vedação de práticas de atos considerados de concorrência com a Companhia, estando o valor abrangido no montante de remuneração global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**Previsão exercício de 2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	8,67	5,75	4,50
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	6.887.128,66	9.630.706,38	560.389,37
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	4.347.907,66	4.766.922,32	0
% da Remuneração total do órgão	63,13%	49,50%	0%

Exercício de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	7,92	5,75	4,50
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	4.806.644,46	10.304.148,95	286.435,25
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	2.866.064,46	3.765.037,30	0
% da Remuneração total do órgão	65,28%	39,33%	0%

Exercício de 2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	7,33	5,00	3,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2	0
Valor da remuneração total do órgão no exercício	3.400.000,00	7.863.408,91	247.576,62
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	1.650.000,00	3.475.726,16	0
% da Remuneração total do órgão	48,53%	44,20%	0,00%

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**Exercício de 2020**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	7,25	4,00	3,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3	2,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	2.804.999,99	6.399.572,10	268.363,87
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	1.440.000,00	3.738.407,11	0,00
% da Remuneração total do órgão	51,00%	58,00%	0,00%

8.18 Remuneração - Outras funções

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam e não há previsão para pagamentos em 2023

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

2023

Órgão	Membros Remunerados	Valor (Anual)	Título
Conselho de Administração	2	735.000,00	Honorários do Conselho
Diretoria	1	196.500,00	Honorários do Conselho

2022

Órgão	Membros Remunerados	Valor (Anual)	Título
Conselho de Administração	2	525.000,00	Honorários do Conselho
Diretoria	2	448.124,90	Honorários do Conselho. Benefícios

Não houve, nos exercícios sociais de 2020 e 2021, valores reconhecidos nos nossos resultados de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária, de nossa Diretoria não Estatutária ou do Conselho Fiscal.

8.20 Outras informações relevantes

No item 8.2 do Formulário de Referência informamos o número de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Conselho de Administração

Mês	Previsto 2023	2022	2021	2020
Janeiro	7	8	7	8
Fevereiro	8	8	7	8
Março	8	8	7	8
Abril	9	8	7	8
Maio	9	8	7	8
Junho	9	8	7	6
Julho	9	8	7	6
Agosto	9	8	7	6
Setembro	9	8	8	8
Outubro	9	8	8	7
Novembro	9	8	8	7
Dezembro	9	7	8	7
Total	104	95	88	87
Média	8,67	7,92	7,33	7,25

Diretoria

Mês	Previsto 2023	2022	2021	2020
Janeiro	5	5	5	4
Fevereiro	5	5	5	4
Março	5	5	5	4
Abril	6	5	5	4
Maio	6	5	5	4
Junho	6	5	5	4
Julho	6	5	5	4
Agosto	6	5	5	4
Setembro	6	5	5	4
Outubro	6	5	5	4
Novembro	6	5	5	4
Dezembro	6	5	5	4
Total	69	60	60	48
Média	5,75	5,00	5,00	4,00

8.20 Outras informações relevantes**Conselho Fiscal**

Mês	Previsto 2023	2022	2021	2020
Janeiro	3	3	3	3
Fevereiro	3	3	3	3
Março	3	3	3	3
Abril	5	3	3	3
Maio	5	3	3	3
Junho	5	3	3	3
Julho	5	3	3	3
Agosto	5	3	3	3
Setembro	5	3	3	3
Outubro	5	3	3	3
Novembro	5	3	3	3
Dezembro	5	3	3	3
Total	54	36	36	36
Média	4,50	3,00	3,00	3,00

Observação – A variação no número previsto de 2023 a partir do mês de abril, são referentes as vagas em aberto.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002879	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
01/01/2018	01/01/2018	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Os honorários relativos aos trabalhos em 2022 foram de R\$ 4.402.553,00 (líquido de impostos) e que representa os honorários de serviços de auditoria externa.		
Justificativa da substituição		
Rotatividade de auditores prevista no artigo 31 da Resolução CVM nº 23/21		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não aplicável.		

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA		Juridica	61.366.936/0014-40
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
01/01/2023		01/01/2023	
Descrição dos serviços prestados			
Exame dos balanços patrimoniais da Ânima Holding S.A. dos exercícios a findarem em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025 e as correspondentes demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, dos exercícios a findarem nessas datas, incluindo as respectivas notas explicativas, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os balanços patrimoniais consolidados da Ânima Holding S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios a findarem nessas datas, incluindo as respectivas notas explicativas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em conjunto com a auditoria anual, o auditor realizará a revisão das informações financeiras trimestrais da Ânima Holding S.A. em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, 2024 e 2025. Essa revisão será realizada de acordo com normas do CFC e IAASB.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço Não aplicável, tendo em vista que a prestação de serviços se iniciou após o término do último exercício social.			
Justificativa da substituição			
Não se aplica.			

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não se aplica

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES ENTRE COMPANHIA E AUDITORES INDEPENDENTES

Além das informações obrigatórias apresentadas nos itens 9.1 e 9.2, a Companhia adota determinados procedimentos para evitar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos referidos Auditores Independentes, conforme a sua Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, de forma que: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, é obrigatória a substituição dos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem retornar ser recontratados por um período mínimo de três anos.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes.

Em reunião realizada no dia 11 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, a qual visa estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas em relação à contratação de serviços de auditoria independente e eventuais serviços extra auditoria, prestados pelos auditores independentes ou por parte relacionada dos auditores independentes, com intuito de assegurar o cumprimento das normas de governança corporativa, bem como garantir a transparência no processo de contratação e a independência do prestador de serviço.

9.4 Outras informações relevantes

ESCOLHA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes.

Em reunião realizada no dia 11 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, a qual visa estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas em relação à contratação de serviços de auditoria independente e eventuais serviços extra auditoria, prestados pelos auditores independentes ou por parte relacionada dos auditores independentes, com intuito de assegurar o cumprimento das normas de governança corporativa, bem como garantir a transparência no processo de contratação e a independência do prestador de serviço.

A Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, é obrigatória a substituição dos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem retornar ser recontratados por um período mínimo de três anos.

Em reunião realizada no dia 21 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a contratação da PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES ("PwC BRASIL") para atuar na qualidade de auditor independente da Companhia e de suas controladas, em substituição à empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES ("DELOITTE").

O primeiro documento objeto da análise da PwC BRASIL foram as informações trimestrais da Companhia findadas em 31 de março de 2018.

De 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, o responsável técnico foi o Sr. Guilherme Campos e Silva, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº. 714.114.966-04.

A partir de 01 de janeiro de 2019, o responsável técnico passou a ser o Sr. Fabio Abreu de Paula, inscrito no CPF/ME sob o nº. 935.194.436-00.

Em reunião realizada no dia 11 de novembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para atuar na qualidade de auditor independente da Companhia e de suas controladas, em substituição à empresa PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES ("PwC BRASIL").

O primeiro documento objeto da análise da EY será referente às informações trimestrais da Companhia findadas em 31 de março de 2023 (1T23).

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	792	607	0	0	0
Não-liderança	9210	7041	0	0	0
TOTAL = 17.650	10002	7648	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	21	936	50	374	1	0	17
Não-liderança	127	10408	1116	4352	12	47	189
TOTAL = 17.650	148	11344	1166	4726	13	47	206

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	149	1.086	164
Não-liderança	3888	9668	2695
TOTAL = 17.650	4037	10754	2859

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	267	23	896	213	0
Não-liderança	0	3849	229	9013	3160	0
TOTAL = 17.650	0	4116	252	9909	3373	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	2354	1762	0	0	0
Centro-Oeste	151	101	0	0	0
Sudeste	5.618	4291	0	0	0
Sul	1.879	1494	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 17.650	10002	7648	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	26	1791	376	1870	6	0	47
Centro-Oeste	1	158	15	68	0	0	10
Sudeste	110	6359	678	2579	7	47	129
Sul	11	3036	97	209	0	0	20
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 17.650	148	11344	1166	4726	13	47	206

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	993	2689	434
Centro-Oeste	71	164	17
Sudeste	2.403	5.842	1664
Sul	570	2059	744
Exterior	0	0	0
TOTAL = 17.650	4037	10754	2859

10.1 Descrição dos recursos humanos

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Número de empregados por grupos	31/12/2021	31/12/2022
Aprendizes	73	58
Terceirizados	1027	1058
Total	1100	1116

Localização Geográfica	31/12/2021	31/12/2022
Ararangua/SC	20	18
Balneário Camboriú/SC	49	48
Barueri/SP	67	75
Belo Horizonte/MG	2692	2615
Betim/MG	78	79
Blumenau/SC	118	135
Bom Despacho/MG	226	231
Braco do Norte/SC	10	12
Brumado/BA	0	22
Caico/RN	35	39
Canoas/RS	64	94
Carapicuíba/SP	2	2
Catalão/GO	137	131
Conselheiro Lafaiete/MG	46	53
Contagem/MG	193	217
Cubatão/SP	52	76
Curitiba/PR	790	346
Currais Novo/RN	9	10
Divinópolis/MG	123	130
Florianópolis/SC	230	261
Guanambi/BA	358	322
Guarulhos/SP	90	114
Icara/SC	22	22
Irece/BA	20	35
Itabira/MG	80	91
Itajaí/SC	57	66
Itumbiara/GO	37	51
Jaboatão dos Guararapes/PE	315	290
Jacobina/BA	132	164
Jaraguá do Sul/SC	113	121
Jataí/GO	66	70
Jeremoabo/BA	0	0

10.1 Descrição dos recursos humanos

Joao Pessoa/PB	165	190
Joinville/SC	392	359
Lagarto/SE	49	34
Limoeiro do Norte/CE	12	19
Mossoro/RN	211	237
Natal/RN	977	942
Nova Lima/MG	137	262
Nova Serrana/MG	0	0
Osasco/SP	2	2
Palhoca/SC	708	608
Paripiranga/BA	304	260
Parnamirim/RN	5	4
Pau dos Ferros/RN	9	13
Piracicaba/SP	80	150
Porto Alegre/RS	714	695
Pouso Alegre/MG	162	161
Recife/PE	13	40
Rio de Janeiro/RJ	329	453
Salvador/BA	1314	1375
Santana de Parnaíba/SP	4	4
Santo Antonio de Jesus/BA	7	10
Santos/SP	241	239
São Bento do Sul/SC	58	54
São Bernardo do Campo/SP	72	117
Sao Jose dos Campos/SP	78	155
São Paulo/SP	4328	4216
Senhor do Bonfim/BA	56	71
Sete Lagoas/MG	101	96
Tubarão/SC	572	535
Tucano/BA	36	39
Uberlândia/MG	144	132
Vespasiano/MG	272	238
Total Geral	17783	17650

10.1 Descrição dos recursos humanos

c. Índice de rotatividade

As informações abaixo se referem aos nossos números consolidados, incluindo as nossas controladas.

31/12/2021	31/12/2022
30,0%	31,9%

10.2 Alterações relevantes

O Ecossistema Ânima que, hoje, reúne 18 instituições de ensino superior, marcas especialistas e mais de 600 polos educacionais por todo o Brasil, além do Instituto Ânima. Estudam mais de 395 mil estudantes em todo o país. E conta com uma composição de mais de 17.500 educadoras e educadores que trabalham para transformar o país pela Educação, colocando seus estudantes no centro de suas decisões e atuação. Mais de 8 mil são docentes, que são entendidos como fonte de inspiração para nossos estudantes. Portanto, uma frente voltada para proporcionar ao docente uma experiência positiva e significativa em sua Jornada na Ânima tem sido fortalecida e conta projetos que visam atrair os melhores professores, acolhê-los em sua integração ao Ecossistema. Desenvolvê-los proporcionando diversos programas de formação e preparando-os para exercer seu papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem. E ainda, os nossos professores e professoras contam com acompanhamento e apoio no dia a dia propiciando engajamento e sentimento de pertencimento, além de contarem com ações de valorização e reconhecimento do professor.

Ao longo de 2022, com a evolução dos trabalhos da integração Laureate com a Ânima, ocorreu uma maior estabilização de processos de gestão de pessoas nas áreas. Amadurecimento do “Jeito Anima de trabalhar” que se ancora na adaptabilidade a diferentes contextos com foco na potencialização de resultados. E conta com atuação em diferentes modelos de trabalho, que conforme natureza do trabalho e necessidade de desempenho da função, há times atuando de forma presencial, híbrida ou teletrabalho. Além da consolidação do “Jeito Ânima de fazer” que tem por base criar fluxos de trabalho flexíveis, interativos e com comunicação total entre as equipes. Também, houve a integração de sistemas, destacando o módulo de Folha, que também contribuiu para maior facilidade de gestão para as lideranças com dados nas mãos.

Foi mantida a atuação no acolhimento dos educadores e, também, no engajamento dos educadores na cultura. Dessa maneira, o fortalecimento dos ritos de cultura foi mais uma das prioridades de 2022, buscando converter ações similares isoladas em ritos institucionais do Ecossistema, criando identidade e reforçando o senso de pertencimento. Reforçando os papéis de lideranças, Gestão de Pessoas e educadores na jornada da Cultura. Favorecendo uma comunicação eficaz e mensagem única para os educadores, respeitando as particularidades regionais e de localização. E ainda, reforçando os princípios e estratégias da Ânima de acordo com o contexto do momento. Para tanto, além dos ritos de gestão em que as lideranças tomaram como práticas como reuniões semanais de times, reuniões 1:1, encontros de planejamento e avaliação de resultados, ao longo do ano os seguintes ritos de cultura foram realizados periodicamente alcançando todos os educadores do Ecossistema:

- Live com o presidente: Encontro realizado mensalmente, no qual educadores e educadoras ampliam contato com o presidente e reforça transparência por meio da disseminação de informações importantes. A proposta é atualizar todos e todas sobre o que acontece no Ecossistema e, principalmente, apresentar as novidades de nossos projetos e iniciativas.
- Nós: Conjunto de encontros, fora da rotina e construído a várias mãos para as equipes conhecerem, vivenciarem e integrarem. As pautas são conduzidas pelas Consultoras de GP e lideranças. Desta forma, procura-se compreender a dinâmica, demanda e desafios de cada IES / VP / Jornada, com encontros presenciais seguindo a característica e logística local, com temas definidos para os encontros do ano de acordo com cada contexto.
- Somos Líderes: Encontros virtuais para reforçar estratégias, resultados, novidades e mudanças que vão direcionar o papel da liderança e munir os mesmos de informações para o exercício do dia a dia. Garantimos nesse encontro que a comunicação seja linear e, após a iniciativa, desdobradas com cada público.
- ReUnir: Mantendo o propósito de potencializar o Jeito Ânima de Ser a partir do estímulo ao diálogo e à escuta, contribuindo para a melhoria contínua do clima organizacional e fortalecimento de nossa cultura, ampliamos o Programa para toda as lideranças da Ânima.

Do ponto de vista de governança, foi feito um redesenho em que trouxe um conceito de Jornadas para nosso Ecossistema com times especializados para garantir aos nossos educadores(as), estudantes e candidatos(as) (futuros estudantes em potencial) a melhor experiência em todo o ciclo de relacionamento destas pessoas com o Ecossistema. Assim, passou a contar com a Jornada do Educador, Jornada do Aluno e Jornada do Candidato. Manteve-se as vice-presidências de Estratégia Acadêmica, de Transformação Digital, de Serviços Acadêmicos e Jurídicos e de Finanças, M&A e RI que possuem o papel de atuar como grandes áreas de apoio, prestando serviços às Jornadas, além da diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e Escritório de Transformação e Integrações. E criou-se a vice-presidência Executiva com Ricardo Cançado liderando toda estrutura acima citada e respondendo diretamente ao Presidente, Marcelo Battistella Bueno.

Diante da conquista grande amadurecimento de estrutura, cultura e processos, estamos nessa fase, muitos planos acontecendo e com uma visão de perspectiva de futuro mais concreta e mais consciente do nosso papel e nosso propósito.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A remuneração de nossos empregados é composta pela remuneração direta e pelos incentivos variáveis.

Remuneração direta

A remuneração fixa anual tem por objetivo oferecer compensação direta aos educadores, professores e administrativos, da Companhia pelos serviços prestados; reconhecer e refletir o valor do cargo interna e externamente, em linha com as práticas de mercado, bem como refletir o desempenho individual, responsabilidades, experiência, formação e conhecimento das atividades requeridas na função.

Trabalhamos com tabelas salariais, definidas de acordo com o grau de complexidade de cada cargo, observando-se área geográfica e estratégia de remuneração da Companhia.

A movimentação do colaborador no plano salarial poderá ser por mérito, promoção, enquadramento, alteração de cargo e demais casos previstos no Plano de Cargos e Salários, normas internas e/ou em acordo ou norma coletiva.

A movimentação por promoção e mérito levam em conta a meritocracia, as necessidades de substituição de educadores ou aumento de quadro, e devem seguir as normas vigentes.

A Companhia conta com um programa de recrutamento interno, no qual todo colaborador será candidato em potencial a qualquer vaga em aberto, desde que atenda aos pré-requisitos necessários para a ocupação do cargo pretendido, conforme descrição formal do cargo e observados os critérios de movimentação.

A estratégia de remuneração fixa da Companhia poderá ser revista sempre que necessário, cabendo ao Conselho de Administração, com o apoio do Comitê Cultura, Pessoas e ESG, a aprovação da respectiva política ou orçamento, sempre que cabível. Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

Remuneração variável

A remuneração variável é composta por programas de incentivo de curto prazo (ICP) e incentivos de longo prazo (ILP), que contam com regramentos específicos para cada programa, podendo ser revistos anualmente, estando condicionados à aprovação do Conselho de Administração. Os programas estão alinhados às estratégias de curto, médio e longo prazo da Companhia.

Há na Companhia Programas de premiação ou incentivo, com valor variável e decorrentes de desempenho superior ao ordinariamente esperado, que não têm natureza jurídica própria de remuneração (art. 457, §§2º e 4º da CLT e art. 28, §9º, alíneas “e”, item 7, e “z”, da Lei 8.212). Os Programas, com beneficiários e requisitos próprios e específicos previstos em cada Plano ou Programa, têm por objetivo premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais, alinhadas ao orçamento e ao planejamento estratégico.

Tendo sido implementado em 2008, o Programa de Remuneração Variável foi revisto em 2019 e passa por revisões anuais.

São elegíveis ao programa executivos e gestores da Companhia: presidente, vice-presidentes, diretores, gerentes e outras pessoas chaves para a entrega do resultado da companhia e que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. Em linhas gerais, o programa é dividido em incentivos de curto e longo prazo, tendo como gatilho o atingimento de um percentual da meta de EBITDA e atrelado a um Contrato de Performance Individual, no caso do ICP.

No Incentivo de Curto Prazo (ICP), o pagamento é definido por múltiplos salários de acordo com o nível do cargo e apurado a partir do resultado de indicadores específicos, como por exemplo desempenho financeiro, operacional, de qualidade acadêmica e de serviços da Companhia.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

O Incentivo de Longo Prazo (ILP) é um meio de conectarmos nossos educadores com o oitavo princípio da Ânima: a Ânima é da Ânima, provocando aqui um sentimento de dono e de pertencimento, sendo composto por dois Planos, e cada um com seus respectivos programas:

1. ILP1 - Plano de Incentivo da Companhia 1: visa bonificar executivos, gestores e Educadores da Companhia ou suas subsidiárias que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades e consideradas como “pessoas chave”, conforme critérios a serem fixados em programa específico.
2. ILP2 - Plano de Incentivo da Companhia: é um programa de adesão voluntária e espontânea, que visa bonificar executivos e outras funções elegíveis, que desempenhem funções que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. Assim, os colaboradores elegíveis que quiserem aderir ao plano devem adquirir no mercado, dentro de um prazo previamente estipulado, um número de ações da Companhia, mantendo-as inalienáveis durante um determinado período de tempo a contar do fim do prazo de adesão. O benefício será quitado mediante a transferência, pela Companhia ao Beneficiário, de um lote adicional de ações, composto pelo mesmo número de ações adquiridas diretamente pelo Beneficiário no mercado secundário dentro do Prazo de Adesão (ou ajustada pela performance apurada do período, se assim houver previsão nos programas aprovados), desde que cumpra o prazo de inalienabilidade do total de ações adquiridas pelo gestor e as demais condições previstas no regulamento.

Ambos os programas de Incentivo de Longo Prazo não podem ultrapassar 1% das ações do capital social cada e o Conselho fixará a quantidade máxima anual de cada Programa Específico do exercício

Remuneração Variável Comercial

Em linhas gerais, a Companhia conta com programas destinados aos educadores das áreas comerciais e de retenção, que atuam com captação e manutenção de matrículas para graduação e pós-graduação, bem como:

- Promover maior abrangência do plano de remuneração variável da Instituição;
- Criar um senso de envolvimento e comprometimento com o negócio;
- Remunerar de forma diferenciada, valorizando a capacidade de gerar resultados e atingir metas;
- Oferecer oportunidade de uma remuneração mais competitiva, de maneira objetiva e justa.
- Para a empresa o objetivo é gerar Leads, trabalhando a divulgação e captação de alunos para os cursos de Graduação e Pós-Graduação. De forma proativa e planejada, visando aumento da receita e maior rentabilidade dos cursos.
- Para o colaborador, o objetivo é estimular o desempenho, produtividade e o envolvimento, premiando-os no caso da superação das metas estabelecidas pela instituição.

b. política de benefícios

O pacote de benefícios de nossos educadores (administrativos e professores) poderá contemplar, conforme regramento local, os seguintes benefícios, com subsídio total ou parcial das nossas empresas:

- Assistência Médica
- Assistência odontológica:
- Alimentação
- Vale transporte
- Empréstimo consignado
- Auxílio Creche
- Seguro de Vida

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- Ajuda de custo docente para deslocamento entre unidades

Poderá existir, conforme estabelecido em cada localidade, convênios e parcerias com empresas prestadoras de serviços (escola de idiomas, livrarias, seguro automóvel, grupo de corrida, outros) para disponibilização vantagens exclusivas para os nossos educadores, sem subsídio das nossas empresas.

Exemplo compra de equipamentos de informática

Além disso, temos como política promover o bem-estar de nossos empregados, de modo que promovemos ações em datas comemorativas (aniversários, casamentos, formaturas, etc.); Programa Valor das Pessoas abrangendo momentos importantes na vida do educador, como o seu casamento, o nascimento de um filho, uma conquista de formação profissional e um momento difícil da perda de um parente próximo; Programas de saúde mental; Programa de incentivo a atividades físicas e qualidade de vida.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não- administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

O Plano de Remuneração baseado em Ações descrito no item 8.4 deste Formulário de Referência é aplicável, além dos diretores estatutários, aos diretores não estatutários e executivos ou gestores que desempenhem atividades/funções que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. As condições de participação no Plano estão descritas no item 8.4 deste Formulário de Referência.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Razão: 73,2 vezes

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Possuímos um relacionamento cordial, aberto e construtivo com os sindicatos de nossos empregados, reconhecendo-os como importantes atores na dinâmica das relações trabalhistas. Buscamos resolver eventuais conflitos diretamente com os sindicatos, por meio de encontros e reuniões permanentes

Os nossos empregados são representados por 54 Sindicatos listados abaixo:

Sindicato	Cidade(s)	UF
Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar de Educação Superior em Estabelecimentos Privados de Ensino do Estado da Bahia (SINAE)	Guanambi, Irecê, Jacobina, Paripiranga, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim e Tucano	BA
Sindicato dos Professores do Estado da Bahia (SINPRO-BA)	Guanambi, Irecê, Jacobina, Paripiranga, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim e Tucano	BA
Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (SINPRO-GO)	Catalão, Itumbiara e Jataí	GO
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Goiás (SINAAE-GO)	Catalão, Itumbiara e Jataí	GO
Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO-MG)	Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Divinópolis, Itabira, Lagoa Santa, Nova Lima, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Uberlândia e Vespasiano	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Minas Gerais (SAAE-MG)	Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Divinópolis, Itabira, Lagoa Santa, Nova Lima, Sete Lagoas e Vespasiano	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar da Região Sul do Estado de Minas Gerais (SAAE-SUL)	Pouso Alegre	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar das Regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do Estado de Minas Gerais (SAAETM-AP)	Uberlândia	MG
Sindicato dos Empregados em Entidades de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de Minas Gerais – (SENALBA-MG)	Minas Gerais	MG
Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior da Paraíba (SINTESPB)	João Pessoa	PB
Sindicato dos Bibliotecários do Estado Paraná (SINDIB)	Curitiba	PR
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado do Paraná (SAAEPAR)	Curitiba	PR
Sindicato dos Professores do Estado do Paraná (SINPES)	Curitiba	PR
Sindicato dos Professores das Instituições do Ensino Superior Privadas do Recife e Região Metropolitana (SINPROES)	Jaboatão dos Guararapes e Recife	PE
Sindicato dos Trab Nos Estab de Ensino de Pernambuco (SINTEEPE)	Jaboatão dos Guararapes e Recife	PE

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (SINPRO-RIO)	Rio de Janeiro	RJ
Sindicato dos Auxiliares de Administração do Estado RJ (SAAE-RJ)	Rio de Janeiro	RJ
Sindicato dos Professores da Rede Particular de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte (SINPRO-RN)	Caico, Currais Novos, Mossoró, Natal, Parnamirim e Pau dos Ferros	RN
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Particulares de Ensino no Estado do Rio Grande do Norte (SEEPERN)	Caico, Currais Novos, Mossoró, Natal, Parnamirim e Pau dos Ferros	RN
Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (SINPRO-RS)	Canoas, Porto Alegre	RS
Sindicato dos Trabalhadores em Administração Escolar no Rio Grande do Sul (SINTAE-RS)	Porto Alegre	RS
Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Privado dos Vales do RS (SINTEP-VALES)	Canoas	RS
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar da Grande Florianópolis (SAAE-FLORIANÓPOLIS)	Florianópolis e Palhoça	SC
Sindicato dos Professores de Florianópolis e Região (SINPRO-FLORIANÓPOLIS)	Florianópolis	SC
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Itajaí (SAAE-ITAJAI)	Balneário Camboriú e Itajaí	SC
Sindicato dos Professores de Itajaí (SINPRO-ITAJAI)	Balneário Camboriú e Itajaí	SC
Sindicato dos Professores e Auxiliares nas Escolas Particulares de Blumenau e Região (SINPABRE)	Blumenau	SC
Sindicato dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Particular e Fundações Educacionais do Norte do Estado de SC (SINPRONORTE)	Jaraguá do Sul, Joinville e São Bento do Sul	SC
Sindicato dos Professores e Auxiliares de Admin Escolar de Tubarão (SINPAAET)	Tubarão	SC
Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sul de Santa Catarina (STEERSESC)	Araranguá, Braço do Norte e Içara	SC
Sindicato dos Professores do Estado de Santa Catarina (SINPROESC)	Palhoça	SC
Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas e de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Estado de Santa Catarina (SENALBA-SC)	Florianópolis	SC
Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (SINPRO-SP)	São Paulo	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo (SAAE-SP)	São Paulo	SP
Sindicato dos Professores de Guarulhos (SINPROG)	Guarulhos	SP

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Sindicato dos Professores de Santo André, S. Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (SINPRO-ABC)	São Bernardo do Campo	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Bernardo do Campo (SAAE-ABC)	São Bernardo do Campo	SP
Sindicato dos Professores de Santos (SINPRO-SANTOS)	Santos	SP
Sindicato dos professores de São José dos Campos (SINPRAE)	São José dos Campos	SP
Sindicato dos Professores de Campinas e Região (SINPRO-CAMPINAS)	Campinas e Piracicaba	SP
Sindicato dos Professores de Mogi das Cruzes e Região (SINPRO-MOGI)	Itapevi e Santana de Parnaíba	SP
Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO)	Barueri, Carapicuíba e Osasco	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Guarulhos, Mogi das Cruzes e Região (SAAE-MOGI)	Guarulhos	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra (SAAE-ABC)	São Bernardo do Campo	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Santos (SAAE-SANTOS)	Cubatão e Santos	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Osasco e Região - SP (SAAE-OSASCO)	Barueri, Carapicuíba, Osasco e Santana de Parnaíba	SP
Sindicato dos Aux. de Adm. Escolar de Campinas e Região (SAAEC)	Campinas e Limeira	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Marília (SAAE-MARÍLIA)	Marília	SP
Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar de Piracicaba (SAAEP-SP)	Piracicaba	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Vale do Paraíba (SAAE-VALE)	São José dos Campos	SP
Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, de Serviços de Computação, de Informática e de Tecnologia da Informação e dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Computação, Informática e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (SINDPD-SP)	São Paulo	SP
Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas e de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Estado de São Paulo (SENALBA-SP)	São Paulo	SP

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Sindicato dos Empregados da Administração das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo (SINDADM)	Barueri	SP
Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (EAA)	São Paulo	SP

Possuímos acordos e convenções coletivas com todas essas entidades, geralmente com prazo anual e mantemos relações regulares e respeitadas com tais sindicatos.

Nossa conduta perante os sindicatos de nossos empregados é pautada pelo tratamento transparente e ético. Acreditamos ser possível estabelecer um relacionamento saudável, harmonioso e construtivo, fundado no mútuo respeito e no interesse comum.

Temos, inclusive, líderes sindicais destas entidades, com e sem estabilidade, que atuam como colaboradores da casa.

Não ocorreram, nos últimos exercícios sociais, greves ou paralisações nas atividades da Companhia.

10.5 Outras informações relevantes

Em 2022, com o amadurecimento de estrutura da Ânima e reorganização de governança criando um conceito de atuação em Jornadas. A antiga VP de Gente, Cultura e Gestão passa a ser considerada como Jornada do Educador envolvendo projetos, iniciativas e estratégias relacionadas ao desenvolvimento pessoal e profissional de nossas pessoas, sejam elas Educadores do corpo administrativo e, também, do corpo acadêmico (professoras e professores). De modo que a Jornada do Educador busca compreender a percepção geral dos educadores sobre seu relacionamento com a Ânima, levando em conta todos os pontos de contato que ele tem ou teve ao longo de sua Jornada no Ecossistema. E está focada em melhorar a experiência do educador em aspectos ligados ao relacionamento com equipes, gestores e alta liderança, condições de trabalho, opções de trabalho mais flexíveis, equilíbrio entre vida profissional e pessoal e gestão dos talentos, entendendo que o engajamento dos educadores é fundamental para que o Ecossistema Ânima alcance seus resultados e propósito.

A Jornada do Educador ficou organizada em 6 áreas, sendo elas:

1. Bem estar do trabalho e sustentabilidade: com as frentes de Segurança do trabalho, Riscos Operacionais e Resposta a Emergência, Qualidade de Vida e Saúde Integral e Meio Ambiente e Sustentabilidade.
2. Consultoria Interna e Atendimento de Gestão de Pessoas: com uma atuação em estratégica, atuando como consultor, assessor e agente de mudança, ativo na consolidação da Cultura do Ecossistema, apoiando no cuidado com o Clima Organizacional, na gestão do negócio, seguindo as políticas e processos nacionais, sempre atento às necessidades específicas das áreas administrativa e acadêmica, transformando as necessidades do negócio em ações de GP. Além do atendimento aos Educadores em relação a suas dúvidas do dia a dia e de processos de GP.
3. Desenvolvimento organizacional: com as frentes de Cultura, Integrações, Treinamento & Desenvolvimento, Recrutamento & Seleção, e Diversidade e Inclusão.
4. Remuneração e Gestão de Benefícios
5. People Analytics e Folha de Pagamento
6. Comunicação e Endomarketing

E com vistas aos direcionadores estratégicos da Ânima e seus 9 princípios, desenvolveu um plano de trabalho ancorado nas seguintes prioridades para 2023:

- Professor: Visando aprimorar a experiência do docente ao longo de sua Jornada na Ânima, desde o momento de sua seleção, passando pela admissão, Boas-vindas, onboarding, desenvolvimento e formação de Líderes docentes.
- Cultura: Fortalecendo as bases da Cultura Ânima, reafirmando nosso propósito e mergulhando na nossa essência.
- Talento/ Sucessão: Compreendendo que nossos líderes devem ser construtores de Pontes, projetos voltados para Gestão de Talentos, Meritocracia, Desenvolvimento de liderança e Sucessão são fundamentais.
- Excelência em processo e sistemas: Perseguindo o aumento da eficiência e qualidade de nossos serviços prestados.

E assim, a Jornada do Educador em conjunto com todas as demais Jornadas, Vice-presidências e diretorias celebram os 20 anos de história da Ânima com orgulho de ser o maior e mais inovador Ecossistema de ensino de qualidade do Brasil e inspirados pelo propósito de transformar o país pela educação.

Comentários sobre item 10.1 A

As informações prestadas no item 10.1 A de autodeclaração de gênero representam as informações declaradas pelos educadores na sua ficha cadastral. Um censo abrangente foi desenvolvido pelo nosso programa Ânima Plurais – que desenvolve ações de inclusão e diversidade – a fim de nos pautar em nossas ações de inclusões.

11.1 Regras, políticas e práticas

Temos por política realizar operações com partes relacionadas com estrita observância dos preços e condições usuais de mercado. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das Sociedades por Ações, que estabelece o dever do acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, de se abster de votar nas deliberações relativas (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o nosso. A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de nossos ativos, em nosso detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Na reunião do nosso Conselho de Administração realizada em 26 de julho de 2019, foi aprovado a Política de Transações com Partes Relacionadas. O principal objetivo dessa política consiste em estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas quando da ocorrência de transações com partes relacionadas, assegurando a comutatividade e transparência das operações aos acionistas, investidores e outras partes interessadas, que as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas sejam conduzidas dentro dos parâmetros de mercado, priorizando os melhores interesses da Companhia, pautando-se no disposto nas melhores práticas de governança corporativa, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado.

No curso regular de nossos negócios, contratamos operações com partes relacionadas em condições plenamente comutativas e de acordo com preços e condições de mercado. As transações contratadas são resumidas no item 11.2 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras legais, para afastar favorecimentos intercompanhias ou de controladores. Por isso, tais operações passam sempre por análise exaustiva de nossa Administração e observam as diretrizes especificadas em nossa Política de Transação com Partes Relacionadas.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Instituto Anima Sociesc	18/10/2018	9.185.000,00	10.836.000,00	7.328.000,00	132 meses	1,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Contrato de Mútuo celebrado entre o Instituto Ânima Sociesc, na qualidade de mutuária e a nossa Companhia na qualidade de mutuante para fomento de projetos de pesquisas do Instituto. O valor no “Saldo existente (R\$)” refere-se a data base de 31 de dezembro de 2022.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Tendo em vista a celebração de convênio para fomento de projetos de pesquisas do Instituto Ânima Sociesc de Inovação, Pesquisa e Cultura que visam o desenvolvimento de novas técnicas e modelos de ensino, os quais serão de co-propriedade da Mutuante como contrapartida do presente empréstimo.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Bahema Educação S.A	29/10/2021	30.000.000,00	0	30.000.000,00	6 meses	0
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Contrato de compra e venda de quotas e outras avenças celebrado entre o Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda, na qualidade de compradora, Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A., e Bahema Educação S.A. na qualidade de interveniente anuente, e, a Companhia na qualidade de vendedora. Do montante envolvido, foram recebidos R\$ 18 milhões em 2021 e R\$ 12 milhões em maio de 2022. O valor no “Saldo existente (R\$)” refere-se a data base de 31 de dezembro de 2022.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Alienação das Escolas Internacionais de Florianópolis e de Blumenau (“EIs”) e do Colégio Tupy (“COT”) em Joinville, aprovados pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que representam as entidades Escola PGP e Colégio.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

n) Medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse.

Adotamos em situações de conflitos de interesses as práticas de governança previstas pela legislação vigente, bem como as normas estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3. Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nossos acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e a B3 obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em nosso Estatuto Social e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado.

Adicionalmente, nosso Estatuto Social prevê que deve ser previamente aprovada por nosso Conselho de Administração a realização, por nós e/ou nossas controladas ou subsidiárias, de qualquer negócio com quaisquer dos nossos administradores e/ou acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como outras sociedades nas quais os administradores e/ou o acionista controlador tenham interesse, não sendo vedadas, entretanto (a) operações comerciais diretamente relacionadas ao nosso objeto social e/ou nossas controladas ou subsidiárias; (b) prestação de serviços realizada por nós às empresas em que tivermos participação; desde que, em qualquer caso, realizada em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições ou do pagamento compensatório adequado.

Nossas transações com partes relacionadas são celebradas em condições comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas.

Os contratos de empréstimos firmados com nossas partes relacionadas descritas no item 11.2 foram realizados com taxas equivalentes aos demais contratos de empréstimos firmados com terceiros. Mesmo que no momento da transação não tenha sido estipulado a incidência de nenhuma taxa de juros, normalmente liquidamos estas operações aplicando uma taxa de juros vinculada a indexadores, principalmente INPC ou CDI, nos mesmos termos utilizados amplamente para transações em geral no mercado.

11.3 Outras informações relevantes

Em 2021 foi realizada transação entre partes relacionadas referente a contratos de alienação para a Bahema Educação S.A. ("Bahema") das Escolas Internacionais de Florianópolis e de Blumenau ("Els"), do Colégio Tupy ("COT") em Joinville, que pertenciam à sua Subsidiária SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A. ("Sociesc") e que foram objeto de cisão, com versão dos ativos para uma outra controlada da Ânima, cujas participações foram objeto de alienação à Bahema. Além da alienação a transação envolveu compromisso de sublocar à Bahema os espaços nos campi das IES da Ânima Educação onde funcionam as Els e COTs (Joinville, Blumenau e Florianópolis), ao valor anual de R\$816.000,00, com correção anual por IPCA, pelo prazo mínimo de 10 anos. Integram o acordo, ainda, o compromisso da Bahema de sublocação de espaços em outras IES da Ânima Educação., já objeto de fato relevante divulgado em 29 de junho de 2021. A operação considera também earn outs em 2022, 2023 e 2024, após elaboração das Demonstrações Financeiras e apuração do Ebitda das escolas nos anos de 2021, 2022 e 2023, respectivamente

Todo processo competitivo foi conduzido por membros independentes e realizado com auxílio de consultoria externa especializada. Concomitante a escolha da melhor proposta, houve avaliação da operação por empresa especializada com emissão de laudo técnico de valuation e um Fairness Opinion Report, tendo sido todo o processo submetido ao Comitê de Finanças e M&A e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos (CAR) da Ânima Educação, para revisão e avaliação e recomendação, antes de ser submetida ao Conselho de Administração, sempre com abstenção de participação por todos os membros da Ânima Educação que têm vínculo com a Bahema, conforme apontado no Comunicado sobre Transações entre partes relacionadas (Anexo 30-XXXIII) protocolado na CVM em 8 de julho de 2021. Conforme avaliação do CAR, arrimada em laudo de avaliação, apresentado por entidade independente, e de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionada da Ânima Educação, constatou-se, portanto, que as condições apresentadas pela Bahema são razoáveis e equitativas, condizentes com aquelas praticadas no mercado e com aquelas que a Companhia poderia contratar com terceiros.

Em linha com iniciativas de fortalecimento das práticas de governança da Ânima Educação e dos segmentos de negócio, em especial da Inspirali Brasil, a qual detém nossa vertical de Medicina, iniciou-se, em 2021, uma reestruturação societária que tem por objetivo estratificar os resultados de nossas verticais e segmentos de negócio e permitir que o Grupo avalie movimentos estratégicos para seus negócios (incluindo eventuais parcerias e/ou movimentos estruturados de mercados de capitais). Houve a celebração do instrumento de rateio de custos, despesas e eventuais receitas compartilhadas entre a Ânima Holding S.A., a Inspirali Educação S.A., a VC Network Educação S.A. e suas subsidiárias, tudo decorrente do acordo de investimento celebrado entre as partes Anima Holding S.A. e DNA Capital Consultoria Ltda, datado de 29 de novembro de 2021. Assim, em 31 de março de 2022, foi aprovada a conversão da totalidade das ações ordinárias nominativas de titularidade da ÂNIMA, equivalentes a 45% do capital social da VC Network (controlada diretamente pela Ânima Educação e indiretamente DNA Capital), em ações preferenciais nominativas, com direito a voto. Às ações preferenciais será garantida a distribuição do dividendo prioritário e fixo, o qual será equivalente a todo o lucro líquido do respectivo exercício social que não for oriundo dos cursos de Medicina, conforme critérios de rateio determinados no contrato assinado entre as partes. Tais critérios foram objetos de um laudo independente por firma internacional de auditoria, Grand Thornton Auditores Independentes. Essa transação foi avaliada pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme política da Ânima Educação para Transações entre Parte Relacionadas. A Grand Thornton recomendou que os critérios de rateios fossem revisados pelo menos anualmente.

Ainda, em 2022, a Companhia realizou a aplicação de procedimentos acordados independentes sobre determinadas Transações com Partes Relacionadas (RPT) com o objetivo garantir que estão em conformidade com a política (política de Transação com Partes Relacionadas) da Anima Holding S.A. junto ao escritório Pacheco Antunes & Carvalho Advogados Associados, que presta serviços à Ânima Educação em processos contingenciais cível, trabalhista e tributário. O referido escritório de advocacia possui como sócio o Dr. João Batista Pacheco Antunes de Carvalho, que também exerce a função de Procurador Jurídico Geral, remunerado também através do seu escritório, e é acionista da Anima Holding S.A. A avaliação foi feita por firma internacional independente de auditoria, Grant Thornton Auditores Independentes, que relatou considerar que as referidas Transação entre Parte Relacionadas estão em conformidade com as políticas Ânima Educação. A transação foi avaliada pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
18/02/2021		2.569.624.313,76
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
403.868.805	0	403.868.805

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
23/11/2020		4.000.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
0	0	0

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, pois somos uma companhia nacional, com sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	15/04/2021
Data de vencimento	15/04/2027
Quantidade	2.500.000
Unidade	
Valor total R\$	2.500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	2.500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Conforme o disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados, conforme definição constante do artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, conforme definição constante do artigo 9º-A da Instrução CVM 539, observado o disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo 1º da Instrução CVM 476, condicionado ao cumprimento pela Emissora das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate Antecipado Facultativo. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar resgate antecipado facultativo das Debêntures da primeira série. O resgate antecipado facultativo será operacionalizada nos termos da Escritura de Emissão, e o valor devido pela Companhia nessa hipótese será equivalente ao valor nominal unitário das Debêntures da primeira série, acrescido dos juros a ela aplicáveis, de eventuais encargos moratórios aplicáveis e de um prêmio flat, a ser calculado conforme termos indicados na Escritura de Emissão.</p> <p>Oferta de Resgate Antecipado. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas de todas as séries, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo"). A oferta de resgate antecipado será operacionalizada nos termos da Escritura de Emissão. A Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo. As Debêntures resgatadas pela Emissora, neste caso, serão obrigatoriamente canceladas.</p> <p>Resgate Antecipado Obrigatório. A Emissora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório das Debêntures, a ser operacionalizada nos termos da Escritura de Emissão, observadas determinadas condições ali indicadas. As Debêntures resgatadas pela Emissora, neste caso, deverão ser canceladas.</p>

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Amortização Extraordinária Facultativa. As Debêntures da primeira série poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa, a qualquer momento e à exclusivo critério da Companhia, limitada a 98% (noventa e oito) por cento do valor nominal unitário das debêntures aplicáveis, observados os termos e procedimentos da Escritura de Emissão.

Amortização Extraordinária Obrigatória. As Debêntures da primeira série também serão objeto de amortização extraordinária obrigatória mediante a ocorrência de determinados eventos de liquidez, conforme indicados na Escritura de Emissão, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão.

Vencimento Antecipado. As Debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático, sendo as principais: a. inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na presente Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia não sanada dentro do prazo de cura aplicável; b. inadimplemento de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$100.000.000,00 ou seu valor equivalente em outras moedas, decorrente de empréstimos ou captação de recursos realizada pela Emissora e/ou de quaisquer das Fiadoras no mercado financeiro ou de capitais no Brasil ou no exterior; c. decretação de falência; pedido de autofalência; pedido de falência, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; d. pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou liquidação, dissolução ou extinção, exceto para eventos de liquidação, dissolução ou extinção no âmbito de reorganização societária, conforme previsto na Escritura de Emissão, exclusivamente no caso das Fiadoras; e. declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária, no Brasil ou no exterior, assumidas em quaisquer contratos (inclusive de natureza financeira, local ou internacional), em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$100.000.000,00, ou seu valor equivalente em outras moedas, decorrente de empréstimos ou captação de recursos realizada pela Emissora e/ou de quaisquer das Fiadoras no mercado financeiro ou de capitais no Brasil ou no exterior; f. redução de capital da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, sem o consentimento prévio dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação, salvo em algumas hipóteses previstas na Escritura de Emissão; g. Emissora e/ou qualquer uma das Fiadoras transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, sem a prévia anuência de 75% dos Debenturistas, ressalvados os direitos de reorganização societária permitidos nos termos da Escritura de Emissão; h. cisão, fusão, incorporação, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária, da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, exceto conforme previsto na Escritura de Emissão; i. contratação, pela Emissora, de qualquer nova dívida superior a R\$100.000.000,00 que tenha preferência na ordem de pagamento às Debêntures em concurso entre credores, exceto conforme previsto na Escritura de Emissão; j. constituição voluntária, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras e/ou pelos acionistas da Emissora, de quaisquer ônus ou gravames sobre os bens objeto das Garantias, que não aqueles constituídos nos termos dos Contratos de Garantia, ressalvadas determinadas hipóteses da Escritura de Emissão; j. venda, alienação ou qualquer forma de disposição dos ativos objeto das Garantias pela Emissora, pela VC Network ou qualquer outro garantidor no âmbito dos Contratos de Garantia, ressalvados os direitos de reorganização societária permitidos nos termos da Escritura de Emissão; (...) [continua em "Outras características relevantes"]

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Vecimento: 15/04/2023 para as debêntures da primeira série e 15/04/2027 para as debêntures da segunda série.

As Debêntures são ou serão, conforme o caso, garantidas por fianças outorgadas por determinadas empresas do grupo da Companhia e da Laureate, por alienação fiduciária de cotas da Laureate, e por cessão fiduciária dos direitos e créditos, detidos e a serem detidos por determinadas empresas do grupo Laureate, oriundos (a) de mensalidades pagas às escolas e sistemas de ensino; (b) de contratos de prestação de serviços celebrados no exercício de sua atividade econômica; e (c) da conta vinculada de titularidade das companhias, onde será depositada a totalidade dos créditos objeto da cessão fiduciária, conforme termos e condições indicados na Escritura de Emissão.

[Continuação de "Características dos valores mobiliários de dívida"] (...) k. anulação, invalidade ou inexecutabilidade da emissão das Debêntures e/ou dos respectivos documentos da Oferta Restrita; l. inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de notificação acerca do inadimplemento; m. aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da prevista na Escritura de Emissão; n. não observância pela Emissora dos índices e limites financeiros especificados na Escritura de Emissão, o. alteração das principais atividades do objeto social da Emissora e/ou das Fiadoras sem o consentimento prévio dos Debenturistas, salvo em caso de acréscimo de atividades que sejam afins ou congêneres às principais; p. não cumprimento de decisão exequível, inclusive arbitral, administrativa ou judicial em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$100.000.000,00, ou seu valor equivalente em outras moedas, salvo conforme indicado na Escritura de Emissão; q. protestos de títulos cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior, a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, salvo em determinadas hipóteses indicadas na Escritura de Emissão; r. venda, cessão ou transferência de ativos, de valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$100.000.000,00 ou seu valor equivalente em outras moedas, exceto conforme permitido na Escritura de Emissão; s. pagamento de quaisquer dividendos, lucros, juros sobre o capital próprio, e/ou outras formas de distribuição de lucros aos acionistas da Emissora, caso o índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Emissora seja maior do que 2,50 inteiros e/ou a Emissora esteja em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária, exceto pelo pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações; t. caso a Emissora, qualquer Fiadora e/ou a Laureate constitua, a qualquer tempo, hipoteca, penhor, alienação fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima sobre quaisquer dos seus bens ou direitos de sua propriedade ou titularidade de valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$100.000.000,00, exceto conforme permitido na Escritura de Emissão; u. alteração no controle acionário indireto da Emissora e/ou das Fiadoras, exceto conforme permitido na Escritura de Emissão. As demais hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures estão detalhadas e descritas na Escritura de Emissão.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	28/12/2022
Data de vencimento	13/12/2029
Quantidade	800.000
Unidade	
Valor total	800.000.000,00
R\$	
Saldo Devedor em Aberto	800.000.000,00
Restrição a circulação	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	Conforme o disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados, conforme definição constante do artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, conforme definição constante do artigo 9º-A da Instrução CVM 539, observado o disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo 1º da Instrução CVM 476, condicionado ao cumprimento pela Emissora das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, e a partir de 13 de dezembro de 2023 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures CDI, sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures CDI ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI").</p> <p>O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI deverá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida à Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI"), com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis contados da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI").</p> <p>Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI, a Debenturista fará jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI, acrescido da respectiva Remuneração calculados pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, bem como Encargos Moratórios, se houver, acrescido de prêmio de resgate correspondente a 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Prêmio de Resgate das Debêntures CDI").</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, e a partir de 13 de dezembro de 2023 (inclusive), realizar a amortização extraordinária das Debêntures CDI, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures CDI ("Amortização Extraordinária das Debêntures CDI").</p> <p>Por ocasião da Amortização Extraordinária das Debêntures CDI, a Debenturista fará jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI a ser amortizado, acrescido da Remuneração das Debêntures CDI, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures CDI imediatamente anterior até a data da efetiva Amortização Extraordinária das Debêntures CDI ("Data da Amortização Extraordinária das Debêntures CDI"), bem como Encargos Moratórios, se houver, acrescido de prêmio de amortização correspondente a 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Prêmio de Amortização Extraordinária das Debêntures CDI").</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	A Debenturista deverá considerar antecipada e automaticamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão de Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI) e do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios e Despesas, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão de Debêntures e/ou de qualquer dos demais Documentos da Operação, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência das hipóteses presentes da escritura.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	29/05/2018
Data de vencimento	29/05/2023
Quantidade	150.000.000
Unidade	
Valor total R\$	150.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	150.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539” e “Investidores Profissionais”, respectivamente), conforme disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Emissora poderá, a partir da Data de Integralização, inclusive, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade, e não menos do que a totalidade, das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”). O Resgate Antecipado Facultativo deverá ocorrer mediante envio de comunicado aos debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário e à B3 ou publicação de comunicado aos debenturistas nos termos da Escritura de Emissão. O valor do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Ânima será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), se for o caso, calculada pro rata temporis, desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, e acrescido de um prêmio incidente sobre tal montante equivalente a (i) 2,00% (dois por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre a Data de Integralização e 24 de maio de 2019, inclusive; (ii) 1,50% (cento e cinquenta centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 25 de maio de 2019, exclusive, e 18 de maio de 2020, inclusive; (iii) 1,00% (um por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 19 de maio de 2020, exclusive, e 13 de maio de 2021, inclusive; e (iv) 0,50% (cinquenta centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 14 de maio de 2021, exclusive, e 03 de maio de 2023, inclusive calculado conforme disposto na Escritura de Emissão e de Encargos Moratórios (conforme definido) devidos e não pagos até a data do referido resgate.</p>
---	---

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático, sendo as principais: i. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Ânima e/ou de suas controladas e de suas coligadas (conforme definição prevista no artigo 243, parágrafo 1º, da Lei das S/A), desde que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) da receita líquida da Ânima, com base nas demonstrações financeiras divulgadas relativas ao último exercício social da Ânima ("Controladas Relevantes" e "Coligadas Relevantes", respectivamente) e/ou da Companhia, independentemente do deferimento do pedido e/ou processamento; ii. extinção, liquidação, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Ânima e/ou de suas Controladas Relevantes e de suas Coligadas Relevantes e/ou da Companhia; iii. inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures pela Ânima ou pela Companhia, na respectiva data de pagamento, desde que tal inadimplemento não seja sanado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da data do respectivo vencimento; iv. protestos legítimos de títulos contra a Ânima, Controladas Relevantes e/ou Coligadas Relevantes e/ou contra a Companhia, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse: (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Ânima, suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes; ou (b) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Companhia, salvo, em qualquer caso, se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Ânima e/ou pela Companhia ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação de protesto, ou no prazo determinado na notificação, o que for menor; v. vencimento antecipado ou declaração de vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Ânima, de suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes ou da Companhia, no mercado local ou internacional, em valor agregado igual ou superior a (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Ânima, suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes; ou (b) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Companhia; vi. não cumprimento de qualquer decisão administrativa, decisão arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado contra a Ânima, suas Controladas Relevantes e/ou Coligadas Relevantes e/ou contra a Companhia, em valor agregado igual ou superior a (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Ânima, suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes; ou (b) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Companhia; vii. redução de capital social da Ânima e/ou da companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 30, da Lei das S/A; (viii) caso a Emissora esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Emissão, distribuição ou pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora de dividendos ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações; e (ix) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos Artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações. (x) existência contra a Emissora e/ou contra a Garantidora de condenação judicial ou arbitral, relacionados a infrações ou crimes ambientais, atos que importem trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, ou proveito criminoso da prostituição.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	11/11/2019
Data de vencimento	11/11/2024
Quantidade	350.000
Unidade	

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor total R\$	350.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	350.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539" e "Investidores Profissionais", respectivamente), conforme disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento das debêntures resgatadas, que será endereçada a todos os debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na escritura de emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático, sendo elas: (a) inadimplemento, pela Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na Escritura de Emissão não sanada dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do inadimplemento; (b) inadimplemento de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, decorrente de captação de recursos realizada pela Emissora e/ou de quaisquer das Fiadoras no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior; (c) (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras; (ii) pedido de autofalência pela Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras exceto para eventos de liquidação, dissolução ou extinção no âmbito de reorganização societária que não acarretem a perda do controle direto ou indireto dos atuais controladores da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme aplicável; (d) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira, no mercado de capitais local ou internacional, assumidas em quaisquer contratos (inclusive de natureza financeira, local ou internacional), da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas; (e) redução de capital da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, sem o consentimento prévio dos debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na escritura de emissão), a ser deliberado por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos previstos no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, salvo se os bens ou recursos que forem utilizados para quitar o capital reduzido exclusivamente da Fiadora for vertido para a Emissora e/ou para demais Fiadoras, caso em que não será configurado Evento de Inadimplemento; (f) transformação da Emissora em sociedade limitada ou, ainda, alteração no estatuto social da Emissora ou estatuto social ou contrato social de qualquer uma das Fiadoras, conforme o caso, que visem alterar as atividades principais da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme o caso; (g) a Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da escritura de emissão, sem a prévia anuência de 90% (noventa por cento) dos debenturistas; (h) cisão, fusão incorporação, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária, da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras que gere a versão de patrimônio para outra companhia não integrante do grupo econômico da emissora (inclusive por meio de incorporação de ações), sem o consentimento prévio dos debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, a ser deliberado por meio de Assembleia Geral de Debenturistas; (i) constituição, pela Emissora, de qualquer nova dívida que tenha preferência na ordem de pagamento às debêntures em concurso entre credores (i.e., dívida sênior), excetuando-se endividamentos com garantias de qualquer modalidade, desde que as respectivas garantias sejam compartilhadas pari passu com os debenturistas; [continua em outras características relevantes]

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

(j) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das debêntures, bem como caso a Emissão e/ou os respectivos documentos da Oferta e/ou qualquer de suas disposições, tornem-se inválidos ou ineficazes, em quaisquer dos casos desde que em virtude de decisão ou sentença judicial transitada em julgado; (k) não cumprimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras das normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção, conforme definido na escritura de emissão; ou (l) não cumprimento de leis e regras locais aplicáveis à Emissora e/ou às Fiadoras, especialmente trabalhistas que importem trabalho infantil (excetuado o menor aprendiz), trabalho análogo ao escravo ou proveito criminoso da prostituição e ambientais. Ademais, ressalta-se que, nos termos da escritura de emissão das debêntures, a emissão conta com garantia fidejussória, qual seja, fiança, em favor dos debenturistas.

.....

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	90

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações de nossa emissão são admitidas a negociação na B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO sob a sigla “ANIM3”.

As debêntures de nossa 1ª Emissão de Debêntures foram depositadas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão – Segmento Cetip UTM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

As debêntures de nossa 2ª Emissão de Debêntures foram depositadas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão – Segmento Cetip UTM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

As Debêntures de nossa 3ª emissão foram depositadas (i) para distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), sendo a distribuição liquidada financeiramente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento Cetip UTM (“B3”); e (ii) para negociação no mercado secundário, através do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), ambos operacionalizados e administrados pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

As Debêntures para colocação privada, de nossa 4ª emissão, nos termos desta Escritura de Emissão de Debêntures, as quais serão subscritas e integralizadas de forma privada pela Debenturista, sendo que (i) as Debêntures emitidas no âmbito da 1ª série servirão como lastro dos CRI CDI (conforme abaixo definido), doravante denominadas “Debêntures CDI”; e (ii) as Debêntures emitidas no âmbito da 2ª série servirão como lastro dos CRI IPCA, doravante denominadas “Debêntures IPCA”.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, vez que, até a data deste Formulário de Referência, os nossos valores mobiliários não são admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, vez que, até a data deste Formulário de Referência, não emitimos títulos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 - DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos oriundos da nossa 1ª (primeira) Emissão de Debêntures foram utilizados para reforço do capital de giro da Companhia e investimentos em bens de capital.

Os recursos oriundos da nossa 2ª (segunda) Emissão de Debêntures foram utilizados para a recomposição de caixa decorrente de aquisição de participações societárias.

Os recursos oriundos da Oferta Pública com esforços restritos de ações de emissão da companhia realizada em janeiro de 2020 estão sendo utilizados em parte para os pagamentos das aquisições e o saldo aplicado em Fundos de Investimentos.

Os recursos oriundos da Oferta Pública com esforços restritos de ações de emissão da companhia realizada em dezembro de 2020 estão sendo utilizados para financiar uma parcela da aquisição dos ativos brasileiros do grupo Laureate Brasil.

Os recursos oriundos da nossa 3ª (terceira) Emissão de Debêntures estão sendo destinados à aquisição de 100% do grupo Laureate no Brasil.

Os recursos oriundos da nossa 4ª (quarta) Emissão de Debêntures estão sendo destinados para (i) reembolso de montantes já incorridos nos 24 meses anteriores à data de encerramento da Oferta Restrita pela Ânima Educação ou pelas Subsidiárias Destinadas (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures), em razão dos pagamentos de aluguéis dos Imóveis Lastro (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures); e (ii) pagamento de montantes ainda não incorridos, a título de aluguéis dos Imóveis Lastro, ambos devidos no âmbito de Contratos de Locação (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures), conforme identificados na Escritura de Emissão de Debêntures (conforme abaixo definido).

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

12.9 Outras informações relevantes

Formador de mercado

Em 21 de dezembro de 2017, o BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A foi contratado pela Companhia como instituição devidamente autorizada a atuar como formadora de mercado em relação às ações ordinárias de emissão da Companhia.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Marcus Vinicius Cuiabno Peixoto
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Marcelo Battistella Bueno
Cargo do responsável	Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.1, DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/22

MARCELO BATTISTELLA BUENO, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 171.266.448-41, portador do Documento de identidade nº 14.360.088-6, com domicílio profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001, cidade de São Paulo - SP, na qualidade de Diretor Presidente da Anima Holding S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria “A” junto a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001, cidade de São Paulo - SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.288.252/0001-32 (“Companhia”, “Ânima”, “Ânima Educação”, “Ânima Holding” ou “Sociedade”), atesta, por meio desta declaração, que:

- (a) reviu o Formulário de Referência;
- (b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/09, em especial aos artigos 15 a 20; e
- (c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

MARCELO BATTISTELLA BUENO
Diretor Presidente

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.1, DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/22

MARCUS VINICIUS CUIABANO PEIXOTO, brasileiro, engenheiro, em união estável, inscrito no CPF sob o nº 109.628.778-16, portador da carteira de identidade nº 50113000, expedida pela SSP/SP, com domicílio profissional na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001, cidade de São Paulo-SP, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Ânima Holding S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria "A" junto a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Sumarezinho, CEP: 05435-001, cidade de São Paulo-SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.288.252/0001-32 ("Companhia", "Ânima", "Ânima Educação", "Ânima Holding" ou "Sociedade"), atesta, por meio desta declaração, que:

- (a) reviu o Formulário de Referência;
- (b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/09, em especial aos artigos 15 a 20; e
- (c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.



MARCUS VINICIUS CUIABANO PEIXOTO
Diretor de Relações com Investidores

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Não aplicável. Declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores já se encontram descritas nos itens 13.1 e 13.2 da seção 13 deste Formulário de Referência.